

**GILSON GOMES COELHO**

**VICISSITUDES DA LGBTFOBIA: um estudo sobre a situação  
de rua e o abandono de pessoas LGBT na cidade de São  
Paulo**

**ASSIS - SP**

**2022**

**GILSON GOMES COELHO**

**VICISSITUDES DA LGBTFOBIA: um estudo sobre a situação de rua  
e o abandono de pessoas LGBT na cidade de São Paulo**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em Psicologia (área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho

**ASSIS - SP**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

C672v Coelho, Gilson Gomes  
Vicissitudes da LGBTfobia: um estudo sobre a  
situação de rua e o abandono de pessoas LGBT na  
cidade de São Paulo / Gilson Gomes Coelho. Assis,  
2022.  
264 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho

1. População em situação de rua. 2. LGBTfobia.  
3. Pessoas LGBT. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDD 362.590866



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**Câmpus de Assis**



**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA TESE: VICISSITUDES DA LGBTFOBIA: UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE RUA E O ABANDONO DE PESSOAS LGBT NA CIDADE DE SÃO PAULO**

**AUTOR: GILSON GOMES COELHO**

**ORIENTADOR: FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO**

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO (Participação Virtual)  
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. JAQUELINE GOMES DE JESUS (Participação Virtual)  
IFRJ/Rio de Janeiro

Prof. Dr. MARCOS ROBERTO VIEIRA GARCIA (Participação Virtual)  
Departamento de Ciências Humanas e Educação / UFSCar/Sorocaba

Profa. Dra. ANA PAULA LEIVAR BRANCALEONI (Participação Virtual)  
Departamento de Economia, Administração e Educação / UNESP/Jaboticabal

Profa. Dra. MARIA TERESA LISBOA NOBRE PEREIRA (Participação Virtual)  
Departamento de Psicologia / UFRN/Natal

Assis, 11 de março de 2022

## AGRADECIMENTOS

Durante o processo de escrita da tese, enfrentei a situação caótica produzida pela pandemia. Boa parte da escrita aconteceu nesse período angustiante de isolamento social — pelo medo de morrer e já com algumas perspectivas de futuro amortecidas pelo atual contexto político e econômico em que o meu país se encontra.

Apesar desse método de produção ter sido ainda mais solitário, sou grato aos Deuses e Deusas que, do outro lado do plano material, estiveram comigo e cuidaram de mim.

Acredito que mesmo em situações contextuais como as descritas acima, encontro-me repleto de alegria e orgulhoso de mim mesmo por conseguir concluir uma etapa tão importante da minha vida, jamais imaginada como sendo algo possível. O melhor disso tudo foi pensar em todo esse percurso e finalmente me dar conta de que nunca estive sozinho nessa caminhada que se finda agora. Ao mesmo tempo, me convoca a enfrentar novos desafios.

Não. Não estive só. Olho para o passado e consigo ter certeza de que aprendi muito, que amadureci como pesquisador, que tive apoio e fiz amizades sólidas que, sem se darem conta, impulsionaram-me para a realização desse sonho, principalmente nos períodos em que estive mais cansado, devido à carga horária exaustiva das minhas atividades laborais — inúmeros malabarismos para conciliar trabalho, vida pessoal e os estudos. A euforia de agora só me induz a vislumbrar o quanto fui (e sou) guerreiro e como a minha capacidade de (r)existir foi (e é) ainda maior do que eu podia conceber.

Serei eternamente grato a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, estiveram comigo até aqui.

Primeiramente, agradeço à minha mãe tão amada: Neuma. Mesmo sem entender a serventia ou o que significa um doutorado, sempre me incentivou a ser uma pessoa realizada. Obrigado, mãe, por entender a minha ausência nos períodos de férias, mesmo quando eu estive em sua casa e não podia lhe dar a atenção merecida. Seu zelo e seu cuidado fazem jus a representação materializada, construída dentro de mim em relação à senhora: o verdadeiro significado de amor, bondade e generosidade. Se existe alguém de que tenho orgulho nessa vida, nessa

existência, é a senhora; e tudo isso está alinhado ao privilégio pessoal de ser seu filho.

Aos meus queridos sobrinhos, Matheus, Isabella, que são fonte de alegria e diversão e, em especial, ao David que, além de ser tudo isso, me deu apoio nas horas que mais precisei, inclusive suporte emocional. Com certeza colaborou para o meu sucesso nesta empreitada.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando Silva Teixeira Filho, intelectual e pessoa ímpar, que tanto admiro, pela forma de pensar e pela sensibilidade que nos contagia, fazendo-nos acreditar que, de alguma forma, o que produzimos na academia seja capaz de gerar recursos para melhorar a existência das pessoas e tornar a vida em sociedade um pouco mais justa.

Ao meu grupo de orientação, pelos inúmeros ensinamentos, partilhas e pelo acolhimento. Muito obrigado, Beatriz Porto, Dani Mezzari, Clarck Melindre, Yasmin Cassetari, Ronaldo Adriano e ainda, ao funcionário João Paulo, da Pós-Graduação, que sempre foi extremamente atencioso com as minhas demandas; aos professores do programa: Leonardo Lemos, Silvio Benelli e Silvio Yasui, por todos os debates calorosos incitados durante a condução das disciplinas e, ainda, à Gaby Spanic, amiga especial que tive o prazer de conhecer em Assis.

Aos professores, dois pesquisadores incríveis, por permitirem o privilégio de tê-los em minha banca de qualificação e defesa, a Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus e o Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia; por todo acolhimento, respeito e sensibilidade com o tema de minha pesquisa e, principalmente, pelas contribuições tão valiosas dispensadas a mim e ao meu trabalho e, também, à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Leivar Brancaloni e a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira, participantes da minha defesa, verdadeiras preciosidades da Academia, materializadas em forma de gente.

Agradeço à Adileusa Godoy e Tiago Ferreira que, por muitos anos, me acolheram e desempenharam o papel de família, nos momentos mais difíceis da minha vida. Também, aos meus amigos e amigas que fiz em São José do Rio Preto: Patrícia Silvério, Elieni Caputo, Isabella Morena, Mara Pedrinho, Gabriella Cintra, Marília Montagna, Vanessa Bonfá, Viviane Oliveira, Suellen Holanda, Fernanda Jubilato e Paulo Favarin, amigos de verdade e que são, de alguma forma, minha família, já que constantemente me certificam de que o vínculo que temos é especial, genuíno e duradouro.

Às amigas que fiz ainda na época da escola: Letícia Oliveira, Ana Alice Nogueira, Marisa Pereira, Maria Lúcia de Souza, Sabrina Carvalho e Viviana Prestes, pessoas extremamente especiais em minha vida. Ressalto, ainda, a família da Ana Alice, Nequinha, Cleonice e João, que sempre fizeram questão da minha presença em sua casa, em momentos de muita solidão e tristeza.

Aos amigos de Corumbá, tia Leni e tio Jorge Ferreira, pessoas de uma generosidade indescritível e de bondade imensurável.

À minha amiga Fernanda Marques, pessoa que vez e outra se intitulava como sendo aquela que tinha dificuldade de mostrar afeto, sem se dar conta da sua doçura e do tanto que o seu afeto por mim era escancarado. Ao meu “amiiiigo”, Danilo de Rossi, uma das pessoas mais sensíveis e amáveis que já conheci na vida.

À Vanessa Catherina Neuman Figueiredo, minha inspiração acadêmica. Professora, amiga, família em muitas horas e a quem devo toda a crença depositada em mim nas ocasiões em que eu não conseguia ver em mim nenhum potencial.

Aos meus amigos e amigas de Buritama, Renata Ferreira, Douglas Freitas, Luiz Henrique Guerra e Larissa Bueno, que durante as minhas idas à Buritama, em que eu ficava trabalhando na tese, me acolhiam para confraternizar e rir de bobagens.

Em Araguaína, tive a sorte de encontrar pessoas únicas: as irmãs Morgana e Márcia Bispo, João Henrique Barros, Rutileia Carneiro, Maísa Brito e minha panelinha do QRNC (Paulo de Alexandria, Lucas Araújo, Jordana Carmo e Viviane Costa), com a oportunidade de reencontrar Marlon Magno e Júlia Costa, ou seja, todos e todas que foram e são verdadeiras fontes de incentivo, motivação que abarcam as lembranças mais felizes durante a minha vida no Tocantins.

Sou grato por todo amparo afetivo e pelo auxílio recebido de Marcus Alexandre Cardoso, Cláudia Unti e Liah Albuquerque, pessoas amadas e extremamente generosas, que não mediram esforços para me prestar socorro nas horas em que eu tive mais dificuldade para seguir esse percurso. Obrigado, mil vezes ao quadrado!

Gratidão aos meus alunos e alunas de São José do Rio Preto, Catanduva e Araguaína, que tanto me ensinam no dia a dia e me motivam a buscar, cada vez mais, conhecimento.

À Prefeitura Municipal de São Paulo, em especial à Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, por me permitir a realização da pesquisa.

Às pessoas incríveis que tive o privilégio de conhecer durante a realização da pesquisa: Neon Cunha, ativista espetacular; e Daniel, funcionário do São Martinho de Lima I e que hoje o considero como amigo, tão querido.

A todos os participantes que se dispuseram a colaborar com a construção deste trabalho de pesquisa. Passaram a fazer parte do processo de possíveis mudanças, necessárias para que sejam garantidos os direitos humanos.

Por fim, às pessoas LGBT oprimidas que se encontram em situação de rua e enfrentam os efeitos nefastos da LGBTfobia em seu cotidiano.

Obrigado por tudo!



*“Na verdade, a rua não é boa para ninguém, porque nós não existimos para viver nas ruas.*

*As ruas foram feitas para os carros, para a gente passar, caminhar, ir para o trabalho, voltar, ir ao mercado. A rua é uma ferramenta, a rua não é uma condição de vida, a rua não é casa, a rua não é lar, a rua não é abrigo. Você quando está na rua está vulnerável a todo tipo de risco, tanto saúde, estado de insalubridade, como de periculosidade, como de homofobia, como de morte, de tudo (...).*

*Então, é complicado as ruas, a rua para mim, ela tem um lado bom que me dá liberdade de eu poder estar sempre tentando mudar da forma que eu quero. A rua me dá liberdade de eu ter opção de escolha de como fazer, de como seguir a hora que eu quiser, quando eu quiser. A rua me dá a opção de eu maquiar um problema, de eu maquiar meus traumas, de eu maquiar uma depressão, de eu maquiar uma angústia, porque se eu estiver mal aqui, de cabeça, eu desabo minha barraca, ponho nas costas e mudo de lugar, aí eu começo uma nova história nesse lugar, novas amizades, crio um novo ambiente para mim, esse é o bom da rua.”*

(trecho da fala de um participante)

COELHO, G. G. *Vicissitudes da LGBTfobia: um estudo sobre a situação de rua e o abandono de pessoas LGBT na cidade de São Paulo*. 2022. 264f. Tese (Doutorado Acadêmico em Psicologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

## RESUMO

Nesta tese, investiguei os efeitos produzidos a partir da combinação entre estar em Situação de Rua e a LGBTfobia, em 14 participantes que vivem na cidade de São Paulo e frequentam os Centros de Convivência para População Adulta em Situação de Rua do município. O estudo contou com o uso de entrevistas semiestruturais e, seu conteúdo, analisado em profundidade através do aparato dado pela Análise do Discurso de Corrente Francesa. O estudo aponta, que a LGBTfobia em graus distintos, contribuiu para que os (as) participantes fossem submetidos (as) a um processo cíclico de ruptura e abandono ao longo da vida, que em articulação com os marcadores sociais de gênero, sexo, classe, raça e classe e fenômenos circunstanciais diversos, acabaram chegando a essa condição de extrema vulnerabilidade, conceito discutido ao longo do estudo como decorrente da precariedade existencial, produzida e intencionalmente articulada em torno dos dispositivos que alimentam as desigualdades sociais colocadas como naturais no sistema capitalista, suprimindo dessas pessoas o acesso a cidadania. Além disso, o estudo denuncia a inexistência de políticas públicas específicas voltadas a atender as necessidades desse grupo populacional e violações cotidianas direcionadas a ele e, por isso, sugiro que essa realidade desoladora seja melhor conhecida pela perspectiva dos estudos interseccionais e sirvam de substrato para a produção de políticas públicas específicas e com isso, possa subsidiar de modo eficiente modos mais humanizados de atender as demandas singulares, ou ainda, produzir um corpo teórico consistente que seja capaz de possibilitar modos mais eficientes de intervir no ciclo de violações, que tem levado essa população a uma condição quase crônica de abandonos simultâneos.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua; LGBTfobia; Políticas Públicas; Interseccionalidade; Abandono.

COELHO, G. G. *Vicissitudes of LGBTphobia: a study on the homelessness and abandonment of LGBT people in the city of São Paulo*. 2022. 264p. Dissertation (Academic Doctorate in Psychology). São Paulo State University (Unesp), Faculty of Sciences and Letters, Assis, 2022.

## ABSTRACT

In this dissertation, I investigated the effects produced from the combination between being on the street and LGBTphobia, in 14 participants who live in the city of São Paulo and attend the Community Centers for Adult Population in Street Situation in the city. The study count on the use of semi structural interviews and its content was analyzed in depth through the apparatus provided by the French Current Discourse Analysis. The study points out that LGBTphobia, in different degrees, contributed to the participants being subjected to a cyclical process of rupture and abandonment throughout life, which, in articulation with the social markers of gender, sex, class, race and class and various circumstantial phenomena, ended up reaching this condition of extreme vulnerability, a concept discussed throughout the study as a result of existential precariousness, produced and intentionally articulated around the devices that feed social inequalities placed as natural in the capitalist system, suppressing these people's access to citizenship. In addition, the study denounces the lack of specific public policies aimed at meeting the needs of this population group and daily violations directed at this population group and, therefore, I suggest that this desolate reality is better known from the perspective of intersectional studies and serve as a substrate for the production of specific public policies and, with that, can efficiently subsidize more humanized ways of meeting unique demands, or even, produce a consistent theoretical body that is capable of enabling more efficient ways of intervening in the cycle of violations, which has led to this population to an almost chronic condition of simultaneous abandonment.

**Keywords:** Homeless Population; LGBTphobia; Public Policies; Intersectionality; Abandonment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – LGBTFOBIA – A REALIDADE DO NOSSO PAÍS .....	52
FIGURA 2 – LGBTFOBIA - AGRESSÃO.....	53
FIGURA 3 – DENÚNCIA SOBRE A REALIDADE ENFRENTADA NA CIDADE DE SÃO PAULO .....	79
FIGURA 4- LIMPEZAS DA RUA .....	80
FIGURA 5 - APOROFOBIA.....	81
FIGURA 6 – AÇÕES – PEDIDO DE PERDÃO.....	81
FIGURA 7 – FACHADA DE UM DOS NÚCLEOS DE CONVIVÊNCIA PARA A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	98
FIGURA 8 – BANHEIRO “INCLUSIVO”.....	99
FIGURA 9 – CENTRO DE CONVIVÊNCIA .....	118
FIGURA 10 – INTERCRUZAMENTOS.....	129
FIGURA 11 - VIOLÊNCIA .....	136

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PESQUISAS REALIZADAS NA CIDADE DE SÃO PAULO .....	83
TABELA 2 - IDENTIFICAÇÃO DAS PSR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL .....	84
TABELA 3 - IDENTIFICAÇÃO DAS PSR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR IDENTIDADE DE GÊNERO .....	85
TABELA 4 - IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS .....	101
TABELA 5 - ESTADO DE ORIGEM .....	101
TABELA 6 - PROFISSÕES INFORMADAS PELOS (AS) PARTICIPANTES.....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AD** - Análise do Discurso

**AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Humana

**CADÚNICO** - Cadastro Único para Programas Sociais

**CAPS** - Centros de Atenção Psicossocial

**CENTRO POP** - Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

**CFP** - Conselho Federal de Psicologia

**CPAN**- Campus do Pantanal

**CR** - Consultório na Rua

**CRAS** - Centros de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

**DST** - Doença Sexualmente Transmissível

**HIV** - Vírus da Imunodeficiência Humana

**HSH** - Homens que fazem sexo com homens

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LGBT** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

**MS** - Ministério da Saúde

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**PSR** - População em Situação de Rua

**PT**- Partido dos Trabalhadores

**SEJUS - DF**- Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal

**SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SMADS**- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

**SR** - Situação de Rua

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**T** - Transexuais e travestis

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UBS** - Unidades Básicas de Saúde

**UFMS** - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UNESP** - Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>VIDAS ILÍCITAS.....</b>	<b>32</b>
2.1	A LGBTFOBIA E SEU PROJETO SOCIETÁRIO.....	33
2.2	ALGUMAS VICISSITUDES DA POPULAÇÃO EM SR ENCONTRADAS NO CENÁRIO BRASILEIRO E INTERNACIONAL .....	43
2.3	A COMBINAÇÃO PERVERSA: LGBTFOBIA E SR .....	46
<b>3</b>	<b>O CONTEXTO DA PESQUISA E OS (AS) PARTICIPANTES.....</b>	<b>75</b>
3.1	O COTIDIANO DA CIDADE DE SÃO PAULO .....	82
3.2	A PESQUISA.....	87
<b>4</b>	<b>O RECORTE TEÓRICO- METODOLÓGICO.....</b>	<b>94</b>
4.1	A PESQUISA DE CAMPO .....	97
<b>5</b>	<b>ANÁLISE.....</b>	<b>101</b>
5.1	O RETRATO DE UM CONTEXTO: “O BRASIL ACIMA DE TUDO. DEUS ACIMA DE TODOS” .....	112
5.2	LGBTFOBIA E ENFRENTAMENTOS INTERSECCIONADOS.....	129
5.2.1	<i>Desemprego e falta de oportunidades.....</i>	<i>129</i>
5.2.2	<i>Família e amigos.....</i>	<i>132</i>
5.2.3	<i>Violência.....</i>	<i>136</i>
5.3	LGBTFOBIA E OS ATRAVESSAMENTOS DA SR.....	138
5.3.1	<i>Homofobia na SR.....</i>	<i>138</i>
5.3.2	<i>Bifobia na SR.....</i>	<i>142</i>
5.3.3	<i>Transfobia na SR.....</i>	<i>143</i>
5.4	OS IMPACTOS DA LGBTFOBIA E DA SR NA SUBJETIVIDADE.....	150
5.4.1	<i>A LGBTfobia Internalizada .....</i>	<i>151</i>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>156</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>
<b>8</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>196</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é destinada a investigar as vicissitudes da LGBTfobia na População em Situação de Rua na cidade de São Paulo. Neste trabalho, a expressão “Vicissitudes” é empregada no sentido de conhecer duas circunstâncias específicas, a saber: a LGBTfobia e a Situação de Rua (SR), ambas cruzadas com outras combinações de enfrentamentos, decorrentes da realidade de pessoas usuárias dos Núcleos de Convivência para a População Adulta em SR<sup>1</sup>, na capital paulista.

Entendo que este é um tema importante e carente de investigações científicas mais aprofundadas, de extrema relevância para a Psicologia, tendo em vista que a maioria dos estudos relacionados a essa população são direcionados a compreensão da pobreza material e das políticas públicas. Defendo que para se produzir intervenções mais eficazes para o público LGBT<sup>2</sup> em SR, principalmente no campo da psicologia, faz-se necessário conhecer em profundidade, a partir da perspectiva da escuta de quem vive e enfrenta uma realidade dolorosa que interpela a produção de subjetividades<sup>3</sup>.

Em concordância com Foucault (1996), sabemos que o “discurso” é (des)valorizado ou mesmo (des)legitimado, dependendo do lugar social ocupado pelo falante na estrutura social; e no caso da PSR/LGBT, sabe-se que ainda há pouco conhecimento produzido a partir das especificidades do grupo populacional estudado e que grande parte das pesquisas continuam mantendo o seu caráter extrativista, ou seja, são engavetadas e pouco contribuem com a produção de mudanças nas circunstâncias que veremos mais adiante.

---

<sup>1</sup>Tem a finalidade de servir refeições adequadas para pessoas adultas em situação de rua de forma continuada, bem como realizar atividades para o desenvolvimento pessoal e social. A organização conveniada coordena o oferecimento do café da manhã e jantar, por meio de outras parcerias. Ver mais em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/menu/index.php?p=17317](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/menu/index.php?p=17317)

<sup>2</sup>Essa sigla foi estabelecida e tem sido utilizada nos documentos oficiais desde 2008, a partir da realização 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Antes disso, era GLBT. Houve um deslocamento intencional da letra L para o início da sigla, no intuito de fomentar a visibilidade lésbica. (SIMÕES; FACCHINI, 2009)

<sup>3</sup> Para Silva (2009, p.176), “se refere ao processo de apropriação da realidade objetiva, sendo processo básico para a constituição e compreensão do psiquismo, enquanto a individualidade é a herança biológica de toda pessoa, que é a base para o processo de subjetivação e construção de todo o psiquismo”.



No modo como esta tese está organizada, não existem estudos específicos destinados a compreender essas circunstâncias na população estudada pelo prisma de quem as vive; portanto apresenta caráter original e é esperado que sirva de substrato para que a realidade local observada seja repensada, a partir dos resultados e sinalizações trazidas pela pesquisa.

Para tanto, ao longo da escrita, utilizo a sigla LGBT, em referência à existência de um grupo composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sem qualquer pretensão de excluir a representatividade de outras variações existentes e, menos ainda, uniformizar as particularidades e enfrentamentos de cada subgrupo. Vale ressaltar que não foram encontrados nesta pesquisa, subgrupos diferentes dos destacados.

As subcategorias da LGBTfobia são estudadas e aparecem organizadas a partir de suas singularidades, que de acordo com a sigla são: lesbofobia para lésbicas, homofobia como sinônimo de gayfobia para *gays* e bifobia para bissexuais, entendidas como orientação sexual e transfobia para travestis e/ou transexuais, referente à identidade de gênero. Friso ainda que, no intuito de evitar repetições conceituais e possibilitar melhor fluidez na leitura, utilizo no texto a sigla SR para “Situação de Rua”, PSR, quando me referir ao grupo de Pessoas em Situação de Rua e, para os (as) participantes da pesquisa, troquei seus nomes originais pelos nomes de alguns professores que marcaram a minha a vida pessoal e minha formação até chegar ao ensino superior, a fim de assegurar e garantir que o compromisso ético de não expor ou revelar qualquer participante que tenha feito parte do estudo; bem como uma forma de materializar o meu reconhecimento, admiração e respeito pelos profissionais da educação que fizeram tanta diferença em minha vida.

Por esse motivo, a interseccionalidade, oriunda do feminismo negro, foi escolhida como ferramenta analítica para subsidiar as discussões em torno das articulações existentes entre os diferentes nichos de exclusão social que se fazem presentes no cotidiano do grupo populacional estudado. Resumidamente, o feminismo

[...] é um bloco de correntes heterogêneas que tenta explicar as condições de subordinação das mulheres, tendo como bases comuns: a) o reconhecimento de uma causa social e cultural para essas condições; b) a incorporação da necessidade de uma tomada de consciência individual e coletiva contra tais condições; c) uma revolta contra o entendimento

presente nas relações de gênero em uma dada sociedade e em um dado momento da história. (JESUS, 2018. p.13)

Em sua forma anterior ao surgimento conceitual de “interseccionalidade”, proposto por Crenshaw (2002), outras feministas como hooks<sup>4</sup> (1984), Davis (1994), González (1988) entre outras, já haviam trazido importantes contribuições teóricas para o debate acadêmico, destinado a dar visibilidade e tirar da clandestinidade as questões de natureza estrutural e situações multicausais que intimamente estavam relacionadas e entrelaçadas na produção da vulnerabilidade de mulheres negras.

Conforme explica Akotirene (2017, p.10), a interseccionalidade:

[...] trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça. O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo.

Portanto, a análise interseccional precisa ser pensada pela ótica dos processos históricos, que constituíram a sociedade brasileira, profundamente marcada pela colonização que, na perspectiva de Fanon (2008), tem como base para exercitar os processos de dominação, o uso da violência, a expulsão populacional de seus territórios e a exploração para o trabalho que ao longo da história condicionou essa população a uma condição natural de desumanidade.

Conforme lembram Anjos e Silva (2020.p.286),

a colonização do Brasil, baseada no trabalho forçado de indígenas e negros, deixou marcas que ainda refletem em nossa sociedade. A formação social brasileira apresenta como categorias constituintes a escravidão e o patriarcado, expressados a partir da forte presença do racismo e de relações desiguais entre homens e mulheres.

Assim, abordar essas articulações no grupo estudado — onde majoritariamente essa população é negra —, a raça e conseqüentemente o racismo, conforme explicam González (1988) e Almeida (2008) operam de modo inerente às experiências que historicamente foram atravessadas por diversos tipos de exploração ao serem colonizadas. Neste sentido, quando se fala em racismo no

---

<sup>4</sup> Mantenho a letra minúscula em respeito a opção da autora, que o fazia como forma de dar crédito as ideias e não a sua pessoa.

cenário brasileiro, não se pode negligenciar que a colonização europeia implantou não somente o que Fanon (2008) chamou de “complexo inato” — conceito usado para explicar o reiterado e ininterrupto processo de desumanização no qual essas pessoas são submetidas a partir do momento em que nascem, carregando tal rótulo durante a vida toda — mas também, explicitamente, no modo de organizar as relações interpessoais, na promoção das desigualdades sociais de direitos; reverberando, inclusive no campo da própria subjetividade. A população de rua é, majoritariamente, uma população negra (80%).

González (1988) chama a atenção para a questão de que a superioridade branca ocidental ocupa simbolicamente um lugar de poder sobre a negro-africana. Se antes operava e podia ser justificada pela escravização, hoje se mantém por estar intrinsecamente articulada com o sistema capitalista, calcado na desigualdade social. Logo, não é somente um estilhaço histórico. Ela existe e precisa ser mantida para que o sistema funcione.

A fim de pensar a proposta de estudo desta pesquisa de modo mais detalhado, adotei as seguintes indagações: a LGBTfobia acarreta direta ou indiretamente para a SR do grupo estudado? Existem diferenças entre os enfrentamentos de pessoas LGBT e de pessoas heterossexuais na mesma condição? Quais são os possíveis marcadores sociais que transitam pela vida dos participantes aqui expostos? Existem similaridades entre as circunstâncias observadas nos levantamentos censitários, realizados pela Prefeitura de São Paulo, que corroboram com as situações apresentadas? Esses discursos permitem diálogos com os referenciais teóricos de gênero, sexualidade e da perspectiva Queer<sup>5</sup>.

A perspectiva Queer, em especial, foi escolhida como referência analítica indispensável, devido à notória congruência encontrada com o pensamento foucautiano, evidentemente voltada para o questionamento da produção de desigualdades, entendida aqui, como resultado do poder legitimado e exercido pelas instituições, as quais são responsáveis por marcar negativamente as subjetividades

---

<sup>5</sup> A perspectiva Queer solicita primeiramente um resgate histórico a respeito do termo Queer e dos usos que foram sendo construídos em torno de uma dimensão humana que a princípio tem a sua existência negada pelas instituições médicas – psicológicas – jurídicas – religiosas – e seus saberes/poderes disciplinares e regulatórios, ou recebe tratamento de abjeção, como não humano, como monstruosidade, totalmente desprovido de direitos a ter direitos, logo excluído do acesso à cidadania. (PERES, 2013,p.78)

a partir de processos que marginalizam e conferem lugar social ou ainda, que subtraem de forma velada ou não a possibilidade de que grupos específicos possam existir ( LOURO, 2000; PERES, 2013; PEIXOTO, 2018).

Infelizmente, a cada 26 horas, no Brasil, alguém é morto brutalmente ou suicida-se pelos efeitos desumanos, gerados pela LGBTfobia, fazendo com que o país ocupe o lugar vergonhoso de ser o maior *ranking* mundial dessas mortes, conforme divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que identificou índices alarmantes nos últimos levantamentos: 445 em 2017; 420 em 2018; 329 em 2019; e um total de 4.809 de 2019 a 2020 (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Como ponto de partida e apenas para dinamizar a leitura do texto, conceituo de modo sucinto a LGBTfobia como atitude baseada em “quaisquer ameaças, agressões físicas/morais/psicológicas, torturas ou assassinatos destinados a grupos específicos, bem como o combate para que seus direitos e políticas públicas não avancem.” (MEDEIROS, 2019. p.398). Em outras palavras, o ataque a essas pessoas intercorre por elas apresentarem orientação sexual (desejo/atração) diferente das heterossexuais ou por não serem cisgêneras<sup>6</sup>, cujo fenômeno demonstrarei, posteriormente, com mais esmero pelo prisma de inúmeras produções teóricas.

Nossa sociedade se sustenta em uma ideologia que legitima a “cisgeneridade” enquanto condição acessória da heterossexualidade compulsória, naturalizada e regimentada como molde positivado; portanto, faz com que qualquer combinação diferente seja tratada como se não existisse ou simplesmente não pudesse existir. Sendo assim, ressalto em concordância com Rosa (2020, p. 21) a necessidade de se usar a expressão “*cisheteronorma* em substituição a *heteronorma*, na reafirmação de que a construção da identidade de gênero é socialmente realizada na tentativa de unificar identidade de gênero e sexual, mas que tais construções são distintas”.

Neste sentido, Simões e Facchini (2009, p. 33) explicam que identidade sexual diz respeito ao “modo como a pessoa se percebe em termos de desejo; e como ela torna pública (ou não) essa percepção de si, em determinados ambientes e situações”, enquanto a identidade de gênero se configura como “significado

---

<sup>6</sup> Cisgênero ou simplesmente “Cis”, segundo Jesus (2012, p.14), é um termo “que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.”

assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto.” (BUTLER, 2015.p. 31).

Compactuando com Butler (2019), Fávero (2019) assegura que a cisgeneridade não se reduz à dimensão particular de reconhecimento e identificação em torno do sexo biológico. Ela é uma expressão analítica e de luta política pelo reconhecimento de identidades que aparecem conectadas diretamente com diversas formas de precarização da existência humana, enquanto ordena o acesso a privilégios para quem as tem.

Para fundamentar melhor a compreensão, trago a citação de Fávero (2019. p.181):

[...] o propósito é fazer com que a compreensão das desigualdades seja expandida, para que não tenhamos uma leitura superficial de uma norma que é sofisticada, e que se atualiza a depender da interação de tais identidades. Não é sobre dizer “cis, porém negro” ou “cis, porém gay” para garantir determinado nivelamento entre os marcadores da diferença. É sobre dizer “cis e negro (...)” e “cis e gay (...)” para flexibilizarmos nossas análises em direção a um entendimento interseccional acerca do sujeito. As separações fazem sentido apenas em um primeiro momento, quando de um processo didático-pedagógico, mas na vida real tal desprendimento não pode ser visto, pois não se descola um marcador do outro: eles estão imbricados.

Dessa forma, a manutenção da LGBTfobia e a SR — produtos da desigualdade social — é necessária para a perpetuação do sistema capitalista, a partir da exploração de classes, a qual se pauta na necessidade de venda da força de trabalho humana em prol da subsistência. Logo, produtora e mantenedora desse contraste social observado no Brasil, que insere na população explorada pelo capital, a partir da culpabilização individual e necessidade constante de se manterem instigados a produzir (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Como projeto de sociedade que se fortalece de modo intencional e velado, a partir da manutenção dos modos desiguais de acesso a vida material, historicamente, as condições de equidade feminina foram subtraídas em razão dessa lógica de exploração que precisava se abastecer da exploração de mulheres, quando estas foram condicionadas a se responsabilizarem por todos os serviços associados a esfera doméstica e, por isso, impossibilitadas de terem educação formal (SILVA; ALMEIDA, 2020).

A produção de desigualdades geradas pelo capitalismo na sociedade brasileira e da consequente, é explicada na ótica de Oliveira (2018), pela herança deixada durante a colonização; quando pessoas nativas e povos traficados foram

expulsos de seus territórios e explorados sem que nenhuma possibilidade de inclusão fosse vislumbrada. Portanto, é imprescindível que

[...] as mulheres, os negros e os LGBT's possam ser reconhecidos enquanto cidadãos. É preciso dar condições para sua existência. Afirmar que todos têm oportunidade é invisibilizar as demais questões que atravessam a sociedade." (SILVA; ALMEIDA, 2020.p. 119).

Adoto, todavia, a concepção vigente no Decreto de nº 7.053, que reconhece esse grupo no âmbito da política nacional voltada para a População em Situação de Rua (PSR), como

[...] heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p. 1)

Conforme descreve e reconhece a política, trata-se de um grupo que apresenta demandas coletivas, mas também muitas outras especificidades que carecem de investigação científica, sobretudo, a da população LGBT<sup>7</sup> nessa condição. Trago a expressão "abandono", no título da tese, para evidenciar a ausência de ações efetivas do Estado e da própria Sociedade, no sentido de não só violar, como também, de certa forma, compactuar com o descumprimento dos direitos básicos de qualquer ser humano. Isso, inclusive, é materializado na abstenção e no descaso estatal no que se refere à investigação das especificidades desse grupo, nos levantamentos oficiais, como apresentarei mais adiante. Salientando que estas ações, obviamente, produzem reflexos negativos em relação ao modo como as políticas públicas são articuladas e chegam a quem delas necessita. Ao abrirmos um pouco mais a objetiva, poderemos ver que o abandono se configura como uma ação oposta de quem os deveria proteger, ou seja, todos "aqueles que o teriam efetuado: as famílias, a sociedade e o Poder Público" (SILVA; HÜNING, 2015.p.157/158).

Tal temática é carente de investigações científicas mais aprofundadas, assim como apresenta sua relevância para a Psicologia, tendo em vista que a maioria dos

---

<sup>7</sup> Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (JESUS, 2012).

estudos relacionados a essa população costuma estar alinhada às políticas públicas; na compreensão da pobreza material, ignorando o o recorte de gênero.

Sendo assim, ao propor investigar as “vicissitudes da LGBTfobia na PSR”, pretendo produzir conhecimento a partir das condições de vida e dos enfrentamentos expressos por cada singularidade aqui apontada. Acredito que o conhecimento dessas especificidades pode oferecer subsídios empíricos, os quais podem contribuir para a produção de intervenções mais eficazes, principalmente se esses destaques forem trazidos a partir da perspectiva de quem está em SR e enfrenta a LGBTfobia.

*Quem tem amor na vida, tem sorte  
Quem na fraqueza sabe ser bem mais forte  
(Sinônimos: Zé Ramalho/ Composição: Paulo Sérgio /  
Cláudio Noam / César Augusto)*

O interesse pelo tema de investigação é análogo às situações vivenciadas ao longo da minha vida, ainda que isso não fosse algo consciente quando pensei na proposta de pesquisa. Na época, acreditava que tal desejo fosse exclusivamente desinente das experiências da minha atuação como psicólogo no Centro POP e, posteriormente, no Programa Consultório na Rua<sup>8</sup> na cidade de São José do Rio Preto. Nessas atividades, era perceptível que as especificidades da População LGBT em SR não eram levadas em consideração, até porque a estrutura e a gestão dos serviços eram pensadas para o público cisheterossexual.

Talvez, pela defesa de não ter que olhar para as minhas feridas, me convenci de que a motivação era genuinamente profissional. Porém, durante as leituras e supervisões coletivas com meu orientador e parceiros de academia, notei que essa reflexão trazia muito de mim. A confirmação veio no contato direto com os participantes; minhas angústias emergiram naquele contexto e assim precisei trabalhar as questões de maneira bastante recorrente na psicoterapia. Na vida pessoal, sempre fiz uso do meu bom humor e da carapuça de “homem engraçado”, para contornar dificuldades e esconder meus medos e aflições. Agora, por opção e

---

<sup>8</sup> Os Consultórios na Rua (CR) são vinculados à Rede de Atenção Psicossocial (Atenção Básica) e ofertando serviços *in loco*, de forma itinerante, desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, quando necessário, também com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos serviços de Urgência e Emergência e de outros pontos de atenção, de acordo com a necessidade do usuário.” (BRASIL, 2011)..Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122\\_25\\_01\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html)

como forma de agradecimento a todas as pessoas que socializaram suas trajetórias, traumas, fantasias e sonhos em torno das questões que atravessam a escrita da tese, apresentarei algumas conexões evidenciadas com a minha vida pessoal

Primeiro, as desigualdades de gênero que sempre estiveram presentes durante todo o meu processo de desenvolvimento pessoal. Por exemplo, lembro-me que na infância um sinal de que meus pais estavam passando por algum conflito no relacionamento se tornava perceptível quando minha mãe se recusava a servir meu pai durante as refeições. Sempre apresentou essa atitude e ela ainda o faz: uma prática mantida no contexto deles. O não servir é um comportamento de reivindicação que sempre apareceu atravessado pela culpa, possivelmente por ser entendido, pela minha mãe, como desabastecimento de algo que ele não tinha condições de fazer de maneira independente. Meu pai é um homem sertanejo, machista e analfabeto. Já minha mãe é uma dona de casa obediente e frequentadora assídua da igreja católica; sua instrução formal se encerrou na quinta série do 1º. grau. Esperou completar dezoito anos de idade para casar-se com o primeiro e único homem com quem se relacionou na vida e com ele permanece junto até hoje.

Dos três filhos, sou o caçula. As diferenças entre nós eram muito acentuadas por meu pai; afinal ele sempre expressou muito descontentamento por eu ser muito questionador e “respondão”, como ele dizia, muito diferente de minha irmã e de meu irmão mais velho: pessoas resignadas, muito tementes a Deus. Lembro-me de ter sido uma criança bastante ativa, brincalhona e criativa; nascida no interior da Bahia, tendo seu crescimento passado em um povoado carente localizado no sertão pernambucano. Eu adorava ir à escola, a única da região, a qual só ofertava escolarização até a quarta série do ensino fundamental pela rede municipal. Era um espaço precário. Quando a merenda aparecia, era motivo de comemoração. Uma realidade muito comum nas escolas daquela região.

Como um aspecto comum na população em SR, trago também no histórico o processo de migração, iniciado aos meus dez anos de idade, ao me mudar com a minha família para o estado de São Paulo. Prática bastante recorrente na década de 90 entre famílias humildes daquela localidade, as quais saíam de seus territórios em direção a outras regiões do Brasil, principalmente para o Sudeste, na busca de melhorar suas condições econômicas.



Ao chegar no interior paulista, em agosto de 1993, experimentei o frio pela primeira vez. Ainda tenho lembranças da moradia na zona rural, em que colocávamos folhas de jornal entre os cobertores para amenizar a friagem. Meus estudos não foram interrompidos; dei continuidade a eles naquele ano mesmo, no qual comecei a sentir a rejeição escolar. Meu sotaque passou a ser a causa de zombarias, assim como ser nordestino naquela escola era motivo de descrédito<sup>9</sup>, não somente por alguns colegas de sala, como também por professores. Muitos mestres sempre diminuía o saber adquirido durante o meu processo de escolarização anterior, meus gostos pessoais e referências culturais.

Literalmente, evitava falar em específico com uma professora de matemática, pois ela não aceitava o modo como eu tinha aprendido a fazer operações de divisão, mesmo chegando ao resultado esperado. Não considerava meu aprendizado diferenciado e praticamente bradava que eu deveria esquecer o modo como havia aprendido e me prescrevia constantemente que eu devesse reaprender a forma “correta” ao pensar a matemática. Toda essa situação me causava medo e assim eu evitava externar minhas dúvidas. Em casa, costumava chorar por me sentir inseguro quando ela passava tarefas. Com isso, fui desenvolvendo uma relação de pouco apreço sobre quem eu era, pensava e sentia.

Na adolescência, já mais acostumado com alguns maneirismos do interior paulista, fui modificando o sotaque; e na escola, pude produzir relações de amizade mantidas até hoje. Do ensino médio, guardo lembranças repletas de carinho e ainda nutro minha admiração por alguns professores que passaram pela minha vida escolar. Com isso, passei a reconhecer e a valorizar o modo como desempenhavam suas funções e, principalmente, por que certos deles eram muito convictos de que a educação sempre fora uma ferramenta transformadora da realidade e das pessoas. Por essas experiências tão significativas, passei a desenvolver amor pela docência.

Nessa época, eu ainda estava no “armário<sup>10</sup>”, pela minha orientação sexual. Namorava uma moça e me entendia como alguém sem “apetite sexual”. No campo profissional, não parecia uma escolha inteligente ser “professor”, afinal, infelizmente

---

<sup>9</sup> Entendido como atributo depreciativo correspondente ao conceito de Estigma (GOFFMAN, 2004).

<sup>10</sup> [...] um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores. A pesquisadora norte-americana afirma que “o armário”, ou o “segredo aberto”, marcou a vida gay/lésbica no último século e não deixou de fazê-lo mesmo após o marco de Stonewall em 1969 (SEDGWICK, 2007.p. 19).

esse não era e ainda não é um ofício valorizado em países como o nosso. Uso aqui a expressão “armário”, na mesma perspectiva adotada por Sedgwick (2007), no tocante à negação de quem eu era, a partir da minha autovigilância e das frenéticas tentativas de adaptação ao modelo social. Acreditava que, com isso, a aprovação externa me traria benefícios internos. Um dos mecanismos mais marcantes, dentre tantos utilizados para interditar a minha atração física por homens, foi o bochecho feito com água sanitária, movido pelo sentimento de abjeção e culpa quando beijei o primeiro homem.

Como forma de manter meu autoengano, escolhi cursar Licenciatura em Biologia, com a desculpa de que ser professor seria uma possibilidade secundária; por ser um curso bastante procurado pelo recente sequenciamento do genoma humano. Nesta graduação, fui aos poucos reconhecendo, por um lado, que eu não via sentido algum nas muitas disciplinas do curso e quase não chegavam a me entusiasmar. Por outro lado, a identificação com as disciplinas de humanas, especialmente “Didática”, era bem intensa.

Já em mais da metade do curso, comecei a fazer psicoterapia num serviço público de saúde, por indicação e insistência de minha namorada à época, pois entrei num estado de tristeza profunda. Aos poucos, fui me conhecendo cada vez mais e, com isso, tive coragem de romper o relacionamento, fazer outro vestibular e iniciar, no ano seguinte, o curso de Psicologia.

A minha dinâmica de funcionamento inicial se mostrou muito parecida com a anterior, mas logo na metade do primeiro ano, fui percebendo que estava muito envolvido com o lado humano da psicologia e com as interações ocorridas nesse processo. Como parte das mudanças que vieram, tive — de fato — meu primeiro “relacionamento assumido” com um rapaz, veterano do curso de Psicologia e, a partir disso, saí completamente do “armário”.

Minha irmã parou de falar comigo, fortemente influenciada pelo seu companheiro daquele período; o que contribuiu para a proibição do contato com os meus sobrinhos e o afastamento de alguns parentes os quais eu estimava. Para agravar a situação, meu pai expulsou-me de sua casa, sob ameaça de violência física; bem como fui proibido de lá retornar, mesmo que eventualmente, já que eu ainda estava cursando minha graduação, em outro estado. Por parte de meu irmão que residia no Nordeste, a indiferença. A total falta de compadecimento dele ante as dificuldades que eu enfrentava.

Não bastasse isso, fui alvo direto do meu então cunhado. Agressões físicas e psicológicas, numa constante admoestação de extermínio. É comum para muitos LGBT precisar buscar apoio e aparato material em outras relações e, comigo não foi diferente. Encontrei famílias na cidade de Corumbá. Tive a oportunidade de me fortalecer por meio desses novos elos. Em especial, o convívio com a Professora Vanessa Catherina Neumann Figueiredo — incentivadora e responsável pelo meu desenvolvimento profissional e, certamente, a mola propulsora de toda uma trajetória acadêmica que me permitiu chegar ao doutorado em Psicologia.

Retornando às questões da expulsão de casa, lembro-me dos inúmeros Natais que passei chorando em alguma calçada, sozinho ou escondido das pessoas que me acolhiam nessa época do ano e faziam questão da minha presença; e ficava pensativo, ouvindo repetidas vezes a minha trilha sonora, especial para aquele momento: *Ovelha Negra*<sup>11</sup>, da cantora, compositora, escritora, atriz e multi-instrumentista, Rita Lee, que em um trecho específico dizia: “[...] Foi quando meu pai me disse filha, você é a ovelha negra da família, [...] Agora é hora de você assumir, e sumir”. Na época, a expressão “ovelha negra”, não me remetia a uma conotação pejorativa em detrimento de uma raça/etnia e, sim, com a sinalização de que eu era diferente, por ser homossexual. Isso me colocava num lugar de alguém inferior e menos humano, afinal, “assumir”, implicou diretamente em “sumir” não somente do convívio familiar, mas do campo visual de todas as pessoas que poderiam me machucar de formas diversas.

Esse processo de ruptura, sinônimo de abandono, durou alguns anos e me expôs a inúmeras situações amargas que mutilaram a minha autoestima, bem como a minha autoconfiança, por muito tempo.

Acredito que isso explique o fato de que, por muito tempo, precisei buscar aprovação externa de minhas competências e habilidades e, ainda, o fato de ter colecionado, ao longo da minha vida afetiva, relacionamentos abusivos. Essas experiências eram largamente retratadas na obra “A experiência Homossexual”, da psicóloga mexicana, Marina Castañeda (2007), que tanto contribuíram de forma substancial para que eu tivesse clareza sobre as dificuldades de ter uma relação

---

<sup>11</sup> Utilização da palavra “negra” como algo pejorativo, prejudicial, ilegal (SEJUS-DF, 2020.p.25).

satisfatória comigo mesmo, por me perceber como alguém sem prestígio para ser amado de verdade.

O que ou quem me tornei a partir desses inúmeros enfrentamentos? Respondo, sem nenhum resquício de constrangimento, que: sou nordestino, com orgulho de minhas raízes, sou professor, psicólogo e filho — nestes e em outros lugares e relações —, que não se permite olhar para o chão novamente. Sou um homem gay.

Por isso, reitero que existem processos meus de identificação nesta pesquisa. Obviamente, a intenção aqui está longe da pretensão de equiparar os enfrentamentos das pessoas em SR com a minha. Apenas reconheço, em minha trajetória, circunstâncias conflituosas com a família e, também, que fui nômade (morei em inúmeros lugares). É importante ressaltar que usei a estratégia do “nomadismo”, comum entre pessoas LGBT em SR, para buscar melhores condições de vida, trabalhar ou simplesmente me proteger da violência ou da morte.

Sim, a vida na rua é uma condição possível de reinvenção e resistência, a partir dos modos de vida de pessoas LGBT frente a tantos processos de normatização condicionados pelo capital, como, por exemplo, aqueles que ditam que todas as pessoas devam residir em moradias regulares, tenham empregos fixos e uma rotina de afazeres agendados. No entanto, compartilho com o posicionamento de Garcia (2013) de que a romantização generalizada em relação aos processos de ruptura com os modelos valorizados socialmente, dificulte a possibilidade de que haja uma compreensão mais apurada a respeito da complexidade existente nesses modos de viver.

Felizmente, a rua não foi uma opção pensada como local de refúgio para meus enfrentamentos pessoais, em virtude de relações de amizade e acadêmicas, que cotidianamente negavam o posto de inferiorização que me foi dado pela família. Outro fator que também serviu de sustentáculo para que a SR nunca fosse uma condição imaginada, foi o profundo apreço e confiança depositada nos estudos que, durante essa fase difícil, nutriu a confiança de que a educação era uma alternativa que me traria desenvolvimento profissional e humano.

Como proposta desta pesquisa, trago o cruzamento entre duas questões delicadas e oportunas de investigações acadêmicas: o que é a LGBTfobia? O que é a “Situação de Rua” (SR). A proposta não é apontar uma relação de “causa e efeito”, isto é, que a LGBTfobia necessariamente irá produzir a SR, mas apresentar

hipóteses de uma possível articulação perversa entre essas duas instâncias; as quais se relacionam com outros marcadores sociais que podem contribuir ainda mais para a produção de inúmeros enfrentamentos nessa população.

Para isso, escolhi propositalmente a cidade de São Paulo por duas razões: a primeira diz respeito ao fato de ser o município brasileiro que possui o maior contingente de pessoas vivendo nessa situação; a segunda, por ser a cidade pioneira em levantamentos censitários a demonstrar algumas informações específicas sobre dissidências de gênero e orientação sexual na população em SR. Digo algumas informações porque segundo as pesquisas mais recentes apresentadas na cidade de São Paulo (2015/ 2019), não foram divulgados dados referentes a marcadores sociais de raça, classe, gênero e etnia na população LGBT em SR e, no âmbito dos levantamentos censitários nacionais, as identidades cis e trans, conforme lembrado por Medeiros *et al.* (2020), sequer são mencionadas.

Considero ser importante conhecer de maneira mais aprofundada essa realidade, não somente as características classificatórias ou quantificação populacional, como também as necessidades e enfrentamentos singulares a que essas pessoas estão submetidas. Acredito que esse tipo de investigação, da mesma maneira que a produção de conhecimento em torno dessas questões, é de substancial importância para produção de políticas públicas que possam auxiliar na redução das ações desumanas; as quais afetam essas pessoas em diversos contextos, sobretudo nos equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social.

Outro ponto é oferecer subsídios para que a Psicologia se aproxime mais dessa realidade e, principalmente, dos aspectos que envolvem o campo da subjetividade, trazendo benefícios diretos a populações marginalizadas por meio dos efeitos decorrentes das práticas psicológicas, pois, como já mencionado em minha experiência profissional, muitos espaços destinados a atender essa população continuam adotando a cisheteronormatividade como referência de organização para a gestão dos serviços e das práticas.

A cisheteronormatividade ou heterocisnormatividade, é:

[...] uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição

de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas. Essa perspectiva cisheteronormativa da psicologia produz descrições universalizantes dos processos tidos como naturais e a patologização da diferença, ao tratá-la como casos desviantes da norma. (MATTOS; CIDADE, 2016. p.134)

A Psicologia, em um de seus princípios fundamentais do código de ética, enfatiza que as práticas profissionais precisam perpassar pelo campo da humanização. Para isso, é necessário que haja articulação e engajamento entre os inúmeros dispositivos institucionais, a fim de que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, consiga “[...] promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p.7).

O dispositivo é, na concepção de Foucault (1996), um mecanismo de poder, dotado de técnicas e manobras, cujo caráter intencional não é revelado, no intuito de manter de forma generalizada e de modo ininterrupto, os privilégios de grupos socialmente privilegiados, como se essa fosse uma condição dada e, portanto, devesse ser mantida e resguardada; e, do mesmo modo, o lugar daqueles que circulam pelo abismo de uma vida com possibilidades reduzidas. Ainda que o foco da tese seja, principalmente, compreender as relações de dominação no âmbito das instituições, pelo olhar foucaultiano, há que se levar em conta a existência da ampliação conceitual proposta pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2005.p.13), que diz tratar-se de “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.”

A partir do desejo de estudar as vicissitudes entre LGBTfobia e SR, elegi a pesquisa de campo por ser o modelo mais indicado na perspectiva de Lakatos e Marconi (2003) para estudar fenômenos intercruzados que ocorreram a partir da exploração minuciosa dos conteúdos disponibilizados e gravados. Consciente dessas nuances, utilizei a entrevista semiestruturada, com questões voltadas para a LGBTfobia e a SR, que me deram certa liberdade de conduzi-las, pois, esse tipo de entrevista “permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (GIL, 2008, p.112). Para estudar os conteúdos, resultantes das entrevistas, contei com o aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de corrente francesa, que tem como princípio basal o estudo dos sentidos produzidos pela linguagem, em que se

leva em consideração não apenas o presente, mas busca-se na produção dos sentidos, inúmeros e diferentes atravessamentos do social, do histórico e das ideologias que cada pessoa se abastece para dar sentido ao que que diz (FOUCAULT, 1996; ORLANDI, 2012).

Para esta pesquisa, ideologia e inconsciente são entendidos como pontos que se articulam e produzem sentidos. Portanto, primordiais para o aprofundamento e compreensão dos conteúdos apresentados nas entrevistas, sendo que:

[...] falar de inconsciente para a AD é evidenciar que o sujeito não é um *a priori*, ele é, outrossim, fruto de sua inscrição na história e na língua, interessando, com isso, analisar os lugares de onde esse sujeito fala, compreendendo seus processos de assujeitamento em termos da inscrição da interpelação pela ideologia na história. (BIAZUS; PETRI, 2013.p.6)

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: neste capítulo, a introdução desta tese; no capítulo 2, trago algumas considerações sobre a LGBTfobia enquanto problema social e, posteriormente, um panorama geral da realidade brasileira vivenciada pela PSR. No capítulo 3, apresento alguns estudos que expõem a realidade decorrente da combinação LGBTfobia e SR, a partir de levantamentos teóricos e de documentos oficiais produzidos no âmbito nacional e internacional. Já no capítulo 4, a realidade investigada vem com o percurso metodológico utilizado, no capítulo 5, entrego os achados da pesquisa discutidos sob o prisma teórico e, por fim, no capítulo 6, os resultados da pesquisa e suas considerações finais.

## 2 VIDAS ILÍCITAS

*Todos iguais, todos iguais  
Mas uns mais iguais que os outros  
(Ninguém= ninguém/ Engenheiros do Hawaii/  
Composição: Humberto Gessinger.)*

Este capítulo foi intitulado de “Vidas Ilícitas” na intenção de destacar que, tanto as vidas de pessoas LGBTs, quanto as que estão em SR – especialmente as que transitam por esses dois marcadores – são vistas e tratadas como “proibidas”, inconcebíveis e opositoras aos padrões morais pelo senso comum e, por isso, são colocadas socialmente em patamares específicos de inferioridade devido à produção do estigma, que na perspectiva do sociólogo Erving Goffman (2004, p.6) significa:

[...] um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Como resultado disso, essas pessoas são submetidas a condições marginais e desumanizadas que, explicitamente, desembocam no desabastecimento de direitos que são — ou ao menos deveriam ser — assegurados a todos (as) os cidadãos e cidadãs brasileiros

O rompimento normativo em relação aos modos de vida, discutidos nesta tese, vão além dos padrões de moradia, de gênero ou de orientação sexual; assim como dos que se sobrepõem e aparecem na estética corporal e na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; visto que a vida normalizada é uma produção social internalizada por meio de relações sociais, utilizando-se do mecanismo da linguagem para apropriar-se dessas generalizações produzidas no âmbito social, as quais passam a integrá-las à subjetividade que se utilizará desses enunciados para a produção de comportamentos singulares (VIGOTSKY, 2004).

Tanto a marginalização de pessoas LGBTs, quanto daquelas que se encontram em SR, são ações mediadas através das relações sociais. Do mesmo modo acontece com os privilégios daqueles que são heterossexuais, jovens, brancos (as), escolarizados (as), empregados (as) formalmente e moradores (as) de



territórios que reiteram uma posição econômica/financeira favorável, enquanto outras se tornam “ponto de emergência de vetores biológicos, subjetivos, sociais, históricos, econômicos (MACERATA, 2015, p.99).

Sendo assim, apresentarei um tópico para a delimitação da LGBTfobia. Em seguida, um panorama acerca da caracterização da população em SR. Na parte final do capítulo, os enfrentamentos decorrentes da articulação dessas duas combinações e outras particularidades que vão sendo apresentadas na população investigada e na literatura científica.

## 2.1 A LGBTFOBIA E SEU PROJETO SOCIETÁRIO

*[...] porque as pessoas olham para a gente só no sentido da sexualidade, e não é isso, a gente também precisa ser abraçado, a gente também precisa de carinho, ter uma vida estabilizada, ter uma vida familiar e é isso que a gente precisa realmente.  
(Trecho extraído da quarta entrevista realizada)*

A partir da perspectiva de Foucault (1996), a LGBTfobia pode ser entendida como dispositivo, ou seja, um aparelhamento de estratégias, intencionalmente esquematizadas e legitimadas pelo poder, difundidas e aplicadas como necessárias para manutenção de uma suposta ordem social em torno da sexualidade e do gênero, onde o verdadeiro intuito não é revelado abertamente — a manutenção incessante de que o controle dominante continue sendo exercido como “economia política”, a partir do “discurso de verdade” que naturaliza os lugares ocupados socialmente como condição natural, não apenas no nível da materialidade, mas também das subjetividades.

Em relação à sexualidade, Rubin (2017) diz ser esta, um dos alvos — entre tantos outros — cujo controle de interesse político faz circular o reducionismo de condição natural e, de alguma forma, convencendo as pessoas de que o sexo não é interpelado pela ação humana e tampouco pela historicidade. Portanto, conforme posicionamento da autora, qualquer possibilidade de entendimento das reais intenções políticas que estão por trás dessas manobras são despistadas, uma vez que contam com peso do discurso das instituições — sobretudo os da medicina, da psiquiatria e da psicologia —, que durante muito tempo difundiram o essencialismo do sexo.

Essa *essencialização* histórica da sexualidade, segundo Rubin (2017), se configurou como uma potente estratégia de implantação e funcionamento do sistema capitalista, que tem como pilar central de sua estruturação, a produção e a manutenção das desigualdades sociais a partir da existência da exploração de classes. Sobre essa questão, Pereira, *et al.* (2019. p. 287-288) explicam o que:

[...] percebemos que existem diversos fatores que são excludentes de parcelas da população: estrutura econômica, cultura, gênero, política e etnia. Excluir significa impossibilitar o compartilhamento, a partilha, e resulta em recusa, abandono e expulsão de um conjunto da população de gozar de plenos direitos de escolha em sua própria vida, o que resulta em uma privação da autonomia, da participação social e coletiva, além de uma parcialidade na constituição subjetiva. É por não ser pessoal, mas coletiva, que a desigualdade é social e que gera pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

Com isso, pode-se perceber que a LGBTfobia é um poderoso dispositivo de controle social que, a partir do uso velado de seus mecanismos, coloca numa posição de inferioridade a pessoa que manifeste sua sexualidade díspar da heterossexual, já que a heterossexualidade foi instituída como modelo exemplar, que reflete e orienta como todas as pessoas deveriam ser (WELZER-LANG, 2001).

Portanto, essa deslegitimação posta em relação àqueles que fogem das prescrições normativas do sexo e de forma complementar do gênero, irão impactar negativamente a subjetividade individual, podendo também se estender à produção de um olhar que desqualifica os iguais (NAVARRO- SWAIN, 2007).

[...] A subjetividade é cotidianamente constituída por atravessamentos de forças do campo social: seja a partir do Estado, da mídia, da escola, da família, da religião, da ciência, entre uma infinidade de relações micropolíticas que nos assujeitam, mas também podem possibilitar a (re)invenção de novos possíveis e de novos modos de vida que escapam às relações de saber e poder, produzindo modos ético-estéticos de existência. (SANTOS; TEIXEIRA-FILHO, 2014.p. 204)

Com esses efeitos, os corpos que se encontram fora dos contornos do binarismo sexual ou de gênero têm suas subjetividades interpeladas pelas instâncias sociais, que impõem o poder pelo discurso, ao sujeitar corpos ao lugar de abjetos; ou ainda, conforme nos lembra Medeiros (2019), subjetividades condicionadas que adotam o silenciamento como tática para continuarem vivendo.

Dentro da problemática estudada, é importante salientar que na perspectiva da matriz heterossexual, a cisgeneridade se apresenta de forma acessória e obrigatória, onde as pessoas possam ser enquadradas sem qualquer tipo de oposição a esse padrão social imposto e naturalizado. Este modelo é reiterado incansavelmente pelas instituições sociais, responsáveis por cristalizar tais preceitos que ainda são mantidos por interesses políticos. Inúmeras vezes propagados como de “escolha individual”, são intencionalmente eficientes para a produção e manutenção de um projeto de sociedade que edifica a partir das desigualdades, em que muitos são desalojados da condição de seres humanos — fato que pode ser didaticamente comprovado no cotidiano, se voltarmos o nosso olhar para o modo como os direitos básicos são acessados.

Inicialmente, convém assinalar que a LGBTfobia é decorrente de papéis sociais construídos em torno do sexo, “delimitando-o” unicamente como feminino ou masculino. Ora, as características observadas por meio de normas hegemônicas asseguram o reconhecimento do indivíduo dentro do modelo de feminilidade e masculinidade, sendo de fluxo contínuo e repetitivo, para possibilitar o enquadramento imediato — chamado por Butler (2018) de performance — o que deve corresponder ao sexo. Quando isso não acontece, acaba funcionando como um substrato potente para a desumanização de travestis e transexuais, pessoas que aparecem distantes de atributos valorizados socialmente, como os que

[...] são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa. (BENTO, 2011, p.554)

Amparado nessa concepção, a ação mediada por interesses hegemônicos em diversas culturas, ao longo do tempo, legitimou e naturalizou a heterossexualidade como lugar de superioridade e espelho de enquadramento, restringindo qualquer possibilidade de reconhecimento de manifestações que fujam das limitações impostas (relações afetivas ou práticas sexuais), como, por exemplo, as que apresentam diferenças em torno do sexo biológico, produção mediada a partir do reconhecimento genital, antes ou depois do nascimento (LOURO, 2010;

LEITE JR, 2018; VECCHIATTI, 2018; BUTLER, 2019; CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2019).

Esse controle é apontado por Foucault (2017) como uma herança deixada desde a burguesia vitoriana, apresentado na obra “História da Sexualidade I: a vontade do saber”, em que lembra que o ápice dessas proibições sucedeu no século XVII, em relação às pessoas que violavam os fundamentos morais do sexo e, por isso, precisavam passar pela reparação moral que acontecia por meio dos rituais de confissão. Com o tempo, esses preceitos foram estendidos e regimentados por outras instituições, dentre elas a medicina e a psiquiatria, sendo assimilados, posteriormente, ao sistema de justiça, que difundia a necessidade de controle do sexo para manutenção da moral social.

[...] por "moral" entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara. (FOUCAULT, 2017, p.26)

Na mesma esteira, Castañeda (2006) diz que todo esse aparato de vigilância dado pelas instituições, somado à prática da confissão — indispensável para a salvação da alma — potencializou a patologização de práticas não heterossexuais e, com isso, abriu-se a possibilidade para que as internações compulsórias fossem tidas como convenientes, pelo fato de ofertar a promessa de readequação aos moldes heterossexuais, isto é, a um dispositivo de aliança, sendo conectado

[...] fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal — corpo que produz e consome. Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser a "reprodução". O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (FOUCAULT, 2017 p.100)

A partir disso, pode-se dizer que as primeiras manifestações de combate às práticas sexuais dissidentes passaram a ser mantidas por essa prescrição “aparentemente natural” de que os privilégios da heterossexualidade são inerentes a ela, quando na verdade essa é uma posição mantida e propagada de cunho político. Por isso, pensar que o lado oposto, que foge dos padrões hegemônicos de sexualidade e de gênero, se configura como uma escolha ou ideologia — como, por exemplo, nos discursos produzidos e reiterados em torno da lesbofobia, da homofobia, da bifobia e da transfobia — tem servido para reiterar a inferiorização subjetiva daqueles e daquelas que se encontram fora dessas diretrizes hegemônicas.

Conforme destaca Guimarães (2018), a eclosão da AIDS contribuiu amplamente para estigmatizar a população não heterossexual, na década de 80, via associação direta a uma patologia difundida no imaginário social: a “peste gay”, apresentada pelas instituições como resultado das práticas homossexuais que, na perspectiva de Peixoto (2018), se estendeu até o começo do século XX, fortemente propagada pelo discurso religioso, mesmo que as instituições científicas do Brasil — ou mesmo de toda Europa — não enquadrassem a homossexualidade como sendo uma doença.

Por isso, convém explicar que a LGBTfobia é decorrente do cissexismo, que confere à heterossexualidade o lugar da soberania, complementando a cisgeneridade, condição acessória e indissolúvel da heterossexualidade (VALADARES; ALMEIDA, 2018; VECCHIATTI, 2018). Portanto, o gênero não pode ser concebido como sinônimo de sexo, por se tratar de uma construção social que atribui características e papéis diferenciados a partir do reconhecimento das genitálias, não sendo diferenças complementares, mas, sim, um organizador da vida em sociedade que distribui privilégios, assim como é um gerador de vulnerabilidades. A respeito disso, Butler (2018, p.11) explica:

[...] a vulnerabilidade e a invulnerabilidade como efeitos políticos, efeitos distribuídos de maneira desigual, de um campo de poder que age sobre e por meio dos corpos; essas rápidas inversões mostram que a vulnerabilidade e a invulnerabilidade não são características essenciais de homens ou mulheres, mas, na verdade, processos de formação de gênero, os efeitos de modelos de poder que têm como um de seus objetivos a produção das diferenças de gênero que caminham lado a lado com a desigualdade.

Já a orientação sexual diz respeito ao interesse, atração e desejo que corrobora para a produção da excitação sexual, não definindo o gênero e nem a subjetividade (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2010). Dessa forma, nem a sexualidade ou o gênero são determinações biológicas, mas aparecem alinhados a muitas questões que produzem a intangibilidade dentro de sociedades regidas por normas hierárquicas, as quais categorizam a cisheterossexualidade como exemplar, enquanto as destoantes são atravessadas pela produção de violências.

Nesse sentido, a LGBTfobia consiste em um emaranhado de atitudes negativas, prejudiciais e alimentadas por convicções e juízos, que visualizam como inferiores, as pessoas fora dos “padrões” de gênero e sexualidade (dissidentes). Elas rompem com um certo ordenamento amplamente difundido pelo discurso, sendo atuante na produção de subjetividades; conforme aponta Souza (2019) ao lembrar que somos persuadidos por costumes sociais predominantes, amplamente reforçados pelas instituições, os quais são mecanismos indispensáveis para a imposição dos padrões normativos, como, por exemplo: a família, escola, religião e o próprio estado; dispositivos entendidos por Toledo e Pinaffi (2012) como produtores de relações de poder e, por conseguinte, de subjetividades.

Preciado (2017), em complemento a essas questões, afirma que o sexo é uma tecnologia de produção social de poder, atuando de modo eficiente para garantir os postos privilegiados da heterossexualidade, dificultando uma leitura mais densa e sistêmica do corpo, pelo fato de apresentar-se reduzido à anatomia e, conseqüentemente, reforça as desigualdades em torno do gênero. A partir do exposto, não é cabível que a LGBTfobia seja entendida como uma manifestação intrínseca dos (as) sujeito (os); pois, além de naturalizar esse fenômeno, corrobora para a manutenção das desigualdades estruturais, apagando a intencionalidade de grupos hegemônicos que se beneficiam da condição de assujeitamento de outros.

Em relação ao gênero, as características observadas a partir das normas impostas, devem ser capazes de assegurar o reconhecimento do indivíduo dentro dos modelos de feminilidade e masculinidade, sendo de fluxo contínuo e repetitivo para possibilitar o enquadramento imediato (BUTLER, 2018) e, para os desobedientes, não há gozo de direitos humanos, ponto que reforça a vulnerabilidade e a invisibilidade das pessoas LGBT. É importante reivindicar o reconhecimento dessas singularidades enquanto humanos — e propriamente de pessoas — já que são constantemente desalojados desse lugar, e por isso,

enfrentam formas variadas de violência e até de eliminação (VALADARES; ALMEIDA, 2018; SEFFENER; RIOS, 2018) ao serem postos nesse jogo de inclusão/exclusão. Por isso, é de suma importância buscar compreensão histórica e política acerca da LGBTfobia, a fim de entender o motivo do distanciamento de direitos básicos ao qual esse grupo está submetido (LIMA 2014, LEOPOLDO, 2017).

Aos poucos, ocorrem reduções e amortecimentos dos mecanismos internos de enfrentamento dessas situações, impossibilitando que essas pessoas experimentem uma vida mais autônoma em consequência de internalizações negativas da naturalização da vulnerabilidade (BUTLER, 2019). No mesmo prisma, a vulnerabilidade explicada por Butler (2019), enquanto posição social imposta politicamente, decorrente da precarização da vida, não permite ao vulnerável a chance de se defender com todos os recursos comuns aos demais cidadãos e cidadãs.

Essa regulação, pensada a partir da heterossexualidade (heterossexismo), fundamenta como condição inexorável para que os comportamentos e ações correspondam de modo acessório e sem separação ao sexo biológico. É o gênero descrito por Butler (2019, p.21) como [...] “o significado social que o sexo assume em determinada cultura”, é uma ideologia organizada, alimentada em torno reafirmação do sexo, dos binarismos (homem/mulher) numa relação quase de causa e efeito, em que não se deve esperar qualquer desfiliação decorrente dessa combinação sexo/gênero. Logo, é um sistema hierárquico de ordem social — e não biológica —, consolidado, em que as escapatórias da norma regulatória repercutem em opressão, exclusão e desigualdades, que impedem o acesso a inúmeros privilégios, inclusive sob autorização do poder legislativo atualmente. (BORRILLO, 2010; LEITE JR, 2018; BUTLER, 2019; ROSA, 2020).

O Gênero, tem uma diretriz, um *script* análogo a um roteiro de atuação teatral atuante para normatizar expressões, comportamentos e padrões estéticos, suficientes para tornar ou não uma vida inteligível e reconhecida. A esse “roteiro prévio” de atuação social, Butler (2018) denominou de performance, em que a imposição das regras de gênero e sexualidade tornam-se visíveis e passam pelo crivo social de reconhecimento em que o corpo é obrigado a expressar os atributos institucionalizados. Esse modo de (des)acatar as normas por si só, funciona como substrato explicativo para justificar o lugar ocupado pelos sujeitos na estrutura social.

Na verdade, esse modo de organizar as relações sociais a partir das diferenças biológicas é apresentado por Oyèrónké Oyěwùm (2021), socióloga nigeriana, como uma invenção ocidental posta como necessária para manutenção e cristalização do *status* conferido as instâncias difusoras no saber, no mundo. Ao estudar a cultura iorubá, de matriz africana, demonstrou que antes do processo de colonização ocidental, os modos sociais de organização não se baseavam nas diferenças biológicas visíveis no corpo e, sim, na longevidade, definida pela autora de “senioridade”, não havendo sequer, diferenças inseridas no dialeto, no corpo social iorubá. Portanto, o gênero, na perspectiva da autora, deve ser pensado a partir de uma perspectiva contextual irrestrita e inclusiva, dada a existência de diferentes grupos culturais pelo mundo, da historicidade e das diversas dinâmicas territoriais.

Neste mesmo sentido, Butler (2018), Ramos, Nicoli e Brener (2016) explicam que esse processo de segregação é convertido apenas como uma ideologia, sobretudo em sociedades capitalistas, em que grupos hegemônicos irão se beneficiar de privilégios da heterossexualidade, enquanto outros, ficarão em condições totalmente opostas, mesmo que a história apresente justificativas plausíveis para contestar essas prerrogativas, a exemplo de alguns animais, tal como destaca Okita (2007), que são conhecidos por evidenciam interesse sexual por parceiros do mesmo sexo.

Com a chegada do capitalismo instaurou-se uma nova formatação de relação, onde o homem passou a ser figura central do poder sobre as mulheres, retirando destas a liberdade sexual e a igualdade econômica. Assim, para conter os dissabores trazidos juntos à sociedade de classes, impôs-se à mulher a monogamia, comportamento instituído e que precisava ser mantido para que não houvesse possibilidade de que as heranças fossem dissipadas; ou, ainda, que a propriedade privada fosse confiscada diante da incerteza da paternidade.

Sendo assim, ser homossexual no sistema capitalista era ir na contramão dos interesses do patriarcado, alinhados em torno da manutenção da propriedade privada. Desta perspectiva, para manter, produzir, acumular riquezas. Ações em cadeia, chamadas por Foucault (2017) de dispositivo de aliança. Por exemplo: sacralização do casamento e do binarismo sexual, manutenção e perpetuação dos bens, do nome e, além disso, a permanência contínua no território, características



ancoradas em valores burgueses, que muito se distanciam da realidade da PSR/LGBT.

Estabelecendo um paralelo com o conceito de dispositivo, por divergirem do ordenamento heterocentrado (fonte do machismo), necessário para salvaguardar a perpetuação e reprodução do capitalismo, justificativas das mais criativas que giram principalmente em torno da biologia e de Deus, para essencializar o sexo e, por conseguinte, os papéis sociais e as desigualdades em torno dele. Afinal, se o sexo e o gênero forem refletidos, o neoliberalismo se enfraquece, já que as artimanhas que mantêm qualquer regime de poder dependem exclusivamente do ocultamento real das intenções que protegem — intencionalmente — algumas vidas específicas e outras, não.

Portanto, é necessário expor que LGBTfobia e capitalismo se articulam de forma harmônica em torno da desumanização de vidas específicas. Essas, as vidas matáveis — as não aderidas aos moldes impostos pelo sistema vigente —, além da subtração de qualquer possibilidade de alterar a condição de vulnerabilidade, ainda não ficam isentas da responsabilização individual, se quem detém o poder também *carrega a verdade*.

Diante dos dados estatísticos que colocam o Brasil como o país que mais extermina a população LGBT em nível mundial, não se pode negligenciar que o recente Projeto de Lei 672 de 2019, que criminaliza a LGBTfobia, é um avanço e é necessário. Entretanto, é indispensável ressaltar que o enquadramento ao crime de racismo — posto pela lei 7716, de 5 de janeiro de 1989 —, não deveria ser a única forma de combate. Além disso, são coisas bem diferentes.

É possível inferir que a analogia colocada entre LGBTfobia e crime de racismo no sistema capitalista incita atrocidades, o apagamento, ou seja, o detrimento dessas pessoas e um debate mais articulado sobre as particularidades que alimentam a desigualdade social, reduzindo-as e legitimando-as como produções universais de qualquer sociedade regida por esse sistema econômico, bastante funcional para alimentar a ideia de que a democracia social pode ser alcançada pela vontade e pelo esforço individual.

Neste sentido, as vulnerabilidades consequentes do racismo são um equívoco, pois unificar “apenas um tipo de preto, assimilar o antissemitismo à negrofobia, parecem ser erros de análise por nós cometidos” (FANON, 2008, p. 156) e, em contrapartida, na LGBTfobia, existem assimetrias, sobretudo na população

trans que ao perder os privilégios da cisgeneridade, posta e “articulada com a branquitude e a heteronormatividade, bem como de outros marcadores sociais, sexuais, de classe, raça e etnia, na produção da diferença” (FÁVERO, 2019, p. 177). Só pelo fato de não serem cisgêneras, perdem inúmeros privilégios. São massacradas de forma ainda mais desumana, uma vez que esses corpos são vistos como pseudocorpos, antinaturais e, por isso, efetivamente não reconhecidos como seres humanos.

Ainda com base em Fávero (2019, p. 181), partindo da leitura interseccional, sinaliza a existência de intensidades distintas a respeito da precarização existencial acerca das cisgeneridades, apontando que

[...] o objetivo não é eliminar as disparidades entre pessoas cis e trans, como se vivessem relações horizontais em suas adversidades. Pelo contrário, o propósito é fazer com que a compreensão das desigualdades seja expandida, para que não tenhamos uma leitura superficial de uma norma que é sofisticada, e que se atualiza a depender da interação de tais identidades. Não é sobre dizer “cis, porém negro” ou “cis, porém gay” para garantir determinado nivelamento entre os marcadores da diferença. É sobre dizer “cis e negro (...)” e “cis e gay (...)” para flexibilizarmos nossas análises em direção a um entendimento interseccional acerca do sujeito.

Dentro dessa perspectiva, identificar as articulações e características que na Lei parecem próprias ou análogas, não só tornam homogêneas e superficiais as precariedades, como também gera, na visão de Crenshaw (2002), a invisibilidade da diferença; inviabilizando, com isso, possibilidades reais de atuar no que seria a causa da precariedade existencial e consequentes vulnerabilidades associadas.

Em suma, a LGBTfobia se mantém porque muitos se beneficiam dela, através da disciplina, “um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996, p.36), imprimindo e autorizando a propagação de estigmas e violências a todos aqueles que não coadunarem com os significados compartilhados por essas posições hierárquicas.

Portanto, ressalto que a LGBTfobia se expressa na atualidade, através de ações de discriminação, exclusão, inferiorização, hostilidade e até de extermínios, que são fundamentados a partir da uma suposta superioridade da heterossexualidade e identidades cisgêneras, em relação às demais; consistem em marcadores sociais imponentes na produção de desigualdades — análogo, em certa medida, ao racismo — nos quais “os corpos que estão na mira do fenômeno social

da LGBTfobia possuem uma identidade atávica, classificados como sodomitas, pederastas, invertidos sexuais, tribades e outras demais ditas ‘aberrações’.” (PEIXOTO, 2018. p.88).

As consequências desse fenômeno repercutem de maneira negativa por produzirem alterações na subjetividade, tanto pela internalização dos estigmas, quanto pelo conflito rotineiro da violência simbólica/física, no qual os quadros de depressão costumam aparecer misturados à manutenção do sentimento crônico de inadequação e vergonha, fortemente alimentados nas — e pelas — instituições sociais (TOLEDO; TEIXEIRA- FILHO, 2013; DIAS, *et al.*, 2015; VALADARES; ALMEIDA, 2018), que sorrateiramente juntam-se aos demais enfrentamentos da SR, apresentados no tópico a seguir.

## 2.2 ALGUMAS VICISSITUDES DA POPULAÇÃO EM SR ENCONTRADAS NO CENÁRIO BRASILEIRO E INTERNACIONAL

A existência de pessoas sem moradia regular, transitando por longas distâncias, é um hábito muito comum desde a Grécia Antiga (BRASIL, 2013). No Brasil, pelo seu modo de organização social — caracterizado pela intensa desigualdade política e econômica —, também não é considerado um fenômeno novo.

A PSR ganhou mais visibilidade a partir do século XX, devido ao esvaziamento do meio rural que resultou em grandes correntes migratórias, sobretudo, na região sudeste, devido à grande expansão industrial nas grandes cidades brasileiras (DIAS, *et al.*, 2015), em que, no período de apenas uma década (1960-1970), a precarização habitacional tornou-se muito acentuada, por consequência da falta de planejamento urbano para receber o grande contingente de migrantes que chegaram naquela época (BRASIL, 2013), justificado na ótica de Oliveira (2018, p.29) como resposta ao:

[...] expressivo contingente de pessoas em habitações precárias e em situação de rua nas grandes cidades brasileiras espelha o modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas. Dentre os inúmeros fenômenos que contribuem para esse padrão de concentração destaca-se não apenas o modelo excludente do sistema capitalista, mas remete também ao padrão da colonização do Brasil, fundante da matriz de exclusão de imenso contingente de pessoas expropriadas de suas terras e de seus modos de vida, nomeadamente dos próprios povos originários e daqueles traficados do continente africano. De meados do século passado em diante o

fenômeno da migração de pessoas destituídas de possibilidades de sobrevivência corrobora para a agudização da situação nas grandes cidades. O movimento migratório da população empobrecida ocorreu em um triplo sentido: o primeiro do campo em direção às cidades, e uma vez nestas, dá-se um movimento que as encaminha para as periferias.

Com isso, antes de 1990, um grande contingente de pessoas ficou sem moradia fixa; surgindo assim mendicância e pessoas desabrigadas, que recorrentemente eram alvos de ações de higienização, com suas demandas assistidas pela filantropia (FILGUEIRAS, 2019). Por outro lado, o Estado se mantinha articulado aos comerciantes da época, tramando várias estratégias para barrar o desconforto estético provocado pela pobreza já alastrada (DELFIN; ALMEIDA; IMBRIZI, 2017). Assim, o controle da circulação dessas pessoas ocorria por meio de ações violentas ou mesmo da criminalização.

Na atualidade, sabemos que o perfil de pessoas que compõem esse grupo apresenta não somente necessidades estruturais, como também singulares, conforme tem apontado os levantamentos censitários e pesquisas nacionais, que constantemente vêm reiterando a heterogeneidade dessa população, embora constatem características unificadas nas PSR, como, por exemplo: pobreza extrema, desemprego ou ausência de renda, rompimento de vínculos familiares, envolvimento com substâncias ilícitas, submissão à violência física, estrutural e simbólica, nomadismo, problemas de saúde, passagem pelo sistema penitenciário, dentre outros ( ABREU; OLIVEIRA, 2017; NOBRE, *et al.*, 2018).

Neste sentido, Seffener e Rios (2018), reforçam a importância de se conhecer a especificidade de grupos subalternizados, reiterando a relevância de que é necessário olhar a SR como um problema social e não a partir do entendimento naturalista, que nega a existência de eixos, tais como: gênero, raça/ sexualidade, entre outros, articulados entre si, e produzem vidas que são atravessadas por condições materiais e de existência precárias e, aparentemente, irreversíveis para algumas PSR. Acrescentam que a vulnerabilidade brota dos espaços sociais que normatizam o modo como as experiências sociais devem acontecer, em que os papéis, possibilidades, oportunidades e até a liberdade são distribuídos de formas desiguais pelo poder. Ainda assim, a vulnerabilidade social tem sido admitida e propagada como atraso individual, o que acaba inviabilizando a compreensão real de que muitas pessoas estão na condição de vítimas de um sistema opressor.

A expressão “situação”, quando se refere à rua, é uma indicação de que esse espaço pode ser utilizado tanto para morar, quanto para trabalhar ou promover relações, independente da permanência ou transitoriedade dessa utilização (LEITE, 2017). Em outros países, como Estados Unidos e Inglaterra, utiliza-se a expressão *homelles* e *sans abri*, para nomear pessoas sem moradia ou que moram em lugares inadequados sem nenhuma possibilidade de abrigo ou acolhimento, que difere da população que se abastece de um modo reorganizado, parecido com o ambiente familiar, da casa em espaços improvisados no meio urbano, onde “são reconhecidos como sem-teto, os moradores sob viadutos, pontes, etc., que tentam – e por vezes obtêm – o controle residencial neste novo espaço” (NEVES, 1999, p.121).

Na Espanha, utiliza-se a expressão *pardiosero* para nomear os pedintes, acompanhadas da expressão “*Dios*” como também, “*personas sin lugar*” ou ainda “*personas en situación de calle*, para realçar a falta de moradia e a utilização das ruas” (LEITE, 2017.p.79). Em países como a França, a expressão utilizada é “*Homelessness Act*”, para a população desabrigada. (BRASIL, 2013) A expressão comumente utilizada em vários países, conforme descreve Leite (2017) é *sans-abri* e, podendo ou não aparecer acompanhada da expressão “*clochard*”, que faz referência ao uso de vestimentas doadas que geralmente são desajustadas ao porte físico de quem as usa. Os *homeless*, *sans-abri* e os *sans domicile fixe*, na França, diferentemente do que chamamos de população de rua no Brasil, são pessoas que se encontram totalmente desabastecidas de qualquer possibilidade de acolhimento.

Contudo, no Brasil, ainda há o desconhecimento das especificidades dessa população; sobretudo, pela nítida indisposição do poder público em relação a essa realidade, de modo que a primeira contagem nacional é relativamente recente no país, com data de realização entre agosto de 2007 e março de 2008, contando com a participação de apenas 71 municípios brasileiros, incluindo 23 capitais; e excluindo alguns outros muito populosos, como também outras quatro capitais, que fizeram levantamentos independentes (São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Nas informações disponibilizadas pelo governo na época, o levantamento censitário foi conduzido a partir da investigação dos seguintes eixos centrais: condições de saúde, urbanização, gênero e cidadania, contabilizando 31.922 pessoas maiores de 18 anos vivendo em SR (BRASIL, 2009).

Dos achados sobre gênero, os dados apresentam muita discrepância quantitativa da população masculina (82%) em relação à feminina (18%). A PSR é

majoritariamente não branca, onde, segundo critérios adotados pela classificação proposta pelo IBGE na pesquisa, ser negro englobaria todas as pessoas que se reconheciam como pretas e pardas, equivalendo a 67%. A pesquisa nega duas ideias propagadas pelo senso comum: a primeira é a ideia de que a PSR é o resultado dos processos migratórios ocorridos ao longo do século XX, ao apontar que 45,8% dos entrevistados não são migrantes e que 76,1% são oriundos do próprio município de nascimento ou de localidades muito próximas. A outra é de que são, na maioria dos casos, vagabundos pedintes, já que 70% exercem alguma atividade remunerada e 58,6% possuem alguma profissão (BRASIL, 2009).

Desde 2015, essa população passou a ser contada no país a partir da inserção nacional em programas do governo federal (CadÚnico). Nesse mesmo ano, 101.000 pessoas foram identificadas estando em SR, subindo para 222.000, aproximadamente, em março de 2020, período em que se instalou um caos na saúde pública brasileira, ocasionado pela pandemia do novo coronavírus. Devido à impossibilidade de isolamento social e pelo difícil acesso às condições de higiene, a população em SR passou a ter mais atenção, sobretudo, na região sudeste, que concentra 73% dessa população no país (NATALINO, 2016, 2020). No entanto, só foram divulgados os dados numéricos, não sendo mostrados os recortes de gênero e raça, por exemplo. Negar as especificidades do grupo populacional em pesquisas oficiais, como a condição social e histórica por exemplo, é uma forma tendenciosa a contribuir para a manutenção de uma ordem que acaba naturalizando a ideia de que a PSR está atrelada — e sempre vai estar — ao cenário das cidades brasileiras.

### 2.3 A COMBINAÇÃO PERVERSA: LGBTFOBIA E SR

O intuito é apresentar questões que interligam a LGBTfobia à SR e, ainda, que cada um desses apontamentos seja singular. Uma problemática em comum sucede na vida de grande parte de ambos os grupos, conforme descrevo a seguir, com base em levantamentos oficiais e na literatura investigada no âmbito nacional e internacional.

Partindo da ótica de Butler (2018), de que a vulnerabilidade é uma condição decorrente da precariedade, neste capítulo irei apresentar alguns estudos nacionais e internacionais a partir do recorte de gêneros e sexualidades dissidentes de PSR. Esta apresentação faz-se necessária para fundamentar e organizar as discussões

que mostrarei posteriormente; a começar das análises dos relatos, em que é comum encontrar, no processo de saída de casa e consequente ingresso na SR, um elo entre violências e desentendimentos familiares, motivadores do processo de chegada a SR.

Os desentendimentos e opressões são resultantes do processo de desumanização que muitos LGBT são submetidos em função de não corresponderem aos padrões hegemônicos de gênero ou de orientação sexual. Com isso, reduzidos e condicionados — durante o seu processo de socialização — a serem vistos como inferiores desde a infância, no núcleo familiar, estendendo-se para diversos âmbitos, como escola, trabalho, religião e até governo. Situação muito comum em países extremamente conservadores como o Brasil, onde pessoas são exoneradas constantemente da condição de seres humanos. É notório que a deslegitimação do outro, produzida pelo rompimento com os padrões cisheteronormativos, atinja essas pessoas em diversos âmbitos da vida; tanto na esfera física, quando as situações de violência ocorrem, quanto no campo psicológico, quando a pessoa passa a internalizar os inúmeros estigmas; e, com isso, passa a modificar a percepção de si, abrindo caminhos para o sentimento crônico de vergonha, culpa, inadequação, podendo manifestar quadros depressivos. Esse compilado de elementos produz alterações na subjetividade que reverberam no senso pessoal de dignidade, reforçadas durante todo o percurso da vida nas instituições, na vida profissional e no modo de produzir relações (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013a; DIAS, *et. al.*, 2015).

Pensando nas PSR/ LGBT, viver torna-se algo ainda mais complexo e desafiador para essas pessoas, pois não estão fora somente dos padrões hegemônicos de moradia, estética e do acesso ao consumo, mas também dos moldes positivados de expressão de gênero e da sexualidade.

A respeito das particularidades comuns da PSR, Souza e Macedo (2019) ressaltam a existência de danos vinculados à experiência histórico/social e ao âmbito das necessidades estruturais. Os autores apontam a ausência de condições favoráveis de trabalho ou o total distanciamento dos processos econômicos produtivos, os quais contribuem para a produção de danos emocionais, oriundos de relações que costumam apresentar abusos, maus-tratos, violências física, moral, psicológica e sexual. De modo similar, Macerata (2015, p.19) ressalta a ocorrência de “surto, rompimentos familiares, comunitários, desempregos, falências de várias

ordens [...] experiências de ruptura nomináveis e inomináveis, singelas ou espalhafatosas”.

Por isso, há SR que não perpassa pelo compartilhamento de exclusões simultâneas. Afinal essas pessoas são, comumente, desabastecidas de condições materiais para a sobrevivência, assim como induzidas a situações de violação de direitos sociais, civis e políticos. Tornam-se, com isso, alvos da opressão, da violência policial; são colocados constantemente na condição de culpados ou responsáveis exclusivos por estarem num ambiente que os aviltam de diversas formas. Em consequência disso, são condicionados socialmente a ocuparem uma categoria menos humana, num estado de vulnerabilidade por

[...] não ter documentos e certidões, indispensáveis à cidadania. Vulneráveis por não possuir casa, dinheiro ou emprego fixo. São vulneráveis, enfim por não terem acesso à educação e por encontrarem dificuldade até mesmo para receberem cuidados de saúde. Esses fatores ampliam situações de violência, fome e medo que esse grupo vivencia em seu cotidiano. (SOTERO, 2011. p. 799)

Ressalto que não foram encontradas produções nacionais ou documentos oficiais sobre o público investigado em períodos anteriores a última década. Temos dois levantamentos em 2015 e 2019 sobre a população LGBT em SR, realizados no município de São Paulo; e até o presente momento, raríssimas são as pesquisas similares em outros municípios brasileiros. Temos, como um dos poucos exemplos, o trabalho relacionado à investigação das práticas sexuais, de Cruz e Garcia (2013). Neste estudo, os autores nos desvelam que a população jovem em situação de rua do município de Sorocaba adota, como prática, o sexo oral e anal; essa carência de aprofundamento sobre as práticas sexuais dessa população, talvez se justifique porque “a moralização dos comportamentos sexuais é uma arma forte e sutil: torna-se imoral que a cidade, que a todo tempo torna pública seu sexo, seja obrigada a conviver com essas vidas indignas de viver.” (CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2019. p.155).

A cisheteronormatividade, na rua ou fora dela, deixa os estilhaços da desigualdade pela sua alta capacidade de demarcação hostil dos lugares possíveis de serem habitados e até acessados, até naqueles pouco convencionais para se viver ou permanecer por um longo período, como é o caso da rua; onde existe uma delimitação do poder, em que somente uma parcela específica da população pode acessar os poucos privilégios que ela oferece. Nesse sentido, se fizermos o



cruzamento das vulnerabilidades em qualquer pessoa em SR, é perceptível que os LGBT experimentam formas mais intensas de exclusão e abandono, que podem ser nitidamente mais acentuadas se transitarem por outros marcadores sociais, pois as questões de “gênero, a idade, a cor e a escolaridade de cada sujeito influenciam o seu lugar nas estruturas sociais” (SANTOS; ABONÍZIO, 2019. p. 88/89).

No contexto brasileiro, por exemplo, a existência da PSR está vinculada diretamente às particularidades da colonização (SOUZA; MACEDO 2019, MENDES; RONZANI; PAIVA, 2020). Sendo assim, a PSR/LGBT não escapa somente dos estereótipos hegemônicos de classe (branca, heterossexual, cristã, estudada e consumista), como também não estão situados dentro dos contornos socialmente valorizados de gênero e sexualidade. Nessa direção, Ribeiro (2017) lembra a importância de associar a desigualdade social ao legado escravocrata, no qual pessoas negras foram e são forçadamente submetidas à experimentação de múltiplas formas de violência. Na mesma concepção, Peixoto (2018) reforça que a origem das desigualdades deve ser compreendida via influência do contexto histórico:

[...] O machismo, a misoginia, o sexismo e o racismo no Brasil não são elementos que apenas condicionam a opressão e exploração “simbólica” das questões de gênero/sexualidades e raça/etnia. Ambos possuíram e ainda possuem um mecanismo autônomo e concreto atuando de modo articulado com a exploração oriunda da esfera econômica (p.180).

Portanto, entender que os diferentes efeitos da integração de distintos marcadores sociais — como raça, classe, sexo e gênero, dentre outros — pode ser uma pista valiosa para melhor conhecimento das necessidades.

Conforme observado, o processo que impulsiona a chegada até à SR, geralmente é iniciado na própria família do (a) LGBT e, posteriormente, impellido pelo reforço de espaços como a escola, o trabalho e as instituições públicas. Talvez por isso não soe estranho ter encontrado a expressão vulnerabilidade em praticamente todas as bases pesquisadas sobre essa problemática. Além disso, posicionamentos bem enfáticos no que diz respeito ao fato de ser um grupo ainda mais vulnerável, pois sofre mais violações de direitos básicos do que a população heterossexual na mesma situação. A partir do exposto, entendo que vulnerável é quem está em condição facilitada de ser alvo ou atingido por algo ou alguém, uma situação de desamparo das condições necessárias para seu enfrentamento.

No Brasil, não existem documentos, levantamentos oficiais ou mesmo pesquisas acadêmicas sobre a população LGBT em SR que sejam anteriores ao ano de 2010. Não há qualquer fonte que apresente essa questão de forma secundária ou complementar. Por isso, coaduno com o posicionamento de que a vulnerabilidade é uma posição de assujeitamento covarde, a qual não possibilita aos envolvidos nessa condição o uso de mecanismos comuns de enfrentamento e ação, diante de acontecimentos que os colocam na condição de alvo (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013; SEFFENER; RIOS, 2018).

Partindo da noção foucaultiana de biopoder<sup>12</sup>, Mbembe (2018) apresenta o conceito de necropolítica para referir-se ao uso intencional e articulado do poder político e social para decretar — a partir dos interesses do sistema capitalista — quais corpos devem ser alvo de extermínio e quais podem gozar de uma vida vivível. A visão conceitual apresentada pelo autor pode ser uma pista explicativa interessante para justificar o profundo descaso governamental, principalmente na esfera federal, ao negligenciar e omitir o conhecimento das diversas vulnerabilidades que transitam conjuntamente na vida das pessoas LGBT em SR nos levantamentos oficiais ao longo do tempo. Por esse ângulo, além de dificultar quaisquer possibilidades emancipatórias de vida, ignorar especificidades torna-se, por certo, uma forma efetiva de produzir mortes em massa, mesmo sendo possível evitar que elas aconteçam.

Nesse aspecto, o conceito necrobiopolítica da socióloga brasileira, Berenice Bento (2018), é o mais adequado para o aprofundamento analítico das interseccionalidades na PSR/ LGBT atualmente, já que o Estado Brasileiro tem como atual presidente a figura tenebrosa e autoritária de Jair Messias Bolsonaro, que vem produzindo ações seletivas e concomitantes no tocante a quais grupos merecem ou não viver.

Nas palavras da autora, necrobiopoder é:

[...] um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que,

---

<sup>12</sup> O conceito em questão, refere-se ao uso da disciplina como estratégia política colocada para exercer o controle sobre corpos e subjetividades. E, numa esfera mais ampla, coletividades e grupos humanos a partir de mecanismos intencionais que visam assegurar os interesses de quem governa.

portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. (BENTO, 2018. s/p)

Levando em consideração que a maioria das pessoas em SR não é branca, se a criação do recente projeto de lei 672, de 2019, que criminaliza a LGBTfobia e a institucionaliza de modo análogo ao crime de racismo, posto pela lei 7716 de 5 de janeiro de 1989, escancara a restrição de ações inclusivas por parte do Estado, sobretudo na atualidade, onde o conservadorismo religioso impera. Diante do atual contexto político e dos alarmantes dados estatísticos de extermínio que colocam o Brasil como campeão em mortes no mundo — a criminalização é necessária, porém como única e específica forma de ação. Punir torna-se ineficaz para reduzir as causas do problema. Neste mesmo sentido, Castilho e Borges (2021, p.441) citam algumas estratégias de ação na raiz do problema em questão:

[...] as políticas públicas alternativas, a mudança macroestrutural enraizada culturalmente pode acontecer se implementadas medidas em âmbito coletivo. Em âmbito escolar, citam-se os Planos de Educação, por exemplo, que incluam ensinamentos obrigatórios sobre gênero e distribuição de material didático nas escolas. Ainda nessa esfera, projeta-se a reinserção, por exemplo, do projeto Escola sem Homofobia, que visava combater o bullying por intermédio de materiais didáticos (cadernos, boletins, recursos audiovisuais, cartazes e cartas), palestras, pesquisas e seminários. Administrativa e judicialmente, pensa-se na implementação de conselhos e secretarias capacitados para atender pessoas vítimas de violência.

Portanto, conforme já destacado, o racismo estrutural, baseado na ideologia fictícia de uma ideologia que impõe superioridade de uma raça sobre outra, certamente não se trata de ficção, no sentido de invenção, proposto por Mbembe (2015) em “Crítica da Razão Negra”; tampouco é coincidência casual que a somatória entre pretos, pardos e indígenas seja predominante na PSR ao longo de séculos.

Em outra forma estrutural, Uriel (2013) aponta a heterossexualidade como outro eixo organizador da vida em sociedade, através da propagação de regimentos que estruturam o funcionamento de instituições importantes, sobretudo a família, espaço alvo da reprodução e manutenção ideológica da superioridade heterossexual compulsória e, portanto, primordial para perpetuar a LGBTfobia.

Sobre isso, Rios (2018, p.151) apresenta a “tolerância” disfarçada, em algumas produções discursivas:

[...] a formulação de expressões, ainda que bem-intencionadas como “homoafetividade”, revelam uma tentativa de adequação à norma, que pode revelar uma subordinação dos princípios de liberdade, igualdade e não discriminação, centrais para o desenvolvimento dos direitos sexuais a uma lógica assimilacionista. Tal tipificação produziria um efeito contrário, revelando-se também discriminatória, pois na prática, distingue uma condição sexual “normal”, palatável e “natural” de outra assimilável e tolerável, desde que bem-comportada e “higienizada”. A sexualidade heterossexual não é só tomada como referência para nomear o indivíduo “naturalmente” detentor de direitos (o homossexual, que nunca necessitou ser heteroafetivo para ter direitos reconhecidos), enquanto a sexualidade do homossexual é expurgada pela “afetividade” numa espécie de efeito mata-borrão. Com efeito, fora da comunidade familiar, onde o sujeito é compreendido mais como membro do que como indivíduo, mais como parte, meio e função do que como fim em si mesmo, não haveria espaço para o exercício de sexualidade indigna e de categoria inferior.

Leis de cunho neoliberal ilustram didaticamente o atual contexto político, onde as injustiças sociais são alimentadas em torno do necrobiopoder. Afirmo que as mudanças propostas pela lei citada acima são superficiais, perpetuando as desigualdades sociais em torno do racismo e da LGBTfobia, como apresentado nos noticiários a seguir:

Figura 1 – LGBTfobia – A realidade do nosso país

## **Brasil**

# **Travesti em situação de rua morre após ser queimada viva em São Paulo**

Ester Vogue teve 80% do corpo queimado na ação criminosa. A vítima morreu dias antes de completar 34 anos

**FONTE:** <https://www.metropoles.com/brasil/travesti-em-situacao-de-rua-morre-apos-ser-queimada-viva-em-sao-paulo>

Figura 2 – LGBTfobia - Agressão

## Por um triz: o drama dos LGBTs em situação de rua na maior metrópole do Brasil

21 de setembro de 2019 · 13 min de leitura



Aos 41 anos, Lorrany carrega as marcas das agressões que sofreu ao longo da vida. “Não conheço nenhuma história trans sem violência”, afirma (Foto: Arquivo pessoal)

**FONTE:**<https://esportes.yahoo.com/noticias/drama-lgbts-situacao-rua-sp-070057113.html>

Antes de apresentar as especificidades das pessoas LGBT em SR, considero importante destacar que em algumas pesquisas — produzidas a partir do recorte de gênero envolvendo mulheres cisgêneras em SR — enfatizam que os conflitos decorrentes da dominação masculina, bem como a violência doméstica e sexual apareceram como justificativas principais para que elas estivessem em SR, ou seja, devido às desigualdades de gênero produzidas socialmente, a partir de uma lógica que ainda sustenta uma suposta condição de superioridade em relação ao masculino e de inferioridade ao feminino.

Nunes e Souza (2020) assinalam que as condições de vida das mulheres são muito piores se comparadas a dos homens, sendo comum encontrar em SR grávidas e outras com crianças de colo, reprisando modos de operação do patriarcado e do machismo na PSR e como estratégia de proteção à violência de gênero, uma estratégia comum é a descrita abaixo:

[...] muitas mulheres contam que quanto mais cheiram mal, mais garantia têm de não serem violentadas ou violadas por homens, “com teto” ou “sem teto”. O cheiro de merda é uma muralha contra a agressão. Ele tem um valor funcional. Ele protege mais que as leis. Na balança dos prazeres e dos sofrimentos, ele incomoda, dá nojo, desperta o medo da mácula. Emissão nauseabunda, ele inibe o intruso em seu impulso. (CEFAÍ, 2010. p.81)

Além disso, Silva e França (2019) advertem que mulheres lésbicas, transexuais e travestis são submetidas à violência intrafamiliar que acontecem de formas muito diversas, sobretudo a física e psíquica direcionadas às identidades de gênero, supostamente tratadas no imaginário social como intimidação para manutenção do modelo cisheteronormativo. Neste panorama, Campos (2016) frisa que essas relações de opressão e dominação não se perpetuam apenas na SR, mas também estão presentes no cotidiano de instâncias sociais que deveriam assegurar a proteção desse grupo (ROSA; BRETAS, 2015, PINTO, 2019).

Vale ressaltar que pautas como gênero e sexualidade não costumam aparecer nos atendimentos realizados por equipamentos destinados à PSR, ainda que esses dois marcadores, quando incorporados à SR, dificultem ainda mais as condições de vida desse grupo (MACHADO, 2015). Especificamente no que tange à escassez de estudos brasileiros sobre gênero e sexualidades dissidentes na PSR, Garcia (2013) acredita que isso acontece devido ao fato dessa população estar vinculada a um contexto de extrema pobreza material e econômica, priorizando assim o interesse acadêmico pelas discussões sobre as desigualdades sociais.

Com base nas reflexões apontadas, as violações vão se tornando cada vez mais intensificadas na sociedade capitalista em torno do gênero e da sexualidade, podendo apresentar uma coleção de situações específicas que possivelmente levarão esses indivíduos à SR, conforme apresentação do levantamento a seguir:

Nunes e Souza (2020) explicam que o aumento exponencial do contingente de PSR no Brasil se deve ao espelhamento do intenso contraste, resultante da discrepância entre a injustiça e as desigualdades sociais que mostra os destroços de uma política social, que desampara a realidade material de um povo e massacra as relações coletivas. A vida nas ruas, portanto, é um espelhamento das desigualdades em que as pessoas vão sendo, paulatinamente, levadas à invisibilidade social e, em alguns casos, chegando à extinção existencial.

Leite (2017) e Rodrigues (2018) reforçam que a PSR não foi gestada pelo sistema capitalista, embora não seja possível negar que esse modelo é um forte

mantenedor da exclusão e marginalização e abismos sociais, nutridos por quem encontra-se totalmente fora dos parâmetros ideais de sujeito valorizado socialmente.

[...] Ao analisar os dias atuais, comparando-os com os últimos três séculos, acrescentando-se aí os anos do regime autoritário da ditadura civil-militar no Brasil, a ordem do discurso impresso nas gramáticas de hoje pela ala conservadora e demais fundamentalistas religiosos que se encontram atualmente no poder, configura-se enquanto um movimento político não só de retomada do poder pelas elites, mas de manutenção e de aprofundamento da ordem racista, machista e capitalista (MARLEY, 2017.p.39).

Com isso, é possível verificar que estar na rua, sendo LGBT, resulta não somente na ruptura das dimensões hierárquicas do binarismo heterossexual, mas também em relação aos modelos socialmente valorizados: de classe, estética corporal, moradia, segurança, dentre outros; impactando diretamente no modo como são vistos pela sociedade; sobretudo na sua própria subjetividade, partindo do pressuposto de que a “humilhação social é fenômeno que ocorre no plano político e reverbera no psiquismo do humilhado, o reconhecimento e a admiração parecem operar de maneira semelhante” (DELFIN; AMEIDA; IMBRIZI, 2017, p.9).

Essa interligação de rupturas com os moldes hegemônicos apagam a dignidade existencial dessas pessoas, fato que pode ser comprovado na atualidade pela ausência de levantamentos em nível nacional, direcionados ao aprofundamento das especificidades da população LGBT em SR. Com isso, esse grupo está mais propenso a sofrer violência, em detrimento da população heterossexual na mesma situação; podendo, ainda, enfrentar situações mais complexas se a pessoa estiver inserida em eixos de raça/etnia, que somadas as questões de gênero e orientação sexual, conforme frisado por Medeiros, Amorim e Nobre (2020, p.12), o “racismo e LGBTfobia são combinações perversas que condenam essas vidas na rua a uma condição de extrema vulnerabilidade e a riscos iminentes.”

Nesse sentido, essas pessoas tornam-se passíveis de eliminação, sem que isso gere desconfortos coletivos, já que são condicionadas à abjeção, aparecendo como uma condição que expõe didaticamente quais são as existências que estão autorizadas ou proibidas de serem agraciadas com o direito à vida (SEFFENER; RIOS, 2018), postas pela ausência de representatividade e desumanização que legitimam as violências contra a população LGBT e outros grupos vulneráveis (VALADARES; ALMEIDA, 2018).

A pesquisa de Garcia *et. al.* (2010), realizada com homens gays em SR, com idades de 22 a 29 de idade, frequentadores de um albergue na cidade de São Paulo, mostrou que a homofobia familiar, escolar e laboral aparece relacionada com a ruptura dessas instituições, ocasionadas pela revelação da orientação sexual dissidente, submetendo essa população de maneira explícita ou sorrateiramente à condição de miserabilidade econômica e conseqüente entrada na rua. Os mesmos autores destacaram ainda que o estilo de vida noturno distanciados dos valores burgueses, permeado pelo uso de drogas, sexo casual ou a prática da prostituição, são produtores determinantes de exclusão social.

Em outra pesquisa, nos albergues da cidade de São Paulo, Costa, *et al.* (2010), destinada a investigar as causas da SR de onze pessoas LGBT com idades entre 21 e 48 anos, a partir da combinação gênero/sexo e carência material, ratificaram que as trajetórias investigadas apresentaram rebaixamento da autoestima decorrentes das inúmeras violações e, naquelas que apresentam quadros de dependência química, o nível de dependência dos equipamentos é ainda maior, devido ao fato desses jovens não acreditarem mais na possibilidade de conseguir um trabalho e viver de forma mais independente.

A ruptura simultânea com a casa, escola e trabalho, associada aos comprometimentos produzidos pelo uso recorrente de álcool e outras drogas, além do fato de estarem em SR, potencializa as condições de vulnerabilidade da população LGBT, ou seja, quando há uma

[...] completa exaustão dos laços sociais com a família e o mercado de trabalho. O indivíduo encontra-se sem moradia, com problemas de saúde, principalmente em relação ao uso de álcool e outras drogas. O sentimento é de inutilidade e perda do sentido da vida, e muitas vezes ocorre o aparecimento de um tom agressivo devido ao fato de se sentirem reprovados e ameaçados pela sociedade. (COSTA, *et. al.* 2010 s/p)

Salgado (2011) em sua dissertação de mestrado destacou que, para a PSR/LGBT, as complexidades inerentes ao cotidiano da rua são ainda maiores nesse grupo específico, principalmente àquelas associadas ao mercado de trabalho, agravadas ainda mais pela precariedade que, em muitas situações, impedem que essas pessoas consigam permanecer trabalhando, sobretudo quando há o envolvimento com substâncias psicoativas. Como reforça a autora, vivem ameaçadas — com relação a permanência de trabalho — e, em muitos casos, diante da escassez de oferta, recorrem à prostituição.



Para Nakagawa (2016), além do mercado do sexo, o exercício da mendicância aparece como um recurso utilizado para o atendimento às necessidades básicas, sendo que essa população tem ainda mais dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, pelo fato de enfrentarem cotidianamente os dissabores do estigma que — a partir de Medeiros, Amorim e Nobre (2020) — acarretam na ausência de oportunidades de emprego ou renda e, em decorrência disso, são obrigados a exercerem atividades marginalizadas e a reinventarem seus modos também de produzir condições de sobrevivência devido ao distanciamento de direitos básicos, resultando vivências

[...] cercadas por preconceitos, estigmatização e tentativas de “higienização social”, reveladas pelo crescente número de homicídios, tornando-as as mais excluídas e vulneráveis entre a população em situação de rua. Frequentemente os relatos vindos desse segmento são de que, além de sofrerem violência do Estado, sofrem violências de outros agentes institucionais. (MEDEIROS; AMORIM; NOBRE, 2020.p.13)

Embora a dependência química esteja diretamente vinculada à SR, reforça que a quebra de vínculos decorrentes desse problema de saúde é uma das consequências e não propriamente a dependência. Entre outras situações enfrentadas, Salgado (2011) menciona a situação do acolhimento na cidade de São Paulo, permeada pela carência de banheiros e dormitórios para transexuais e travestis e que esses equipamentos, por serem destinados à permanência da população usuária, comete deslizes por não realizar acompanhamentos sistematizados sobre as necessidades específicas dessa população, uma vez que não é possível produzir condições de autonomia e garantir os direitos básicos dos usuários sem uma proximidade maior com as necessidades da população.

Em relação ao acolhimento institucional ofertado na cidade de São Paulo, Salgado (2011, p. 70) pontuou que

[...] em centros de acolhida 24 horas, principalmente naqueles que fazem acolhimento só de homens, existe uma dificuldade relevante em receber homossexuais masculinos, principalmente os mais efeminados, bem como as travestis e transexuais, obrigando-os muitas vezes a se destituir desde adereços até sendo cerceados em relação a atitudes e comportamentos supostamente femininos.

Outro destaque da autora citada acima refere-se ao fato de que a PSR/LGBT, em comparação com heterossexuais, costumam transitar com maior frequência por instituições sociais, principalmente, pelo sistema penitenciário; além

de apresentarem um vasto leque de violências que atravessaram suas vidas. Sobre isso, Salgado (2011), afirmou em seu estudo que as pessoas entrevistadas por ela não conseguiram assimilar que a SR tenha relação com o rompimento com as normas hegemônicas de gênero e sexualidade, mesmo sendo possível verificar nas entrevistas que subsidiaram sua pesquisa a estreita relação entre desigualdade e exclusão social vivenciada pela PSR/LGBT.

O sofrimento causado pelo processo de estigmatização resultante da LGBTfobia em SR leva essas pessoas a se afastarem do mercado de trabalho, do campo político, inclusive do afeto. Em vista disso, a autora denuncia que o processo de aviltamento dos corpos é ainda mais expressivo quando se trata de travestis e transexuais por ser a violência a esse gênero ainda mais intensa. Do mesmo modo, em países como os EUA, esse grupo encontra-se em maior vulnerabilidade, sendo frequente nessas trajetórias a ocorrência de violência física e sexual na infância, como também a produzida pelos próprios parceiros (PAGE, 2017).

Em um estudo realizado com a pessoas LGBT em SR com idades entre 20 e 29 anos, no centro da cidade de São Paulo, Garcia (2013) aponta o nomadismo como característica marcante dessa população, justificada pela vulnerabilidade acentuada decorrente de situações pregressas à SR, como o afastamento de instâncias sociais importantes, como: escola, família e trabalho, por isso ficam mais propensos ao envolvimento com o uso de drogas ilícitas e ao contágio com o HIV/AIDS.

Garcia (2013, p.1008) sobre essa questão do nomadismo da população LGBR em SR explica:

[...] as vivências nômades podem ser entendidas no caso da população de rua como associadas a um duplo processo: de resistência frente aos ideais de residência, segurança, estabilidade e constância, mas também de vulnerabilidade frente às inúmeras formas de violência existentes neste contexto. Abordá-las a partir de um ponto de vista exclusivamente positivado, de um rompimento que subverte a disciplinarização dos corpos e subjetividades, ou negativado, baseado nas ideias de falta, carência ou sofrimento, implica um empobrecimento das possibilidades interpretativas de seu universo vivencial. Da mesma forma devem ser entendidas as vivências nômades associadas às homossexualidades.

Há que se destacar que nomadismo é uma característica muito comum, tanto entre pessoas LGBTs, quanto nas que se encontram em SR. No caso da população LGBT, esse grupo costuma sair muito mais cedo de casa em decorrência da

LGBTfobia, a fim de evitar a violência (GREEN, 2005). É comum que saia de pequenas cidades e busque os grandes centros urbanos, pois estes oferecem, segundo Pereira (2014), a possibilidade de autonomia em relação às vivências do sexo e do afeto.

Nesse mesmo sentido, Pocahy (2013, p. 223) diz que “a cidade e seus re/cantos e esconderijos produzem alianças táticas para a reversibilidade das posições de assujeitamento e abjeção, como aquelas que cercam a experiência das ditas identidades sexuais e das formas de produção de prazer” ou, ainda, pela atração dos recursos e comodidades oferecidos nesses espaços.

Um aspecto muito relevante no que tange ao contágio com o vírus do HIV e o desenvolvimento da doença, decorrente das condições de vulnerabilidade típicas da própria SR; Garcia (2013, p.1015) pontua que “o impacto emocional desta descoberta aparece como fator predisponente a se continuar em situação de rua”, que geralmente chegam a essa condição mais cedo, quando comparados com a população heterossexual. O abandono precoce da vida escolar também aparece associado a situações de violência nesses espaços.

Salgado (2011), ao investigar o sofrimento oriundo da intolerância causada através das experiências sexuais da população LGBT em SR, afirma que, aos poucos, essas pessoas passam a incorporar a condição de abjeção, afastando-as do mercado de trabalho, do campo político e do recebimento do afeto, uma vez que as práticas sexuais não ocorrem em espaços privados, entre paredes, ou em locais reservados.

Sobre a saúde dessa população, de acordo com os dados levantados no censo da cidade de São Paulo (SMDAS, 2015; 2019), no que diz respeito aos LGBT em SR, os agravos da saúde são mais expressivos se comparados com a população heterossexual na mesma situação. Garcia (2013), por exemplo, menciona a maior propensão a contaminação ao HIV/AIDS. Grangeiro *et al.* (2012) ressaltam que os agravos de saúde mais frequentes e acentuados são os causados pelo HIV e sífilis, presentes em larga escala nos grupos de HSH (homens que fazem sexo com homens), os quais apresentam, também, um histórico de uso injetável de cocaína. Numa pesquisa na cidade de São Paulo, Schor (2018) destacou o grupo HSH como mais vulnerável ao HIV e tuberculose. Num panorama mais geral, os estudos produzidos a partir do recorte de gênero na PSR dedicaram-se a investigar de

maneira mais recorrente temas como HIV/AIDS, gravidez, hepatites e comorbidades psiquiátricas (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

Entendo que vulnerável é quem está propenso a ser alvo ou ser atingido por alguma coisa, sem a devida condição de se proteger (BARROS; LISBOA, 2013).

As conclusões de Garcia (2013) dialogam com a pesquisa americana realizada por Cunningham *et al.* (2014), na qual se verificou que os jovens desabrigados também apresentaram uma vulnerabilidade ao contágio pelo HIV. Segundo os autores, isso acontece, porque essa população enfrenta frequentes processos de rejeição ao longo da vida e a inferiorização subjetiva acaba repercutindo em descuido durante as práticas sexuais — que normalmente acaba sendo uma das poucas alternativas de ganho financeiro — deixando-os mais propensos ainda ao suicídio e às comorbidades psiquiátricas.

A ruptura em relação aos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade aparece como motivo determinante para a condição de rua, ainda que em alguns casos a expulsão tenha acontecido de forma velada, já que “sair do armário” nas perspectivas das pessoas pesquisadas provocava inúmeros constrangimentos e desavenças, levando-as se afastarem de seus espaços familiares (GARCIA, 2013).

Com relação à exclusão social dessas pessoas, isto acaba acontecendo de modo dissimulado ou abrupto, iniciando-se nos contextos socializadores que são a base de nossa sociedade, tais como o educacional, laboral e familiar, que segundo Garcia (2013, p.1013) quando expressam

[...] suas homo/bi/transsexualidades de forma ostensiva podem ser colocados às margens ou mesmo expulsos indiretamente de tais instituições, podemos afirmar que tal processo leva a uma dissolução dos laços sociais que correspondem mais fortemente ao processo de sedentarização em nossa sociedade. Abre-se, *pari passu*, a possibilidade de novas formas de sociabilidade calcadas em diferentes tempos (noturno), espaços (ruas e bares), tipo de moradia (incerta) e moralidade (não-monogâmica).

O nomadismo acaba sendo reforçado, de modo que, tanto a população em SR quanto a LGBT comungam de experiências marcadas por conflitos e exclusões. Ainda que os dois grupos apresentem situações aparentemente unificadas, não podemos desconsiderar, no caso da migração, que este pode ser um efeito da LGBTfobia, a qual vem atrelada a experiências particulares “acrescidas de variáveis como a “cultura de origem”, a religiosidade, o racismo etc. (TEODORO; COGO, 2019. p.62).

O autor realçou ainda que a pobreza acentuada tem estreita relação com os efeitos da LGBTfobia, que facilitam à SR e, diante da escassez material, são induzidas ao exercício de atividades marginalizadas e da *prostituição*. Ainda na cidade de São Paulo, numa perspectiva semelhante à pesquisa anterior, Garcia, *et al.* (2010) constataram que a população LGBT, usuária dos albergues locais, apresentavam trajetórias fortemente marcadas pela violência e pelo uso de drogas ilícitas; em que esta última parece se configurar como estratégia encontrada ao enfrentamento da LGBTfobia nas trajetórias investigadas. Outro destaque importante da pesquisa diz respeito ao caráter religioso, que direciona o cotidiano dessas instituições e se aporram em práticas hostis e violentas contra essa população.

Em outra pesquisa, realizada em Belo Horizonte por Dias *et al.* (2015), constatou-se que a violência doméstica enfrentada por travestis e transexuais, além de diversos abusos produzidos por outras instituições, aparecem relacionadas como principal motivo para que elas se encontrem em SR. Também em Belo Horizonte (MG), outra pesquisa — feita então por Mendes, Jorge e Pilecco (2019) — denunciou fissuras encontradas na prestação de serviços de assistência social e saúde para travestis e transexuais. As autoras sinalizaram o despreparo dos serviços em relação ao atendimento de demandas específicas dessa população, apontando ainda situações de intolerância a diversidade de gênero, como os constrangimentos decorrentes da invasão da vida íntima e, também, assédio sexual. Outra sinalização de aviltamento apresentada pelas pesquisadoras foi o estigma oriundo da responsabilização moral em relação às transexuais e travestis que apresentavam quadros de dependência química, HIV/AIDS ou em relação àquelas que viviam da prostituição.

Como a transfobia atua de modo ainda mais perverso em relação às travestis, estas, por falta de oportunidade, acabam vivendo da prostituição por não poderem contar com outro recurso de sobrevivência (DIAS, *et al.*, 2015. BROIDE; BROIDE, 2018). Além disso, as travestilidades e as transexualidades são os motivos para a ruptura com as instituições de origem, especialmente as próprias famílias que não acolhem tais identidades, obrigando-as de modo compulsório a buscarem maneiras, às vezes, muito degradantes como a rua, por serem privadas de acessar e permanecer em espaços que lhes assegurem de trabalho, afeto e vínculos de apoio.

[...] as mulheres travestis e transexuais em situação de rua sofrem de modo ainda mais profundo, destacando-se a negação da cidadania e as violações que vulnerabilizam suas vidas diante da deslegitimação reiterada das travestilidades e transexualidades presentes na sociedade contemporânea. [...] o processo de construção identitária dessas mulheres, inseridas no contexto das ruas, torna-se extremamente frágil, haja vista a articulação em suas trajetórias de três exclusões: de ter vivido ou viver em situação de rua, de serem mulheres e travestis. Em suas trajetórias, tais mulheres acumulam experiências de violência física, psicológica, sexual e institucional. (DIAS *et al.*, 2015. p.231)

Nesses casos, a família tenta coibir desde cedo as nuances relacionadas à performance de gênero, o que contribui para gerar conflitos familiares. Ao longo do tempo, tais embates ganham graus cada vez mais intensos de violência, iniciados bem antes da SR (DIAS, *et al.*, 2015).

[...] as diferentes vivências enquadradas nessas categorias compartilham dois elementos que estão fortemente imbricados, a exclusão pela identidade de gênero e a situação de rua. A questão de gênero se torna um atravessamento inevitável de consideração na história dessas mulheres, já que as travestilidades e transexualidades ocasionaram uma ruptura em suas trajetórias pessoais, seja no foro íntimo ou nas relações com outros. (DIAS, *et al.*, 2015.p. 219)

Nesse sentido, as agressões e os atos de violência reais ou desejados são autorizados e representados por certa naturalização dos corpos “atrevidos” que, por “escolha”, resolvem contestar as normas vigentes que fundamentam e são impiedosamente utilizadas para justificar os processos de exclusão social e até de aniquilamento, em virtude do modo destoante de rompimento com o modelo de gênero e de orientação sexual, preconizado como ideal e único — o cisheteronormativo.

Tanto na pesquisa realizada em Belo Horizonte por Dias *et al.* (2015) quanto a de Mendes, Jorge e Pilecco (2019), constata-se que a violência doméstica enfrentada por travestis e transexuais e outras, produzida por outras instituições, aparece como principal motivo para que estes sujeitos encontrem-se em SR. Sobre isso, Mendes, Jorge e Pilecco (2019) salientam que os serviços locais ofertados pelo SUS e SUAS não contemplam as necessidades singulares de travestis e transexuais e que os profissionais desses equipamentos costumam reproduzir a violência institucional através do assédio, desrespeito à privacidade de modo mais expressivo em relação às pessoas que vivem da prostituição ou que tem HIV/ AIDS. A pesquisa mostrou que essas pessoas são julgadas e responsabilizadas pelos inúmeros

enfrentamentos e que nos quadros de dependência química o tratamento dado a essa população perpassa pela responsabilização moral.

A realidade retratada pelas autoras foi a seguinte:

[...] esses serviços não estão alinhados às suas necessidades específicas e, assim, produzem e reproduzem violências por meio de regras e normas de funcionamento. A violência institucional provoca sofrimentos e desproteção e deve ser combatida por intermédio da oferta de espaços dignos, que respeitem efetivamente a identidade de gênero, com revisão democrática das regras e considerando o tempo dos sujeitos. (MENDES; JORGE; PILECCO, 2019, p.110)

De modo similar, em outro estudo anterior, Machado (2015) afirma que as pautas relacionadas às demandas de pessoas LGBT em SR não são contempladas nos serviços destinados ao atendimento dessa população, o que empobrece o entendimento e, por conseguinte, dificulta a produção de ações que sejam eficazes para o grupo.

De forma geral, “as histórias de vida narradas têm em comum, e quase na mesma sequência, conflitos familiares relacionados com as questões de gênero, seguidos pela saída de casa, prostituição e situação de rua.” (MENDES; JORGE; PILECCO, 2019, p.110).

De modo semelhante, em outra pesquisa participativa realizada em São Paulo, Broide e Broide (2018) pontuaram que a violência LGBTfóbica apareceu como principal motivador para que as pessoas LGBT estivessem em SR. Os autores chamam atenção para a situação das travestis que ao buscarem a rua como estratégia de fuga da violência (experimentada antes da SR) continuam sofrendo violência e opressão na própria condição de rua, nas instituições locais, bem como nos centros de acolhida e serviços de saúde. Ainda nesse contexto,

[...] não se pode esquecer que, na maioria das vezes, as travestis estão inseridas dentro dos bolsões de pobreza, vitimizadas pela exclusão social, econômica, política e cultural. Em decorrência dessas desigualdades sociais, vivenciadas não apenas pelas pessoas trans, mas por muitos dos excluídos pela sociedade, são impedidas de ter acesso a bens e serviços de qualidade tais como: escolas, atendimento sem discriminação nos serviços de saúde, emprego e seguridade; bem como de ser respeitadas como cidadãs e, como tal, de se tornarem conscientes de seus direitos e deveres (BRANCALEONI, *et al.*, 2016, p. 351).

Frequentemente, os LGBT, assim como outros vulneráveis em SR, costumam se agrupar com pessoas que apresentam características semelhantes. Essa

estratégia é uma forma de proteção de pertences e de evitarem a violência (BROIDE; BROIDE, 2018). Os efeitos negativos do estigma também são experimentados nos equipamentos destinados ao atendimento da própria população adulta em situação de rua na cidade de São Paulo. Isso, conseqüentemente, acaba contribuindo para a não adesão dos serviços pela população LGBT. Sobre essa questão, Broide e Broide (2018, p. 64) destacaram através do levantamento feito junto à população LGBT em SR de São Paulo a existência de:

[...] humilhação dentro por parte dos funcionários [...] preconceito entre usuários e funcionários, tanto dentro do centro de acolhida quanto dos serviços de saúde [...] alguns entrevistados, relataram ter sofrido assédio, dentro dos quartos dos centros de acolhida por sua orientação sexual, e algumas travestis relatam histórias de estupro e mutilação dos seios.

Outra constatação lamentável aparece na pesquisa social participativa de Broide e Broide (2018), ao denunciar a existência de violências mais acentuadas em relação às travestis em SR; os autores chegaram a relatar que estas “muitas vezes precisam viver em bueiros para se refugiar, tanto da violência da sociedade civil quanto da PSR” (BROIDE; BROIDE, 2018, p.51).

Num estudo mais recente, feito em Natal (RN) por Medeiros, Amorim e Nobre (2020), verificou-se que os serviços para atendimento à PSR se mostram ineficazes para atender às singularidades da população T (transexuais e travestis), uma vez que em muitos espaços não há o reconhecimento legítimo dessas pessoas, por estarem fora da cisgeneridade. Dessa forma, as violências se tornam cada vez mais frequentes nas instituições por onde elas passam e por consequência a “violência simbólica toma forma nas diversas agressões físicas e psicológicas as quais sofrem por apresentarem uma performance tida como socialmente estranha e perpassada por diversos preconceitos.” (DIAS *et al.*, 2015. p.231/232).

Campos (2016) em sua dissertação de mestrado, ao pesquisar os sentidos e efeitos das relações de gênero na PSR em Florianópolis, diz que a violência de gênero no contexto familiar é a mola propulsora para a SR. Conforme apontado no estudo, algumas pessoas são expulsas de casa e outras saem para evitar os conflitos. No entanto, eles acabam reaparecendo na própria rua, conforme destaque do autor:

[...] A permanência no espaço público faz com que muitas mulheres, heterossexuais e até as lésbicas sejam assediadas e sofram violência



sexual, por outros moradores de rua e por agentes da polícia. Neste sentido algumas mulheres buscam proteção na fixação com alguns moradores de rua, que detém certo poder e legitimidade nos “pedaços”. No caso das lésbicas, além de associarem-se a outros moradores de rua, formando grupos, geralmente desempenham características agressivas na fala e na forma de se portar entre os demais, sendo que muitas partem para a luta corporal, caso seja necessário. (CAMPOS, 2016. p.153)

No centro de Florianópolis, é comum notar a presença de casais heterossexuais ou não, que foram formados na SR ou antes dela. Da mesma forma, a matriz cisheteronormativa impera nesse contexto e é uma organizadora das relações, sendo habitual que os LGBT, principalmente os que vivem do mercado sexual, sofram com os estigmas oriundos do machismo entranhado na PSR, reiterados pela lógica de dominação masculina. Ainda que seja habitual a prática de sexo entre os homens, aparece “justificada pela necessidade de sexo e falta de mulheres, não sendo vinculada a identidade e expressão de gênero, sendo que os homens gays são solicitados.” (CAMPOS, 2016. p.158).

Na rua, as relações baseadas no machismo também se reproduzem, uma vez que é muito comum que em casais heterossexuais, a mulher sofra violência de seus parceiros (CAMPOS, 2016). É comum, no grupo investigado de lésbicas, que ocorra a adoção de performances de gênero específicas como forma de proteção, pois aquelas que aparecem com traços mais masculinizados, estão menos vulneráveis à violência produzida pelos homens, enquanto que aquelas que se enquadram nos moldes típicos de feminilidade estão mais expostas e propensas a sofrerem abusos e violência sexual, simplesmente por serem reconhecidas pelo imaginário masculino como frágeis e que há uma autorização natural de que os homens exerçam o domínio sobre esses corpos (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018).

Em uma pesquisa comparativa com gays e lésbicas, destinada a investigar a violência antes e depois da SR, Campos e Moretti- Pires (2018) revelaram que, por serem homens, os gays frequentemente são alvos de violência física e rejeição por parte dos familiares. No caso de lésbicas, por serem mulheres, prevalece a violência moral e sexual.

Além disso, a pesquisa anunciou que

[...] a busca pela cura da homossexualidade, mesmo que com formas diferentes, foi comum a gays e lésbicas. A influência das condições econômicas e sociais precárias, pregressas à saída de casa, apareceu como fator determinante para que a rua fosse o local possível para estas pessoas. Assim como o uso de drogas, que apareceu enquanto um

motivador de ida, mas também como um fator de adaptação às vivências nas ruas e manutenção nelas. (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018. p.12)

Prados, Brandão e Perucchi (2019), em um estudo destinado a desvelar os impactos dos marcadores sociais que atravessam a vida de mulheres transexuais e travestis no município de Juiz de Fora (MG), salientaram que as instituições destinadas a atender esse grupo da PSR reproduzem práticas pautadas no assistencialismo, ancoradas na falta de conhecimento sobre questões singularidades e necessidades dessas identidades no território e, com isso, diminuiu-se a possibilidade dos direitos básicos sejam alcançados.

As autoras reforçam ainda, com base em produções teóricas, que as pesquisas destinadas à população T em SR, deslocam-se para a compreensão de suas mazelas sociais e principalmente, os enfrentamentos decorrentes do trabalho sexual sem contemplar o campo da subjetividade ou ainda, reforçando o apagamento de algumas subjetividades, conforme destaque das autoras

[...] mesmo quando tentamos estudar essa população, alguns corpos continuam invisibilizados e ausentes, no campo e até mesmo em estudos e materiais analisados, como por exemplo os homens trans. Vimos que com frequência são realizados estudos sobre mulheres travestis e transexuais em situação de rua, seja por falta de moradia ou pela prostituição, porém há muito a ser analisado sobre homens trans, suas vivências e principalmente onde esses corpos circulam em situação de rua. (PRADOS; BRANDÃO; PERUCCHI, 2019. p. 165)

Em outro estudo realizado em Florianópolis, Campos, Cardoso e Moretti-Pires (2019), apresentaram uma peculiaridade interessante em relação à LGBTfobia e chegada à SR, ao apresentar diferenças resultantes de uma investigação com homens e mulheres lésbicas e bissexuais em SR. A pesquisa mostrou que a SR não tem relação direta com os efeitos da LGBTfobia, posto que o rompimento com a família de origem aconteceu pela escolha de levarem uma vida sem rotina e pelo desejo de experimentarem novidades em relação aos modos de vida. De outra forma, nas mulheres as violências no âmbito doméstico muitas vezes fundamentadas no discurso religioso ou mesmo no estigma decorrente do HIV foram condições propulsoras para a SR.

[...] modificações corporais, como piercings e tatuagens, incluindo tatuagens nos olhos; aspectos comportamentais/culturais, como a mescla de aspectos ciganos e *hare krishna*, trazendo um ar de mistério; e expressão de comportamento masculinizados com uso de *top* para apertar os seios,

cabelos curtos e roupas masculinas. Essas características são utilizadas como “repelentes” para outras pessoas em situação de rua, que, em geral, temem aproximar-se desses indivíduos; desse modo, previnem-se de processos violentos. (CAMPOS; CARDOSO; MORETTI-PIRES, 2019.p.83)

Cardoso, Moretti-Pires e Campos (2020) mostraram que a oferta de serviços em saúde em Florianópolis é vista como insuficiente qualificada pela população LGBT em SR, principalmente no que diz respeito ao pouco interesse dos profissionais quanto às questões psicossociais, dado que a estruturação desses serviços é pautado no binarismo sexual e os atendimentos de natureza reducionista, à medida que o HIV e a tuberculose acabam ganhando proporções de interesse maior, em detrimento do ser humano como um todo; repercutindo na pouca adesão da população usuária.

Sobre o cenário estadunidense, Barrow (2017) diz que o abandono escolar é decorrente de situações violentas enfrentadas nesses espaços, o que colabora para que a condição de pobreza da população LGBT precise buscar nas ruas alguma estratégia de sobrevivência. Por isso, estão mais propensos à SR e apresentam condições de maior vulnerabilidade sob reforço de suas famílias (HYATT, 2011) e pelas limitações da justiça local, que se apresenta despreparada para atender as especificidades desse grupo e, com isso, ficam mais sujeitos a situações de violência.

No Canadá, Abramovich (2012) afirma que jovens entre 16 e 23 anos dessa população, encontram-se exercendo atividades marginalizadas, como pedir esmolas, trabalho sexual ou trabalhos eventuais, como o de flanelinha. É o grupo populacional que mais sofre violência física e psicológica, como também o mais suscetível à contaminação com doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), pelo uso frequente de metanfetamina. Outra dificuldade enfrentada por essa população é a imperícia dos profissionais que a atendem, que não conhecem as especificidades e muitas vezes utilizam terminologias inadequadas em relação à população T; e esse despreparo, na visão de Morlon (2018), acaba reproduzindo violências e reforçando estigmas, ocasionando o desinteresse pelos serviços e a não adesão aos programas oferecidos, uma vez que não se sentem contemplados de forma holística.

Essa falta de olhar para o todo é também refletida num estudo realizado em 7 cidades dos EUA, ao mostrar que das 442 pessoas LGBT, com idades que variavam entre 18 a 26 anos apresentavam 120% de chance a mais de ficarem sem teto, devido ao enfrentamento de problemas comuns de natureza estrutural, atravessados

pela própria falta de moradia, pela oferta de serviços ancorados numa perspectiva cisheterossexual; chegando à conclusão que os bissexuais, transexuais e travestis são ainda mais prejudicados por esse tipo de organização institucional. Além disso, em relação à raça, constatou-se que o grupo composto por jovens pretos é o mais afetado pela depressão provocada pelas condições de moradia (SHELTON, *et al.* 2018a).

Em outra pesquisa desenvolvida por Shelton, *et al.* (2018b), feita com 32 jovens LGBT sem teto —sendo a maioria afro-americana— mostrou que os problemas com moradia apareceram associados à violência física e sexual, dependência química, entre outros relacionados ao sofrimento mental e envolvimento e/ ou passagem pelo sistema de justiça. Já em relação às dissidências de gênero, Robinson (2018a) revelou na pesquisa realizada em um grupo de jovens entre 17 e 24 anos, vindos de lares adotivos ou orfanatos, que são dois os facilitadores para a atual ausência de moradia: o estigma e o isolamento enfrentado nesses lugares. Aponta que os orfanatos são organizados a partir da cisgeneridade e essa única estruturação revela-se como potencializadora da segregação, por invisibilizar especificidades.

Fraser, *et al.*, (2019), em uma revisão da literatura americana, critica que a maioria dos estudos sobre a situação do desabrigo LGBT não mostra aprofundamento ou mesmo considera a interseccionalidade como ferramenta analítica importante, destacando a necessidade de esclarecimento no tocante à articulação dos reforçadores que produzem o estigma. Adverte, ainda, que focar apenas na questão da moradia em si e não em todo sistema que produz a ausência dela, tem colaborado para a produção de projetos de intervenção ineficientes.

McNair, *et al.* (2017), reforçam que, na Austrália, os poucos estudos destinados a essa população diminuem as chances de compreensão estrutural das dificuldades apresentadas, pelo desconhecimento das causas. Reforça que a realização de pesquisas poderia ajudar a melhorar os serviços ofertados; bem como, a partir dos levantamentos, subsidiar investimentos em políticas públicas. Os autores destacam que por trás desse cenário existem causas estruturais que carecem de investigação e estas vão repercutir na produção de vulnerabilidades individuais, já que os enfrentamentos da lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia acontecem antes da adolescência. Por isso, os autores defendem a necessidade de programas de intervenção primária em relação a essa situação, sugerindo a criação de

programas educacionais sobre a diversidade sexual e de gênero para a família e a comunidade.

Robinson (2018b) durante 18 meses realizou pesquisa etnográfica com 40 jovens e concluiu, com base nas narrativas, que a LGBTfobia familiar tinha relação com a ausência de moradia. Nas trajetórias investigadas, os conflitos e abusos familiares apareceram associados a tentativas de proibir ou modificar comportamentos instituídos pelo modelo heterossexual e pelo binarismo de gênero, já na infância. Diante da realidade investigada, o autor indicou a necessidade de realização de pesquisas que estejam interacionadas com a realidade socioeconômica de grupos como o estudado, em virtude de todos os participantes concordarem que gênero, sexualidade, raça e posição social/econômica são agravantes dentro da família e potencializadores da ausência de moradia.

Na Escócia, Matthews, Poyner e Kjellgren (2019), a partir de 20 narrativas focadas na história de vida de participantes com 18 anos ou mais, mostrou que a taxa de pessoas sem-teto é muito maior em lésbicas, gays, bissexuais e transexuais do que em pessoas cisheterossexuais, esclarecendo que isso é resultado da vulnerabilidade gerada pelo rompimento aos padrões instituídos por uma sociedade organizada a partir de princípios cisheteronormativos. Falta, na opinião dos autores, preparo da família, oferta de abrigos e espaços seguros que possam atender à diversidade sexual e de gênero e sugerem a necessidade de ofertar suporte educativo a todas as instituições, incluindo família. Recomendam, ainda, a oferta de moradia e preparo dos serviços para atender as singularidades dessa população.

A partir do levantamento bibliográfico realizado no Brasil, a população LGBT em SR apresenta características muito comuns antes de chegarem às ruas, como por exemplo: famílias com nível elevado de pobreza e precariedade das condições materiais; nível de escolaridade baixo, problemas com dependência química ou envolvimento com drogas ilícitas; desemprego e fracassos na vida profissional (CAMPOS; GARCIA, 2013; MENDES, 2018; MORETTI-PIRES, 2016; SCHOR, 2018); ou utilização da prostituição como única forma de sobrevivência e geração de renda (BRANDÃO; BROIDE; BROIDE, 2018; CAMPOS; DIAS, *et al.*, 2015; MENDES 2018; MORETTI-PIRES, 2016; NAKAGAWA, 2016; PERUCCHI, 2018; PRADOS). Cabe ressaltar que

[...] em sua origem brasileira, a prostituição é tributária da ocupação colonial, tecida na concepção de vazio dos territórios e das consciências

dos povos colonizados. Os corpos das mulheres negras escravizadas da diáspora africana são transformados em vazios prontos a serem invadidos, explorados, ocupados, expropriados em sua condição ontológica e epistêmica como instrumento necessário à acumulação primitiva do capital, num regime colonial. (CARVALHO; PASSOS, 2019, p.94)

Em muitos casos, a LGBTfobia é uma potência que pode levar uma pessoa a estar em SR, seja pelo enfrentamento cotidiano de violências que aparecem de formas muito variadas: sanções econômicas, sujeição a tentativas de correção pela família e tentativas incessantes de normalização ao modelo familista, que em muitos casos acontece sob uso de agressão física, interdição dos afetos, negação das identidades e estigmatização, coação no âmbito doméstico. Entre tantas outras formas, incentiva o nomadismo dessa população, gerando rupturas de laços dentro da família.

No contexto americano, desde a década de 70, essa população tem saído cada vez mais cedo de casa, em decorrência dos problemas cotidianos envolvendo a família; sobretudo, no processo de coibição da expressão das identidades de gênero ou as orientações sexuais dissidentes. Por isso, as condições de pobreza são ainda maiores, comparando com a população heterossexual, conforme já apresentado nas produções brasileiras. Outro dado parecido com a realidade brasileira é o fato dessa população ser jovem (CUNNINGHAM, *et al.*, 2014). Estima-se que a população LGBT sem teto seja entre 20% e 40 % do total geral dessa população nos Estados Unidos, isto é, entre 32.000 e 40.000 jovens (CROSLEY, 2015; ABRAMOVICH). Na Europa, por sua vez, não há estudo minuciosa sobre esse grupo, ainda que a LGBTfobia familiar e o desemprego tenham sido apontados como os principais motivos da condição de sem-teto em mais de 37 países investigados.

Comumente, essas pessoas apresentam vínculos pessoais fragilizados ou interrompidos, com a família e o território de origem. Quando passam a estar em SR, rompem também com a possibilidade de convivência em diversos espaços sociais, devido à ausência de condições adequadas de higiene que, por sua vez, repercute na aparência física; alterando, geralmente, a paisagem urbana. Já os LGBT são compulsoriamente exonerados de qualquer humanidade.

Cabe sinalizar que, antes do ingresso às ruas, estão inseridos (as) em certos contextos, cujo modelo que regimenta a vivência da identidade de gênero e das práticas sexuais é o modelo heteronormativo, somado às vulnerabilidades

situacionais, que potencializa de modo muito significativo os processos de exclusão dessa população. Nessa direção, Louro (2004, p. 76) explica que “os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência dos seus corpos; a partir de padrões e referências das normas, valores e ideais da cultura”. Ou seja, pensando na figura representativa de uma PSR, podemos deduzir, sem muita dificuldade, tratar-se de um corpo bem demarcado pelo lugar social que ocupa e pelo leque de direitos violados. Na rua ou fora dela, ainda de acordo com o pensamento da autora, normatizações de regulação do corpo e da sexualidade são muito incisivas para delimitar o que é normal ou digno de reconhecimento e legitimidade.

Os desafios comuns às pessoas em SR já atuam de modo imponente na esfera da subjetividade, passando a alterar a percepção de quem são; de modo que o “eu” assume um lugar negativo, tanto pela somatória constante dos enfrentamentos, quanto pelas inúmeras nomeações pejorativas e preconceituosas, como por exemplo: mendigo, pivete, coitado, louco das ruas (andarilho), criminoso, vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, maltrapilho, catador, vadio, drogado, malcheiroso (MATTOS; FERREIRA, 2004; FRANGELLA, 2005; SILVA; HÜNNING, 2015).

Portanto, a SR de pessoas LGBT não pode ser entendida como estilo de vida, aparentemente vinculada à ideia de tendência ou disposição pessoal; mas, sim, um problema de natureza social, oriundo de questões estruturais, as quais se tornam mais complexas na medida em que transitam por variados marcadores sociais, potencializando os enfrentamentos cotidianos dessa população; a partir do que Butler (2018) chama de “precarização” — condição politicamente induzida, mas que comumente aparece significada no discurso neoliberal como escolha ou condição de responsabilidade individual, o que apaga o caráter intencional em torno do modo de gestão da vida política que tanto contribui para naturalizar e fomentar a produção de desigualdades sociais.

Nesse sentido, é importante salientar que a expressão “vulnerabilidade” apresenta inúmeros significados semânticos. Mas, no caso das pessoas em questão, parto da visão de Butler (2018) para afirmar que precarização e vulnerabilidade são uma condição induzida pelas condições de precariedade a que são submetidas, não podendo ser compreendida como atributo pessoal de LGBT, assim como das pessoas que se encontram em SR e, muito menos, daquelas que

transitam por esses dois marcadores. A vulnerabilidade é produzida e reiterada numa sociedade normativa, que distribui, de modo desigual, formas de reagir aos diversos enfrentamentos (SEFFENER; RIOS, 2018). No que se refere ao sexo, a situação de precariedade é sempre justificada pelo não enquadramento a heteronormatividade, que é o ponto de partida para a submissão de diferentes formas de violência, podendo às vezes se estender ao extermínio (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013).

Em relação à manifestação da violência, Dias *et al.* (2015), assim como Mendes, Jorge e Pilecco (2019) chamam à atenção o fato de que o percurso de mulheres trans e travestis em SR é marcado de forma ainda mais intensa pela pobreza, violência, opressões e pelo repúdio, iniciado antes mesmo do ingresso nas ruas. Assim,

[...] as travestis vivenciam cotidianamente experiências de rejeição, exclusão, discriminação, violência estrutural e assassinato. Essas experiências são efetivadas pelo estigma que expressa e desencadeia sentimentos perturbadores, ambíguos e/ou contraditórios, como repulsa e desejo, medo e atração, nojo e curiosidade. Assim, o corpo travesti é identificado pelo outro como o corpo estranho, diferente, inusitado, o corpo que traz em suas entranhas o monstro; o corpo abjeto. Essas características do corpo abjeto, corpo que habita o espaço da dessemelhança e da não identidade, o tornam repulsivo (BRANCALEONI, *et al.* 2016, p. 458).

Sobre os direitos dos LGBTs em SR, Santos (2018) pondera que grande parte dos embates enfrentados por essas pessoas possui relação direta com o modo precário no qual as políticas são pensadas e executadas. O autor destaca que não há garantia de direitos na cidade onde vivem, nem ao trabalho, tampouco ao cuidado da saúde e sequer propostas eficazes que realmente possam intervir na discriminação enfrentada.

Essa vulnerabilidade é justificada pela existência de uma suposta moralidade e dominação política que atinge níveis intensos de dominação na política brasileira, chegando a “colocar em xeque” a laicidade estatal no cotidiano de muitas instituições sociais criadas para proteger e assegurar direitos humanos<sup>13</sup> (SILVA,

---

<sup>13</sup> Segundo Silva, *et al.* (2016, p. 203, apud Benevides (2007) a classificação dos direitos humanos é pensada pela seguinte perspectiva de geração de direitos: “ a primeira se caracteriza pelas liberdades individuais ou os direitos civis e sociais; a segunda refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais, originados dos direitos ligados ao mundo do trabalho ou àqueles de caráter social e a terceira geração diz respeito aos direitos coletivos da humanidade, desta e de gerações futuras,



2016). Essa questão na atualidade tem se configurado como grande desafio para as políticas públicas, sobretudo para a população LGBT em SR.

No que tange à população LGBT em SR, de modo geral os conflitos, desentendimentos familiares e a violência, justificados pelo rompimento com os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade, aparecem como principais motivadores para que essas pessoas estejam nessa condição — conforme pesquisado em diversas produções brasileiras (SALGADO, 2011; GARCIA, 2013; BROIDE; BROIDE, 2018; SANTOS, 2018; SCHOR, 2018; AMORIM; NOBRE, 2020; MEDEIROS; AMORIM; NOBRE, 2020) e em outras internacionais (CRAY; MILLER; DURSO, 2013; CUNNINGAM *et al.*, 2014; BARROW, 2017; MARY *et al.*, 2014; FORGE; REAM, 2014; ABRAMOVICH; PAGE, 2017; SHELTON, 2017; TIERNEY; WARD, 2017; SHELTON *et al.*, 2018) —, abrindo, assim, espaço para a produção de inúmeras vulnerabilidades.

Numa pesquisa realizada na Califórnia, Hyatt (2011) diz que, além da violência familiar (muito comum nessa população), um fator que contribui para o processo de permanência nas ruas dessa população é em consequência da dependência química e da delinquência. Tal situação é similar em países como, por exemplo, Canadá e Reino Unido (NOLAN, *et al.*, 2017). Em contrapartida, na Espanha não há estudos sistematizados sobre essa população. Um estudo realizado em Los Angeles mostrou que a população jovem não identificada como cisheterossexual está mais propensa a ficar sem teto, se comparada à heterossexual cisgênera, em decorrência da violência LGBTfóbica presente no contexto familiar (ABRAMOVICH; SHELTON, 2019), o que contribui para comprometimentos na saúde física, muito mais deteriorada quando atravessada por questões étnicas e raciais, conforme apresentado na pesquisa de Page (2017).

Sobre essa questão, Tierney e Ward (2017), Shelton (2018) e Fraser *et al.* (2019) sublinham que grande parte dos estudos produzidos sobre essa população não aborda a interseccionalidade em suas pautas, ainda que as causas da SR da população LGBT sejam produzidas pela combinação de fatores diversos. Ainda que os levantamentos sobre esse grupo populacional aconteçam normalmente a cada cinco anos (CUNNINGHAM, *et al.*, 2014).

---

aludindo ao meio ambiente, à paz, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico, à democracia, entre outros.

Para fundamentar melhor essa questão, uma possível explicação para que as condições de vulnerabilidade dessa população sejam ainda mais gritantes que a cisheterossexual: a constatação de que, mesmo antes de chegarem à SR, essas pessoas, geralmente, experimentam a exclusão em outros lugares, por serem despojadas de direitos e recursos essenciais, unidos à pobreza acentuada e escolarização precária (SCHOR, 2018). Em outras palavras, essas pessoas apresentam uma caminhada em que os processos de exclusão, marginalização e violência, somados ao repúdio LGBTfóbico, podem resultar na ruptura e fragilização dos laços familiares, frustrações pessoais e profissionais, problemas de saúde e a dependência química, muito comum na PSR. Na ótica de Freitas (2016) e Schor (2018), tais aspectos são substratos potentes para alimentar ainda mais a segregação, a estigmatização e violação de direitos. Sendo assim, “a opressão não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um todo.” (FERREIRA, 2014, p. 112).

### 3 O CONTEXTO DA PESQUISA E OS (AS) PARTICIPANTES

Se por um lado a PSR sempre esteve vinculada aos processos migratórios de meados do século XX, conforme pontuado em Nobre *et al.* (2018), atualmente — pelo menos na cidade de São Paulo —, a situação não é mais a mesma, tendo em vista que as pesquisas mais recentes orientadas para descrever o perfil socioeconômico da população em PSR no município, vêm sinalizando uma diminuição considerável de migrantes ao longo do tempo (SCHOR, 2018). O último levantamento realizado no município apontou que 96,7% da população em SR é brasileira, nascida principalmente no próprio estado de São Paulo (55%), sendo naturais do município apenas 30% e de outros estados, principalmente da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. No total, 25,1% eram oriundos da região nordeste (QUALITESTE INTELIGÊNCIA EM PESQUISA, 2019).

De acordo com a historiadora Maria Vany de Oliveira Freitas (2016), a ocupação do espaço urbano da cidade de São Paulo, hoje considerada a maior metrópole da América Latina, ocorreu de maneira mais expressiva na segunda metade do século XIX e, como consequência de sua grande expansão populacional, surgiram, além dos novos modos de habitar e viver a cidade, inúmeros problemas oriundos desse volume populacional, que na atualidade é de aproximadamente 12.396.272 pessoas (IBGE, 2021).

Para compreender melhor os processos migratórios no município, faz-se necessário apontar o seguinte:

[...] No final do século XIX e início do século XX, São Paulo foi um dos maiores polos de imigração do mundo. Entre 1820 e 1949 o Estado de São Paulo recebeu 2,5 milhões de imigrantes. Em 1893, a cidade era composta por 54% de imigrantes, o que significa dizer que mais da metade da população era estrangeira. A imigração maciça na cidade de São Paulo foi em grande parte política (SCHUCMAN, 2012, p.61).

Estabelecendo um paralelo com a questão do racismo, Schucman (2012) assinala que nos anos iniciais do século XX imperava e era disseminada em São Paulo uma cultura calcada no branqueamento da população, entendida como estratégia capaz de impulsionar o progresso e o desenvolvimento local.

Ainda sobre esse mesmo contexto histórico, a autora assinala:

[...] São Paulo contou com a história do colonialismo iniciada há mais de 500 anos, incluiu a escravidão dos africanos, o extermínio de inúmeras

culturas indígenas, a migração forçada, subsidiada, interna e externa. Durante este processo, ocorreu a institucionalização do racismo na Europa e a apropriação desta ideologia por muitos que aqui estavam presentes. Neste processo de colonização e construção da cidade, milhões de descendentes de africanos, asiáticos, árabes, judeus, europeus e indígenas se transformaram em brasileiros, paulistanos brancos e não brancos. Há narrativas diversas, portanto, para os grupos de sujeitos considerados brancos na cidade de São Paulo (SCHUCMAN, 2012, p.67).

É importante destacar que, durante o período da colonização, os povos indígenas padeceram com a prepotência dos colonizadores, e foram subjugados aos serviços dessas pessoas até o momento de resistência de algumas etnias que se embrenharam mata adentro, fugindo dos bárbaros portugueses que os perseguiram. E os problemas dos povos indígenas vão se modificando, mas tudo ligado à história com a memória de um passado que se mostra vivo no presente.

Aproximaram-se de seus invasores e estes lhes roubaram não somente as vidas, mas sua dignidade, autoestima, seus valores, seus conhecimentos medicinais, suas culinárias, usaram seus nomes em cidades.

[...] Um dos agravantes aos povos indígenas foi a disseminação do alcoolismo, da droga, a colaboração para a inserção da miséria e outros sentimentos e ações negativas que nada contribuem para uma boa qualidade de vida dessas pessoas. É preciso abrir uma ressalva. Não se pode negar a grande luta de alguns não indígenas em prol de todos os povos, em especial no Brasil. Mas são poucas as pessoas a se debruçarem sobre esta questão.

Nesse sentido, essa modernidade compreende que existe uma superioridade civilizatória e quem não comungar desses “mandamentos eurocêtricos” será considerado como povo atrasado à espera de uma “evolução cultural”. Esse desejo de legitimar esta dominação é um exemplo vivo que produz as violências citadas. Os povos colonizados devem ser sacrificados a uma guerra justa colonial. Toda essa violência provocou mortes de todas as formas. Morte *matável*, morte de tristeza e, as pessoas começam a encontrar no álcool as suas dormências para não sentir o impacto da violação de direitos.

Essa doença social [o alcoolismo] é uma lástima que se espalhou por várias etnias, herança do colonialismo. Essa doença gerou outras como dependentes químicos que também foram parar nas ruas. Perderam o rumo de uma educação, voltada para a espiritualidade; para a reciprocidade; para o exemplo; para a preocupação do bem viver do Outro e da coletividade.

Vivemos em uma sociedade em que muitas pessoas estão revestidas de incompreensão, de desumanização, são resistentes para aceitar as relações que fogem das normas e do padrão.

Na condição de oprimidos, indígenas e moradores de rua, sabem listar quais são seus maiores opressores e muitos se organizam para sair dessa opressão. O sentimento de ser menos faz com que muitos deles nos tornem invisíveis, nós enquanto pesquisadores, pois não sabem quais são seus amigos ou inimigos. A melhor forma que encontraram foi a de nos evitar, a de não nos ver, isolarem-se em seus espaços, dificultando a pesquisa no sentido de repassar informações verdadeiras.

As práticas de atendimento, mesmo quando capazes de driblar as adversidades, devem ser analisadas dentro dos embates de classes e das circunstâncias sociais, políticas e religiosas. Nesse cenário, elas aparecem

como um “mal necessário”, numa coexistência do mal e do bem-estar social. A mesma fábrica que produz o bem gera também o mal-estar, dependendo das relações de força entre o trabalho e o capital a forma de configuração das ONGs e das políticas sociais. No cotidiano dos usuários se revela a ambiguidade própria da assistência social e da educação, dentro do processo de acumulação do capital, que tem absolutizado o desenvolvimento econômico. Entre as maiores vítimas desse sistema, a história demonstra que estão os adolescentes e as crianças, que sempre foram tratados como coisas (REZENDE, 2014, p. 244).

O inchaço populacional aconteceu por três razões específicas: “a expansão cafeeira, a multiplicação das estradas de ferro e o surto da imigração europeia” (MATOS, 1955, p. 104), principalmente por ingleses, franceses e alemães, que incorporaram na cidade novos costumes e, com isso, impulsionaram significativamente a economia local e muitas mudanças do espaço geográfico. Uma das mais significativas foi a construção do Viaduto do Chá (1879-1882), que melhorou a mobilidade urbana, oferecendo certa facilidade para que muitos habitantes pudessem chegar de forma mais rápida ao centro da cidade (MATOS, 1955).

Com o tempo, São Paulo foi se tornando um verdadeiro aglomerado humano, onde, em meio a tantas construções edificadas, cada pessoa foi se convertendo em um “sem rosto que permanentemente percorre múltiplos pedaços de seus territórios convive com realidades díspares e transita, em uma dinâmica de ir e vir ininterrupta para cumprir um cotidiano” (FREITAS, 2016, p. 82) e de maneira concomitante a isso, a segregação populacional foi se alargando, sobretudo na população em SR, na qual:

[...] procedimentos de expulsão e contenção através de “ajustes arquitetônicos” e demais tecnologias materiais permanecem atualmente na cidade de São Paulo, promovidos por comerciantes, proprietários de imóveis e a limpeza urbana executada pela Prefeitura. Ou seja, os artefatos anti-mendigos não são apenas uma prerrogativa de políticas públicas, mas também iniciativas do mundo privado. Não aparecem mais como um conjunto sistemático de medidas, mas como contínuos movimentos fragmentados na cidade. A justificativa parece ser sempre o mau cheiro dos mendigos, o incômodo visual de sua presença ou a ameaça de maculação dos pontos turísticos e a destruição do patrimônio histórico. (FRANGELLA, 2005, p. 202)

Com base nas pesquisas recentes, realizadas no referido município, parece que a propaganda atrativa de cidade grande e de vantajosas possibilidades de trabalho e qualidade de vida foram perdendo força ao longo do tempo e, com isso, muitas pessoas sem emprego e sem fonte de renda tiveram que buscar — de forma

direta ou não — a rua como espaço de sobrevivência e moradia. No Brasil, a expressão “situação”, quando do se trata da PSR, é uma indicação de que o espaço da rua pode ser utilizado para morar, trabalhar, e/ou para produção de sociabilidades, independente da permanência e do tempo de uso desses espaços (LEITE, 2017).

A partir dessa conceituação e da descrita no decreto nacional já mencionado, entendemos tratar-se de um grupo muito diversificado, em que as necessidades e mazelas costumam ser ignoradas, mesmo sendo tão perceptíveis e de uma complexidade inestimável no cenário das maiores cidades brasileiras. Por isso, o conceito “ ‘pessoa em situação de rua’ busca superar as limitações de termos como morador de rua, que os situa como um grupo fixado numa condição específica, caracterizada por um conjunto de carências” (PIMENTA, 2019, p. 83), fazendo parecer como se estas não fossem aparelhadas a partir da integração de diferentes marcadores sociais, pontos indispensáveis para melhor conhecimento dessa população.

Diante da complexidade encontrada, algumas ações foram realizadas nos últimos anos, visando diminuir alguns impactos, provocados pela violação de direitos, cujo berço de origem ainda é o abandono estatal e da sociedade civil na capital paulista.

[...] existe a Casa Florescer, centro de acolhimento em São Paulo, que atualmente abriga e assiste 30 mulheres transexuais e travestis que vivem em situação de rua de modo a promover a autonomia e a reconstrução de vínculos familiares e comunitários. Além disso, visa também a garantia do acesso a outros serviços como redes socioassistenciais e orientações frente a benefícios e políticas públicas. (SILVA, *et. al.*, 2021, p.26)

Ao que parece, a lógica do constrangimento moral, ainda impera sobre a população que apresenta problemas com a dependência química nesses espaços, desrespeitando o direito à vida. Segundo Fernandes (2018, p. 98),

[...] “há espaços religiosos, como na busca por comida, onde ocorre um processo de doutrinação realizado por uma instituição que segrega para depois aproximar através do alimento”. Nestas realidades, os múltiplos nichos produtores de exclusão social unem-se ainda mais e as colocam em abismos sociais ainda maiores (FERNANDES, 2018).

Na atualidade, a mídia e lideranças, especialmente, a do padre Júlio Lancellotti<sup>14</sup>, coordenador da pastoral da população da rua e vinculado a Paróquia São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, tem dado visibilidade às violações de direitos básicos da PSR, grupos LGBT e da PSR/ LGBT. Em reportagens diversas e no seu Instagram, tem feito posicionamentos, gerando polêmicas pelo seu modo persuasivo a agentes políticos, religiosos, desestabilizando boa parte daqueles (as) que comungam da mesma ideologia fascista da atual presidência de Jair Bolsonaro.

Figura 3 – Denúncia sobre a realidade enfrentada na cidade de São Paulo

**CIDADANIA**

---

**DUPLA EXCLUSÃO**

## **População LGBT em situação de rua é alvo de discriminação também entre sem-teto**

Em entrevista, Padre Julio Lancellotti fala da relação de 'amor e ódio' entre a população LGBT e moradores de rua e critica políticas públicas para o seguimento

---

Por Marcela Belchior, da Adital
Publicado 10/08/2015 - 09h26



**FONTE:** <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/08/populacao-lgbt-em-situacao-de-rua-e-alvo-de-discriminacao-tambem-entre-sem-teto-1721/>

<sup>14</sup> População LGBT em situação de rua é alvo de discriminação também entre sem-teto. Rede Brasil Atual. São Paulo, 15 ago. 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/08/populacao-lgbt-em-situacao-de-rua-e-alvo-de-discriminacao-tambem-entre-sem-teto-1721/> . Acesso em: 13 jul. 2020.

O retrato das ações desenvolvidas para o atendimento dessa população em São Paulo, é o seguinte:

Figura 4- Limpezas da rua

As **ações contra a população de rua** estão cada vez mais truculentas, afirma o padre **Júlio Lancellotti**, da **Pastoral do Povo de Rua**, que há mais de 30 anos trabalha com pessoas em situação de rua. Embora acredite que a **política de higienização** esteja presente em todas as gestões da prefeitura de **São Paulo**, ele afirma que a situação só piora. “Não há continuidade das ações, o que um começa o outro termina”, critica.

Em entrevista a CartaCapital ele denuncia as **ações violentas** da **Guarda Civil Metropolitana (GCM)** e do ‘rapa’, que é a apreensão de pertences dos moradores feita por funcionários da subprefeituras de cada região. “Até remédio tem sido tirado das pessoas, nas chamadas **limpezas da rua**”, conta. “E a **GCM** os chama de lixo. ‘Ô lixo, o que você ainda está fazendo aqui?’ A intolerância se tornou uma epidemia”.

**FONTE:** <https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/580020-julio-lancellotti-ha-uma-acao-de-exterminio-dos-moradores-de-rua>

Boa parte das ações realizadas através da liderança do sacerdote ganharam repercussão nacional e internacional devido ao trabalho realizado em prol das desigualdades sociais, alimentadas tanto pela LGBTfobia, quanto pela precariedade das condições de vida da PSR e das frequentes denúncias nas redes sociais, em torno das estratégias de higienização social adotadas no cenário urbano de todo Brasil, através de instalações arquitetônicas hostis, pensadas para apagar os desconfortos produzidos pelo contraste estético que escancaram no espaço urbano, a acentuada pobreza, a violação dos direitos humanos, o individualismo e o abandono Estatal. A esse tipo de arquitetura hostil, Adela Cortina deu o nome de “aporofobia<sup>15</sup>”. Dito de outro modo, Alano (2019, p. 459) afirma o seguinte: “podemos conceber tais dispositivos como parte de uma arquitetura que serve antes para separar os corpos que merecem viver, dos corpos inúteis.”

<sup>15</sup> Sistêmica rejeição à pobreza e às pessoas sem recursos.



Figura 5 - Aporofobia



FONTE: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59898188>

Figura 6 – Ações – pedido de perdão



FONTE: <https://razoesparaacreditar.com/padre-julio-lancellotti-beija-pes-transsexual/>

Em 2002, a então prefeita Marta Suplicy diante dos agravos à saúde produzidos pelo frio<sup>16</sup>, somado às condições da pobreza da PSR, estabeleceu a criação de estratégias emergenciais de atendimento voltadas para o acolhimento e abrigar essa população, quando estivesse submetida a temperaturas de 10°C ou abaixo disso (QUALITESTE, 2002).

Na atualidade, não existem levantamentos oficiais na esfera nacional sobre as dissidências de gênero e sexualidade na PSR. Como já apontado, escolhi a cidade de São Paulo, por ser o município pioneiro no Brasil em pesquisas sobre essa população. O primeiro levantamento retratou

[...] com 95% de confiança, que entre 5,3% e 8,9% da população em situação de rua pertençam à comunidade LGBT; nos centros de acolhida estima-se entre 4,5% e 10,1% e nas ruas, entre 5,4% e 9,0%. Na amostra, apenas 106 pessoas se identificaram como não sendo heterossexual (51 entre os acolhidos e 55 na rua). Esse pequeno número proíbe uma análise mais profunda e conclusiva desse grupo. Apesar disso, foi feita uma tentativa de caracterizar essas pessoas, comparando o seu perfil com o perfil daqueles que se declaram heterossexuais. Tal comparação deve ser tratada com cuidado; e as conclusões aqui elencadas devem ser vistas como a identificação de indícios que precisam e podem ser confirmados em pesquisas específicas com esse grupo de pessoas. Nesses termos, destacaremos variáveis que parecem ter um comportamento diferente ao se comparar a população LGBT com a heterossexual. (PMSP; SMADS; FIPE, 2015, p. 121)

### 3.1 O COTIDIANO DA CIDADE DE SÃO PAULO

No caso da cidade de São Paulo, local escolhido para realização da pesquisa, o último levantamento censitário identificou no território, um contingente de 24.344 pessoas em SR, onde constatou-se que 85% são do sexo masculino. Atualmente o município conta com 23 equipamentos de acolhimento para a PSR, distribuídos entre as 32 subprefeituras da cidade, sendo que os distritos de Santa Cecília, República e Sé são os que mais atendem essa população (QUALITESTE INTELIGÊNCIA EM PESQUISA, 2019).

Pretos (3.923) e pardos (8.593) correspondem a 69,3% dessa população, 1,7% (316) são de descendência indígena. Além disso, 85,5% da população

---

<sup>16</sup> Frio intenso provoca morte de ao menos 12 moradores de rua em SP. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/frio-intenso-provoca-morte-de-ao-menos-12-moradores-de-rua-em-sp-30062021>

masculina é composta por pessoas entre 18 e 59 anos de idade. Ou seja, idades correspondentes ao que comumente chamamos de “idade produtiva”, sendo que 44% das PSR encontra-se desempregada e os que não praticam a mendicância, costumam atuar de modo informal na coleta de recicláveis, no comércio ambulante e em oportunidades imediatas que aparecem subitamente (idem)

Tabela 1 - Pesquisas realizadas na cidade de São Paulo

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
2000	8.706
2009	13.666
2011	14.478
2015	15.906
2019	24.344

**FONTE:** o próprio autor, com base na pesquisa apresentada pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, 2019.

Certamente, em uma sociedade machista como a brasileira, a figura masculina se apresenta de modo mais expressivo na SR em São Paulo, devido aos motivos retratados na pesquisa ao constatar na amostra total que a dependência química — principalmente o uso de álcool foi apresentado como hábito pregresso a SR em 68,2% —, além do desemprego e dos conflitos familiares que culminaram na falência dos vínculos. Portanto, fatores que destroçam o papel simbólico de homem provedor, reforçado socialmente como o de produtivo, mantenedor e responsável por atender e dar suporte material às necessidades que surgirem no ambiente doméstico. Uma das hipóteses para a discrepância entre homens e mulheres em SR é a sobrecarga do trabalho doméstico, incluindo o cuidado às crianças, idosos e com o próprio companheiro — um reforço ao papel simbólico da mulher

Zanello (2020) aponta que as masculinidades no mundo capitalista têm sido edificadas a partir de múltiplas virilidades. A autora utiliza a expressão “virilidade” no sentido de poder em que, basicamente, tanto as virilidades sexual e laboral masculinas são o alicerce mantenedor da misoginia. Especificamente a virilidade laboral, conceituada por dispositivo de eficácia, ajuda a explicar o fato de que as masculinidades em SR ao serem desabastecidas do trabalho e, por conseguinte, do capital, são questionadas, uma vez que sem trabalho, o homem fica impedido de

qualquer possibilidade de ascensão social ou do *status* produzidos pelo acesso ao consumo.

É importante ressaltar que nenhuma das pesquisas nacionais realizadas trazem investigações sobre as especificidades da população LGBT. Isso demonstra que o respeito e a cidadania ainda não são pontos acessíveis a todos (as) os (as) brasileiros (as), sendo que tal problemática aparece didaticamente escancarada quando se trata desse grupo específico, fazendo parecer que a marginalização e os muitos enfrentamentos cotidianos são fenômenos naturais, quando na verdade, se olharmos pela perspectiva de Butler (2019b), estas pessoas estão inseridas numa condição ontológica de precariedade.

Esse olhar, totalmente desabastecido de historicidade, dificulta a compreensão de que esses enfrentamentos não são efeitos da responsabilidade individual; afinal, existem manifestações muito expressivas que denotam essas diferenças nos dados estatísticos e no emaranhado de questões sobre as orientações sexuais, expressos na tabela a seguir:

Tabela 2 - Identificação das PSR do município de São Paulo por orientação sexual

Orientação Sexual	Porcentagem	Quantidade
Heterossexual	87,7%	21350
Homossexual	4,6%	1120
Bissexual	3,4%	828
Não responderam	2,4%	584
Não sabiam sua orientação	1,9%	462
Declararam ter outra orientação não apresentada na pesquisa	0,1	24
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>24344</b>

**FONTE:** o próprio autor, com base na pesquisa apresentada pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, 2019

Por isso, reforço a necessidade de que essas informações não sejam vistas apenas como simples achados numéricos, mas, sobretudo, como posições forçosamente experimentadas que carecem de leitura apropriada a partir do contexto histórico para o entendimento de que o “machismo, a misoginia, o sexismo e o racismo no Brasil não são elementos que apenas condicionam a opressão e exploração ‘simbólica’ das questões de gênero/sexualidade e raça/etnia.” (PEIXOTO, 2018, p. 180).

Ainda sobre os achados do levantamento, a recusa de informações em relação à orientação sexual dessa população (2,4%) pode ser uma denúncia de que tal exposição conduza à subtração dos poucos privilégios que os serviços destinados a atendê-la oferecem, haja visto que ela passa por um processo de socialização em que são ensinados “a não expressarem manifestações do afeto e ocultar as relações amorosas que vivem, sob o risco de perdas materiais e afetivas, desprezo, chantagem e agressão.” (SIMÕES; FACHINI, 2009, p. 25).

Tabela 3 - Identificação das PSR do município de São Paulo por identidade de gênero

<b>Identidade de Gênero</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Quantidade</b>
Cisgênero	95,8%	23322
Mulher trans	1,5%	365
Travestis	0,9 %	219
Homens trans	0,9%	219
Não souberam responder	0,9%	219
Preferiram não responder	0,6%	146
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>24344</b>

**FONTE:** o próprio autor, com base na pesquisa apresentada pela Qualitest Inteligência em Pesquisa, 2019.

No tocante à expressão da identidade de gênero, foi inserida a seguinte questão: “Você se identifica com o sexo que nasceu?” Essa questão foi incluída após solicitação da Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para População em SR, articulada com a Coordenação de Políticas de Gênero da Secretaria Municipal

de Direitos Humanos. A população masculina apareceu com mais expressividade —, 85%, em contraste com a feminina — 15% (QUALITESTE, 2019).

Na referida pesquisa, não há explorações detalhadas sobre o nomadismo da população LGBT em SR. Seria interessante o aprofundamento dessa questão, uma vez que a migração territorial costuma ser um ponto comum encontrado tanto em pessoas em SR, quando em grupos LGBT, de modo geral.

Pessoas LGBT geralmente migram, tanto pelos atrativos que os centros urbanos oferecem em torno das possibilidades de aquisição de bens, oferta de serviços diversificados, como pela liberdade de viver o afeto e ter experiências da sexualidade. Essas migrações se constituem, muitas vezes, como desafios frequentes orientados pela possibilidade de realização de aspirações pessoais por parte de quem não se enquadra na lógica heterossexual (PEREIRA, 2014).

Nota-se que a discriminação se estende para as políticas públicas voltadas ao atendimento da população em SR, geralmente amparada em ações de natureza higienista, sendo muito comum, conforme nos diz Rodrigues (2018), estigmatizantes e violadoras de direitos básicos que reverberam muitas dificuldades, como por exemplo, o acesso à escola e postos de saúde, que costumam exigir do cidadão comprovação de endereço fixo para usufruto desses serviços.

Por isso, é imprescindível conhecer as diversas nuances que se articulam na produção da exclusão que, na ótica de Sawaia (2001), é um fenômeno complexo, possuidor de várias faces e dimensões material, política, relacional e subjetiva, sendo um processo tênue e dialético que só existe na contramão da inclusão; é parte constitutiva dela, conforme explica a autora:

[...] não é uma coisa ou estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2001, p. 09).

A esse respeito, Wanderley (2001) lembra-nos que o tema da exclusão é fortemente debatido nos espaços políticos, de comunicação e órgãos governamentais, por ser um ponto presente em diversas sociedades, inclusive as consideradas desenvolvidas economicamente, que não estão isentas de terem que acompanhar as modificações no âmbito profissional ou mesmo enfrentar situações geradas pelo modelo econômico.

### 3.2 A PESQUISA

Aduzo o percurso metodológico adotado para a consumação da presente investigação, onde a LGBTfobia aparece imbricada nas trajetórias individuais das pessoas entrevistadas, mesmo antes de se encontrarem em SR. O objetivo aqui é explicitar — de modo didático e acessível — o caminho empreendido para a perquisição da relação LGBTfobia com a SR, questão central desta tese.

Inicialmente trago um relato de como cheguei às entrevistas e, posteriormente, os pressupostos teóricos que fundamentam o aporte metodológico e, por fim, as categorias específicas de análise, em que conto com o auxílio de produções teóricas que me auxiliaram na sustentação desse olhar adicional às questões efetivamente delicadas e pertinentes, como campo de investigação da Psicologia. Reitero que não disponho de interesse ou vaidade acadêmica de responder de modo definitivo às hipóteses elencadas aqui, até porque nem a mesmo na ciência “dura” esse caráter definitivo é possível.

é ampla e esta é só mais uma forma possível de produção de conhecimento, como tantas outras possíveis. Afinal, nem sempre os pesquisadores compartilham dos mesmos interesses ou ideologias.

A seguir, descrevo as etapas utilizadas para a produção desta investigação, que se pautou na análise e interpretação das falas de pessoas LGBT a partir da relação estabelecida com a situação de rua e precariedades cruzadas. Através de entrevistas semiestruturadas e observação direta, realizei a pesquisa de campo, buscando compreender melhor algumas hipóteses iniciais motivadoras da realização desta análise. Com ela, fiz novas descobertas e pude compreender melhor a relação entre LGBTfobia e a SR, o tensionamento a que são submetidas as PSR, vivendo à margem da sociedade e, através deste trabalho, ter a oportunidade de dar força a essas vozes silenciadas.

Conto ainda como aparato teórico/metodológico, o aprofundamento analítico dos estudos interseccionais, oriundo do feminismo negro, atualmente expandido para os diferentes lugares onde a opressão e a injustiça imperam. A interseccionalidade leva em consideração o “cruzamento de raça, gênero e classe (AKOTIRENE, 2017, p.11). Afinal, dentro desta proposta, não haveria como dissociar a LGBTfobia dos ditames de gênero e dos tampouco, dos impactos

vivenciados por quem está fora dos contornos dominantes, como acontece com relação a classe e a cisheteronormatividade. Segundo postula a mesma autora, a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica, capaz de produzir subsídios capazes de diluir a alienação reiterada no campo discursivo que teima em naturalizar e potencializar injustiças sociais de modo sistêmico, a partir de múltiplos cruzamentos que contrapõem o padrão dominante.

Partindo dessa lógica, a identidade de quem é LGBT e está em situação de rua, carece de aprofundamento em relação às nuances engendradas no modo como a exclusão social é produzida em suas especificidades. Para isso, foram utilizados os discursos que explicitam as trajetórias apresentadas neste estudo.

Tendo como base essa questão, o objetivo da pesquisa foi investigar se existe analogia entre LGBTfobia e a situação de rua, de pessoas que frequentam os centros de convivência, na cidade de São Paulo, a partir de experiências pessoais atravessadas pela rejeição, que desembocaram no processo de exclusão social, seja por parte da família ou de outras instituições e, por fim, investigar se esses desconfortos são reiterados na atualidade e no espaço da rua, além de analisar se existe ou não o compartilhamento de significados pautados no modo como se percebem e se relacionam na atualidade com o gênero e/ou sua orientação sexual.

Dessa forma, por acreditar que esses processos precisavam ser investigados com alto rigor metodológico, parti do pressuposto de que a Análise do Discurso (AD) de corrente francesa fosse uma estratégia metodológica interessante para alcançar o propósito da presente pesquisa, já que através relatos é possível ter uma compreensão mais abrangente de como esses dispositivos funcionam, aproximando, assim, às articulações ideológicas.

De acordo com Orlandi (2001) e Fernandes (2007), quando se fala em discurso, fala-se sobre a produção de significado através do que a linguagem apresenta. O significado é mutável e produzido dentro de um campo de ocupação por quem o emana, dentro de um contexto e das interlocuções produzidas num contexto histórico específico.

Particularmente, esta é uma proposta metodológica interessante por permitir a possibilidade de acessar os enfrentamentos diários de quem é LGBT e está em SR; ou seja, dentro de uma mesma realidade e de problemas semelhantes, encontramos sentidos diferentes e contrastes que escancaram visões de mundo muito distintas, trazendo à tona um conjunto diversificado de outras vozes que produzem o discurso



singular de LGBTs em SR e com isso, abrir possibilidades para “entender aqueles que vivem, que pensam, que agem e que sentem o próprio fenômeno, para compreender e atuar nas questões sociais.” (SAWAIA; SILVA, 2019, p.22) e isso permite a criação de novas formas de entendimento da realidade (ORLANDI, 2001).

A pesquisa de campo, para Lakatos e Marconi (2003), objetiva a produção de conhecimento a partir de situações cotidianas que demandam enfrentamentos e nesta, em especial, sobre a realidade social, entendida por Gil (2008, p. 26) como “todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”, em torno da trajetória dos participantes.

Para tanto, a utilização de entrevistas semiestruturadas e a observação da realidade são instrumentos potentes de pesquisa, que concatenam com estudos interseccionais e com o rigor teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de corrente francesa e, também, com os meus interesses enquanto pesquisador, de não tentar produzir ou legitimar verdades em torno das questões aqui estudadas, até porque, mesmo sendo LGBT, reconheço meus privilégios e o meu lugar dentro da estrutura social.

Neste sentido, corroboro com o pensamento do filósofo Foucault (1996), no que tange ao fato de que essa é apenas uma possibilidade de pesquisa sobre o assunto, dentre tantas outras possíveis.

Em especial, nesta pesquisa, não haveria como dissociar a LGBTfobia dos ditames de gênero e, tampouco, de raça e de classe, justamente porque os LGBT em SR estão totalmente fora dos contornos dominantes, como apresentado nos levantamentos oficiais. Em concordância com Akotirene (2017), entendo que a interseccionalidade seja uma importante ferramenta analítica, por possibilitar a produção de consciência e consequente diluição da alienação, tão expressiva no campo discursivo que comumente insiste em naturalizar problemas sociais, que são de caráter estrutural e não obras casuais de merecimento individual por romperem com os diversos aparatos que agem em concordância com o padrão dominante. Isto é:

[...] em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2017, p. 41)

Em relação ao estudo dos sentidos do discurso, busquei compreendê-los a partir de sua produção, na qual as pessoas entrevistadas são entendidas como ativas no processo de “significar” o que dizem, por estarem inseridas em contextos, bem como em relações específicas. E, por isso, as acepções são distintas, assim como as formas de compreender uma dada realidade e, por consequência, com visões isentas de neutralidade, uma vez influenciadas pelo momento histórico e pelo lugar que ocupam (BRANDÃO, 2004).

Sobre essa relação do lugar com a produção de significação, Góis (1999, p. 156) explica:

Esse lugar, por sua vez, se encontra interiorizado, como atividade, vivência e significação. Constitui o campo de realização da identidade de uma pessoa ou de uma coletividade, um lugar de ocupação, de identificação, de pertinência, de defesa e de desenvolvimento individual e coletivo.

Em complemento a essas questões, Vigotsky (2003, p. 151), na obra *Pensamento e Linguagem*, ressalta que:

[...] O significado das palavras só é um fenômeno de pensamento na medida em que é encarnado pela fala e só é um fenômeno linguístico na medida em que se encontra ligado com o pensamento e por este é iluminado. É um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significativa – uma união do pensamento e da linguagem.

Por este motivo, tanto a LGBTfobia quanto a SR são entendidas como produções sociais. Em resumo, se apresentam como “a reconstrução interna de uma operação externa” (VIGOTSKY, 1991, p. 40) que só se concretiza através do aparato da linguagem, que é produzida e significada nos grupos humanos ao longo do tempo e das práticas sociais e, por isso, carregada de visões ideológicas muito particulares. Neste sentido,

[...] a "ideologia" é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua (GREGOLIN, 1995, p. 17)

Em relação ao tipo de entrevista, optei pela semiestruturada, por ser um instrumento facilitador de investigações em relação à produção subjetiva de

significados e por possibilitar, ao pesquisador, um direcionamento mais flexível para que as pessoas pudessem falar livremente e de modo mais espontâneo sobre os assuntos pertinentes à investigação.

Essas entrevistas ocorreram com certa formalidade, sem perder de vista o foco em condições, experiências e situações específicas (LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 2008). A partir do conforto possibilitado pelo instrumento de pesquisa descrito, pude abarcar com profundidade se a LGBTfobia tinha relação com a SR; os enfrentamentos do cotidiano; e sobre como se percebem, através dos discursos dos participantes.

Com esse objetivo, Orlandi (2001) atenta para o fato de que o estudo do discurso permite acessar um leque amplo de sentidos produzidos pela linguagem. Em outras palavras, esses sentidos podem ser compreendidos quando pensados a partir da relação ao que a língua expressa em conformidade com o contexto histórico/cultural e social de quem emana o discurso. Por isso, não há como não levar em consideração os inúmeros cruzamentos interpostos na vida de quem discorre e, para tanto, apresentarei, no tópico a seguir, o recorte teórico-metodológico que subsidiou a produção dos resultados encontrados.

*Eu acho que um acompanhamento mais próximo, eu acho que se aproximar mais. Eu acho que para mim ajudar alguém eu primeiro tenho que me colocar no lugar dele, entender mais a história e a ferida de cada um, e a causa do que causou aquilo na vida dele, né? Eu penso assim, que para mim ajudar alguém eu tenho que primeiro me aproximar mais, me colocar realmente no lugar dele e para eu me colocar no lugar dele eu tenho que estar próximo.*

*(trecho da quarta entrevista realizada)*

Diante da minha presença nos núcleos, combinei com os gestores os dias e locais disponibilizados para a realização reservada de entrevistas individuais. Em todos os centros, fiz uso das salas individuais oferecidas e busquei proximidade com a população através da minha inserção em grupos direcionados ao público, os quais traziam temas variados. Esse tipo de abordagem adotada por mim permitiu a abertura para apresentar a proposta de pesquisa e realizar os convites de participação voluntária.

Antes de expor a proposta de pesquisa, considerei importante me posicionar como pesquisador cisgênero gay, ciente do meu lugar privilegiado de “saber-poder”,

no intuito de tentar minimizar a ocorrência de qualquer variável que comprometesse a espontaneidade das narrativas, bem como dar abertura para que aquele fosse um espaço confiante para realização de denúncias e desagrados com o serviço local. Citando Fávero (2020, p.13-14), em concordância com o pensamento da autora, parece-me inadiável lembrar que pesquisar o sofrimento do outro

[...] não quer dizer homogeneizar-se, significa, em contrapartida, estranhar-se. E colocar a si mesmo em suspenso para poder enxergar uma dinâmica que já foi familiarizada, pois esteve dada desde um primeiro momento. O que se sugere é produzir abstinências que sejam capazes de observar o que só se mostra à normatividade, mas que, devido uma constância, passava como habitual.

Destaquei, durante as apresentações da pesquisa nos grupos, a necessidade de ter disponível (uma) hora para a realização das entrevistas e pude ressaltar o caráter confidencial das informações trazidas nas respostas gravadas sobre o que elas pensavam, sentiam e acreditavam.

De modo individual, fiz a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando mais uma vez, em linguagem acessível — sob amparo do guia técnico de orientações conceituais produzidos por Jesus (2012) — a proposta do estudo e, após confirmação do entendimento e sinalização de que não havia dúvidas, cada participante assinou o TCLE, sinalizando concordância com a proposta apresentada. Na sequência, as entrevistas foram iniciadas.

Como o objetivo está vinculado à construção de significados subjetivos em torno da LGBTfobia familiar, antes da SR e as alterações na subjetividade dos(as) participantes interessava-me compreender os modos de pensar e sentir o intercruzamento de eixos produtores de precariedade, acerca de fenômenos similares e possíveis conexões com a reprodução de discursos dominantes, chamadas aqui de “ideologia”, nos quais nem sempre aparecem sustentados pelos interesses dos falantes que compõem o espaço urbano investigado, aspecto muito comum, conforme destaca Bomfim (1999, p. 199):

[...] O espaço urbano é por excelência um campo favorável ao desenvolvimento de ideologias e do poder hegemônico do Estado e das políticas governamentais, que quase sempre favorecem os detentores do poder econômico. Observamos o descaso das políticas governamentais em relação ao significado que o espaço urbano imprime na coletividade. As necessidades das populações

difícilmente são ouvidas e a cidade e a localidade não são tratadas como extensão da identidade dos indivíduos no local.

No decorrer das entrevistas, tive alguns imprevistos. O primeiro foi a desistência de um casal de lésbicas cisgêneras que, após aceite do convite e agendamento para realização das entrevistas, desistiram de participar. O segundo, descarte de dois áudios que, no momento da transcrição, apresentaram-se inaudíveis. As narrativas foram descritas na íntegra e após inúmeras releituras do conteúdo, busquei aparato na literatura científica e no diário campo para rastrear os sentidos na esfera simbólica e material, consegui delinear três categorias analíticas.

#### 4 O RECORTE TEÓRICO- METODOLÓGICO

A Análise do Discurso (AD) de corrente francesa surgiu em meados da década de 1960, na França, tendo como precursor o filósofo Michel Pêcheux, sendo fundamentada numa perspectiva de negação da neutralidade linguística, por reivindicar que a produção dos discursos devesse ser compreendida de modo não apartado das condições históricas e sociais que viabilizam múltiplas possibilidades de compreensão em torno do que é dito, ou seja, “dos chamados fatores extralinguísticos, que são os aspectos externos articulados, que culminam na produção ideológica produzidas pelo passado (momento histórico, cultural, econômico, político, etc.) e o atual” (ORLANDI, 2007).

A AD é entendida, na perspectiva de Orlandi (2012), como protesto ao saber dominante do estruturalismo filosófico, que ainda na década de 1960 mostrava-se intimamente sustentado por convicções religiosas, totalmente desabastecidas de historicidade, de um olhar mais politizado. Portanto, embora não haja fusão entre AD e Psicanálise, existem, sim, conexões que carecem de entendimento.

Retomando o que já foi dito, Orlandi (2001) e Fernandes (2007) sustentam que o papel da AD é o de investigar a produção de significados através do que a linguagem apresenta, sendo de natureza mutável pelos fatores extralinguísticos já mencionados. A expressão “análise”, para Fernandes (2007), é a “busca dos sentidos” produzidos pelos lugares ideológicos assumidos por quem emite o discurso, conforme explicado por Foucault (1996, p. 49):

[...] O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Ernica (2016) ressalta que, à medida que as relações sociais são internalizadas historicamente, amplia-se também a capacidade do pensamento autônomo, bem como as diversificadas funções da linguagem. Com efeito, Clot (2016, p. 90) destaca que “a voz é um bom objeto de estudo. A voz pertence ao corpo, à história pessoal e familiar, à história social, mas também às palavras, à linguagem, com entonações, sotaques”.

Com base em Foucault (1996), é possível afirmar que, do século XX até a atualidade, o discurso tem se sustentado a partir de três eixos centrais: 1) o da vinculação dentro de um campo do saber específico; 2) o das ideologias expressas, que tem como pano de fundo a manutenção de uma ordem soberana detentora do poder e; 3) a história, que na obra *A Ordem do Discurso*, produzida em 1970, poder e discurso aparecem interligados numa relação quase exclusiva, onde o controle social tem se dado a partir de discursos edificadas e legitimados por ideologias de dominação do poder hegemônico e, a partir disso, o gerenciamento da sociedade e demais ordenamentos, mesmo sem justificativas plausíveis; são mantidos para assegurar os interesses das classes dominantes, nem que para isso as injustiças tenham que se perpetuar.

Neste sentido, inconsciente e ideologia são pontos primordiais para o estudo dos significados, uma vez que:

O inconsciente revela a fragilidade e a não autonomia do sujeito diante da sua realidade interna, assim seus estados mentais são ativados e representados de diferentes formas, muitas vezes, inacessíveis à consciência. Já a ideologia revela o assujeitamento do sujeito em relação a sua realidade exterior. A ideologia é o que faz com que a palavra tenha sentido, pois só há sentido quando este está em relação a uma exterioridade, quando adentra o campo do outro. Desta forma, infere-se que a ideologia contempla a noção de inconsciente, à medida que o sujeito assujeitado pelas práticas ideológicas é sempre e antes de tudo, um sujeito dividido, atravessado pelo inconsciente e por isso destituído de qualquer poder de autonomia sobre a origem do seu pensar e do seu dizer. (BIAZUS; PETRI, 2013. p.6-7)

Desse modo, a partir dos postulados de Foucault (1996), pela AD é possível evidenciar as intenções que atravessam os discursos de grupos hegemônicos internalizados por uma população desabastecida de poder. Esses discursos, por sua vez, são convertidos em pensamentos e ações aparentemente individuais, mas que permitem ao pesquisador mergulhar na realidade de quem o enuncia, desvelando fatores interpostos que se configuram como fortalecedores de inúmeras formas de opressão.

Dizer o que se pensa é um privilégio que coaduna com o aforismo de Foucault (1996), ao afirmar que o discurso só pode ser propagado se for dito por quem exerce o poder e, trazendo esse pensamento para a população LGBT em SR, não é de se estranhar que os poucos levantamentos oficiais tenham sido produzidos a partir de análises estatísticas, não dando oportunidade de fala para essa

população ou abrindo caminhos para qualquer possibilidade de interação social. É inegável, portanto, o fato de que essa população seja duplamente estigmatizada e destituída de direitos, o que dificulta a probabilidade dessas pessoas conseguirem, algum dia, desfrutar da integração igualitária na sociedade brasileira, uma vez que as mesmas não são ouvidas e suas especificidades não são conhecidas.

Afinal, pela ótica de Foucault (1996), essa invisibilidade só ajudaria a perpetuar as inúmeras violações presenciadas, tanto pela governamentalidade, que impõe não somente como e onde podemos viver, mas também com quem é permitido ou não estabelecer relações sexuais e de afeto. O autor conceitua disciplina como “um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996, p. 36).

Assim, nas sociedades atuais, a disciplina, enquanto dispositivo de controle, restringe, violenta e condena todos aqueles que não aderem aos princípios socialmente impostos, sejam estes de natureza religiosa, política ou sobre os modos de vida particulares.

A esse compartilhamento de significados, presentes nos discursos hegemônicos, Foucault (1996) vai chamar de “doutrina”; e são essas diversas doutrinas que fundamentam e autorizam as aproximações ou distanciamentos no lugar social ocupado que, de certo modo, podem ou não autorizar o acesso ao reconhecimento social e aos privilégios, conforme nos mostra a história em relação à sexualidade. Por isso, como lembra González Rey (2011), não é possível separar os processos de subjetivação da história, uma vez que as configurações tendenciosas são produzidas diretamente a partir de experiências cotidianas, interlocuções e das condições sócio-históricas em que as pessoas irão produzi-los a partir de espaços diferenciados, construindo significações psicológicas exclusivas.

Alicerçado no que exposto, defendo que não seria coerente objetivar as demandas da população LGBT em SR por um olhar universalizante, pois isso só legitimaria o lugar de inferiorização que essas pessoas ocupam, como se fossem incapazes de compreender sua própria realidade; afinal, a linguagem em si, como nos lembra Brandão (2004), não é o significado, mas sim o mecanismo utilizado para exteriorização do pensamento, sendo produzida nas relações de interação. Apropriado desse posicionamento, apresentarei, no tópico a seguir, o percurso da presente investigação.



#### 4.1 A PESQUISA DE CAMPO

Para início da pesquisa, entrei em contato com o Centro de Pesquisa e Memória Técnica (CPMT), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), incumbido por monitorar e realizar emparceiramentos para a produção de conhecimento, capazes de cooperar com a melhoria e aprimoramento de ações e práticas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme disposto na portaria municipal, nº 39/SMADS/COPS/2013, onde efetuei o preenchimento de um formulário eletrônico, seguido do envio de um arquivo detalhado da proposta da estudo e termos assinados conforme disposto no Art. 3º.

Em fevereiro de 2018, fui informado que o município possuía nove núcleos de convivência para a população adulta em SR — não exclusivamente LGBT — com funcionamento das 8h às 22h, todos os dias da semana. Dos 09, apenas 03 deram retorno de concordância e aceite para a realização das entrevistas. Além de ofertar serviços essenciais como os de higiene e alimentação, esses centros, que fazem parte da Rede de Proteção Social Especial, tipificado como de média complexidade, têm como finalidade a estimulação e o fortalecimento de vínculos, entendidos como necessários para que os usuários se distanciem de violações de maior intensidade (BRASIL, 2014).

Figura 7 – Fachada de um dos Núcleos de Convivência para a População Adulta em Situação de Rua do Município de São Paulo



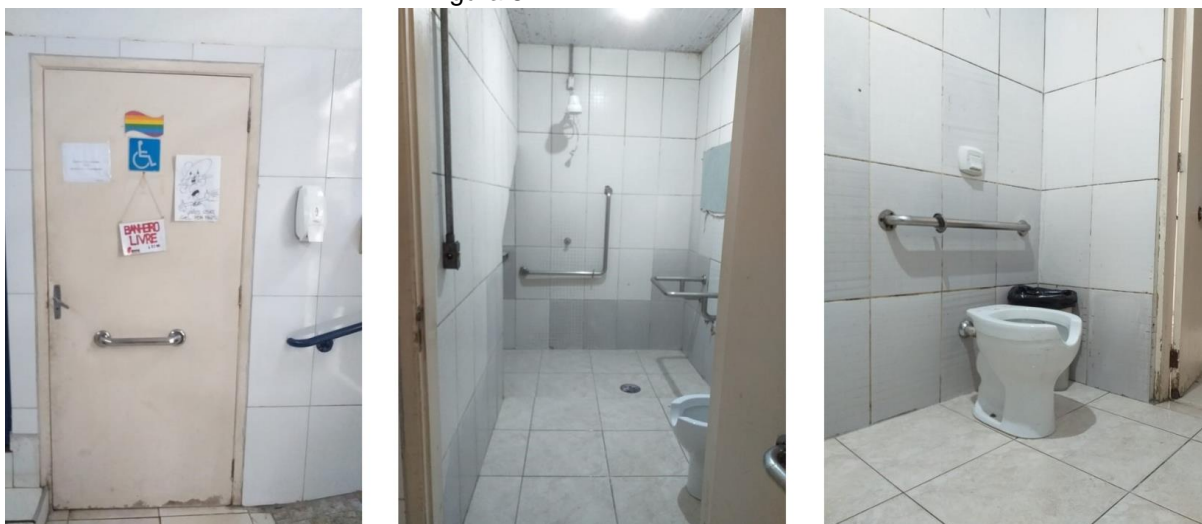
FONTE: o próprio autor.

Após a liberação da SMDAS, dei andamento aos trâmites de legalização da pesquisa, mediante submissão da proposta e dos demais documentos requeridos na Plataforma Brasil (CAAE: 217473019.4.0000.5401). Obtive o Parecer de Aprovação nº 3.689.764 para realização de pesquisa com seres humanos, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP - Campus de Assis, São Paulo.

Antes da entrada em campo, fiz contato telefônico com os gestores dos núcleos autorizados, que foram bastante receptivos em relação à proposta apresentada e à minha pessoa. Antes de iniciar as entrevistas, fui pessoalmente aos núcleos nos dias 13 e 14 de novembro de 2019, antecedentes à pandemia, para conhecer os gestores, as dependências físicas de cada localidade, a programação das atividades e, principalmente, me fazer visível nos espaços, no intuito de facilitar a abertura para uma aproximação e a produção de confiança por parte dos participantes, condição necessária para pesquisas que envolvem aspectos íntimos

da individualidade. No último Núcleo de Convivência que fui conhecer, um funcionário — sob forte empolgação porque eu já havia apresentado a proposta da pesquisa — levou-me para conhecer um banheiro específico, o “banheiro inclusivo<sup>17</sup>”, destinado à população LGBT usuária daquele serviço, que nitidamente mostrava, pela sinalização de informes e pela disposição arquitetônica, voltar-se para pessoas com deficiência, deixando óbvio sem qualquer esforço, que ali era um espaço improvisado.

Figura 8 – Banheiro “inclusivo”



FONTE: o próprio autor.

Na ocasião — e já com muitas leituras adiantadas sobre gênero e sexualidade —, foi difícil disfarçar o meu desapontamento. Na hora, a noção de dispositivo de Foucault (1996) foi materializada naquela arquitetura diante dos meus olhos. Para os usuários, a falsa ideia de que era um espaço “criado” para legitimar o reconhecimento das necessidades das pessoas LGBT. Para mim ficou claro que, na verdade, ele opera para perpetuar a negação de humanidade. Afinal, independentemente de alguém se reconhecer no “feminino” ou no “masculino”, perde o direito de acessar os mesmos banheiros que são comuns ao restante da PSR para atender às necessidades fisiológicas e de higiene. Isso ilustra o fato de que, mesmo diante de uma série de precariedades impostas pela própria SR, há uma inclusão perversa.

O trabalho de campo foi realizado entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, com o objetivo de:

<sup>17</sup> Ver mais em: [https://www.youtube.com/watch?v=t\\_5O4AbzBZk&t=502s](https://www.youtube.com/watch?v=t_5O4AbzBZk&t=502s)

1. conhecer as trajetórias, o cotidiano e as perspectivas de futuro;
2. compreender como os marcadores gênero/sexualidade se articulam com o cotidiano da SR.

Para isso, orientei-me pelos seguintes preceitos éticos: “autenticidade e respeito mútuo. A ansiedade em querer saber não deve nunca jamais invadir os moradores com perguntas inadequadas, nem os transformar em fichário de consulta” (ARAÚJO, 1999, p. 90).

## 5 ANÁLISE

Conforme apresentado na tabela a seguir, entrevistei 14 participantes, de três núcleos distintos, retratados (as) a partir da sequência de realização das entrevistas.

Tabela 4 - Identificação das pessoas entrevistadas

Ordem	Nome	Idade	Gênero	Orientação Sexual	Escolaridade	Cor
1	Ayrton	36	Homem cis	Homossexual	Ens. Fundamental incompleto	Branca
2	Maria	28	Mulher transexual	Heterossexual	Ens. Médio completo	Parda
3	Ilídio	23	Homem cis	Homossexual	Ens. Médio completo	Parda
4	Gília	21	Mulher cis	Lésbica	Ens. Médio incompleto	Preta
5	Ângelo	27	Homem cis	Homossexual	Ens. Fundamental completo	Pardo
6	Douglas	25	Homem transexual	Heterossexual	Ens. Médio incompleto	Preta
7	Wilson	32	Homem transexual	Heterossexual	Ens. Fundamental incompleto	Parda
8	Silvia	23	Mulher transexual	Heterossexual	Ens. Médio completo	Branca
9	Ronny	49	Homem cis	Bissexual	Ens. Médio completo	Parda
10	Manoel	39	Homem cis	Homossexual	Ens. Médio Completo	Preta
11	Vanessa	39	Mulher transexual	Heterossexual	Ens. Médio incompleto	Branca
12	Luiz	51	Homem cis	Homossexual	Ens. Superior completo	Preta
13	Benedito	59	Homem cis	Homossexual	Ens. Médio incompleto	Preta
14	Wanderley	38	Homem cis	Homossexual	Ens. Fundamental incompleto	Parda

Fonte: o autor

Saliento que não destacarei no texto a data, nem o horário específicos, em que cada entrevista foi realizada, para assegurar que nenhum participante seja reconhecido após a divulgação desse estudo nos meios científicos ou nos equipamentos em que as entrevistas aconteceram. Com o mesmo intuito, para os nomes dos entrevistados, utilizei pseudônimos.

Tabela 5 - Estado de origem

Estado	Participantes
Bahia	2
Ceará	1
Maranhão	1
Paraná	1

Rio de Janeiro	2
São Paulo	6
Sergipe	1

**FONTE:** o próprio autor

Nas análises, apresento as variantes da LGBTfobia enfrentadas sob a perspectiva de cada participante que aparecem combinadas às situações procedentes do desabastecimento das condições materiais e simbólicas com certa permanência na vida da PSR. Falo de variantes, pois é sabido que além de ser um grupo heterogêneo, existem níveis distintos de gradação em relação à produção da exclusão social e, do mesmo modo, condições distintas de enfrentamento para as barreiras encontradas no cotidiano, conforme apresentarei a seguir, a contar das trajetórias antes da SR, no momento cotidiano dos (as) participantes e, ainda, a respeito de seus projetos pessoais e perspectivas de futuro.

Por caminhos diferentes, busquei convergências entre as interações e vivências anteriores ao ingresso na SR, baseado na combinação dos elementos:

- a) Racismo
- b) Nomadismo
- c) Uso de drogas
- d) LGBTfobia familiar

Em outro contexto, as migrações territoriais se apresentam como fundamentais para fugir da LGBTfobia e tentar assegurar condições basais de sobrevivência através da busca pelo trabalho, principalmente nas vivências transexuais. Na perspectiva de um homem trans, a busca reitera o lugar das masculinidades hegemônicas, possibilitada pela condição de provedores.

Manoel: (...) Eu vim para São Paulo para procurar emprego devido à dificuldade onde eu morava. Eu sou do interior de São Paulo, de Avaré. Eu vim para São Paulo para procurar serviço, aí por enquanto estou por aqui. Com essa dificuldade de arrumar emprego eu tive que procurar um albergue, até eu consegui me estabilizar e arrumar um emprego, está muito difícil.

No caso de Douglas, o nomadismo aparece retratado como estratégia necessária para buscar trabalho, incitado pela transfobia, aparece combinada com o incentivo recebido por uma proposta de relação afetiva estável do participante.

Douglas: (...) então, eu vim do Rio para cá, porque tipo, eu trabalho com barbearia, e lá tem muita concorrência e roubo. E você monta o estabelecimento e não vai muito, porque o aluguel é caro e essas coisas, aí eu falei: “vou para São Paulo”, e eu já conheci uma menina aqui, que morava aqui, e aí conversando um ano e pouco com ela pela internet e ela: “Vem, é legal e tal”. Aí, eu peguei e resolvi vim, na primeira vez eu fiquei meio assustado com o lugar e não sai nem da rodoviária, e aí beleza, voltei para o Rio de novo. Na segunda, eu já esperei sete dias e vou de novo. Aí vim, já saí, comecei a conhecer as coisas, só que eu dei um mole na rodoviária, né? Porque aí, quando eu cheguei, minha maleta com as máquinas e com as roupas foi todas roubadas, aí eu tive que ficar em condição de rua. Porque eu vi com pouco dinheiro e o dinheiro que eu tinha eu pagava hotel, comia, alimentação e essas coisas. Aí acabou o dinheiro e eu tive que ficar na rua, porque eu não conhecia ninguém e a pessoa que eu comunicava não atendeu o telefone mais, entendeu? Aí, eu estou aí agora nessa situação, porque eu também não quero voltar para o Rio e eu sempre vivi sozinho, a minha família não tem o contato e é isso.

Como dito acima, os vínculos familiares foram rompidos no decorrer dos anos e, nesse caso, a transfobia familiar experimentada foi condicionando-o desde cedo a ocupar o lugar em que se sentia confortável, que era o de provedor das condições materiais de sobrevivência. Em alguns momentos, quando fala do passado, o participante faz referência a si mesmo no feminino: “[...] desde nova eu sempre vivi perto, mais ou menos, da família, mas tendo que trabalhar, tendo o meu. A minha família já não apoiava, ninguém apoiava.”

Na trajetória de Wilson, a SR é justificada por conflitos na família e com parceiros: “[...] Eu sofri muito com relacionamento, de arrumar pessoas que enganava eu, tirava tudo de mim”; e os conflitos familiares, geralmente eram resultado da dependência química (cocaína e maconha), que acabaram aumentando o intercâmbio constante entre casa e rua: “[...] vivia na rua, voltava para dentro de casa, aí eu fui cansando com aquilo, aí o que me fez vir para o centro da cidade.” As condições de pobreza e a desestruturação familiar, associadas à dificuldade de

inserção no mercado de trabalho, acabaram potencializando a experimentação de violências diversas.

Isso posto, nas identidades femininas transexuais, as andanças são provenientes de combinações diversas. Por exemplo, as condições de extrema pobreza e a marginalização dos corpos não cisgêneros aparecem retratados na situação de Maria, uma vez que a experimentação da transfobia familiar dificultou nesta trajetória pessoal, possibilidades de acesso ao trabalho formal que supostamente é uma possibilidade comum a qualquer cidadão cisheterossexual, restando como alternativa de sobrevivência material, a prostituição; justificada a partir da perspectiva de Silva, et al. (2015) como sendo o resultado da não reprodução da performance de gênero: “[...] Quando eu saí da casa da cafetina, porque ela foi presa, eu não tinha para onde ir, aí minha opção foi vim morar no albergue e depois do albergue, eu fui morar na rua.”; “[...] Desemprego, falta de oportunidade na vida e é isso mesmo.” (Maria).

Ainda, vivências fortemente atravessadas pela violência física e psicológica, reiterando que as dissidências de gênero são inseridas na cultura do medo, conforme traz Silva e França (2019). É motivada pela intolerância a essas subjetividades, como reforçado na fala de Maria: “[...] com a minha mãe é normal e com uns dois ou três irmãos meus. O restante, eles não me aceitam. Falam se minha mãe aceita minha aparência e aquilo outro. Uma metade é 100%, com a outra, nada, a outra metade da minha família.”

Em se tratando de ruptura com a família de origem, as pessoas trans passam por esta situação mais precocemente que outras, pela necessidade de escapar mais cedo da violência familiar e, ainda que não vivam do trabalho sexual, a migração para os centros urbanos aparece como uma aposta de que irão conseguir realizar a resignação sexual.

O tipo de violência que mais apareceu nas narrativas verificou-se na intersecção LGBTfobia versus mercado de trabalho.

Ângelo: (...) Eu venho de uma comunidade católica, onde eu passei um tempo de voluntariado e depois que eu saí dessa comunidade, eu procurei um centro de acolhimento. Então, não posso dizer que vivi exatamente na rua.



Wilson: (...) Eu vim da Bahia, já cheguei aqui em São Paulo nova. Passei muita dificuldade. A primeira comunidade que eu vim morar foi Brasilândia.

Em relação LGBTfobia familiar e dependência química, Gília foi enfática ao afirmar que a lesbofobia familiar, expressa por ela ao dizer que “[...] o preconceito da família” foi o motivo principal para sua entrada precoce na SR e logo no início da entrevista. A participante manifesta desconforto ao falar de sua orientação sexual, necessitando justificar sua inocência, tendo em vista que os princípios religiosos foram fortes mantenedores da violência lesbofobia (COSTA; NARDI, 2015; GODOY; SANTOS, 2019), posto que, sua orientação sexual era condenada pela família.

Gília: (...) ah, assim, desde criança eu nunca gostei de homem, assim... De menino. Ah! Eu não sei explicar moço. (...) eu usava crack. Aí quando eu estava uns tempos limpa, uma palavrinha que ela falava de mim, começava a jogar na cara que eu não tinha vergonha na cara, eu tinha que começar a gostar de homem, que Deus fez... Aqueles mandamentos de Deus, né? Eu não gostava, aí eu já vivia para rua.

Como Gília, não tinha os atributos nomeados por Toledo e Teixeira Filho (2010) de “domesticidade feminina”, entendido como sinônimo de comportamentos padronizados de passividade, submissão e envolvimento em funções de relacionadas ao contexto doméstico, portanto acabava presenciando constantemente manifestações de desapontamento e rejeição, fortemente justificadas pela incompatibilidade com a lógica de dominação masculina que apareciam misturadas com os ressentimentos e as crises de abstinência da participante:

Gília: (...) ah, eu ia para rua mais pela abstinência, às vezes era pela abstinência e às vezes era por causa dela também. Aí juntava abstinência e juntar o preconceito dela, aí eu ficava na rua. Eu voltava até para drogas por causa disso, às vezes eu não estava nem a fim, aí vou lá para usar hoje para passar um pouco a raiva, né? Porque senão eu vou fazer merda com ela, minha intenção era essa. E eu ainda tenho essa intenção de matar ela ainda, porque ela tem preconceito comigo. Até hoje... Ela não tem que aceitar; a opinião é minha, não é?

A ausência de suficiência material, somada à falta de suporte familiar, acabaram contribuindo para o envolvimento prematuro com as drogas ilícitas, culminando em sua chegada no território da Cracolândia.

Gília: (...) fiquei, desde os 14, eu comecei com tudo com 14 anos. Comecei a conhecer maconha, cocaína, tudo! Só não injetei na veia. Mas, aí, juntou o preconceito da família, aí junta tudo. É prova, né? Ficar em albergue, tem horário para dormir, acordar, tomar banho, comer, lá é todo um processo para você viver.

De forma semelhante, embora Ayrton atribua o envolvimento com as drogas (cocaína), como principal motivador para a SR, a falta de informação sobre a sexualidade contribuiu para que a família o rejeitasse, a partir da estigmatização produzida pelo julgamento moral, atuando na ótica de Braga, et al. (2018), como um substrato potente de intensificação do sofrimento que dilui a autoestima e favorece, segundo Soliva e Silva (2014), o envolvimento com substâncias psicoativas.

Ayrton: (...) O que me levou a morar na rua, na verdade, foi o uso de drogas mesmo. Porque o uso de drogas, muita balada, a falta de aceitação da família e da minha homossexualidade também foi muito forte, fui muito discriminado familiarmente nessa área. Então, eu me sentia muito depressivo dentro de casa, então a rua para mim era meu refúgio. Eu buscava na rua aquilo que eu não conseguia encontrar dentro de casa, quando, na verdade, muitas vezes era mais pelo meu orgulho de não enxergar o que minha família estava tentando fazer por mim, de me alertar, de me aconselhar.

Conforme relato acima, Ayrton destacou experimentar tristeza recorrente em virtude da forte rejeição vivenciada no contexto familiar. Nesta população, a vulnerabilidade ao envolvimento com álcool e outras drogas é facilitada pela homofobia familiar, entre outros comprometimentos associados à saúde mental (GARCIA, 2013).

Sobre isso, Toledo e Teixeira- Filho (2013a) complementam que a homofobia familiar, eleva o risco a depressão por desencadear sentimento crônico de vergonha, culpa e inadequação, conforme expressam os relatos abaixo:

Ângelo: (...) foi assim, o modo de pensar deles de não aceitar e eu respeitei essa decisão deles. E esse foi um dos motivos também que me levou a ir para comunidade católica, que eu decidi ir por conta disso, porque minha família nunca me aceitou. E nisso de não me aceitar, eu me mascarei muito, e nisso de me mascarar eu nem vi uma pessoa que não tinha vida, não tinha uma verdadeira identidade, então eu vivi como uma pessoa falsificada, vamos dizer assim, em respeito à minha família e por não querer magoar a minha família.

Benedito: (...) E eu decidi ir viver minha vida, decidir vim embora para São Paulo viver minha vida. Porque praticamente... É como uma irmã minha falou para mim, "Se eu fosse você eu sumia". Porque a gente tem vergonha de você, aí a gente ouvir uma coisa dessas, a gente some; eu sumi e não

voltei mais. (...) Com 16. Eu saí de casa com 16 anos, comecei a morar sozinho, a viver só e com essa idade eu já trabalhava.

Uma das produções mais angustiantes da homofobia familiar é o efeito “tela projetora” ou “bode expiatório”, descrito por Schulman (2010) como o lugar em que o homossexual é colocado na condição de depósito direto de todos os problemas familiares, validada pelo participante como tentativa de cuidado e preocupação, conforme o destaque de Ronny: “[...] minha família toda sabe de mim, mas você sabe que tem família que atura você, mas não aceita.”

Schuman aponta, ainda, que a vulnerabilidade econômica é também uma produção da opressão familiar, a posição de inferioridade assumida nesse contexto e a naturalização difundida de que são mais capazes ao enfrentamento de dificuldades em relação aos heterossexuais. Posteriormente, ao falar de sua relação com a avó que o criou, apontou: “[...] eu já sofri até violência física. Já chegaram até a me bater por ser um cara homossexual. Então, eu já sofri até violência física [...] foi dentro de casa mesmo.” Em seguida, quando perguntei se a orientação sexual — reconhecida inicialmente como bissexual e posicionada em outros relatos dessa forma — contribuiu ou não para que ele estivesse em SR, explica:

Ronny: (...) eu não sei por que as pessoas, seja família ou seja amigos, ou seja, colegas de trabalho ou amizades que você faz no meio da rua, não importa, eu fico pensando comigo, por que as pessoas na rua estão preocupadas com a sexualidade da gente?

Manoel: (...) ficavam um pouco mais reservados no lado deles. E deixava a minha pessoa um pouquinho mais de lado, eu fingia que não observava, mas observava isso. Era o preconceito deles também, por aceitação. Também tem a ideia dos outros.

A violência psicológica se fez presente no relato de Ilídio e facilitou o surgimento de vulnerabilidades variadas, associadas pelo participante à desestruturação familiar e à falta de apoio pessoal, interseccionadas com o uso de drogas, ausência de trabalho, fatores substancialmente determinantes que contribuíram para que ele chegasse à SR.

Ilídio: (...) meu pai é usuário de drogas. Mas minha família sempre não aceitou. Apesar de que minha irmã é LGBT também, ela ficou casada oito anos com meu cunhado, e hoje ela só quer ficar com mulher, só. Ela se casou com mulher e está há um ano com a minha cunhada. (...) E, eu vou voltar agora, vou esperar essa sexta-feira que vem e vou para lá, ver minha vó, né? Porque ela está doente, deu um AVC nela e está há três meses já no hospital. (...) Minha família... Minha família não, só os parentes, porque

eu não tenho família, estavam preocupados comigo, pedindo para mim voltar, para mim ver ela, para eu ver a minha avó porque foi ela que me criou, né? E ela está preocupada comigo.

Na trajetória de Manoel, o estigma exerceu um papel central para que ele chegasse à SR. A expressão “opção” utilizada por ele, a partir da ótica de Castañeda (2007), só reforça a nítida alteração na percepção de si e de seus familiares quanto ao direito de que apenas os heterossexuais desfrutem de privilégios que não podem ser ofertados a quem não deseja escolher ser hétero. No mesmo prisma, Perucchi, Brandão e Vieira (2014) descrevem que um dos efeitos da homofobia familiar é a produção do rebaixamento valorativo em relação aos membros heterossexuais da família e, do mesmo modo, o acesso a privilégios diversos, compactuados pela rejeição dos irmãos, favoreceram a saída de casa ainda na adolescência.

Manoel: (...) por parte de tios. Hoje eles estão mais cientes da minha opção, por eu estar aqui em São Paulo já deu um pouco mais de alívio para eles (...) eles sabem, eles nunca chegaram a perguntar para mim e eu nunca cheguei a falar. Mas eles sabem e hoje eles são mais abertos, principalmente na parte de mãe, pai e irmãos. (...) Por vergonha também, né? Eles sentiam um pouco de vergonha por causa da opção. Principalmente da família dos meus tios que sentiam mais vergonha, porque “ah! Meu sobrinho é gay!”. Eles nunca ouviram da minha boca, mas eles ouviram da boca de outras pessoas. Aí eles ficaram meio com restrição, mas hoje eles estão mais cientes e eu estou um pouquinho mais longe deles também.

Manoel destacou que, em suas experiências com família, precisou esconder e reprimir qualquer evidência de sua orientação sexual. Saiu de casa na expectativa de conseguir trabalho, pois segundo ele, em cidades interioranas, assumir-se, dificulta o acesso ao trabalho, reforçando que “[...] depende um pouco dos ambientes também, sempre tem aquele meio de preconceito. Você ser gay, a pessoa deixa você um pouco mais de lado, até você se soltar mais, aí fica mais complicado.”

Ainda na perspectiva de Castañeda, (2007), a expressão “se soltar” é apresentada para definir comportamentos espontâneos, carregados de conotações negativas que carecem de contenção para que o homem não seja percebido como feminizado.

A orientação sexual, entendida como deficitária pelos familiares, afetou negativamente as formas de relação. Em complemento à fala do participante,

Castañeda (2007) reforça que a homossexualidade é tratada como doença e por isso, suportam se a revelação se restringir à esfera íntima e nunca privada. A respeito disso, Benedito diz “[...] praticamente eu abandonei eles; eu que abandonei eles! Porque eles me aceitavam como homossexual, mas era aquela coisa, me aceitavam de fachada, porque na minha frente era uma coisa por trás era outra. “

Com a rejeição familiar, somada à pobreza extrema, as andanças (nomadismo) começaram a acontecer devido ao trabalho com prostituição, em que o nomadismo territorial era inerente ao exercício da prostituição e sobre a família o que foi dito sobre a [...] “Da minha família, eu não tenho muito o que falar, porque eu não tenho relação com a família. Eu fui embora de casa com 16 anos e estou com 59 anos e nunca voltei. Não sei nem se estar vivo se estar morto”. Além disso, relatou que o pai era machista, explicando os motivos: “[...] porque meu pai queria que eu fosse homem, né? Ele não aceitava quando eu cheguei para ele e disse que era homossexual, ele não aceitava. Eu não disse para ele isso, não cheguei a dizer para ele isso.”

Benedito: (...) eu por mim, fui evoluindo, fui evoluindo, fui evoluindo... Comecei a tomar hormônio, aquela coisa toda. Aí eu vim para São Paulo, aqui em São Paulo eu virei totalmente travesti, aqui eu coloquei silicone no corpo, eu tenho oito litros de silicone no corpo, eu tinha prótese, mas tirei a prótese. Eu viajei para Europa, fiquei seis anos na Itália, devido à prostituição. E teve uma época que eu vim da Itália e aí fui direto para Salvador, fiquei na casa de uma irmã como travesti, ela me aceitou porque eu estava com dinheiro.

Neste percurso, houve tentativas de aproximação com a família e situações de frustração por parte dos irmãos, que na visão de Soliva e Silva (2014), poderiam auxiliar a coibir inúmeros enfrentamentos, mas nessa trajetória a situação foi diferente

Benedito: (...) quando eu cheguei lá de cabelo comprido, eu era magrinho, novo, era bem-produtivo porque viajava para a Europa, eu tinha condição, aquela coisa. Aí mesmo assim ele não aceitou e eu tinha dois irmãos que não falavam comigo, uma irmã que não falava comigo e um irmão que também não falava comigo. Uma vez eu encontrei ele na rua quando eu estava lá, aí ele estava com três filhos pequenos, aí ele “vai dar benção para o seu tio” e os meninos correram, me abraçaram e “benção meu tio, benção meu tio” e eu “Deus abençoe”. Mas ele não veio; esse irmão meu, Roberto, que eu praticamente criei porque eu sou o mais velho da família, quando ele nasceu, eu já estava grande, com os meus 10 ou 12 anos, eu posso dizer que eu criei ele, e assim sucessivamente. Por isso eu não procuro eles; prefiro viver minha vida sozinho.

Ramos (2016) afirma que a homofobia condiciona pessoas a usarem como estratégia de enfrentamento, solidão e o anonimato de relações. Percebe-se que a homofobia familiar sempre foi fortemente sustentada pela religião. Conforme destaque de Coelho e Barros (2021), aspectos positivados no âmbito da segurança afetiva e material entre as famílias, costumam ser subtraídos, quando um membro da família não consegue reproduzir o padrão de sexualidade heterossexual. Wanderley expõe que sua família é marcada pela falta de estrutura ao utilizar a expressão “diluída” — uma ruptura sem volta — para descrever a inexistência de vínculos saudáveis e abusos, fundamentados a partir da violência de gênero, No caso de Wanderley, o desatino familiar, de sua mãe, no contexto doméstico e, por isso, era deixado quando criança, com frequência sob os cuidados de terceiros.

Wanderley: É, na verdade, eu vim de um berço evangélico, um berço cristão; mas de uma família bastante diluída, dissolvida. Eu não fui criado com aquele vínculo familiar normal, que todo mundo costuma ter; eu não tive raízes familiares. Quando minha mãe engravidou de mim, os pais da minha mãe queriam que ela me abortasse. Minha mãe não me abortou, minha mãe fugiu de casa e depois apareceu gestante. Quando ela retornou gestante, meu avô, o pai dela, tentou me matar dentro da barriga dela, tentou esfaquear ela. E ela teve que correr, então ela sumiu comigo no mundo, foi para o mundo e pegou a estrada comigo. E eu fui crescendo com uma infância muito picotada, porque minha mãe ia na casa de um parente e me deixava lá uns meses, voltava e me pegava, ia para casa de uma amiga deixava eu lá uns meses, voltava e me pegava, ia para casa de um parente fazia um trabalho, dava uma faxina e me deixava lá. Entre família e desconhecido, minha vida sempre foi mesclada, eu não tive uma base familiar, uma raiz familiar, uma orientação familiar sólida. Então, eu cresci sem informação familiar e isso foi muito difícil para mim. E nessas idas e vindas, nesse desatino familiar eu sofri muitos abusos, sabe?

Outro ponto destacado por Wanderley foi o enfrentamento de inúmeras violências, inclusive a sexual, decorrentes da ausência de cuidado e do abandono familiar infantil — o abuso de vulnerável é crime hediondo —, que potencializava ainda mais o quadro de desvalia, conforme destaca:

Wanderley: (...) os abusos sexuais que eu sofri na infância, eu não culpo a minha orientação sexual devido esses abusos, porque, na verdade, desde quando eu me entendo por gente a minha preferência sempre foi o masculino. Eu sempre me identifiquei mais com o sexo masculino, eu nunca tive aptidão por mulheres, então eu acho que as pessoas viam isso em mim, esse lado afeminado em mim, esse lado sexual em mim muito aguçado e me abusavam por eu ser criança, ser vulnerável, incapaz. E assim que eu me tornei pré-adolescente, eu retornei para casa dos meus avós, os pais da minha mãe, e lá eu tive uma infância muito, muito difícil, porque eles não me aceitavam de forma alguma.

Ainda, ao falar do tratamento diferenciado que recebia na infância, diz: “[...] tinha bastante crianças lá, meus parentes, meus primos, os meus irmãos e eu era o mais cobrado de todos, eles me espancavam muito, me batiam por tudo.”

A SR é entendida, na perspectiva de Ronny, como resultado da ausência de moradia, suporte familiar e condições financeiras, além de ser vista como uma situação provisória. No seu caso, ir para o abrigo foi sua única opção.

Ronny: (...) é o seguinte: na verdade eu sempre morei com minha avó. E nesse período, nesse tempo, minha avó veio a falecer, por problemas de idade; essas coisas que acontece. Então, ela acabou falecendo e eu fui morar com uma colega minha. E com essa colega minha eu morei durante 20 anos, vi os filhos dela crescer e tudo. E assim, você sabe que morar com os outros não é fácil, morar de favor é uma coisa muito chata, muito complicada. Você tem que estar sempre fazendo favores, as coisas que as pessoas pedem para você e você não tem como falar não porque você está morando de favor, então você sabe como que é. Mas, chega uma hora que você tem que pensar em você, “poxa, eu estou morando na casa dos outros, eu preciso de um objetivo na minha vida, eu preciso sair daqui e garantir o meu futuro.” Então, o que aconteceu? Eu estava morando na casa dessa pessoa, ela arrumou um namorado, casou com esse cara, aí eu falei: “Não dá mais certo de ficar aqui”, porque é chato, né? Eu estou aqui com ela e com o marido dela. Então, eu vou para o abrigo e ficar lá até vê se consigo me estabilizar.

Os comportamentos evidenciados como não correspondentes à expectativa de gênero, são motivos apontados por Soliva e Silva (2014) como suficientes para destroçar a crença dessas pessoas, de que a família é lugar de segurança, suporte e amparo emocional.

Já na fala a seguir, o desvalor pessoal aparece enfatizado pela supressão do pertencimento familiar, aceitação e amor materno quando Maria fala do irmão:

Maria: (...) um dia meu irmão. Eu fui lá, há cinco anos atrás, eu fui para minha cidade e eu ia fazer um curso de técnica de farmácia e meu irmão falou assim: “Ah, minha mãe, você vai pagar um curso para um ‘viado’, nem para ir para rua para se prostituir para pagar o curso dela”. Ficou querendo agredir, queria me bater e minha mãe disse: “Do mesmo jeito que você é meu filho ela também é, se eu posso pagar uma coisa para você, eu vou pagar para ela também”. Eu sofri preconceito, ali foi preconceito da parte do meu irmão, porque com certeza ele tinha que me apoiar mais e não ficar de preconceito comigo.

Ayrton: O que me levou a morar na rua, na verdade, foi o uso de drogas mesmo. Porque o uso de drogas, muita balada, a falta de aceitação da família e da minha homossexualidade também foi muito forte. Fui muito discriminado familiarmente nessa área. Então, eu me sentia muito depressivo dentro de casa; então a rua para mim era meu refúgio. Eu buscava na rua aquilo que eu não conseguia encontrar dentro de casa, quando, na verdade, muitas vezes era mais pelo meu orgulho de não

enxergar o que minha família estava tentando fazer por mim, de me alertar, de me aconselhar.”

As múltiplas e complexas situações, produzidas sob influência das estratégias, inclusive a negligência por parte do Estado, refletem de forma potente na produção de subjetividades, percebidas pelas (e nas) falas dos (as) participantes pela reprodução de discursos que frequentemente são de denúncia, tristeza, revolta e dor. Agem de modo efetivo para o apagamento de qualquer compreensão mais aprofundada em torno do financiamento estratégico da atual conjuntura política, reiterada pelas desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, nega suas consequências, coloca na responsabilização individual a culpa pela coleção de estigmas e responsabiliza individualmente cada pessoa LGBT em SR, pelas formas objetivas de enfrentamento no cotidiano, deslegitimado com isso, o dever do Estado.

O neoliberalismo tem colaborado para que não haja uma compreensão apurada em torno dos elementos que condicionam tais existências aos inúmeros enfrentamentos aqui mencionados; tornando, assim, as discussões rasas e superficiais em torno das inúmeras articulações existentes entre LGBTfobia e SR no atual cenário. Afinal, produzir apenas quantificações em torno da PSR empobrece o aprofundamento da questão, como por exemplo, das vivências não binárias em SR. Conforme já defendido por González (1984), homogeneizar experiências como se não fossem singulares produz apagamento de precariedades que precisam ganhar enfoque, retirando a devida possibilidade de expressão que tanto carecem, como apresentado no relato de experiência transfóbica vivenciada nos núcleos de convivência:

**Douglas:** (...) Ah, assim... pessoas bem qualificadas, né? E dispostas a ver o que a gente passa, a sentir com a gente; assim, na pele mesmo e se entregar, se jogar de coração, com amor. Porque *muita* das vezes a pessoa só *chegam* assim: “Ah, vou ter que trabalhar!”. Aí, já chega; às vezes a gente vai perguntar alguma coisa e *trata* mal. Eu acho que se a pessoa *vim* com um coração limpo e com amor eu acho que tudo se torna mais fácil, entendeu?

## 5.1 O RETRATO DE UM CONTEXTO: “O BRASIL ACIMA DE TUDO. DEUS ACIMA DE TODOS<sup>18</sup>”

---

<sup>18</sup> Frase usada por Jair Bolsonaro em seu discurso de posse à Presidência da República.



Os direitos violados são visíveis no corpo dos (as) participantes, resultantes da desassistência de condições elementares de sobrevivência, acrescidos aos efeitos produzidos pela LGBTfobia nesse contexto, efeitos e gradações distintas nos modos como as dificuldades aparecem. As trajetórias trazem o encontro de pontos que se apresentam em algumas e em outras, não: pobreza econômica e material, uso de drogas, desemprego e nomadismo. Esta última expressa em 13 das 14 entrevistas realizadas, justificadas por diferentes motivos, ou seja, diante dos apontamentos apresentados, concluo que a insegurança é um componente que impera e se mostra presente no percurso dos (as) 13 participantes.

Destes (as) 14, apenas dois estavam — quando as entrevistas aconteceram — exercendo alguma atividade remunerada, ainda que um trabalho informal. O desemprego, na visão de Bendassoli (2009), assegura a ocorrência de impactos negativos na subjetividade, dado ao fato de que o significado do trabalho em sociedades capitalistas — atribuição coletiva — está associado diretamente com a valorização moral e pertencimento social e, por isso, indispensável para que alguém possa gozar de saúde.

Outro ponto evidenciado foi o da reprodução da violência de gênero expressivamente mais acentuadas sobre as identidades femininas em SR, sobretudo nas transexuais, em que a violência institucional costuma aparecer nos equipamentos de proteção da rede socioassistencial do município e na rua, pela polícia e Guarda Municipal.

Nas trajetórias não binárias femininas, o estigma é incitado pelas transformações na aparência corporal, inserindo-as em formas distintas e contínuas que acompanham essas pessoas durante todo o percurso existencial delas, subtraindo delas possibilidades reais de inteligibilidade e vivências no campo dos afetos.

Em relação a outros achados em comum, ficou evidente que, além do desgaste, fragilização e ruptura familiar definitiva; das 13 trajetórias, em apenas uma delas a ruptura familiar não esteve presente, ao passo que, nos demais relatos, essa questão operou de modo tensionado, com os enfrentamentos da dependência química, pobreza econômica, fracassos profissionais, que acabavam impulsionando o comportamento nômade, necessário para acesso ao mundo laboral, transformações físicas nos corpos transexuais, ou pelo investimento direcionado a alguma possibilidade remota de mobilidade social ou promessa de relacionamento

afetivo. Portanto, na medida em que a LGBTfobia ocasiona paulatinamente o enfraquecimento de laços com instituições basais (casa, escola, trabalho), conforme destaque de Garcia (2013), ao produzir exclusões simultâneas geradas estruturalmente em torno dos marcadores sociais da diferença que vão sendo somados a enfrentamentos particulares, contribui substancialmente para que uma pessoa chegue à SR.

A maioria das produções encontradas sobre as LGBT em SR trazem como focos de investigação as mazelas sociais, a dependência química e o trabalho sexual; pontos que se articulam com o comprometimento da saúde dessa população. Isso me fez refletir que embora seja de muita relevância para aprofundar o debate em torno do HIV/AIDS e das outras DSTs, se isso não seria um reflexo do estigma da própria academia, que concentra grande atenção em torno das drogas e do HIV, assuntos de grande peso para acalorar discussões sobre o comportamento moral em nossa sociedade.

Além disso, muitos equipamentos públicos voltados para a PSR continuam reproduzindo formas reducionistas de atendimento sob o prisma do modelo binário, excluindo pautas LGBT nos equipamentos e políticas: pouco se dedicam a pensar numa organização arquitetônica democrática, capaz de ofertar condições elementares como banheiros e dormitórios seguros para assegurar o direito de que pelo menos algumas condições fisiológicas possam ser atendidas e no ponto mais básico, que o uso do nome social seja um direito legítimo assegurado.

Diante dos relatos que trazem à tona a existência de tantos riscos sociais, enfrentamentos a ações higienistas vinculadas pela mídia, sobretudo diante de um contexto de verdadeiro caos político, onde o lema é “*O Brasil acima de tudo. Deus acima de todos*”, que sucumbe em meio a pandemia do coronavírus, instalada no cenário mundial desde março de 2020. É indispensável que sejam feitos investimentos mais expressivos pelo Estado para a construção de políticas públicas direcionadas para criação de postos de trabalho e acesso a moradia dessa população. O acesso ao trabalho pode retirar dessa população o sentimento entranhado de incapacidade pessoal propagada pelo neoliberalismo; afastando-os da desvalorização pessoal associada ao desemprego. Trabalho e habitação são condições elementares para a emancipação pessoal; deste modo, as políticas de habitação para a PSR nunca foram tão necessárias; não só porque a existência de endereço fixo sempre aparece como condição obrigatória para formalização nos

postos de trabalho, mas também pelas exigências como: *lave as mãos, use máscara, evite aglomerações* e, principalmente o *“fique em casa”* — condições essenciais para enfrentamento da pandemia. Ter a possibilidade de moradia assegurada como direito de fato é quase um sinônimo de viver.

Obviamente, o trabalho desenvolvido pela prefeitura de São Paulo, tem lá alguns resultados efetivos, sim, porém não se pode cair na ingenuidade de que tanto os albergues para colhimento da PSR, ou mesmo os serviços destinados para acolher transexuais e travestis em SR bastam e são suficientes. Afinal, a condição de albergado por si só já escancara a inexistência de emancipação social e econômica. Além disso, qualquer abrigo tem como função inerente à sua existência, o fato de ser um dispositivo que existe para disciplinar os corpos que desobedecem às normas.

No campo da subjetividade, essas vivências carregam as feridas históricas do colonialismo; produzidas pela rejeição e o abandono; aspectos concretos que incidem sobre os modos de ser e existir, os quais não podem ser captados nos levantamentos censitários, cuja abstração estatística tem se configurado como única alternativa, capaz de subsidiar de forma muito pretenciosa modos eficazes de resolver o caráter multidimensional dos enfrentamentos. Obviamente, nessas tentativas de compreensão da realidade são excluídas das PSR/LGBT o intercruzamento de situações diversas, que acabam sendo tratadas como se não existissem.

Sugiro que outros estudos busquem elucidar melhor os modos como o grupo LGBT em SR conseguem transitar; como, do lugar de quem perpassa pela fragilização e morte dos laços afetivos no contexto familiar, consegue produzir mecanismos internos de enfrentamento para a solidão no universo da rua. Estes estudos podem ajudar a pensar em ações específicas, dado ao fato da existência de singularidade nos processos de subjetivação LGBT que acontecem de forma distinta de quem é heterossexual, cis ou ambos. Afinal, pessoas cisheterossexuais não passam pelos mesmos processos de interdição afetiva, por conta do gênero e sexualidade no contexto intrafamiliar e, da mesma forma, nos demais cenários em que a vida em sociedade segue seu fluxo contínuo.

Sobre a continuidade de investigações, pesquisas dialogadas — focadas como esta — nas vivências interpessoais, não só trazem à tona uma aproximação mais detalhada sobre as variáveis que ilustram um leque de situações que dificultam

a vida de quem é LGBT e está em SR, como também são de suma importância para se compreender os efeitos em cadeia dos inúmeros prejuízos associados por essa combinação central. Conhecê-los auxilia no trabalho dos técnicos (as) que prestam atendimento psicossocial para a humanização, o acesso à escuta; e possibilitar a interação de necessidades, sem receio de julgamento moral de desejos, a partir do condicionamento; do lugar de rebaixamento produzido pelos estigmas interacionados que repercutem na condição marginalizada de seus corpos.

Pesquisas calcadas na escuta de quem vive nesta situação contribuem para a descoberta de fenômenos novos. Por exemplo, esta é a primeira tese brasileira de natureza qualitativa que aborda os processos psicossociais em torno dos homens transexuais em situação de rua. Nessas existências, a virilidade dupla das masculinidades hegemônicas, associadas ao prestígio no campo laboral e sexual, já apresentadas nas reflexões de Zanello (2020). Quando trata do dispositivo de eficácia, expressam-se duplamente fragilizadas, ocasionando efeitos severos na saúde mental desses homens tão carentes de independência e emancipação. Por isso é que recomendo que outros estudos de natureza interseccional sejam produzidos, com foco nas masculinidades.

Portanto, LGBTfobia e SR, como balizadores centrais desta reflexão e, na mesma medida que operam com outros enfrentamentos e violências, reforçam de sobremaneira o envolvimento com as drogas, confirmando a correlação apresentada pela literatura científica (GARCIA, 2013; DIAS, *et. al.* 2015; CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016; AMORIM, 2020).

Em relação à SAÚDE — entendida no seu contexto atual não apenas como ausência de doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas como presença articulada à suficiência de recursos para abarcar a manutenção equilibrada de bem-estar físico, psicológico e social — afirmo com segurança, com base nas narrativas apresentadas, que a população LGBT em SR, não goza de condições satisfatórias de saúde. Para exemplificar esta realidade, vale destacar que

[...]o silicone industrial é extremamente nocivo ao organismo, pois é um produto lubrificante automotivo e sua aplicação pode até provocar a morte. Além dos riscos oriundos da própria natureza da substância utilizada, têm-se aqueles decorrentes da precariedade das condições de aplicação da mesma. Diante disso, questiona-se sobre possibilidades de atuação no sentido de promoção de saúde junto a travestis, assim como de minimização de riscos e prejuízos decorrentes da condição de vulnerabilidade em que muitas vivem. Entre as possibilidades indica-se a redução de danos. A redução de danos

(RD) é uma estratégia da saúde pública que visa minimizar as consequências prejudiciais aos sujeitos, resultantes de práticas, tais como: o uso de drogas, a aplicação de silicone industrial, práticas sexuais sem proteção, sem que o sujeito seja obrigado a se abster dessas mesmas, respeitando a liberdade de escolha de cada um (BRANCALEONI, *et al.*, 2016, p. 459).

Associado à ausência de saúde, sem o devido conhecimento das necessidades dessa população e de suas motivações individuais, não há como produzir critérios para se pensar em ações que sejam suficientes para mudar essa realidade. Para isso, é imprescindível pensar interseccionalmente nos condicionantes sociais e situacionais que subtraem dessa população o direito a saúde, a fim de poder dar passos iniciais e se pensar em políticas de saúde mental e atenção básica realmente alinhadas e qualificadas para atender às demandas dessa população.

Pensar em políticas públicas para a população LGBT em SR requer esforço compartilhado entre a ciência e as pessoas que dela necessitam. Reforço que não existe possibilidade de que elas consigam cumprir o seu propósito, quando pensadas e formuladas de modo apartado da população ou sem a participação efetiva de quem teria suas demandas atendidas de modo intersetorial no município de São Paulo. O diálogo com os movimentos sociais é um caminho

Avigoro que — para além das mazelas que compõem o cotidiano dessas pessoas — nós da Psicologia temos o dever de possibilitar algo além de uma escuta qualificada e humanizada nos equipamentos de atendimento a PSR. Devemos ter engajamento com a produção da autonomia pessoal. Para tanto, torna-se necessário questionar a realidade e, nesse sentido, questionar se o modo atual de executar as políticas locais. Além de “dar conta” das demandas que aparecem todos os dias em torno das necessidades físicas, de alimentação e de repouso, precisam assegurar que as emergências inéditas oriundas de tais singularidades sejam tratadas com a devida importância.

Conforme sinalizaram os resultados da pesquisa, a população LGBT em SR, ainda que tenha sido incluída nos levantamentos censitários de 2015 e 2019, no município de São Paulo, continua apresentando dificuldades para utilizar as instalações físicas dos equipamentos destinados à PSR.

Outra questão é o caráter do trabalho técnico efetuado pela rede socioassistencial municipal e nas próprias relações de sociabilidade edificadas nos centros de convivência que, conforme já explanado, reproduzem formas de violência

LGBTfóbicas, fomentadas, inclusive, pelo fundamentalismo religioso como violência institucional camuflado em humanização.

Um dos núcleos da pesquisa funcionava como eixo moralizador de condutas, conforme pode se observar na imagem a seguir:

Figura 9 – Centro de convivência



**FONTE:** o próprio autor

Posto isso, é recomendável que diante de algumas situações lamentáveis apresentadas no contexto de algumas narrativas, sejam repensados: o ordenamento arquitetônico desses espaços, a programação das ações e serviços destinados ao atendimento daquilo que é mais emergencial. É preciso que se reflita e se questione os estatutos que fundamentam as ações e práticas do cotidiano. Saliento, ainda, que o questionamento das práticas destinadas a PSR/LGBT expressam carência no âmbito da formação profissional, denunciadas pela presença de desqualificação profissional.

Reitero o fato de que, em gradações distintas, devido às intersecções — as produzidas pelas diversas instituições que passaram pela vida da PSR, quando somadas a LGBTfobia —, a precariedade existencial e a vulnerabilidade dessas pessoas, sobretudo nas identidades femininas trans, comparativamente com a situação dos homens trans, é potencializada. Diante da somatória de vulnerabilidades encontradas na população PSR/ LGBT, quando comparadas à

população cisheterossexual na mesma condição, esta condição é ainda mais acentuada. Neste sentido, não se pode negar que a necessidade do olhar dialético se faça presente diante dessas afirmações apresentadas.

Se os núcleos de convivência objetivam a produção e maximização das redes de sociabilidade, esse trabalho precisa ser o foco central dessas intervenções, pois é só através dele que se pode abarrancar alguma mudança de condição. É evidente que o trabalho realizado pelos núcleos de convivência precisa ser revisto, já que é notório não estar produzindo o efeito desejado, corroborado pela existência de parcerias frágeis e por um condicionamento quase crônico de solidão do LGBT em SR.

Essa rede frágil de parcerias encontra nos iguais alguma possibilidade de aparato para enfrentar situações difíceis, conforme apontamento da literatura investigada. Devido aos estigmas e olhar moralizante das necessidades desse grupo, um funcionário confirmou a minha hipótese de que fosse comum a inexistência de diálogo ou mesmo partilha de objetivos e resultados intersetoriais, facilitando o distanciamento entre o ideológico e operacional.

O cenário dessa população tem sido influenciado, sobretudo no atual momento político, onde quem deveria governar para o público tem destinado seu tempo na presidência para aumentar ainda mais os abismos sociais nessa existência. Isso ocorre pelo constante alimento dado ao poder hegemônico, reforçado tanto pela sua produção discursiva quanto pelas ações e práticas, fundadas em suas crenças e em seus interesses pessoais.

Jair Bolsonaro, desde o momento em que assumiu a presidência, tem produzido inúmeras desarticulações e entraves para suprimir direitos já alcançados que não perpassam pelos seus interesses pessoais e corporativos, incluindo as milícias que o apoiam. Com isso, tem contribuído de forma eficiente para a produção das injustiças sociais que afetam, principalmente, grupos historicamente marginalizados e entranhados na pobreza como os desses (as) participantes que foram alvos da presente investigação.

Natalino (2020), por exemplo, confirma isso ao dizer, que no atual cenário da pandemia, as injustiças sociais estão cada vez mais acentuadas. Em alguns lugares houve maior atuação da sociedade civil do que a do Estado. Muitas pessoas estão ficando em SR devido à negação de auxílio emergencial e direito à moradia devido à burocratização — ter um celular com internet para cadastro, num país que tem mais

de 11,3 milhões de analfabetos e analfabetas e 38 milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais; além da exigência de documentação.

. São pontos que atuam de modo contundente para propagação estrutural da miséria em massa. Não bastasse isso, o país tem passado por um discrepante aumento do desemprego.

As especificidades da população LGBT em SR, opostas às que estão classificadas e dentro dos padrões sociais necessários para reconhecimento social — do que é ser um cidadão neste momento histórico e político em especial — encontram-se ainda mais distantes de reconhecimento. O capitalismo se reinventa. O capitalismo financeiro calcado na especulação dispensa a força de trabalho direta e as políticas públicas são necessárias para tapar buracos. Sem elas ele não sobrevive porque implode. Seria o extermínio direto da população – trabalhadores e consumidores. Somado a essa questão, ainda consegue impressionar pelo modo criativo com que tem conseguido impulsionar a elaboração de estratégias para desumanização da população em SR no momento da pandemia. É comum, cada vez mais, se deparar com ações de opressão e exclusão em volta da higienização urbana, conforme descrito por Pe. Júlio Lancelotti.

Diante dessa realidade, ressalto a necessidade de que as condições de miserabilidade e dos inúmeros percalços enfrentados pelo grupo em questão não passem pelo olhar particularizado da responsabilização individual. Afinal, simultaneamente, além de singular, toda pessoa oprimida vai passar pelas condições específicas produzidas pela SR, que por si só já são suficientes para impedir o acesso a direitos equivocadamente conferidos como privilégios, produzidos estruturalmente numa cultura LGBTfóbica de não paridade, visto que, antes de chegar à SR, é obrigada a fazer algum questionamento sobre o valor de sua vida.

Afinal, se a LGBTfobia é um dos dispositivos mais rigorosos para produzir dominação social e a partir dela sujeita pessoas a experiências de interiorização e discriminação, produz o convencimento real de que elas valem menos e de que são as únicas responsáveis pela aquisição desse posto. A LGBTfobia é potente, ainda. Tanto, que convence os agentes que atendem essa população. Talvez por isso a ausência de escuta seja uma realidade, resultando no impedimento e pouca adesão do grupo às atividades programadas que ocorrem nos grupos de convivência.

Ao passo que as diretrizes e políticas específicas dessa população tiram sua liberdade, pelas ações que homogeneízam suas demandas, subtraem a



possibilidade de uso da autenticidade, pois elas aparecem em forma de prisão crônica e totalitária, à miserabilidade, onde os resultados disso, parecem atuar de modo análogo ao dos efeitos descritos por Goffman (2004), onde a condição de aprisionamento modela não apenas o comportamento, mas aliena e tira desses (as) participantes o lugar ativo de pensarem em possibilidades reais, de como subverter situações de sofrimento. Além disso, mutila modos singulares e especiais de funcionamento. O apagamento dessas vozes — com o reforço dos discursos neoliberais — os despotencializam. Como se não fossem merecedores de quaisquer realizações de projetos e desejos pessoais, convencionalmente chamados de sonhos. O gozo destes está distante daquilo que a realidade objetiva tem apresentado no cotidiano dos (as) participantes.

A negação de direitos resulta em consequências negativas, pois ao disciplinar e submeter essas existências de modo forçado às práticas higienistas, potencializam o não reconhecimento de si — uma condição igualitária de ser humano —, que acaba refletindo diretamente na modificação do sistema pessoal de crenças, no que diz respeito à inexistência de vias inteligíveis que alimentem o imaginário coletivo; de que não possuem os mesmos direitos de quem está dentro do enquadramento cisheteronormativo.

Diante do exposto, manter o apagamento das especificidades presentes na PSR/LGBT nos levantamentos censitários do Brasil — mas sobretudo na gestão e execução das políticas públicas —, além de se solidificar pelo abandono, os severos efeitos direcionados ao campo da subjetividade incitam uma compreensão equivocada e empobrecida das causas que culminaram nos problemas que esta pesquisa de campo apresenta. Por apagar as inúmeras articulações presentes neste cenário, tão acentuadas e tão carentes de visibilidade e, ao mesmo tempo, tão ricas pelo potencial das resistências encontradas. Por isso, merecem mais aprofundamento e maior interesse sobre o dinamismo social dessa realidade.

Não dar a devida importância às questões suscitadas pelos apontamentos apresentados nesta pesquisa, no tocante ao campo político, se configura como mais uma forma de abandono. A invisibilidade dada pelo anonimato dessas sobreposições de precariedades encontradas no cotidiano evidencia a ação de um Estado ideológico e historicamente operado para tornar natural quadros como esse, de miserabilidade — um fenômeno que só passou a ganhar visibilidade há pouco mais de uma década, na campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT). Na

mesma esteira, outros direitos sociais e civis conquistados pela população LGBT no governo do PT estão sendo ameaçados e desmantelados pelo atual governo de Jair Bolsonaro, que os tem negado abertamente nos micropoderes que interpelam a vida de quem é LGBT, repercutindo em prejuízos diretos para esse grupo em SR.

Embora a realização das entrevistas tenha acontecido poucos meses antes da pandemia e num momento permeado por sucessivos retrocessos sobre os direitos humanos, sobretudo, na depredação de políticas públicas implantadas no governo do Partido dos Trabalhadores<sup>19</sup> (PT), brevemente explicado por Irineu (2021, p.570)

[...] A aliança histórica entre ativismo LGBT e PT impactaram no processo de formulação da política LGBT, especialmente no que tange a priorização do diálogo com determinados grupos de ativismo nacional por parte do governo e a hipervalorização na avaliação do movimento sobre a gestão da política pública de Lula. Essa visão do governo Lula como uma gestão pró-LGBT, proeminente em alguns setores da militância LGBT, especialmente por setores do ativismo LGBT alinhados à programática do partido, esconde uma perspectiva paternalista que, em minha análise, contribuiu para a baixa institucionalização da política LGBT no Brasil. Um ativista líder de uma associação nacional apontou em seu discurso que Lula seria “um herói”, “gente boa” e o “Papai Noel dos gays<sup>1</sup>”. A publicação do Plano LGBT, em meados de 2009, a criação de uma Coordenação LGBT enquanto área da política na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a publicação do edital para o Conselho Nacional LGBT (CNCD-LGBT), em dezembro de 2010, seriam, naquele momento, os “presentes” do “Papai Noel dos gays” na visão do ativista. O que ilustra nosso argumento de que o “paternalismo” recorrente do lulismo foi fundamental para a baixa institucionalização da política pública destinada a população LGBT.

Existem formas ricas de ser e existir que, fora das amarras da materialidade imposta pelo capital e subjetividades e os discursividades neoliberais, não são convincentes. Isso é emancipatório e se aproximar dessa realidade pode nos dar pistas interessantes de como é ser livre do sistema, tão poderoso — a liberdade só é possível se for coletiva.

Para a população LGBT, a ligação entre religião e os serviços voltados para atender a PSR, pode ser um problema, devido existência de conexões históricas, que andam juntas: a prática da caridade, como estratégia que não discute direitos e a LGBTfobia, fortemente petrificada em nossa sociedade que, em nome de Deus, tem ensinado que o correto é não amar as diferenças.

---

<sup>19</sup> Em relação a criação de políticas públicas para a população LGBT, Bruna Irineu (2021, p.267), destaca essa novação “no período da gestão federal de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) ”.

Castañeda (2006) nos diz que, em relação a LGBTfobia, temos uma gama de crenças do que significa ser homem e mulher na nossa sociedade e a relação que deve existir entre eles, o que amortiza a possibilidade de reflexão sobre o assunto, como também da vida em diversos âmbitos.

[...] O machismo pode ser definido como um conjunto de crenças, atitudes que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como toda uma forma de vida baseada nele. (CASTAÑEDA, 2006, p.16)

Por estarem submetidos a condições de precariedades descritas, são confinados a uma condição de invisibilidade política e social, ainda que visivelmente, se apresentem cotidianamente no cenário das cidades brasileiras, devido a retirada da condição de Humanidade.

Diante disso, a interseccionalidade, revelou-se como ferramenta analítica interessante para compreensão dos impactos desproporcionais que dificultam o pleno exercício da cidadania, tanto pelas alterações na arquitetura urbana, que visam higienizar os espaços onde essa população costuma permanecer, quanto pelos efeitos produzidos pelas Micropolíticas cotidianas, que afastam essa população do gozo efetivo dos direitos humanos ao essencializar particularidades em relação à orientação sexual e gênero. Diante das demandas e dificuldades apresentadas na esfera das sociabilidades e da vida física e simbólica em si, é revelado que

[...] estar em uma metrópole como São Paulo não é garantia de um status de equidade no que se refere às identidades de gênero e às orientações sexuais; suas assimetrias, relações de poder e formas de discriminação são apenas reconfiguradas. (THEODORO; COGO, 2019, p.67)

Conforme destaca Fávero (2019, p. 193), “insistir na potência de uma vida articulada talvez seja uma das maneiras possíveis de gerar redes de conexões capazes de nos reconduzir a um movimento político pelo encontro, pela troca e pela diferença.”

Diante da realidade exposta, é possível afirmar que a interdição dos direitos humanos é confeccionada de forma sutil em relação à população LGBT antes

mesmo de chegarem a SR. Estando nela, percebe-se que os equipamentos para a PSR regidos por doutrinas religiosas, acabam sendo violentos, na medida em que silenciam e ignoram qualquer possibilidade de aproximação com o campo do desejo subversivo; impactando menos aqueles (as) que, de alguma forma, conseguem manter certo alinhamento ideológico dentro desses espaços.

O retrato atual permite afirmar a possibilidade de que qualquer reflexo seja fantasiado com base no campo queer; e múltiplas e novas formas de segregação no contrato da pandemia. A LGBTfobia e religião têm conexões históricas e, mesmo assim, essa notoriedade tem sido ignorada. O desemprego aumentou uma vez que os postos de trabalho foram findados. Mais pessoas foram para as ruas. A legislação (SUS) não é cumprida quando se trata dessa população. A pandemia impactou ainda mais essa população, na condição de saúde mesmo: morte, direito à vacinação e atendimento. Pelo desemprego, para fugir da violência ou busca pelos direitos, construção de vínculo ou realização de sonhos, interseções que compõem precariedade específicas da situação de rua, que geralmente, aparecem unificadas nos enfrentamentos destacados por Jesus (2015, p.33):

[...] Diferentemente do que determina a nossa Constituição Cidadã, o direito à igualdade de oportunidades não é assegurado a LGBTs, que são excluídos das forças armadas, enfrentam dificuldades em expressar publicamente seu afeto por alguém (particularmente lésbicas, gays e bissexuais) e são discriminados em seleções de trabalho (principalmente travestis e transexuais).

Negar a existência do campo afetivo/sexual da PSR/LGBT, dentro dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, de certa forma os obrigam a criar estratégias pautadas na resistência, fazendo com que banheiros e dormitórios sejam os lugares mais facilmente encontrados para burlar os sistemas de vigilância sobre as práticas sexuais. Além disso, o moralismo religioso tem contribuído para a manutenção e propagação de certo “fetichismo”, em torno desses corpos, reiterados pela condição da animalidade instintiva — como toda prática sexual dissidente mesmo no campo das cisheteronormatividades — e, portanto, incapaz de ser controlada. Por isso, medidas fiscalizadoras acabam compondo a rotina desses lugares.

Não há como negar que os movimentos dessa população revelam resistência e um modo emancipado de lutar contra uma subjugação que colocam o sexo

desfiliado a uma condição de pureza, propagada pela religião. Há, ainda, laços reconstruídos e solidariedade partilhada.

No que tange à violência, o estudo revela que, para além de LGBTfobia, a pobreza e a violação de direitos se configuram como ponto-chave de apoio para tais ocorrências e que, mesmo assim, sobrevivem sem acessá-los. Afirmando: a violência de gênero é marcada ainda mais pela negação de tais identidades, que são subjugadas pelo trabalho sexual e pela objetificação dos corpos. Sobre a transfobia, quando aparece justificada pelo reducionismo biológico, Fávero (2019, p. 173) faz a importante colocação:

[...] apesar de serem poucos aqueles que realmente compreendem que travestis e pessoas trans não sejam “biológicas”, no sentido de que sejam a sério sintéticas, arriscamos dizer que o termo fornece indícios de que tais identidades são consideradas minimamente artificiais. Nesse sentido, por mais evidente que pareça, há uma necessidade de ressaltar que existe biologia na transexualidade, na travestilidade e nas transgeneridades.

É preciso pensar nos apontamentos apresentados, sob a perspectiva dos processos psicossociais que impactam diretamente na produção de alterações na subjetividade dos (as) participantes; haja visto que os significados retratados através dos relatos verbais destacados sobre o modo como se percebem e como percebem os semelhantes, busquem reforço no campo de conhecimento interdisciplinar, afinal estamos tratando aqui de fatores multicausais sob a perspectiva da interseccionalidade.

Na perspectiva da Psicologia, é sabido que o comportamento de cada uma dessas pessoas é impactado diretamente pelos diferentes modos de organização social da realidade e refletem no modo como cada um (a) lida com as dificuldades que vão surgindo. Isso, de formas distintas, conta sempre com condicionantes sociais que foram engendrados a partir de premissas normalizadoras que agem fortemente sobre os processos de subjetivação; que também se articulam com o tempo em que a pesquisa foi realizada, os lugares frequentados, andanças e variadas vivências na cidade de São Paulo e, ainda, em torno do gênero e da sexualidade, que culminaram no processo de chegada às ruas.

Em duas, das 14 entrevistas, o desemprego não foi justificado por questões pessoais, por desinteresse ou por uma condição facilitada pela ação dos serviços que a prefeitura oferece atualmente. Isto reafirma o que consta na pesquisa de

2019, no que se refere ao fato de que grande parte das PSR pertence à classe trabalhadora, assim como as pessoas LGBT, conforme as profissões informadas por elas e destacadas em ordem alfabética na tabela abaixo:

Tabela 6 - Profissões informadas pelos (as) participantes

Ajudante
Artesão
Artista plástico
Atendente de loja
Auxiliar de cozinha
Auxiliar de loja
Barbeiro
Cabeleireira
Costureiro (a) <sup>20</sup>
Garçom

FONTE: o próprio autor

Trabalho e emprego aparecem em todas as entrevistas como sustentáculo, vistos de forma consciente como essenciais e necessários para que consigam concretizar projetos de futuro e de realização pessoal. Embora a maioria pertença à classe trabalhadora, Rinco (2018) explica que o desemprego acentuado na PSR é um dos resultados gerados pelo capitalismo, onde um pequeno contingente de pessoas acumula riquezas enquanto a outra grande parcela da população é massacrada pela pobreza, como ilustrado neste estudo através das diversas formas de precarização existencial apresentadas. No grupo estudado, especificamente, o desemprego aparece articulado aos enfrentamentos colocados pela LGBTfobia familiar, aos conflitos neste espaço, causados pelo uso e envolvimento com drogas ilícitas e comportamento nômade.

Por isso, não há como pensar em estratégias emancipatórias para a PSR/LGBT sem antes levar em consideração a categoria trabalho e emprego. Defendo que a articulação básica entre os dois estigmas — ser LGBT e em SR — são pontos que intensificam o nível de precariedade existencial, uma vez que estão totalmente distantes das possibilidades reais de reproduzirem os modos de vida valorizados

---

<sup>20</sup> Duas pessoas

pelo sistema capitalista e, em decorrência disso, encontram-se ainda mais vulneráveis às macabras formas de violência e extermínio.

Portanto, unificar particularidades de precariedades dos múltiplos sistemas de opressão e das diferentes formas de operação — do que é heterogêneo, conforme já disposto no decreto 7.053/2008 como se fosse homogêneo —, me convencem de que há uma intencionalidade direcionada a negar direitos humanos, como vemos na recente lei 672 /2019; e como a LGBTfobia opera em nosso país, não apresentando possibilidades reais de se pensar em políticas públicas voltadas para o combate à LGBTfobia.

Na atualidade, sem o devido aparato legítimo de tantas particularidades evidenciadas nesta pesquisa, reforçam a existência de um ideário político, antidemocrático, que tem funcionado a partir da seletividade específica, em que grupos supostamente considerados mais humanos que outros estão sendo contemplados pelas manobras do poder, realizadas por esse atual governo. Na verdade, pensar em democracia, no contexto da PSR/LGBT, requer levar em consideração e dirigir a essas pessoas o mesmo nível de importância às suas demandas, opiniões, necessidades e anseios. As políticas destinadas a essa população, no atual momento, necessitam mais do que nunca de revisões urgentes, devido ao avolumado número de situações contextuais, agravadas pelo surgimento da pandemia.

Em continuidade reflexiva proposta pelo presente estudo, proponho produzir compreensões acerca da articulação simultânea de posicionalidades sociais e enfrentamentos que tangenciam a vida do grupo de participantes aqui apresentados, no intuito de evidenciar de modo particularizado, como as precariedades intrínsecas ou situacionais produzem vulnerabilidade específicas pelo olhar interseccional. Sobre isso, Biroli e Miguel (2015) explicam que a interseccionalidade, no seu momento atual, extrapola a dimensão analítica em torno dos eixos clássicos (gênero), classe (raça) e religião; ampliando e sinalizando a importância das diferentes variáveis situacionais e enfrentamentos.

Diante das experiências compartilhadas, destaco que vivências como as apresentadas neste estudo aparecem objetivamente retratadas como aquelas que trazem em seu repertório rupturas com os modos socialmente valorizados de vida e, portanto, carecem do aprofundamento, ofertado pelo olhar da interseccionalidade, bem como pelo suporte inclusivo oferecido pelos estudos queer que, ao longo de

seu percurso, tem respaldado de modo inovador compreensões mais elaboradas e elucidativas a respeito de como a LGBTfobia tem sido orquestrada em prol da manutenção dos privilégios, de formas tão absurdas e vazias de fundamentação, que tem custado a invisibilidade e o extermínio existencial desses seres humanos.

Enfatizo, dentro da perspectiva de Foucault (1996) que, ao passo que alguns discursos são potentes para fundar e legitimar modos específicos de existir, os estudos queer podem ser uma alternativa singular para desmascarar o modo como acontecem essas operações intencionais em torno da LGBTfobia nas PSR, além de servir de substrato para potencializar compreensões mais elaboradas acerca dos modos inusitados de resistência e de luta em prol daquilo que deve ser garantido por direito.

Ressalto que a trágica eleição do fascista Bolsonaro à presidência nas eleições de 2019 está relacionada à assimilação e reconhecimento de que vivemos num país que ainda comporta em seu alicerce cultural: o machismo, a misoginia, o racismo, o classicismo e a LGBTfobia como estruturantes. Portanto, a partir da análise apresentada, não se pode desconsiderar que o desprezo gerado pelos estigmas combinados, tanto pela situação em que os participantes se encontram, como pelas situações mistas intercruzadas.

Outros estudos poderão contribuir para que sejam traçados que consigam diminuir assimetrias sociais tão expressivas nessa população.

Isso posto, ouvir relatos pela perspectiva de quem vive a invisibilidade social e é foco do silenciamento burguês, é dar voz e escuta e torna-se entre uma das primeiras ações na tentativa principal de gerar dignidade a essa população, retirada historicamente; pelas convenções sociais que difundem formas específicas de vida em torno dos padrões de moradia, branquitude, classe social e da cisheteronormatividade.

Gênero, sexualidade, classe e raça, entre outros nichos produtores de precariedades existencial, carecem de compreensão sistêmica. Sem a discussão de particularidades que envolvam experiências transgressoras — que seja aterrorizante e ameaçadora por ser diluidora de ideologias neoliberais, substratos imponentes para produção multidimensional das opressões e vulnerabilidades —, é perpetuar o processo de marginalização.

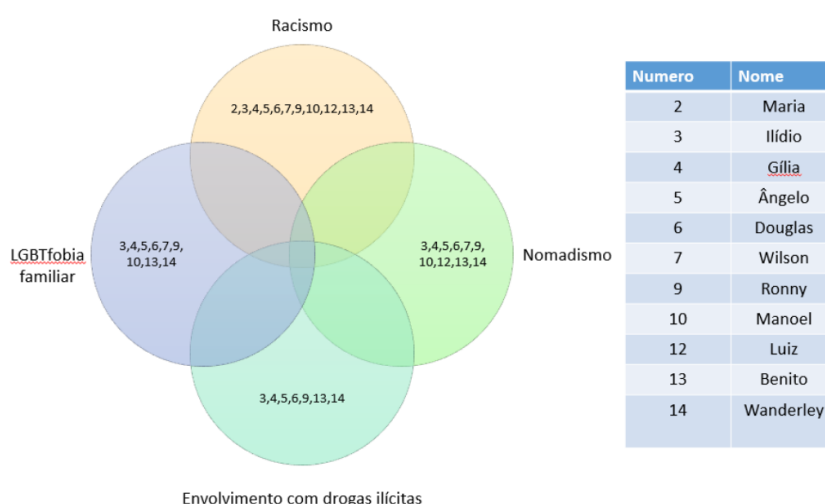
O público atendido pelos núcleos pesquisados precisa ser inserido de modo ativo na construção de estratégias de atendimento. Só assim será possível



assegurar que as necessidades possam ser atendidas efetivamente e, os núcleos em questão, restaurados em seus discursos e práticas, criando assim uma cultura que atenda às diversidades e singularidades, já que as pessoas que compõem o grupo LGBT em SR necessitam de maior conhecimento por parte da equipe técnica, não somente na dimensão de suas necessidades fisiológicas, como também nas necessidades contextuais e particulares.

## 5.2 LGBTFOBIA E ENFRENTAMENTOS INTERSECCIONADOS

Figura 10 – Intercruzamentos



**FONTE:** o próprio autor

### 5.2.1 Desemprego e falta de oportunidades

Dos enfrentamentos cotidianos, o desemprego e a ausência de oportunidades de trabalho, evidenciam um distanciamento acentuado entre a possibilidade de terem emancipação. De fato, o trabalho é uma categoria atrelada ao sentido da existência humana e, nas sociedades capitalistas, seus múltiplos sentidos impõem como categoria disciplinadora, que trabalhar é ter moral, valor subjetivo e facilidades de integração na sociedade (BENDASSOLLI, 2009).

**Ayrton:** Eu não me martirizo. Por que que eu não me martirizo? Porque o fato de ser homossexual, isso não me abala em nada, mas pelo fato de estar em situação de rua. Muitas vezes é meio difícil. Por quê? Porque por muitas vezes, por exemplo, estando abrigado, é difícil você arrumar um emprego estando com o endereço de um albergue. É uma forma de preconceito, muitas vezes da sociedade, em relação a isso. Porque nem todo mundo que está albergado, nem todo mundo que está dentro de uma casa de acolhida é porque é, entende? Mau-caráter. No meu caso, entende? Eu errei, cometi erros, mas hoje olhando para dentro de mim,

vendo que eu errei e reconhecendo que eu errei, eu vou mudar isso dentro das minhas atitudes, dentro daquilo que eu quero fazer em relação aos meus objetivos, os objetivos que quero alcançar, que é minha independência.

**Ângelo:** (...) então... eu costumo dizer assim: que cada um tem a sua luta. Eu acho que claro, e querendo ou não há um sofrimento sim, porque se a pessoa tem um emprego, tem uma vida mais estabilizada, ela já sofre, querendo ou não, o preconceito, imagine em situação de rua. Então, é muito difícil isso, porque eu me coloco no lugar de cada uma delas, porque praticamente eu só estou no abrigo, mas praticamente eu não fico tão distante do que elas vivem, mas, assim, eu acho que deveria sim procurar lutar mais, procurar um centro de acolhida, é um primeiro passo, né? Para depois poder se organizar e ver o que realmente precisa. O que é importante também não esquecer, o que nos causou isso, o que nos levou a ter essa situação, nesse momento trazer para dentro de nós, não uma revolta do lado ruim, mas se revoltar com aquilo que o causou aquilo. Então, esse foi um dos princípios que também me fez parar de usar drogas.

**Wilson:** (...) e eu sofro muito com o desemprego com essa política agora, e não dá uma oportunidade, emprego mesmo. Porque se a gente não *pedi* a Deus mesmo para abrir a porta de emprego para a gente ter o nosso cantinho...

**Maria:** (...) pelo fato *da* gente ser LGBT, eles não aceitam, eles não querem um “viado” trabalhando atrás de um balcão de uma loja ou então circulando na loja deles, dessa forma.

**Douglas:** (...) Não. Igual aqui... eu cheguei aqui não estava trabalhando, mas agora já consegui um bico e, tipo, eu vou para o farol quarta, quinta, sexta, sábado e domingo; aí eu trabalho, ganho esse dinheiro, compro as minhas coisas, que eu tenho que comprar. Porque eu gosto de me vestir bem, gosto de andar legal e *também* não é questão de dinheiro. Eu não gosto de ficar pedindo nada para ninguém, então a gente tem que trabalhar e graças a Deus já saiu esse emprego, já estou...

**Silvia:** Não, eu estava trabalhando, só que eu estava trabalhando em um meio extremamente homofóbico, lidando com pessoas *héteros* que gosta de fazer piada, que gosta de fazer graça e eu não tinha o respaldo dos meus superiores e, para eles, é como se eu fosse apenas um nada, entendeu? Isso foi me sufocando, me sufocando e foi aí que eu caí nessa depressão e acabei perdendo tudo.

**Ilídio:** Eu tinha um relacionamento com uma pessoa e eu fiquei sete anos com essa pessoa. Aí, essa pessoa era usuária de drogas, já conhecia ela no serviço lá em Curitiba, essa pessoa é de lá, já faz dois anos que eu moro aqui. (...) É, de Curitiba. Aí eu saí de lá, arrumei tudo lá e vim para cá ficar com ele. E... aí não deu certo mais, ele não queria saber nada com vida, ele só queria saber de gandaia e de drogas, e eu falei para ele que eu tinha vindo para São Paulo para trabalhar, para crescer, né? Não para ficar na rua largado, ficar na maloca.

A lesbofobia na fala de Gília aparece como um dificultador para inserção no mercado de trabalho formal, principalmente porque a participante se reconhece como uma mulher que apresenta trejeitos mais masculinizados que, ao serem

combinados com estigma em torno do HIV, potencializa ainda mais as dificuldades de empregabilidade:

**Gília:** (...) Preconceito? Por exemplo, no serviço, uma vez eu estava lá em Suzano, em um albergue lá em Suzano. E eu fui fazer uma entrevista. Como eu fiz um curso de costureira e estavam pegando na empresa *alta* do Brasil, era uma empresa de costura. Aí eu *peguei*, fiz o currículo, mandei e aí tinha que ter entrevista, aí no dia não foi, porque eu falei que eu era do albergue e *também* eu acho que não era só por causa disso, não. É porque eu era assim e com voz de mulher e *também* porque eu era soropositivo, por causa do estupro. Sou soropositivo por causa do estupro que eu tive lá na Cracolândia.

O estigma por estar em SR e ser homossexual, somado ao da generalização de que toda pessoa em SR é usuária de drogas, aparecem como dificultadores para o trabalho formal, confirmando a ocorrência desses acontecimentos:

**Ilídio:** Na hora de mandar currículo, na hora de... Se a pessoa tiver mal-arrumada, a pessoa já olha assim: “você é usuário de droga” — coisa que eu não sou.

A falta de comprovação de endereço fixo de moradia, também se apresenta como outro empecilho:

**Maria:** No tempo que eu fumava na rua, que eu fiquei, assim... Quando você chega em uma entrevista e te perguntam: “Você mora *aonde*? É na rua!” Nunca que um estabelecimento vai aceitar uma pessoa que mora na rua trabalhando pra ele.

Luiz é formado, no Ensino Superior, tem sua profissão e cita que o fato de não ter sabido administrar seu dinheiro o levou à SR:

**Luiz:** (...) eu, há oito anos *atrás*, tinha um ateliê, eu trabalho com carnaval também entre outras coisas. E eu tinha um ateliê que foi passado uma carga de clientes para mim, de um amigo meu que já estava velho com esclerose, essas coisas. E eu fui trabalhando e aquilo foi progredindo, aí eu recebi um convite da Estácio de Sá do Rio de Janeiro para desenhar o palco e as fantasias das mulatas que seriam escolhidas para rainha da bateria e o presidente da escola não queria cada uma com uma fantasia, queria que todas usassem uma fantasia igual, para não ter aquele problema de: “Ah, fulana ganhou porque estava com um faisão, fulana ganhou porque estava mais isso e aquilo”. Então, foram todas padrão, cores iguais e eu desenhei o palco. Só que quando eu cheguei com o projeto no Rio, o palco era muito detalhe e ele falou que estava com medo de não conseguir, de não dar conta de fazer e perguntou quanto que eu cobraria para executar o projeto e quanto tempo demoraria, que era uns 15 dias, e ele falou: “Quanto você cobraria?”. Eu falei que ia me basear pelo que eu ganho em São Paulo diariamente, se eu vender um biquíni por dia é mil reais. Então, ele: “Você quer quinze mil?” E eu disse: “É, você pode me pagar em duas vezes” e ele fez um cheque de quinze mil e me deu. Foi o que me salvou, porque o restante, quando eu cheguei não tinha mais nada. Tinha uma menina que trabalhava comigo, uma boa profissional, uma pilantra também, ela falou que eu tinha mudado para o Rio, demitiu meus funcionários, porque eu tinha

36 funcionários, limpou a minha casa que era um sobrado e o ateliê todinho. Aí quando eu cheguei do Rio o vizinho “mas você não mudou? Já está de volta?” Não gente, se eu tivesse mudado eu teria dado uma festa, alguma coisa, um jantar. E foi um choque.

### 5.2.2 Família e amigos

Um dos efeitos encontrados entre o cruzamento da LGBTfobia e a SR foi o condicionamento à solidão e ao despertencimento coletivo:

**Maria:** Alguns amigos meus se afastaram, né? Depois que eu saí da minha cidade, eu não sair totalmente trans, sair em fase ainda; estou me harmonizando, ainda. Alguns, quando eu voltei, se afastaram de mim totalmente, os outros não. Pelo fato de eu ser trans continuaram sendo meus amigos. Aqui em São Paulo eu tenho muito amigo também, mas é mais LGBT, não muito hétero. Minha família não sabe que eu moro na rua. Não tenho coragem de falar para minha mãe, não.

**Gília:** Eu nem acredito na minha família, *que* ela mente demais, sabe? Eu não acredito; eu prefiro ficar sozinha no mundo aí. Melhor do que ter preconceito *comigo* e ficar mentindo. Então eu fico nessa vida aí, mas um dia eu saio dela, se Deus quiser.

**Ângelo:** Eu tenho uns dois ou três conhecidos; mas, amigo, amigo mesmo, faz tempo que eu não sei o que é isso. Exatamente lá não, mas posso dizer que tenho umas duas pessoas fora de lá que eu vejo que realmente eu posso, sem medo, abrir a boca e dizer que é meu amigo.

**Wilson:** Na Bahia, eu nem gosto, me isolei. Minha família mesmo é os amigos, é o que sofre e está ali no dia a dia. Os de lá não, eu sofri muito aonde eu morei.

**Silvia:** Eu não diria amigos... eu não tenho amigos.

**Wanderley** Sim, sempre, a todo o momento. Todos os dias e a todo o momento, não pela grande maioria, mas a todo o momento tem uma minoria que discrimina.

**Wanderley:** Ah, os olhares, as piadas. Às vezes a gente *senta* ao lado de uma pessoa em um lugar público e a pessoa *levanta*. Às vezes você vai cumprimentar uma pessoa apertando a mão e a pessoa não estende a mão para você. Aí você vê a pessoa fazendo a mesma coisa com outra, só que com atitude diferente.

**Ronny:** eu não tenho contato com minha família.

Ronny, ao ser questionado se a família sabia de sua atual condição de abrigamento; e Benedito, sobre as dificuldades que tem enfrentado cotidianamente pelo fato de estar em SR, respondem:

**Ronny:** Não. Só uma irmã minha que sabe. Eu procurei não falar, porque eu não tenho contato com minha família. Porque, assim, minha mãe já é

falecida. Tem o meu pai, mas eu não falo com meu pai há mais de trinta anos, porque meu pai nunca me aceitou como filho. (...) amigos são poucos, tenho mais colegas.

**Benedito:** Não sabem que eu estou em condição de rua, não sabe que eu desvirei travesti. Eles pensam que eu sou travesti, ainda. Eles não sabem nada sobre mim. *Eu tenho* praticamente 25 anos sem nenhum contato; foi a última vez que eu fui lá; foi essa vez que estou contando aqui; foi a última vez que eu fui lá. Aí eu vim para São Paulo e não voltei mais.

Em outro relato, a solidão apareceu retratada antes mesmo da SR, diante de uma memória trazida das vivências infantis em família:

**Wanderley:** Eu nunca tive Dia das Crianças; eu nunca tive Aniversário, nunca tive Natal, nunca tive Ano Novo, nunca tive parabéns para você, bolo; nunca tive presente, cuidados; nunca tive carinho, nunca tive cuidados. Eu criança, eu saía para as ruas e voltava uma semana depois e ninguém perguntava onde eu estava, enquanto os meus irmãos, meus parentes, os meus primos... Eu via aquela diferença de tratamento. Então, complicado, né? Aí depois que eu virei pré-jovem, depois que eu saí da adolescência, eu comecei a trabalhar, já estudava. Aí eu *sair*, fui viver minha vida, caí no mundo para poder viver minha história e estou aí tentando até hoje.

A transfobia familiar foi lembrada em situações vivenciadas na infância e, na percepção do participante, com o tempo, esses enfrentamentos foram ficando cada vez mais difíceis, corroborando com as posições de Silva, *et al.* (2015) quando afirmam que a produção de violência familiar nesses casos é acentuada na medida em que os comportamentos revelam discordância com o enquadramento sexual, dado já no nascimento.

**Wilson:** (...) Bom, as minhas vestes, porque eu sou assim desde o berço, eu já vim desde o berço assim. Minha mãe botava roupa de mulher e eu se trancava e rasgava, queria roupa de homem, eu cresci assim. Então, ele não aceitava, foi o que me fez sair de casa, cai no mundo para tentar me sobreviver

A matriz cisheronormativa é o berço das opressões, vista a partir da perspectiva de Mattos e Cidade (2016), como produtora da marginalização e da violação dos direitos básicos de Wilson e por isso, facilitadora de sua chegada a SR. No relato sobre a SR, Silvia me informou que deixou sua cidade de origem indo para São Paulo buscar condições necessárias para fazer a redesignação sexual e, também, para se proteger das inúmeras violências. A família não tem conhecimento de sua atual situação e para ela, a transfobia é considerada o motivo principal de sua SR. Ao responder o questionamento sobre isso, ela imediatamente relata: “[...] Rejeição! [...] Eu evito ao máximo. Eu mantenho contato somente com a minha mãe,

porque é a única pessoa que não me rejeita, me rejeitou com dez anos, mas hoje em dia meio que aprendeu a lidar.” A rejeição, somada às inúmeras tentativas de modificação da sua performance de gênero, vista como violação moral e às mais diversas formas de violência, ocasionaram rupturas com o contexto de origem.

**Silvia:** (...) assim, pelo meu jeito, acho que a pessoa já percebe. Então, meio que vai rolando aquela opinião própria, a pessoa quer que você opinião dela, ela quer que você seja como ela quer e não como você realmente é. E isso te sufoca. Você tenta mostrar para a pessoa que você não vai perder o caráter e a índole só porque você é assim. Só que a pessoa não entende e isso vai te sufocando, te sufocando e vai te afastando, causando briga e discussão, essas coisas.

O desgaste emocional decorrente da superioridade posta e reiterada no discurso familiar em torno das identidades cisgêneras sujeita pessoas não binárias ao enfrentamento de inúmeras formas de violência; e em muitos casos, até apagam essas existências (MATTOS; CIDADE, 2016). Durante a entrevista, Silvia disse compreender que a transfobia foi fortemente reforçada pelo discurso religioso. Mostrou-se ainda consciente de que aspectos geracionais e culturais têm forte impacto em relação à manutenção de condutas violentas. Ao expor isso, retoma a falta de apoio recebida por parte dos familiares.

**Silvia:** (...) Da parte deles? Esse auxílio não existe da parte deles. Eu venho do interior do Ceará, onde as pessoas têm a mente completamente quadrada. E são extremamente... obcecadamente religiosas. Tudo para eles é inferno, é Deus, é o fim do mundo; então não tem diálogo com esse tipo de pessoa, eles tiveram a educação diferente. Mais jovem, eu estudei um pouco mais. Tem pessoas da minha família que nem a quinta série tem, então não adianta você entrar em debate, tentar explicar a situação. No começo vai ser mil maravilhas, mas depois sempre gera aquele atrito, porque a pessoa vai se incomodar com seu jeito, com a sua personalidade, com a pessoa que você é. E, querendo ou não, você não pode falar nada porque você tá dentro da casa dela.

Ao passo que o corpo e a performance de gênero se aproximavam cada vez mais do feminino, inúmeras violações foram se tornando cada vez mais expressivas, comprometendo o acesso e permanência a postos formais de trabalho, tendo relação direta na perspectiva de Ramos (2016) com o nomadismo de transexuais e travestis. No tocante à relação entre transfobia e nomadismo, Vanessa conta que foi iniciada na família e, posteriormente, experimentada em outros espaços.

**Vanessa:** (...) desde criança eu vi que era diferente dos meus irmãos. Aí eu fui crescendo e teve uma hora que tive que me assumir. Aí, me assumir para a minha família... e não fui bem aceito. E sabe como é que é... eu sempre me dediquei ao meu trabalho e com dezenove anos tive minha independência e fui morar só. Mas, mesmo assim, continuei tendo relação com minha família, nunca neguei nada para eles, quem eu era. E comecei ter dificuldade em Brasília, que por ser a capital do Brasil não deveria ter, mas a gente sofre muito mais que São Paulo. E, aí, comecei trabalhar na limpeza e tinha que ter postura. Nessa época eu não era transexual, eu me considerava só como gay. Eu não era assumido, mas eles perceberam a diferença. Aí que vinha as tribulações e tive muitos conflitos e dificuldade para arrumar emprego por sofrer *bullying* nessa época. E foi uma época que eu conheci um amigo que foi trabalhar lá, que entrou um funcionário de licença lá em Brasília e ele morava aqui e eu fui cobrir a licença desse funcionário lá que me fez esse convite para *vim* para São Paulo. E eu vim aqui buscando mais oportunidade. Aqui é uma cidade maior, que você tem mais oportunidade e sofre menos *bullying* por ter mais uma evolução, por ter pessoas de mente mais aberta também.

Com as transformações corporais iniciadas, os enfrentamentos vão ganhando cada vez mais complexidade.

**Vanessa:** (...) não, eu tento não falar muito sobre isso, eles sabem da minha independência. Desde cedo eu fui independente. E eu tenho relação distante; muito perto eu acho que não favorece muito, eu acho que teria conflito. Quando foi 2014, eu cheguei aqui, trabalhei, tive as oportunidades que eu vim em busca, principalmente na minha transformação, porque eu sempre quis algo a mais. O meu corpo... eu queria modificar o meu corpo, até estava no CRT, eu peguei encaminhamento para o processo de transição no ambulatório da Santa Cruz, aí passando pelo clínico para começar o processo de transição para a harmonização. Aí estava indo tudo bem. Aí, quando foi em 2014, eu tive um acidente, fui atropelado. Eu já estava morando nessa época no Independência, eu estava com autonomia, não estava em situação de rua.

Diante das mudanças corporais, os laços familiares também foram transformados e praticamente desfeitos. Por isso, migrar para São Paulo parecia ser uma estratégia interessante, nutrida pela crença de melhores condições de transformar o corpo e avançar no campo profissional, sendo que sua família

**Vanessa:** (...) não entendia. (...) eu tentei até suicídio e eu não parei mais de ser atendido por psicólogos e psiquiatras, eu participo ainda do Saúde Mental. Então para mim foi muito difícil, porque eu já tinha muitos planos. Eu iria fazer a cirurgia do gogó, tenho aula com a fonoaudióloga para a mudança de voz, harmonização... os seios... (...) me harmonizando pelo TAN para ter pele para colocar a prótese. Então, foi muito difícil para mim, ainda é um pouco difícil, eu me sinto frustrada, porque era o que eu queria para mim.

É perceptível que a LGBTfobia é estrutural e estruturante das relações e, nesse sentido, o nomadismo apareceu como uma condição de enfrentamento

recorrente e necessário para salvaguardar alguma possibilidade de melhoria de vida, diante do desabastecimento de condições simbólicas e materiais que, de modo abrupto ou não, mostra correlação direta com o afastamento de seus territórios de origem. O nomadismo se expressa de modos distintos, porém incitados pela necessidade de trabalho e renda.

Essas inúmeras rupturas no contexto familiar apareceram como uma forma de ensaio prévio para que a solidão se cristalice como um estado crônico na atual situação.

### 5.2.3 Violência

O quadro a seguir explicita a condição dos entrevistados, no tocante à violência, em diversos aspectos:

Figura 11 - Violência



**FONTE:** o próprio autor

**Ilídio:** (...) tacando fogo na barraca que eu estava, aí eu vi que ele ia tacar fogo e dei um jeito no cara e tal. E eu já pedi ajuda, já, dos outros homens das outras *maloca*, do lado que já se *apegou* com o cara e já bateu nele. E... uma vez, um homem tentou me matar com uma facada também, tentou me dar uma facada dormindo, só que eu acordei na hora.

**Ilídio:** (...) porque ele viu que eu era gay. Preconceituoso mesmo. Começou me chamando de "viado". E eu disse: "Está me chamando de 'viado'? Acha que está me ofendendo me chamando de 'viado'? Está nada! Você é só



mais um só lixo da humanidade! Se quiser *bater de frente*, ‘demorô’ é ‘nois’.” Quem disse que bate, eu sou magro, alto e *deixa* ele cair na porrada para ele vê, e é isso. A gente pode fazer bastante coisa na rua, mas a gente tem que se dar ao respeito. Se ela quer respeito tem que dar respeito, tem que respeitar o espaço dos outros. Não interessa se é hétero ou se é travesti. Tem que respeitar a diferença do outro, tem que ter respeito. Se quer respeito, tem que se dar ao respeito.

**Ilídio:** (...) o hétero usa a gente como objeto de sexo, prazeroso; vai lá, transa e tchau e bênção, não quer saber de nada e sem contar ainda bate, mata e ameaça de morte: “Vou te matar seu ‘viado’ se você falar para alguém”.

**Ilídio:** (...) Olha, tem gente que quer mudar de vida e tem gente que não quer. *Tem* gente na rua é fácil, mas não é fácil. A a vida lá fora é muito assim, é cruel. Não me envolvi com drogas, mas já experimentei, mas, graças a Deus, nunca tive esse vício de drogas, nem beber, não bebo, só fumar um cigarro e um baseado. Só. Eu tenho uma cabeça forte, não vou estragar ela com a droga, nunca precisei de internamento, nem nada disso. Faz anos, hein? Isso eu aprendi dentro de casa, a fumar maconha, a fumar cigarro, não foi na maloca, não. Beber, foi meu pai e meus irmãos que me ensinaram... ensinaram, não; eu fui *vendo eles* e eu mesmo que quis. Ninguém ensina ninguém a fazer o que não quer; faz porque quer. Você quer fumar cigarro? Vai lá e faz um cigarro. Você quer beber? Vai lá e vai beber. Ninguém te obriga: “Se você não fumar cigarro e não beber eu vou te matar, vou te dar uma facada.” Não! Faz porque quer. Mas, graças a Deus... e dos meus irmãos, da minha família *lá*, eu sou *uns que* tem mais cabeça, mesmo na rua.

Durante a entrevista, Gília chorou ao recordar de quando sofreu violência sexual, fato compreendido pela participante como correção justificada por apresentar trejeitos masculinizados, enquanto estava sob efeito de crack. Sobre este acontecimento, comenta:

**Gília:** (...) é... Ele mexe comigo, né? Fazer uma coisa que você não gosta. “Você gosta de homem sim” e fazer uma coisa que você... “Nossa agora você gosta de homem”. Então...(...) O cara estava lá, esperou eu dar um trago, não é porque eu estava fumando pedra, eu nunca vendi meu corpo assim. Eu já roubei e *tudo*, mas nunca vendi, né? Eu pedi dinheiro, olhava carro para ter o dinheiro para usar droga, mas vender meu corpo, nunca vendi. Aí, *os cara não gostava*; aí tinha uns *cara* ali que falava: “Essa menina aí não é *sapatão*, não Você não é *sapatão*.” Eles falavam direto. Mas eu não esperava que um dia iria acontecer isso, ele iria fazer essa maldade comigo, que foi o estupro.

Fatos como esse podem ser elucidados na perspectiva de Toledo e Teixeira Filho (2010) como resultado da objetificação das mulheres que subvertem a lógica de dominação masculina, ao não estarem à disposição de um homem. Outro enfrentamento decorrente da lesbofobia foi relatado pela participante, no tocante ao local onde mora e ambiente em que trabalha:

**Gília:** (...) onde eu moro... não indo muito longe. *Tipo assim...* eu trabalho em um negócio de reciclagem; reciclando, né? Lá no Parque Dom Pedro, de segunda a sexta. E tem uma mulher lá que não gosta de pessoas assim como eu e ela já falou na minha cara. Então assim... é dolorido porque se eu quiser ferrar com ela eu posso ferrar, entendeu? Porque é preconceito, eu ainda estou passando preconceito com essa mulher aí, também, porque ela não gosta.

No próprio equipamento de atendimento a essa população, ela destaca a violência institucional dentro da rede de atendimento. Por ser uma mulher masculinizada foi impedida pelos próprios funcionários de usar o banheiro comum as mulheres: “[...] ah... eu uso os dos deficientes. Eu estou banhando aqui e eles falam para eu tomar banho no debaixo. Eu não tomo banho lá em cima com as meninas.”

Em relação à sua orientação sexual, diz:

**Gília:** (...) para mim é normal, só não gosto quando tem pessoa que passa e olha assim, ou tem uns que vem e fala assim: “É homem ou mulher?”, ou quando vai lá comprar alguma coisa: “Ô mocinho! ou mocinha, você é o quê? Menino ou menina?”. Aí também é preconceito, eu não gosto, quando fala assim: É menino ou menina? No banheiro também direto, quando a pessoa vai entrar, vai lá e chama o segurança e fala: “Ai, entrou um menino dentro do banheiro”, quando chega, espera sair “É essa aqui ó, esse aqui”.

Campos e Moretti- Pires (2018) assinalam que o risco de assédio moral e violência sexual é ainda maior na população das lésbicas, cuja performance é percebida como feminina, tanto na rua quanto nos equipamentos voltados para atender à PSR. Uma estratégia utilizada pela participante para evitar a violência é a convivência grupal, porque, segundo ela, “[...] quando a gente está de turminha não, porque se tiver com preconceito a gente vai junto com o outro.”.

## 5.3 LGBTFOBIA E OS ATRAVESSAMENTOS DA SR

### 5.3.1 Homofobia na SR

Ayrton percebe-se como inadequado para acessar determinados espaços e faz uso estratégico de comportamentos docilizados para superar obstáculos, evidenciando em seu relato, o lugar de desumanização que busca ser superado na visão de Schulman (2010) através da vigilância ininterrupta dos próprios comportamentos:

**Ayrton:** (...) por ser homossexual, muitas vezes, a gente lida com todo tipo de gente. Essa coisa do preconceito da nossa parte, eu vou falar por mim,

pela minha parte, pra mim ela não existe. Por quê? Porque pra mim cada um tem o seu caráter, cada um tem a sua dignidade. Porém, às vezes, as pessoas não olham pra gente como um ser humano, às vezes olha como algo que precisa ser excluído mesmo de certos locais. Eu, graças a Deus, em uma certa parte, eu tenho tido uma boa sorte de ter acolhimentos, de ter sido acolhido, acredito eu pela minha postura.

O participante expressa a percepção de si como corpo abjeto ao fazer ligação direta entre sua condição de saúde [...] “Sim. Sou soropositivo!” e posteriormente menciona: [...] “E, às vezes, saber que você é homossexual, às vezes, pra elas é algo que repugna”, do mesmo modo, parece compreender essa abjeção, como componente inerente ao LGBT em SR. É perceptível que o HIV aparece vinculado a uma relação de causa e efeito decorrente de um modo de vida errado

**Ayrton:** (...) porque às vezes a pessoa que ‘tá’ ali que está cometendo um erro por ser LGBT, você vê que muitas vezes, muitas coisas que fazem, é pra chamar mais atenção. Você imagina que existe uma carência, que existe uma carência! Aquilo que eu estava te falando, às vezes você não tem um amigo, um amigo que você possa contar, que você possa desabafar o que tem dentro do teu coração, entende? Uma pessoa que você pode partilhar um pouco da tua vida, da tua história, isso é difícil.

Neste trecho, reproduz como estratégia de enfrentamento a vulnerabilidade de suas condições, faz apontamentos pautados em características psicológicas, que na visão de Butler (2019b), são muito eficientes para manipular a produção da exclusão social.

**Ayrton:** (...) olha, eu vou falar assim, sobre a questão da saúde mesmo... Hoje eu sou homossexual e sou soro positivo, eu cometi erros dentro dessa área, né? Aonde, quando na época que eu descobri isso eu não tinha ninguém do meu lado, porque nessa época minha mãe, minha família, já tinha me largado de mão. Eu lembro que eu usava droga e tudo mais.

Seguidamente, descreve o quanto a descoberta do HIV foi um acontecimento marcante em sua vida e comenta a respeito dos prejuízos emocionais decorrentes desse fato

**Ayrton (...)** a pessoa que me passou HIV, ela me passou com consciência de que ela estava com a doença do HIV. E hoje, eu não sei por onde essa pessoa anda, não sei se está viva ou se estar morta, mas eu sei o que eu sofri psicologicamente, sentimentalmente, né? Rejeição dentro da família por causa disso, muito preconceito por causa disso também, e é bem difícil lidar com isso.

O HIV/ AIDS é entendido como um estigma produzido, na visão de Rubin (2017), para reforçar a visão hegemônica, que associa o sexo anal e oral à promiscuidade e à produção de doenças, fruto deixado pela dominação religiosa,

médica e psiquiátrica sobre o sexo e, por isso, percebe-se obrigado a carregar o peso emocional e social pelas escolhas malfeitas.

Segundo Garcia (2013) a homofobia experimentada na SR, impõe formas involuntárias de resistir a violência

**Ilídio:** (...) eu sou tranquilo, hoje eu consigo compreender as coisas. Na rua a gente aprende a ser um pouco mais maduro, a ser esperto, tem que ser muito esperto mesmo, a vida é louca, que o filho chora e a mãe não vê, na rua. Ficar na rua da maloca tem que dormir com um olho aberto, ou acordado para ver se ninguém vai te furar a noite na covardia, 'tacar' fogo em você. Já aconteceu comigo já, quase me mataram na rua. (...) É... Só que eu bato de frente também, bato de frente. Já saí no soco no bairro Prates com um cara lá que queria me tirar.

O relato de Ângelo apresentou situações de violência experimentadas no contexto da rua “[...] Bom, eu já. Mas não de agressão, mas sim de agressão verbal. “Ah! Seu ‘viadinho!’”, esse tipo de palavras, mas já vi sim.”

A violência física apareceu como um enfrentamento recorrente na vida do participante e, também, a homofobia institucional; ambas expressas quando responde sobre violências experimentadas:

**Manoel:** (...) Já, de agressão. (...) de moradores de rua às vezes, alguns moradores de rua. Tem pessoas que são preconceituosas desse lado. “Ah, é o ‘viadinho’, não sei o que lá”.

Apenas um dos três centros de convivência investigados tinha banheiro LGBT, Manoel diz “[...] a gente tinha que ir ao banheiro de hétero e as pessoas já falavam: “Ah, estava no banheiro de hétero para ficar vendo homem”.

O relato do participante reitera o que Silva e Santos (2015) denunciam quando afirmam que o Estado e as instituições sociais vêm cumprindo o papel de reprodutoras e mantenedoras da exclusão social de pessoas LGBT, visto que, ao deslegitimarem suas especificidades, acabam submetendo essa população à invisibilidade e, de certo modo, até autorizando a produção de inúmeras formas de violência.

A homofobia aparece entranhada nos espaços frequentados por essa população, conforme diz o participante que isso, “[...] depende um pouco dos ambientes também, sempre tem aquele meio de preconceito. Você ser gay, a

peessoa deixa você um pouco mais de lado, até você se soltar mais, aí fica mais complicado.”

A indiferença e o silenciamento aparecem como estratégias de enfrentamento à homofobia. Essa autoproteção é muito recorrente entre os próprios gays em SR:

**Luiz:** (...) Algumas vezes, mas foi uma coisa muito ínfima, sabe? Coisa que não chegou a atingir. Porque eu sou uma pessoa decidida de cabeça, eu não ligo para “Ah, fulano está te olhando com cara feia”. Eu me privo dessas coisas e acho que um dos maiores erros hoje em dia do meio LGBT que você acaba se ferrando. As pessoas são preconceituosas? São! Mas os gays são mais *reino* contra eles mesmos.

Em espaços de intimidade, como o do banheiro, a homofobia se expressa e se faz presente em situações cotidianas, como nos detalhes mencionados pelo participante:

**Luiz:** (...) A outra coisa principal é o espelho, como eu estou de barba, porque se você entra no banheiro dos homens... Eu entro, eu não estou nem vendo. No albergue, eles dormem junto com a gente, *entra* no mesmo banheiro. Às vezes, a gente estar tomando banho *peladão*... aqui dá “B.O.”, se quiser, porque tem a parede que limita, no albergue. Tem uns que *fecha* porta, tem uns que não, tem uns que estão *excitado* e faz questão que você veja... Aí vai de você ficar encarando. Eu dou uma olhadinha assim e saio; já tem uns que *fica* lá pousado, aí o que acontece? Vem o preconceito, porque o outro vê; às vezes você não tá a fim, mas vem o outro preconceituoso e fala: “E, olha lá... fulano estava com um ‘viado’ lá no banheiro...”.

Sobre as dificuldades pessoais, destacou como um dos grandes enfrentamentos, o acesso a direitos, sobretudo pelos problemas de saúde que apresenta:

**Benedito:** (...) eu estou com um processo na justiça, porque eu tinha benefício. Eu era *encostado* pelo INSS por artrose, incontinência fecal e o HIV. Essas três coisas juntas me *deu* um auxílio-doença. Aí eu fiquei durante um ano e meio *encostado* e de uma hora para a outra o INSS veio e cortou. Aí tive que vender minha casa, vendi tudo e tive que viver de acolhida.

Quando questionado sobre essas dificuldades, se tinham alguma relação com o fato de ser homossexual, respondeu:

**Benedito:** (...) Sim, eu acho que sim. Porque se eu não fosse homossexual eu estaria em casa, estaria lá na minha cidade, teria uma família. E se eu não tivesse uma família, eu estaria perto dos meus pais, perto dos meus irmãos, era aceito por todo mundo, ninguém teria preconceito comigo, ninguém iria me chamar de falsa bandeira (meu pai me chamava de falsa bandeira).

No campo da saúde, o participante expôs outras demandas de saúde, conectando-as com a situação de desemprego.

**Benedito:** (...) O problema de depressão que eu tenho não é por eu ser homossexual, não. Não é por isso. É pelo fato de estar desempregado, pelo fato d'eu estar nessa situação de albergue, ter que ir para lugares para almoçar como aqui. E isso me faz ficar depressivo. Eu tomo remédios psiquiátricos, tenho sempre que estar conversando com o psicólogo da onde eu me trato, consulto com o psiquiatra também. Por causa disso, não pelo fato de ser homossexual, porque eu sou super bem com isso, aceito o que sou. Eu me aceito como eu sou... eu gosto de mim como eu sou.

O cenário da rua foi retratado como produtor de violências ao expor situações do cotidiano:

**Benedito:** (...) é uma vida muito arriscada, muito perigosa para o LGBT, vira e volta some um, matam um. Porque a gente já vive uma vida arriscada, de risco fora da rua, imagine na rua. Expostos para os homofóbicos... eu conheço "bichas" que já tacaram fogo, eu conheço "bichas" que já bateram. A mim mesmo já aconteceu: eu estava deitado na rua, ali no Lago São Francisco, parou um carro com quatro *boys*, vieram com uns tacos de madeira para cima de mim, certo? Em cima de mim e de todos que estava ali. E batendo, batendo... e eles não estavam batendo só em mim. Eles estavam batendo em todos porque eram moradores de rua, não era eu especificamente.

### 5.3.2 Bifobia na SR

Na perspectiva do participante, a bifobia é decorrente do não reconhecimento da bissexualidade como legítima, geralmente tratada como confusão pessoal, explicada na perspectiva de Teixeira- Filho, Rondini e Bessa (2011), como decorrente do sistema de classificação da sexualidade sustentadas no modelo sexo/gênero.

**Ronny:** (...) então, assim: eu estou me sentindo bem no momento, bem psicologicamente. Estou legal. Mas, assim, falando um pouco sobre minha vida sexual, eu sempre fui um cara que namorei com mulheres, já tive namorada, já fui casado e tudo. Então, assim... só que eu acho que esse negócio de homossexualismo ou bissexualismo, para mim... muita gente acha, que uns falam que é porque nasceu, outros falam que é opção sexual, muitos falam que é "sem-vergonhice" da pessoa... Eu acho que não é nada disso. Eu acho que isso daí é uma tendência, que a pessoa, com o passar do tempo, adquire isso e ela tem essa curiosidade de conhecer outro corpo.

A bissexualidade por ser deslegitimada, no contexto da rua e, por isso, assimilada à homossexualidade. Ao ser indagado se já sofreu violência, responde

**Ronny:** (...) Sim, várias vezes. Só que eu sempre fiquei na minha... deixa a pessoa pensar o que quiser de mim. O importante é o meu eu, o que está dentro de mim. O que as pessoas pensam de mim não importa, o importante sou eu.

O discurso, embora apresente questionamentos em defesa da orientação sexual como algo individual, reforça que ele a reconhece como prejuízo pessoal:

**Ronny:** (...) por que as pessoas na rua estão preocupadas com a sexualidade da gente? É isso que eu não entendo! Porque para mim, uma pessoa homossexual ou bissexual, ela não está prejudicando ninguém, isso é uma coisa sua. Então, eu acho um absurdo isso, a pessoa ir lá e ficar falando que você é isso, que você é aquilo. Ficar te criticando, entendeu? Eu acho errado isso! Porque é uma coisa particular sua e que ninguém tem nada a ver com isso. Porque se você está fazendo esse tipo de coisa, você está prejudicando *você mesmo*, você não está prejudicando *eu*.

Medeiros, Amorim e Nobre (2020) dizem que sexualidades desviantes se tornam verdadeiros vetores de vulnerabilidade na SR e geralmente são entendidas como penalizações por escolhas individuais.

### 5.3.3 Transfobia na SR

As relações na rua foram transformadas pelo atravessamento da transfobia, principalmente, quando as modificações corporais foram se expressando de maneira mais visível, consoante com afirmação de Mattos e Cidade (2016), no que tange à produção de abjeção e negação de direitos dessas vivências transgressoras do binarismo macho/fêmea e, por isso, ficam propensas a sofrerem violências. Dias, *et al.* (2015), afirmam ainda que, na própria SR, repete-se a recriminação pela produção de transformações no corpo.

**Maria:** (...) já...já sofri preconceito através de alguns amigos meus que diziam ser meus amigos. Quando souberam que me tornei trans, tiveram preconceito, alguns já quiseram me agredir... várias coisas. (...) Eu não sei... por ser homossexual, né? Não aceitam.

No cotidiano da rua, a opressão se faz presente nas próprias relações da rua: “[...] Sim, bastante! Preconceito, né? O próprio pessoal fala: ‘Ah, eu não tenho preconceito’, mas sempre tem”. Nesta trajetória, o nomadismo apareceu como estratégia de enfrentamento para suas dificuldades, ao falar que trabalhava com

**Maria:** (...) prostituição. Primeiro fui para Belo Horizonte, Minas Gerais. Fiquei em Belo Horizonte dois anos, depois fui para Goiânia, fiquei lá em Goiânia durante um ano e meio e depois vim pra São Paulo. (...) Porque o

movimento da rua quando caía. Quando a gente chega na rua, a gente é estrela, começa a ganhar dinheiro, aí começa a ser conhecida, aí os clientes *começa* a enxergar outras 'bichas' nova, aí a gente tem que ir pra uma cidade nova.

Dias, *et, al.* (2015) salientam que um dos maiores desafios pela população trans em SR é o acesso ao trabalho formal e, por isso, recorrem à prostituição, por ser praticamente a única possibilidade de conseguirem algum recurso financeiro. Posteriormente, a participante comenta sobre a violência transfóbica na rua:

**Maria:** (...) A gente trans, a gente sofre mais. (...) Porque todo mundo quer saber de agredir, “Ah, é que um ‘viado’ vai me matar!” Isso e aquilo outro. E a pessoa, por ser heterossexual, o pessoal vê a pose de *machão*, vê aquilo ali: “Ah, aquele ali é homem, é parceiro nosso!”; e nunca que eles vão querer *se acompanhar* com uma trans ou com um homossexual.

Confessa que a insegurança e o medo são sentimentos constantes à medida que compartilha situações recentes vivenciadas:

**Maria:** (...) Sim. Já fui agredida, já tentaram deformar meu rosto. Outro dia mesmo eu tive uma discussão com uma pessoa e a pessoa veio me morder. Eu sofri muita agressão na rua, sábado passado mesmo, tem oito dias hoje, eu e meu companheiro sofremos agressão na rua, a gente estava vindo lá da casa de uma amiga nossa e a gente vinha passando ali pelo centro, perto de uma república. Aí veio uns doze rapazes, vieram para cima da gente, agrediu a gente. Eu sofri um cortezinho nas costas, um arranhão. Meu marido foi quem ficou com a cara toda deformada e foi para Santa Casa e saiu no domingo, oito horas da noite. (...) Tenho medo de estar ali dormindo e alguém chegar e ‘tacar’ fogo na minha barraca, chegar e matar a gente do nada, passar dando tiro, e é isso.

A fala de Maria reforça que o modo como as violências, motivadas pela transfobia, é ainda mais intenso devido à transgressão de gênero, ficando suscetíveis ao extermínio. Resende (2016) declara que essa transgressão faz com que não sejam vistas como pessoas e logo, suas existências tornam-se irrelevantes, como observado na divulgação midiática dos extermínios, ao naturalizar como um fenômeno já esperado.

Das situações mais difíceis enfrentadas no seu cotidiano, devido ao fato de ser um homem transexual, o participante apontou duas:

**Douglas:** (...) condições de trabalho, às vezes de ir em algum lugar as pessoas já ficam olhando, igual a situação do banheiro. Eu uso feminino, né? Porque *tipo...* passa um monte de coisa na minha mente, eu gosto de usar por enquanto ele, porque eu não fiz a cirurgia. Porque eu acho assim: depois que eu fizer minha cirurgia e mudar, eu vou usar o banheiro masculino. Mas, tem vez que eu falo: “eu sou mulher”, mas aí a pessoa fica olhando, “mas seu banheiro já não era para ser aqui”, que não sei o quê, entendeu? Não tem especificação no banheiro. Para trabalho também é difícil, as pessoas julgam, ainda mais agora em condição de rua.



O relato do participante reforça o que Dias *et al.* (2015) e Medeiros, Amorim e Nobre (2020) criticam quando afirmam que a precarização dos equipamentos voltados ao atendimento da PSR é fruto da invisibilidade da população trans; posto que, esses lugares são pensados e construídos a partir do reducionismo binário, reverberando em práticas que aparecem articuladas ao higienismo social. Logo, contundentes para fomentar a produção de violências. O racismo, articulado ao recorte de classe, apareceu como atenuantes de suas dificuldades

**Douglas:** (...) Ser negro, não ter muito estudo, mas por mais que você tenha talento e força de vontade de vencer na vida, *tipo* você coloca um emprego para mim e você vai falar: “Eu quero que você faça isso”, se eu souber fazer, eu vou falar “eu sei fazer”, mas nada me impede que eu possa correr atrás e executar o trabalho da melhor forma. Aí tem esse preconceito, porque a gente chega na loja às vezes para deixar currículo (eu sou um pouco tímido, entendeu?), aí eu chego às vezes para entregar assim: “Bom dia senhora, estão precisando de funcionário?” Aí, só pega o currículo e às vezes *rasgam*, e vários preconceitos, né?

Conforme asseveram Rondini, Teixeira- Filho e Toledo (2013), a vulnerabilidade é sempre produzida pela combinação de vetores sociais e institucionais. Tal posicionamento pode ser confirmado diante da realidade apresentada pelo participante que é atravessado por eixos produtores de exclusão (raça, gênero e classe), de precarização material e simbólica.

**Douglas:** (...) Olha, eu já fiquei quatro dias sem comer e tomar banho, quando cheguei aqui, que tipo, acabou o dinheiro todo eu tive que ficar esses quatro dias assim. Mas, o que acontece é que eu fiquei meio chateado, porque as pessoas que têm condições de ajudar não ajuda, e quando você pede uma coisa para comer que você está com muita fome e as pessoas olham assim, tipo “É, tem saúde, tá forte vai trabalhar” que não sei o que, é complicado! Eles não entendem que a gente não está nessa situação por vontade própria, porque eu nunca morei na rua é a primeira vez. E isso, agora eu levo comigo como aprendizado, porque muitas das vezes a gente tem um monte de coisa dentro de casa do bom e do melhor, eu sempre trabalhei, sempre tive minha casa, sempre tive minhas coisas, eu sempre lutei. Tudo o que eu conquistei até hoje, a minha casa, as minhas coisas foi tudo Deus que me deu força para *mim* conseguir e eu fui lutando, mas eu vou falar, é complicado. Eu estou feliz porque eu estou aprendendo a dar valor nas pequenas coisas, porque antigamente eu tinha do bom e do melhor e não dava, entendeu? E é isso.

Pela lógica de Rondini e Teixeira- Filho e Toledo (2013), uma vez que a vulnerabilidade é sempre articulada a uma combinação de vetores pessoais, sociais e institucionais, cabe destacar que, neste caso, o racismo opera na dimensão social

ao ser, na visão de Butler (2019b), um forte produtor de desigualdades que aparece alinhado a exploração de classes.

A respeito das expressões da LGBTfobia enfrentadas por aqueles (as) que vivem em SR, expressa:

**Douglas:** (...) nessa questão aí eu não tenho muita coisa a dizer, entendeu? Porque da nossa parte, tipo assim, que são os homens trans, eu não vejo muito preconceito. Eu vejo mais preconceito com os travestis, que trabalham na noite, na rua, à noite, entendeu? (...) Pessoas que *bate, mata*, pouca coisa. Sendo que *é* eles que param carro; você para se você quiser, não é mesmo? E aí já gera a pancadaria e *ele* sofre muito preconceito. Eu vejo muitos trans machucados e ninguém dá assistência. E eles sempre vão ser *errado*, eles sempre vão ser a parte podre, entendeu? Vamos falar o português bem rasgado da sociedade, e não é assim, eles são seres humanos, né?

O relato reflete os achados da pesquisa de Broide e Broide, (2018) em relação ao modo como as violências destinadas às travestis acontecem de forma mais explícitas, por serem submetidas à prostituição.

Posteriormente, Douglas afirmou que o fato de ser um homem transexual em SR tem dificultado o acesso a benefícios governamentais

**Douglas:** (...) eu só, às vezes, acho que um pouco, na questão LGBT, tem várias situações que *tipo assim*, temos direito de receber várias coisas, *tipo* aquele benefício de mil e cinquenta reais, mas tu *vai* no lugar para se cadastrar, já é um pouco difícil. E eu acho que para os trans já é mais fácil e travesti já consegue mais rápido e eu estou esperando, estou indo lá direto, mas não consigo. Aí tem questões que por um lado é legal, mas para outro não é.

Esse fato é explicado por Dias *et al.* (2015), como resultado do despreparo institucional para atender as especificidades dessas identidades, uma vez que as políticas públicas destinadas à PSR, ainda são alimentadas ideologicamente pela essencialização cisheteronormativa que acaba reproduzindo a violação de direitos.

Neste relato, a transfobia se expressa em tratamentos diferenciados, fortalecido pela negatividade associada à performance de gênero do participante. Destacou ainda, que a população trans é mais vulnerável. Inclusive, afirmou: [...] *“aqui em São Paulo quando eu cheguei, já tem uns quatro meses, eu sofri agressão na porta do albergue.”*

**Wilson:** (...) tem um amigo meu que mora lá próximo *aonde* eu moro, ele conversa assim com a gente, na falsidade. Você olha assim, dentro do olho dele, que ele tem uma fobia. Porque a esposa dele trocou ele por uma... Ele tem uma grande revolta por causa disso Ele pensa que *todas* homens trans

é igual. Nem *todas* é igual. Nós temos nossos defeitos e *tem* nossas qualidades. Então, a gente sofre muito. Deles, quando a gente fica próximo, a roda onde ele está, já começa o cochicho, falar da gente.

Reproduz, em sua performance, comportamentos produzidos naturalizados como inerentes ao masculino, para escapar da violência e, ainda, conforme evidencia Garcia (2013), buscam aparato em semelhantes.

**Wilson:** (...) aí, a gente também já gosta de causar também, né? Arrumar confusão também, né? Que a gente não admite isso, o que vale é o respeito e desde que ele não querer *botá* a mão, é gente querendo botar a mão na gente. Aí a gente pede ajuda para os meninos lá da comunidade lá. Porque os meninos da comunidade lá, mora muitos meninos trans e os meninos não gosta o que eles fazem com *nós*. (...) mas aqui em São Paulo quando eu cheguei, já tem uns quatro meses, eu sofri agressão na porta do albergue.

No que se refere ao desemprego, é possível afirmar com base em Machado (2015), que as causas são multidimensionais. Por exemplo, a SR, a identidade de gênero, pobreza e dependência química.

**Wilson:** (...) Aí não é fácil para arrumar emprego para a gente, é muito preconceito, muita gente julga: “sapatona”. É muita coisa mesmo absurda que a gente sofre, aí eu vou e volto para casa da minha família e não dá certo; cai na rua de novo, entendeu? Eu sofro muito também com química. cocaína e maconha.

Quando indagado sobre a maior dificuldade enfrentada na atualidade, responde

**Wilson:** (...) não tem melhor coisa do que a gente estar na nossa casa, tudo a gente precisa de emprego. E não as pessoas julgarem a gente pela aparência. Ouvir mais, escutar um pouco a nossa história, aí já julga, aí fica um pouco difícil

A sociabilidade nômade, descrita por Garcia (2013), aparece nesta trajetória.

**Wilson:** (...) eu sou, né? Porque quando a gente arruma uma amizade que é hétero, as pessoas julgam muito, fala que... Ah, só porque a gente gosta de mulher, a gente não pode ter amizade com uma pessoa que gosta de homem? Normal! Desde que vá o respeito, o respeito vem da gente da pessoa. Aí as pessoas julgam, “Ah, já está tendo um caso”. Aquelas *indiretinhas*, e não é assim, não é nada disso. Porque tem muitas pessoas também que sofrem, tanto homem trans, *sofre* muito. Os trans *sofre* mais.

Para ele, tanto nas próprias relações produzidas no contexto da SR, como outras produzidas nas instituições por onde costuma transitar, ressaltando o que

Garcia, *et al.* (2012) destacam sobre a insegurança existente nos albergues da cidade de São Paulo.

**Wilson:** (...) eu escuto muitas coisas dentro do Abrigo; os cara falando: “Ah, ‘viado’... O que que esse ‘viado’ está fazendo no meio das mulheres?”. Ele se vê como uma mulher, entendeu? Então, não tem que julgar nada, aí começa aquelas críticas, “tem que tirar esse cara daí, minha mulher está aí dentro”. Uma coisa que deveria ter geral, em todos os abrigos, era pessoas trans independente, travestis, lésbica, entendeu? Se está dentro de uma casinha, colocar mais ordem, acabar mais com o preconceito... sem preconceito.

Quando indagado sobre as estratégias aprendidas para lidar com a transfobia e sobre como percebe essa questão no dia a dia, diz que o grupo LGBT “[...] sofre, sofre, sofre. O pessoal olha, julga... Principalmente os homens casados; nem tanto os solteiros, mais os casados.”

A participante a seguir informou que a transfobia é mais acentuada nos serviços destinados a essa população do que propriamente entre as pessoas em SR, denunciando a falta de preparo técnico profissional para atender as especificidades de transexuais e travestis, ocasionando para Mendes, Jorge e Pilleco (2019), o apagamento dessas existências pelas próprias políticas públicas.

**Silvia:** (...) A gente sofre preconceito em qualquer lugar, não tem essa de estar na rua, em uma situação melhor ou em uma situação pior. A diferença, vou ser bem sincera contigo... a gente recebe muito mais respeito dos moradores de rua do que das pessoas que atendem essa população, entendeu? Os moradores de rua em si, te respeitam, te tratam bem. Eles brincam? Brincam! Mas nada fora do respeito. Mas as pessoas que vão te atender, uma um assistente social aqui não sabe te atender. Ele quer te tratar da maneira que ele quer e não à maneira como você se sente bem. Não tem esse preparo, então, chega a ser muito desconfortável.

Assegurou que a transfobia vivenciada na SR tem produzido repercussões psicológicas “[...] devido à pressão, a gente vai perdendo o gosto, vai perdendo a graça em viver. E, automaticamente, a gente vai abandonando as coisas.” — uma sinalização oriunda dos equipamentos de atendimento a PSR, citado por Dias, *et al.* (2015) em relação à negação do nome social.

**Silvia:** (...) eu expliquei a minha situação para o assistente social, eu mostrei tudo para ele e mesmo assim ele fazia questão de me tratar conforme ele via e não conforme eu queria. Ele fazia questão de jogar, evidenciar, isso na minha cara. E isso é doloroso porque eu já tive bem, eu já tive como eu realmente queria estar. E hoje, me ver nessa situação não é bom para mim, então eu penso que uma pessoa que lida com as pessoas,

lida com o público, ela tem que saber como falar, como se expressar ou então ela está na profissão errada.

A fala da participante ressalta a reiteração dos processos de exclusão, firmados pela perspectiva adotada pelo sistema capitalista.

**Silvia:** (...) pelo pouco que eu já vivi, convivi e já estudei, o pior preconceito parte dos próprios homossexuais; eu não sei se eles não se aceitam ou não aceita opinião do outro. Os gays “padrões”, que se vestem como homem, que agem “normalmente”, digamos assim, abre aspas: eles sempre rejeitam aquele que é mais feminino ou aquele que se veste como mulher. Há essa divisão dentro do próprio grupo, entendeu? É um ou outro que vai dialogar que vai ter amizade contigo. Do jeito que eu estou aqui, todos querem ser meu amigo porque estou no padrão da sociedade, mas se eu tivesse como eu era antes, a rejeição era muito maior. Se dividem, se aglomeram dentro de grupos dentro de um grupo, entendeu?

Garcia, *et al.* (2012) apontam que o caráter religioso adotado por alguns equipamentos da cidade de São Paulo (inclusive no próprio centro de convivência, onde ocorreu essa entrevista), são perpetuadores da violência.

**Vanessa:** (...) eu tenho perucas, eu não posso me montar porque sofri muito *bullying*. Morar em centro de acolhida é bom e não é bom, porque ninguém quer ser acolhida, mas a gente *dar* graças a Deus de não ficar na rua, mas é muito difícil... a gente está com pessoas que a gente até compreende, porque é difícil para uma pessoa que é hétero entender que ser homossexual, transexual... é difícil. Aqui é muito bom, tem o seu banheiro LGBT. Eu acho que deveria ter mais *centro* de acolhida para LGBT também, para pessoas que necessitam, para não fica aquela mistura, né? Porque você vai tomar banho e tem que usar o mesmo banheiro que os homens usam, aí o cara o não *entender*, “Eu estou vendo uma mulher com seios aqui”. É meio constrangedor!

A entrevistada destacou a necessidade de Vanessa em realizar o sonho de ser quem é:

**Vanessa:** (...) tudo muda, parece que a pessoa não vê mais você como um profissional, as suas profissões, suas qualidades... parece que tudo, quando você se assume... a sociedade já vê você diferente. Parece que tudo muda e isso é muito difícil, dói um pouco, mas ao mesmo tempo você compreende. E eu não deixei *nenhum* momento de lutar pelos meus sonhos, porque eu acho que temos que ter sonhos. Quando eu vim para São Paulo, não foi em busca das minhas oportunidades, mas de ser a “Vanessa”, porque era algo que eu já queria, era algo que eu já sentia, algo a mais. E os meus relacionamentos, meus companheiros que eu também tive, me viam como mulher, tanto é que *ele* trabalhava e eu era quem cuidava da casa, era eu que lavava, passava, cozinhava e fazia faxina.

Campos (2016) diz que as desigualdades de gênero são fortemente vivenciadas pela PSR, e do mesmo modo, as performances de gênero ancoradas no paradigma cisheterossexual. Seguidamente, Vanessa explica sua forma de enfrentar

a violência: “[...] eu acho que você, mantendo a postura, se dando ao respeito, eu acho que as pessoas não gostam muito de te ver assim, mas não mexem. [...] já tem que ser forte sendo um gay, mas tem que ser uma transexual bem mais forte”.

#### 5.4 OS IMPACTOS DA LGBTFOBIA E DA SR NA SUBJETIVIDADE

Neste eixo de análise, discutirei a categoria subjetividade, entendida como um atributo do psiquismo, não podendo ser entendida como um reflexo imediato da vida objetiva em subjetiva, mas como sendo resultante da somatória de componentes exclusivos da hereditariedade, que se fundem com as redes de relacionamentos interpessoais e a submissão aos poderes disciplinares, engendrados pelo modo de organização do mundo histórico-cultural, em um processo ininterrupto da existência (SILVA, 2009).

No processo de composição das subjetividades, Teixeira (2020, p. 327) explica:

[...] tornar-se sujeito é, de modo significativo, constituir-se num processo desenhado para que pensemos as lógicas que permitem, legitimam e fundamentam os nossos olhares. Ao designarmos os modelos pelos quais pensamos e interpretamos o mundo, devemos nos ater aos processos ideológicos que constroem as consciências e, ao mesmo tempo, o mundo que nos circunda.

A partir desse pensamento, entendo que as pessoas LGBT em SR estão posicionadas em uma realidade confeccionada pelas marcas históricas de estruturação da sociedade brasileira que desembocam na pobreza de condições materiais e simbólicas, necessárias para que a existência possa ser minimamente vivível. Portanto, é acertado concluir que os corpos LGBT em SR, ao passo que são injustamente penalizados pelos efeitos do poder disciplinar, seus modos de pensar, agir e perceber a realidade, são alterados pela internalização negativa produzida pelos discursos ecoados de normalização do que é uma vida cabível de reconhecimento no mundo social, em sociedades regidas pelo capital.

Assim, a intersecção entre estar em SR e ser LGBT contribui para a produção de subjetividades permeadas pelo rebaixamento da autoestima e pelo sentimento constante de inadequação social, que, geralmente, começa na própria família e posteriormente se estende para outras instâncias basilares da socialização humana

(GARCIA, 2013). Esses sentimentos de inadequação, pautados na visão negativa exterior de si, dada realidade objetiva vão sendo apropriados internamente, somando-se à subjetividade e dando origem a uma LGBTfobia internalizada; que tem contribuído, ao longo do tempo, para que as pessoas passem a produzir configurações tão alienantes de si e dos iguais, sem se questionarem sobre os lugares e as condições de inferiorização aos quais são submetidos, produzindo assim o que Estanislau e Ximenes (2016) vão chamar de “juízo moral de desaprovação”, por se perceberem inseridos duplamente em contextos que socialmente são potentes na subtração de afetos e no pertencimento coletivo.

Com base nessas reflexões, revisei o material decorrente das entrevistas transcritas, onde tomei como base os materiais teóricos para estudar os discursos desta categoria analítica.

#### 5.4.1 A LGBTfobia Internalizada

A homofobia internalizada é retratada na relação apresentada neste discurso, como se o comportamento promíscuo fosse um acessório que acompanha pessoas LGBT, aparecendo como justificativa para as rejeições

**Ayrton:** “(...) eu acho que isso é o mais importante, porque às vezes você ser uma pessoa muito promíscua, assim... Não generalizando, jamais, mas tem muito!”

Foucault (2017) assegura que a generalização, ancorada à promiscuidade homossexual, é uma herança internalizada. O participante reforça isso quando diz: “[...] às vezes o que leva muito ao preconceito é a promiscuidade que muitas vezes as pessoas têm do cenário LGBT, que afastam, que faz com que as pessoas se afastem. Eu acho que é isso.” Reproduz no discurso o repúdio instituído pelo saber médico ao longo da história, por não serem práticas reconhecidas como capazes de reproduzir interesses hegemônicos.

No relato a seguir, a culpa aparece atrelada ao fato de se perceber como uma pessoa sem recursos para lidar com a rejeição do padrasto. Foucault (2017) explica que a culpa é produzida pelo que o autor chama de “lógica da censura”, em que o participante é induzido a negar a si mesmo e aos próprios desejos, uma vez que, ao se sentir incapaz de reproduzir os moldes aprendidos de se relacionar e por não ter

conseguido produzir uma “representação positiva de si” — compreendida por Toledo e Pinafi (2012) — passa a se autorreprimir, evitando a exibição de comportamentos que não sejam similares ao de pessoas heterossexuais.

**Ayrton:** (...) hoje eu estou nessa situação de rua, desse lado, porque eu não soube valorizar isso dela e não soube lidar com essa dificuldade do meu padrasto dentro da minha casa, entende? Eu não tive cabeça pra lidar com o preconceito, com essa rejeição dentro da família e isso foi muito difícil. Sozinho eu não consegui.

A transfobia internalizada também apareceu nas falas deste participante, ao transpor uma visão negativa a respeito da aclimação de comportamentos violentos e escandalizados em torno da identidade travesti, fortemente alimentado no imaginário social como habitual em grupos subalternizados (FERREIRA, 2014).

**Ayrton:** (...) porque assim, eu vejo da seguinte forma, eu mesmo já vi, no lugar onde eu me encontro... chega um irmão que era travesti, né? E ele não pôde ficar, porque aquilo parece *que* meio que escandaliza, entende? Porque pelo simples fato da pessoa ser homossexual ou travesti, em qualquer situação que seja, por estar em um círculo de homens, você imagina dessa forma: aquela pessoa vai querer fazer e acontecer, entende?

O moralismo sexual é explícito em um dos trechos apresentados e, posteriormente, o participante reduz sua orientação sexual à condição doentia, tida como incontrolável e por isso cabível de interdição:

**Ayrton:** (...) E, às vezes nos lugares, nos abrigos que a gente fica, muitas vezes não pode. Tem lugares que tem regras que precisam ser seguidas e isso dentro da homossexualidade eu acredito que é algo muito difícil de se conter. Por quê? Porque existe algo que atrai um ao outro ali, entende? E isso leva as pessoas a: “Ah, você não pode ficar aqui e *tals*”.

O sexo não heterossexual aparece carregado de negatividade e por isso é justificada a inferiorização negativa das práticas homossexuais, reforçadas por ele a partir do discurso religioso, sustentando concordância de que não é correto praticar sexo no mesmo espaço físico da família e nem nos espaços concebidos por ele como de respeito.

**Ayrton:** (...) não, eu acredito que não. Eu acho que é mais por uma questão de respeito também pela casa em si, por ser uma casa religiosa também, tem tudo isso. Eu acredito que a maioria dos lugares tem isso e se a pessoa LGBT tiver consciência que o lugar que ela mora é a casa dela, como que eu gostaria que fosse minha casa? Se eu fizer um ponto de interrogação nisso aí, entende?



Outra vez o moralismo sexual é retratado no discurso do participante ao reproduzir e reforçar a lógica de manutenção patriarcal, resultantes na ótica de Rubin (2017) da estigmatização erótica, infiltrada naqueles que não aderem à hegemonia heterossexual.

A visão de si, carregada de negatividade, impõe à Ayrton a proibição de que suas práticas sexuais aconteçam em espaços físicos comuns a pessoas heterossexuais, concebidos por ele como de respeito

(...) É a tua casa! Quer queira, quer não, é a tua casa. Meu, *cê* quer fazer alguma coisa? Procura um motel, vai pra qualquer lugar, não faz na tua casa... é a tua casa! É o que te acolhe, é o que te abriga, entende? Acho que é mais por isso. Mas tem pessoas que, infelizmente, não olham por esse lado.

O discurso LGBTfóbico expressa sustentação no discurso religioso, necessário para retificar o lugar privilegiado da heterossexualidade. Ao reproduzir o discurso ideológico, não consegue perceber que sua defesa vai na contramão de seus direitos, sem poder questionar a opressão; posto que o interlocutor se percebe inferior aos demais membros da família (VALADARES; ALMEIDA, 2018; RIOS, 2018).

Novamente a expressão “promiscuidade” — ainda que não signifique que o que faz é promíscuo — apareceu relacionada ao desejo sexual e a punição, entendida na perspectiva de Borrillo (2018) como resultado da negatividade internalizada que para ele é uma extensão habitual de pessoas que estão em desacordo com matriz heterossexual, corroborando com a visão de Rubin (2017) ao dizer que o sexo é um vetor de intervenção, uma vez que o participante é soropositivo.

**Ayrton:** (...) existe *muita* pessoa também promíscua nessa área, e a promiscuidade não respeita, porque nem todo mundo que está dentro daquele local também te respeita, mas não aceita aquilo que você faz, entende? Às vezes te respeita por você ser a pessoa *tal*, mas aquilo que você faz, pra ela já é... Entende? Então, se você é pego fazendo algo, *cê* imagina...

A partir de uma fala, entendida como tentativa de mostrar uma compreensão empática em relação às travestis, por reconhecer o posicionamento em condições de maior vulnerabilidade, faz um comentário transfóbico.

**Ayrton:** (...) não falo tanto o homossexualismo, mas acho que ser travesti, acho que é o mais difícil. Eu acredito que seja o mais difícil porque você imagina que essa pessoa, ela muitas vezes por ser travesti, ela *vivi* da

prostituição e tudo mais, né? Pra ela já não é fácil está ali, entende? E ainda mais... Não é fácil assim, acho que é mais sofrido pro travesti.

A fala do participante revela a transfobia internalizada ao reduzir e patologizar, conforme destacam Pereira e Silva (2015), pessoas travestis a corpos materializados para práticas sexuais desordenadas e com isso, são convertidas em vetores abjetos de produção de DSTs. O processo de desumanização é mostrado como resultado do estigma, no qual se expressa a deslegitimação da condição de pessoa, penalizada por “supostas” escolhas pessoais, como aconteceu em relação a Ronny, ao fazer uma analogia da própria orientação sexual (bissexual) à dependência química, ao explicar:

**Ronny:** (...) porque, Gilson, eu não sou usuário de drogas, eu não bebo, eu não sou usuário de nada. Na verdade, eu sou uma pessoa que só tenho um vício, eu sou uma pessoa muito viciada em sexo. Porque todo mundo tem um vício, não é verdade?

Explica a bissexualidade como um problema comportamental,

**Ronny:** (...) eu sou casado com mulher, por exemplo, e olhar para aquele cara e querer ficar com ele... Quer dizer, é uma tendência que ele acabou adquirindo para a vida dele, entendeu? E ele acabou gostando disso daí e acabou praticando isso para a vida inteira: homem e mulher. Foi o que aconteceu no meu caso, entendeu? Eu sou bissexual, mas eu gosto mais de homem, mas se pintar uma mulher bacana, por que não ficar com ela? E isso é uma coisa muito minha e as pessoas têm que respeitar isso.

O discurso apresenta evidências de que sua consciência foi interpelada pela difusão de enunciados que o subtraíram a possibilidade de sua inteligibilidade bissexual.

A expressão “normalidade” é colocada como uma condição forçada para o enquadramento normativos de padrões sociais, conforme pode ser verificado:

**Manoel:** (...) hoje eu me vejo uma pessoa normal como as outras. Se eu ficar de preconceito comigo mesmo, eu vou *estar sendo* como as outras pessoas. Então, eu tento me mostrar como se eu fosse uma pessoa normal, como uma pessoa hétero, bi. Não posso me mostrar com preconceito para outras pessoas, senão eu vou *estar tendo* preconceito comigo mesmo.

A transfobia é expressa em uma das falas de Manoel, em que ele não consegue reconhecer os privilégios que possui se comparados com as dissidências de gênero. [...] Tem muitas pessoas que: “Ah, não vou conseguir emprego por causa da minha opção. A maioria das transexuais não *querem* correr atrás de serviço,

porque as *pessoa* não vai aceitar. Não, você tem que dar a cara para bater e correr atrás.”

A abjeção em relação às identidades femininas trans é produzida e reproduzida no imaginário social, configurando-se como um problema de ordem estrutural que na explicação de Peixoto (2018) é decorrente da subversão visível a heteronormatividade e ao modelo patriarcal, naturalizado pela combinação sexo/gênero.

A internalização negativa da homofobia pôde ser retratada ainda em referência no discurso de Luiz, em relação à responsabilização de que cada um lide com as próprias adversidades, seja com a feminização do modelo masculino, ou com outros eixos produtores de exclusão, como raça e posição social.

**Luiz:** (...) “Ah, eu não vou falar com fulana, porque é bichinha pobre.” Não, nós somos todos gays, não importa a cor, não importa se é ativo ou passivo, se é “pintosa”, se você é discreta. A gente tem que se aceitar primeiro, para aí haver uma aceitação da sociedade. Porque o que acontece é que nós não nos aceitamos, então se a gente começar a se aceitar, aceitar os outros no nosso meio... a sociedade vai ter outra visão disso.

A fala do participante retrata de forma explícita a alienação explorada por Butler (2019a) para se referir ao fato de não conseguir perceber que as pessoas que atravessam os marcadores sociais apontados por ele, são colocadas intencionalmente em condição de desvantagem, posto que não possuem os mesmos mecanismos de enfrentamento para superar a precarização de suas existências.

Wanderley destacou características não valorizadas socialmente, como se fossem atributos intrínsecos, ao dizer “[...] as pessoas vê que somos gays e até dá um desconto, deixa passar. Mas existem uns LGBT, principalmente os travestis, que são uma galera mais áspera, mais dura na convivência.” Sobre isso, Ferreira (2014) destaca que, por enfrentarem ainda mais violências no cotidiano — e por isso vivem constantemente sob a nuvem da insegurança — carecem produzir estratégias de sobrevivência, somando ainda às questões de pobreza, geralmente são comumente vistas como agressivas por aqueles que nunca foram submetidos aos mesmos enfrentamentos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Amar e mudar as coisas me interessa mais  
(Alucinação: Belchior/ Composição: Belchior)*

A família, mesmo com inúmeras formatações de modelos e de significações, ainda é, de modo geral, o lócus inicial do processo de socialização humana e legalmente responsável por assegurar recursos basais para o desenvolvimento humano. Por isso, é um ponto interessante de investigação da produção dos sentidos e significados, dado que é na família que a linguagem é aprendida e, a partir disso, relações são produzidas, hábitos, costumes e visões de mundo vão, aos poucos, se incorporando para significar a realidade e por essa lógica, é na família que o processo de produção da subjetividade inicia-se.

Por subjetividade, Silva (2009, p.174) nomeia que o

[...] processo de constituição do psiquismo possibilita ao homem apropriar-se das produções da humanidade (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades), mesmo quando compartilham a mesma particularidade.

A partir desta perspectiva, a subjetividade é produzida a todo instante e de maneira ininterrupta, uma vez que acontece nas e pelas relações sócio-históricas e culturais possibilitados pelos inúmeros processos de internalização, entendidos dentro de uma perspectiva histórico-cultural, como processos de aprendizagem ou incorporação de conteúdos a cognição, que ocorrem quando existe a apropriação do que o mundo histórico, cultural e social disponibiliza.

Por esse motivo, estudamos os discursos, porque é a partir do uso da linguagem que busco entender que não existe produção automática dos sentidos, mas sim os sentidos construídos e possibilitados pela mediação de relações. Sendo assim, “o significado é fundamentalmente social, então o funcionamento externo, Intermental do indivíduo está inerentemente relacionado ao aspecto interno da fala” (SMOLKA, 1992.p.329).

Nesse mesmo sentido, a mediação diz respeito ao papel exercido pela linguagem como meio utilizado para que as internalizações ocorram afim de explicar a produção dos significados que desembocam em modos de ser e agir instituídos e ao mesmo tempo passíveis de mudança, sempre trazem o caráter polissêmico das palavras e, por isso, é preciso que se conheça o lugar social, histórico e cultural de

quem fala, uma vez que o desenvolvimento do psiquismo se dá em concomitância com a apreensão de signos e significados (PINO, 1991).

Logo, se a LGTBobia é mantida e acionada por grupos dominantes em torno do essencialismo de sexo e gênero, afirmo que o sufixo “fobia” jamais pode ser entendido como um comportamento de reflexo de desconforto; mas, sim, como produto da internalização dos sentidos e significados negativos, propositalmente colocados pelo poder para que, ao serem incorporados, a estrutura cognitiva passasse a compor um arsenal de comportamentos e atitudes que violam o outro.

Também, a LGTBfobia não pode ser tida como mero “preconceito”, dado que a percepção de que o outro é inferior, não se dá de forma automática, mas através da internalização de estratégias de regulação que irão significar as ações e aparecer nos discursos, pois pelo prisma de Smolka (1994, p.331), isso acontece porque primeiro há um “processo de apreensão de ‘palavras alheias’ que se tornam ‘palavras próprias alheias’, até serem transformadas em ‘palavras próprias’ no movimento de constituição da consciência individual.”

Conforme já mencionado, uma pessoa não pode ser reduzida a mero reflexo da realidade. Afinal, as mudanças na subjetividade acontecem a todo momento diante das demandas enfrentadas para o atendimento das mesmas, que perpassam pela elaboração e produção de estratégias, sendo que “homem e sociedade vivem, portanto, uma relação de mediação, em que cada polo expresso e contém o outro, sem que nenhum deles se dilua no outro ou perca sua singularidade” (AGUIAR, 2000, p.127).

Pensando pela lógica de Aguiar (2000), os significados sociais atribuídos e instituídos ao gênero e sexualidades dissidentes vão de alguma forma aparecer nas diversas redes de sociabilidade no contexto da rua ou mesmo fora dela, ou ainda nos serviços ofertados para essa população, já que toda ideologia, antes de se apresentar em comportamentos, primeiro atravessa o psiquismo. Portanto,

[...] as formas de pensar e sentir o mundo expressam uma integração, muitas vezes contraditória, de experiências, de conhecimentos (aspectos significados), de uma história social e pessoal (mediada pela ideologia, pela classe social, pelas instituições etc.) e de emoções vividas, mas não necessariamente significadas (AGUIAR, 2000, p.140).

Na família, as violações motivadas pela LGTBfobia podem começar de forma explícita ou sorrateira — pelo silenciamento ou pela invasão da intimidade —, já que

que o modelo cisheterossexual é o superior e aqueles (as) que não são capazes de reproduzi-lo, são obrigados a se assumirem, para quem sabe e talvez, na melhor das hipóteses, ocorra aceitação. O simples fato de alguém se colocar na condição de poder aceitar outra escancara didaticamente a existência de polos distintos de poder.

O inconsciente, pelo prisma da AD, está diretamente vinculado aos conteúdos reprimidos, indisponíveis para reconhecimento dos participantes, cuja investigação posta por Pêcheux e Fuchs (1975) se articula epistemologicamente em torno de três eixos, apresentados abaixo, conforme descrição de Leite (apud PÊCHEUX, 1975):

- 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Diante dos achados, destaco que a fabricação do viver na rua acontece de formas muito variadas, uma vez que, ao se falar em LGBTfobia, estou me referindo a formas variadas de violações em torno de dois elementos próximos, porém, distintos: gênero e orientação sexual. Digo que existem modos variados, porque o peso e formatações das estratégias utilizadas para oprimir, variam de acordo com os significados distintos criados pela cultura.

No caso dos homens gays, o cenário machista ocupado pelos participantes não só favoreceu o envolvimento com drogas, como também nutriu a crença de desvio ou patologia associada a essas orientações sexuais, imprimindo o comportamento de obediência e necessidade de compreensão do pensamento geracional ou de fundamentação religiosa, explicado em um trecho exposto por Ayrton ao falar do padrasto:

**Ayrton:** (...) olha, hoje eu consigo entender, consigo entender por que eu percebi que não é uma coisa pessoal dele comigo, mas é uma criação que ele teve e ele tentou passar isso pra mim e eu não sabia aceitar devido, também, à minha rebeldia, devido ao uso de drogas e tudo isso leva ao orgulho e o orgulho muitas vezes leva a gente a ser inflexível com as coisas.

Continuando, a culpa internalizada por não conseguir modificar a orientação sexual patologizada serve como um mecanismo que ameniza os efeitos da interdição financeira que não pode ser contestada, uma vez que ao romper com o

modelo regimentado pela verdade instituída da cisheterossexualidade, passou a associar o contágio do HIV, como forma de pagamento recebida por uma vida indigna, tida como opção.

A reprodução de discursos, utilizada comumente pelos dispositivos sociais, aparece em desacordo com os interesses pessoais de quem encontra-se em condição de precarização, atuando para a manutenção das inúmeras violações e em muitos casos, serve como substrato para a naturalização de afastamento ou mesmo a ruptura total de laços familiares. Na mesma perspectiva, a busca pela cura ou mesmo as tentativas de organização da vida, aparecem pautadas em preceitos religiosos que, na verdade, são fontes potentes de ordenamento e manutenção da LGBTfobia. Cabe salientar, que existem núcleos de convivência no município estudado, que adotam a perspectiva religiosa para condução das atividades cotidianas. Ficou evidente ainda que, na trajetória homens gays em SR, é comum que desde o contexto familiar a condição de servidão, decorrente da inferiorização vivenciada, sirva de estratégia para aliviar o desconforto “intencional” produzido pelo peso de serem gays e, por isso, precisam produzir formas reparadoras e obedientes a partir da posição ilegítima de membro familiar, ainda que seja o silêncio, para que não ocorra a ruptura total de laços.

**Ângelo:** (...) a minha avó, por exemplo, falava: “Não, ele não é, ele é uma pessoa mais carinhosa, é o jeito dele.” Então, por ter essa discussão entre eles, eu já me preocupava nesse sentido. Porque se eu abrisse a boca diretamente para minha família e: “olha gente ‘eu sou gay!’, as portas iriam se fechar também.

**Manoel:** (...) hoje eles estão mais cientes da minha opção. Por eu estar aqui em São Paulo, já deu um pouco mais de alívio para eles

**Benedito:** (...) meu pai tem duas famílias, né? Duas mulheres; e ele não sabe o que aconteceu porque ele era tão homem, tão macho, tão *coisa* e o primeiro filho dele, da primeira família, veio com esse problema, que não sabe *aonde* ele errou.

Dentre os homens cisgêneros em SR, os afeminados apresentam-se em condições ainda piores, por serem associados ao lugar de passividade feminina. Carregam trajetórias interpeladas pela produção de violências, fundadas no machismo e difundidas pelo discurso religioso, fontes produtoras de lembranças dolorosas.

Na única trajetória lésbica do estudo, o fato de ser reconhecida com trejeitos masculinizados desde a infância, deu a essa participante certa autonomia de

transitar pela cidade, comumente não ofertada para lésbicas que são tidas como femininas. Não pela liberdade de transitar, mas pela ausência de aparato e cuidado por parte dos familiares, envolveu-se com o uso de drogas e foi submetida ao lamentável estupro corretivo já apresentado, devido “às características próprias, ligadas a estereótipos de gênero e sexualidade associados às mulheres.” (JESUS, 2015, p.46).

A bissexualidade era entendida na família, contada pela perspectiva do participante, como condição patológica, geradora de confusão mental e desvio moral. Esse tipo de compreensão é também sinalizado pelo próprio participante ao justificar “[...] porque é uma coisa particular sua e que ninguém tem nada a ver com isso. Porque se você está fazendo esse tipo de coisa, você está prejudicando você mesmo.” Essas especulações eram geradoras de conflitos familiares e estão associadas ao motivo atual de SR.

Já nas experiências transexuais, os homens apresentam percursos marcados pelo desabastecimento de condições materiais, impulsionadas pela transfobia familiar e, conseqüentemente geradora de rupturas com a família, escola e a vida profissional, aumentando ainda as chances de chegada a SR, principalmente nos casos em que a dependência química se instalou.

Diferente das identidades femininas, a prostituição não aparece como uma possibilidade de trabalho para os homens.

Em relação às transexualidades femininas, nota-se que as trajetórias são permeadas pela pobreza extrema, decorrente da ausência de emprego e pelo envolvimento — não por escolha, mas por necessidade — em atividades de trabalho consideradas marginalizadas, como a prostituição e o tráfico de drogas. A transfobia familiar esteve presente em todas as trajetórias, bem como a violência física, psicológica, moral e sexual. Ainda, todas informaram que ao passo que as transformações corporais começaram, os vínculos com a família foram se tornando cada vez mais fragilizados.

Uma das participantes, após sofrer um acidente na rua, precisou reaproximar-se de sua família e conta que, neste processo, houve tentativas de correção de uma sexualidade “desviante”:

**Vanessa:** (...) eu não me importava muito com as roupas, mas meus pelos foram crescendo e eu não queria ver os pelos. Foi muito difícil para mim



aceitar a mudança, aceitar ter que voltar, ou seja, você já deu um passo e você ter que voltar... Então foi muito difícil... eu tentei até suicídio.

Os percalços encontrados no cotidiano dos participantes apontam a multidimensionalidade dos processos de exclusão, potencializados pelo desemprego e/ou falta de trabalho, citado como fator principal em todos os relatos.

A sociabilidade nômade aparece associada aos conflitos decorrentes de situações isoladas ou cruzadas entre LGBTfobia familiar, pobreza econômica, falta de trabalho ou fonte de renda e problemas com substâncias psicoativas.

Por caminhos diferentes, as dificuldades encontradas em relação ao mercado de trabalho, além da LGBTfobia, transitam com os estigmas produzidos pela impossibilidade de comprovação de moradia fixa ou pelo desprestígio associado ao fato de serem usuários dos serviços locais para a PSR.

Diante do contato com os relatos dessa pesquisa, afirmo que a LGBTfobia induz à SR, ainda que em muitos casos os participantes não tenham conseguido perceber a precarização de suas existências, ainda que alguns sinalizem haver relação com o desemprego em si, sem se atentarem ao fato de que o afastamento do trabalho tem, sem sombra de dúvidas, indução LGBTfóbica.

É interessante mencionar ainda a existência de fissuras postas pelo caráter religioso, adotado por alguns equipamentos destinados à população LGBT em SR que, na maioria das vezes, violentam essa população através de práticas higienistas, conforme a descrição de transfobia relatada por Vanessa:

**Vanessa:** (...)no centro de apoio são pouquíssimos que aceitam uma transexual, entendeu? Ainda não tem no centro de acolhida preparo para aceitar uma transexual. Então, é muito difícil você ser obrigado a ser uma coisa que você não é para você não ter que dormir na rua, porque eu já cheguei a dormir uma semana e foi muito difícil... você não dorme. É deprimente... é muito deprimente.

Se os centros de convivência são pensados para o atendimento de necessidades básicas, a ausência de privacidade e as dificuldades de uso do banheiro nesses espaços eram uma sinalização do despreparo apresentado nesses espaços. Levando em consideração os diferentes enfrentamentos destoantes da cisheteronormatividade, é perceptível que mesmo na rua, quem é cisgênero está em condição de privilégio, dado que o direito de utilizar espaços como banheiros para o atendimento de necessidades básicas não acontece de forma tão tranquila com a

população T, ocorrências nada sutis que revelam o apagamento e a subordinação dessas identidades nos centros de convivência investigados. Há que se ressaltar que, embora esses apontamentos sejam pertinentes, a Prefeitura da cidade de São Paulo tem feito o que pode e as pessoas que lá trabalham tentam, com muito esforço, realizar o melhor trabalho que podem em prol das PSR.

De posse de algumas informações expostas na tese, posso afirmar a partir da ótica butleriana que, a PSR/ LGBT ocupa socialmente uma condição ontológica de precariedade, dado as condições de desabastecimento material da própria SR, como pela somatória com desumanizações geradas pela opressão contra as dissidências de gênero e sexualidade existentes nessa realidade.

A comprovação dessa afirmação é dada pelo apagamento da população LGBT nos levantamentos censitários da PSR realizados em escala nacional, que ainda reforçam o apagamento populacional a partir da essencialização de subjetividades e submissão ao violento processo de enquadramento postos nos equipamentos destinados a essa população que é legitimado pelo paradigma cisheterossexual, reforçando micropolíticas violentas na vida diária dessa população.

Essa negação de direitos não pode ser entendida simplesmente como preconceito, dado que a destituição do outro da condição humana é operada silenciosamente por uma maquinaria que difunde enunciados capazes de produzir — num contexto de tanta pobreza quanto o da rua — assepsia em relação a quem é LGBT.

Estudos como esse são importantes justamente porque abordam esses assuntos pela perspectiva de quem pensa, vive e sente a violação dos direitos em todas as esferas que compõem o humano.

Nesta análise, balizada pela literatura científica em torno das questões de gênero, sexualidade e SR, fica evidente que os discursos ideológicos em muitos casos operam e se afirmam de maneira oposta em relação aos interesses e necessidades da PSR/LGBT, reproduzidos a partir dos sentidos expressos nos discursos que fomentam a permanência numa condição de vida totalmente discrepante com a noção de cidadania e assim ao acessar os sentidos produzidos pela perspectiva de quem vive essa experiência pode facultar uma reflexão apurada de que pautas de gênero e sexualidade devam se fazer presentes nas políticas e por conseguinte nas práticas ofertadas pelo equipamentos de saúde e assistência social

destinados para a PSR, pois quem sabe assim, seja possível diminuir os abismos sociais encontrados durante a realização do estudo.

Afinal, se a cada 26 horas a LGBTfobia é responsável pela morte de morte uma pessoa no Brasil, fica fácil reconhecer que quem vive em SR acaba virando alvo ainda mais fácil de extermínio em decorrência da insegurança e dos inúmeros obstáculos atrelados ao viver na rua. Assim, negar a existência de necessidades específicas, avolumadas pelo estigma, deveria ser uma questão de interesse do Estado.

Diante disso, questiono-me a partir do posicionamento de Lima (2014) amparado nos estudos queer: até quando a dura realidade, vivenciada pelo (as) participantes da pesquisa, continuará no lugar da invisibilidade, mesmo diante da evidência escancarada posta diante de qualquer percurso na parte central de São Paulo?

Ainda que a academia consiga de modo bem elaborado produzir explicações coerentes e historicizadas que deem conta de tornar compreensível como essas subjetividades foram induzidas ao enfrentamento de formas tão diversas de precariedade, conforme apresentarei nos relatos, ao olharmos para a atual conjuntura política não é possível pensar, mesmo que no campo da fantasia, em possibilidades para que o Estado atual tenha interesse e reconheça politicamente pautas que se alinhem aos interesses da PR/ LGBT; já que essas resistências incomodam, na medida em que ousam lembrar ao Estado que o seu papel deveria ser (e estar), basicamente, focado na produção da democracia. Em outras palavras, refazer ou construir formas democráticas de viver e expressar o gênero ou a sexualidade afetaria diretamente o funcionamento do sistema capitalista, que se alimenta do lucro produzido a partir da divisão sexual do trabalho e, portanto, necessário para manutenção do desenho ideal de família: patriarcal e burguês.

Quem é da rua — ou nela está—, não é burguês e, sendo LGBT, não está apto a reproduzir o modelo hegemônico de família. Com isso, essas pessoas são distanciadas da possibilidade de serem pontos prioritários nas agendas políticas. Olhar para essa questão daria a chance de trazer à tona múltiplas possibilidades de vivência do afeto, dos seus papéis e da sexualidade, destoantes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras ao sistema opressor que patologiza e estigmatiza, pelo prisma da democracia. O mais adequado seria o Estado “[...] pensar em políticas de

normalizações que têm como alvo novas/outras produções estéticas e desejanter” (LIMA, 2014.p.192 ).

Com relação aos impactos produzidos pela LGBTfobia no percurso de vida dos (as) participantes, pactuo da recomendação de Oliveira, Carvalho e Jesus (2020, p. 61), quando dizem que

[...] é necessário apontar os atravessamentos múltiplos que compõem essa comunidade – identitários, sócio-econômicos e políticos – que, conseqüentemente, resultam em experiências marcadas por imbricamentos variados de gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual, faixa etária, deficiência, classe e posicionamentos geopolíticos.

No contexto da pandemia, por exemplo, os autores citados acima destacam que a grande concentração de mortes pela covid-19 é expressivamente maior na população pobre e negra; ressaltando que o difundido “isolamento social”<sup>21</sup>, nesse contexto, sempre esteve imbricado em grupos subalternizados, como é o caso de pessoas que, diariamente, encontram-se expostas a situações de insegurança, tanto na esfera pública, quanto na privada.

Os autores endossam que

[...] em regiões do Brasil durante a pandemia do COVID-19 nos apontam para o fato de que a violência motivada por LGBTfobia não foi suspensa ou interrompida durante este período de isolamento físico. Ao contrário, ela se evidenciou e aprofundou em ocorrências localizadas fora e dentro das residências, e em alguns momentos motivadas pelo discurso de representantes do governo (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS. 2020. p. 61).

Utilizar a rua como espaço para morar ou trabalhar, em São Paulo é comum às PSR. Costumam ocupar a área central da cidade, tanto pela facilidade de suprirem as necessidades básicas — principalmente as de alimentação, higiene pessoal — ou pela localização, que agiliza a possibilidade de encontrarem algum trabalho esporádico (GUIRARDI, *et. al.*, 2005).

---

<sup>21</sup>[...] Os autores sugerem que o termo mais adequado a ser utilizado quando se tratar do isolamento recomendado para contenção da pandemia seja o físico, uma vez que grupos não minoritários comumente não são isolados socialmente.

Através dos relatos, apresentarei a existência de modos criativos de reinvenção da vida, sem necessariamente sucumbirem ao rompimento com os moldes de gênero, sexualidade, padrões de moradia e vida laboral valorizados pelo capital. No entanto, apesar de serem excluídos, são sobreviventes. Conseguem resistir sem alimentar ou se aprisionarem a esse sistema. Por outro lado, se houver uma reflexão de quem vive preso ao capitalismo, essas possibilidades imaginativas caem no anonimato, ficam numa espécie jaula, que continuará submetendo subjetividades ao aprisionamento e, em alguns casos, de forma perpétua.

[...] adquirir o essencial para a sobrevivência sem passar pelo mercado. Não significa a eliminação de trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, substituído por outras formas de trabalho. Também não significa viver sozinho, mas estabelecer novos vínculos com diferentes pares. Assim, viver na rua é também transitar pela possibilidade de gerar renda como estratégia para agregar valor à própria existência (GUIRARDI, *et. al.*, 2005. p. 603).

Pergunto-me: até quando os grupos mais vulneráveis terão que esperar para que as políticas públicas deixem de ser produzidas a partir de sistemas específicos limitantes de reconhecimento do que é humano e do que não é? Como esperar que essa população alcance autonomia, se os serviços destinados a elas, quando desalinhados, contribuem para a internalização de uma visão negativa de si, tão atuante para despotencializar capacidades? A partir de uma leitura vigotskiana, a subjetividade se produz constantemente pela objetivação concreta no que encontramos no cotidiano, sobretudo nas macropolíticas.

No que se refere ao período de realização das entrevistas dialogadas, era notório que o racismo estava fortemente articulado com a LGBTfobia e a SR para produzir vidas tão precarizadas, corroborando com os apontamentos da última pesquisa de São Paulo; pois nesse estudo, também de natureza qualitativa, na amostra de 14 participantes, apenas 3 se reconheceram como brancas, enquanto as outras 11, pretas e pardas; escancarando nas narrativas a violação de direitos fundamentais em todas elas.

Nesta análise, verifiquei que as orientações sexuais não hegemônicas em SR são mais propensas ao alijamento moral em torno da negatividade sexual e, no caso das identidades de gênero, o reforço de enfrentamentos é direcionado principalmente às mudanças corporais que os colocam na condição de antinaturais, subalternos e, especificamente nas mulheres, soma-se ainda a negatividade sexual,

proveniente do trabalho sexual que esfacela ainda mais quaisquer possibilidades de acesso aos direitos básicos.

As dificuldades relacionadas ao trabalho, expressa em todas as falas, diz muito sobre o afastamento dessas pessoas da condição de iguais pelo cruzamento dos estigmas decorrentes do cruzamento da LGBTfobia e da SR, que converte no distanciamento da possibilidade de vivências de realização pessoal e reafirmação do lugar de cidadania, pois estando fora do mercado de trabalho, não é somente as condições de subsistência econômica que se esvaem, mas também o sentimento de equidade interna, haja visto que o fator afastamento do trabalho e o desemprego, aparece desde a trajetória na família como potencializador da fragilização de laços sociais e dissolução do sentimento de pertencimento. Ou seja, no mundo neoliberal, uma pessoa sem trabalho e que não possui a possibilidade de consumir, torna-se destituída de direitos.

Durante a minha permanência nos centros de convivência, pude perceber que os grupos ofertados eram pautados em paradigmas religiosos e que o modo como os atendimentos psicossociais aconteciam não eram alinhados às necessidades da população LGBT, acarretando o desabono das atividades propostas ou numa adesão forçada para que serviços básicos fossem concedidos, tais como alimentação, banho ou acesso à lavanderia para lavagem de suas roupas. Como é possível ter liberdade de expressar necessidades, se grande parte desses espaços, sob ordenamento religioso, costumam inibir a liberdade de expressão de qualquer pauta que trate de gênero e sexualidade, dado que o medo de represálias foi instalado nessa população?

Adianto que a falta de conhecimento das especificidades da população atendida impossibilita que as práticas ofertadas consigam potencializar habilidades e capacidades, dado que muitas vezes o atendimento é voltado exclusivamente para a mazela e não para a pessoa inserida nela.

É preciso refletir sobre a realidade, responsabilidade e qualidade dos serviços destinados à PSR, posto que a política confirma tratar-se de um grupo heterogêneo. Ignorar os marcadores que transitam pela vida dos LGBT pode ser, certamente, em conformidade com Teixeira-Filho (2017), uma forma de atuar sobre a produção de desigualdades.

Como estratégia adaptativa de sobrevivência e de ganhos secundários, como a inclusão em grupos, alguns gays em SR, por exemplo, tendem a copiar

comportamentos semelhantes aos dos heterossexuais e a se manterem em constante processo de vigilância para que não sejam reconhecidos como categoria inferior. O HIV apareceu retratado como pagamento ou resultado de uma suposta “escolha” errada de orientação sexual.

Os corpos T, femininos, são mais vulneráveis do que os masculinos, devido a moralização negativa de corpos transformados para o sexo e por isso, são corpos inadequados para relacionamentos afetivos no contexto da rua.

Ainda, a marginalização dos corpos T é arquitetada nos centros de convivência, através dos banheiros.

Essa rede de opressão tem dimensão processual que carece ser conhecida para que se possa atuar nessa realidade e não enquadrar violentamente pessoas dentro de uma lógica hierarquizada.

Conforme apontado em algumas pesquisas, as pessoas mais vulneráveis em SR costumam se aproximar daqueles que apresentam características iguais. Só esse tipo de solidariedade é insuficiente para dar conta das adversidades decorrentes da dominação e da submissão imposta por grupos hegemônicos.

Assim, se toda pesquisa de campo é destinada a conhecer a realidade e fenômenos articulados a ela, afirmo que os estudos queer e a interseccionalidade podem ser valiosos aparatos para auxiliar a compreender melhor as demandas da população LGBT em SR, através do conhecimento das causas da SR, programas e projetos que possam ser tanto preventivos quanto resolutivos, via políticas públicas fomentadas pelo conhecimento científico sobre a respeito do tema. Afinal, todo conhecimento produzido pela ciência só é útil se for possível a aplicação na vida real.

A interseccionalidade é interessante porque estuda a combinação de elementos que desembocam em situações específicas, que no caso da PSR aparecem confundidas e generalizadas a partir das necessidades materiais mais evidenciadas pelo grupo. Nesse sentido, o grupo LGBT em SR analisado exibiu a existência de causas, relações e conexões com aspectos variados que acarretaram na SR a partir da realidade pesquisada.

Ainda que a amostra seja pequena, do ponto de vista quantitativo, essa pesquisa corrobora com o apresentado no levantamento censitário de 2019, ao apontar que a grande maioria dos participantes é, em primeiro lugar, da região sudeste e, posteriormente, do Nordeste.

Embora seja um grupo, cada pessoa que é representada pela sigla em SR, tem dinamismo e complexidade próprios, que precisam de conhecimento detalhado. Por isso, deve-se abordar o caráter psicossocial para solucionar ou subverter os problemas identificados.

É perigoso ter espaços regidos por doutrinas religiosas, pois sabemos que a religião é operante para a produção de LGBTfobia pela demonização do sexo e do afeto ou dos corpos que subvertem a norma binária. Além de violar a laicidade estatal, é sabido que a religião enquanto dispositivo ideológico apontado por Foucault (2017), fomenta a exclusão, quando essencializa identidades e orientações sexuais.

Impossível não se envolver com o sofrimento apresentado nos relatos, pois em muitos momentos os significados atribuídos ao afastamento e rompimento de laços com a família de origem eram muito parecidos com os meus. Para isso, era importante me aproximar do sentido encontrado nessas experiências e ter uma escuta sensível ao que era abertamente explícito ou que que era oculto.

Não há como intervir na realidade sem conhecer a realidade, as causas, hábitos, costumes e comportamentos movidos por referenciais subjetivos.

Se a LGBTfobia está presente no próprio grupo, em alguns que sofrem os efeitos dela na rua, posso afirmar que isso é resultante dos discursos ideológicos, apropriados como verdadeiros e funcionais para patrocinar a exclusão social, produzidos e propagados dentro de contextos histórico-culturais específicos, reveladores do sentido impresso pelo mundo externo. Se os sentidos que produzem a LGBTfobia entre a própria PSR mantêm os mesmos padrões alimentados por grupos hegemônicos, a possibilidade de que se crie estratégias de enfrentamento para essas dificuldades diminui. Os sentidos são acionados individualmente pela memória, dado a sua produção em um contexto histórico, social e circunstancial que é produtor desses discursos.

As idades encontradas foram entre 21 e 59 anos. Deparei-me — enquanto os relatos aconteciam — com corpos marcados pela mutilação produzida pela violência de gênero, que sinalizavam não haver espaço para existirem no mundo.

Em algumas entrevistas, em especial com a participante Gília, o relato do covarde estupro corretivo gerou em mim muito desconforto emocional e, no dia dessa entrevista, saí totalmente desorganizado e ciente de que não teria condições de finalizar essa etapa da pesquisa. Fui afetado! Tranquei-me e chorei



copiosamente dentro do banheiro disponibilizado para a equipe técnica e, durante o restante do dia, permaneci à base de água pelo intenso enjoo estomacal, provocado pelo desequilíbrio emocional que me acometeu.

Definitivamente, se já não acreditava na tal neutralidade científica, tão difundida e valorizada pelo cientificismo ortodoxo, por indução do funcionamento desarmonioso dos meus órgãos e sentidos, fiquei convencido de que ainda não me deparei com nada que tenha sido capaz de me fazer indiferente ao sofrimento alheio.

Os ferimentos, a pobreza, o desespero da luta cotidiana pela sobrevivência e mesmo o desastroso cenário político não foram suficientes para desacreditar na projeção de um futuro melhor e a realização de sonhos.

Particularmente, pensar nas demandas relacionadas ao sofrimento mental da PSR/LGBT pela perspectiva dos Direitos Humanos<sup>22</sup> é de suma importância para a práxis da Psicologia. Se pensarmos na problemática, no contexto histórico de pouco mais de duas décadas, antes da criação da lei 10.216/2001 — que instituiu a Reforma Psiquiátrica, cujo objetivo principal era o de assegurar o acesso à cidadania e o resgate da humanidade retirada pela institucionalização — historicamente, pessoas concebidas desviantes, como é o caso da população em situação de rua, grupos LGBT, ou aqueles com transtornos mentais, segundo Amarante (2007) eram submetidos a propostas fictícias de tratamento. Ações desumanizantes como o uso de eletrochoque, uso abusivo de medicações, cirurgias, entre outras barbaridades que ocorriam diante da subtração absoluta de liberdade, já que o confinamento acontecia por longos períodos ou se dava de modo permanente, ocasionando impactos severos, resultantes da produção reiterada de estigmas e ainda, como descreve Goffman (2004), à modelação da subjetividade.

Certamente, as PSR/LGBT seriam um tipo de clientela assídua dos antigos hospitais psiquiátricos brasileiros, posto que estariam enquadrados naquilo que Oliveira, Carvalho e Jesus (2021) criticamente apresentaram em relação à

---

<sup>22</sup> Segundo Silva, et al. (2016, p. 203, apud Benevides (2007) a classificação dos direitos humanos é pensada pela seguinte perspectiva: “ a primeira se caracteriza pelas liberdades individuais ou os direitos civis e sociais; a segunda refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais, originados dos direitos ligados ao mundo do trabalho ou àqueles de caráter social e a terceira geração diz respeito aos direitos coletivos da humanidade, desta e de gerações futuras, aludindo ao meio ambiente, à paz, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico, à democracia, entre outros.

nomenclatura “grupos de risco”, ou seja, pessoas que tinham o senso de humanidade retirada em função do cruzamento de vários estigmas, confeccionados e negligenciados historicamente, que repercutem nas violações de direitos básicos, civis e políticos. Talvez, pelo enquadramento dado a condição de menos humanidade, o direito à justiça, vilipendiado pela institucionalização, não tenha sido pauta prioritária e, por isso, tenha demorado 12 anos para ser aprovado no Brasil e, com isso, a proposição de serviços substitutivos que permitissem a esses seres humanos o direito assegurado de acesso aos serviços de saúde mental na própria comunidade. Logo, a Reforma Psiquiátrica foi um movimento intencionado que veio para romper com esse paradigma vergonhoso, estigmatizante e violento que existiu durante muito tempo no Brasil.

Pela perspectiva das condições multicausais que desembocam o sofrimento mental dos (as) participantes da pesquisa, pelo olhar da interseccionalidade, a perspectiva de saúde mental que faz mais sentido de ser pensada é a proposta pelo relator especial das Nações Unidas, Dainius Pūras (2015). A noção de saúde mental, amparada na perspectiva dos Direitos Humanos,

[...] engloba um bom bem-estar emocional e social e relações saudáveis e pacíficas entre grupos e indivíduos, nas quais existe um vínculo mútuo de confiança, tolerância e respeito pela dignidade de cada um. Nesse sentido, a promoção da boa saúde mental deve ser uma prioridade transversal aplicável à agenda do desenvolvimento sustentável, pois interessa a muitos de seus elementos, como a proteção da dignidade e das pessoas para alcançar vidas saudáveis e economias fortes e inclusivas, promover sociedades seguras e pacíficas e instituições fortes e catalisar a solidariedade global para o desenvolvimento sustentável

Portanto, pensando pela perspectiva da interseccionalidade, não há como pensar em produção de saúde mental na PSR mantendo na invisibilidade as inúmeras condições de precariedade geradas pela desigualdade social no contexto brasileiro e que, de forma ampla, ainda tem recebido exclusividade do olhar biomédico.

Pela análise dos relatos, o uso de drogas ilícitas nessa população aparece diretamente associado aos estigmas sobrepostos que perpassaram essas trajetórias antes de irem e depois que foram para a rua. A droga usada na rua aparece como estratégia de sociabilidade para quem sofreu experimentações variadas de ruptura afetiva, sendo ainda um componente que vem associado ao trabalho sexual, ou

seja, é também usada como recurso para lidar com os estigmas gerados pela pobreza econômica e pelas adversidades cotidianas de quem é LGBT e vive na rua.

Com demandas muito frequentes, pessoas com questões relacionadas à dependência química têm sido alvo de diversas proposições extras de desmantelamento dos direitos conquistados com muita luta. Exemplo disso é o decreto 7961/2019, proposto no governo Bolsonaro, ao incentivar a abertura de comunidades terapêuticas e o tratamento desumanizado pautado na abstinência. Na visão de Costa, Maior e Silva (2020, p 85),

[...] o modelo preconizado nesse governo é de cunho repressivo ao promover severas violações aos Direitos Humanos dos sujeitos com transtornos mentais e usuários de substâncias psicoativas no Brasil, que carecem de uma política pública de qualidade. Logo, os projetos nesse campo estão sendo subsidiados com vistas à expansão lucrativa dos capitalistas, cujos interesses são voltados à uma ideologia conservadora punitivista, principalmente ao propagar uma cultura de violência institucional nos complexos hospitalares.

Além de denunciar toda invisibilidade, essa pesquisa suscita a necessidade de reflexões acadêmicas sobre as ausências de ações e a responsabilidade do Estado pela produção do abandono propagado historicamente em relação às PSR. Obviamente, todos os problemas apresentados aqui são urgentes e carecem de intervenção política e do olhar acadêmico, mas também, de outros olhares sobre os que se articulam com a criatividade do gênero, da sexualidade e da SR.

Devemos resgatar o lugar de humanidade que esse grupo tem perdido e, para isso, sugiro que as pesquisas com essa população não tratem como inexistentes, particularidades impressionantes, como é notado nos muitos estudos, que focam especificamente nos estigmas, priorizando sempre a condição de mazela e não o ser humano desejante, afetivo, singular etc.; enfim, aquele (a) que está inserido (a) nela. Sobretudo nos estudos que envolvem a saúde mental, pois o resgate da cidadania só é possível nesse campo se perpassar pelo acesso efetivo dos princípios que regem o funcionamento do SUS: integralidade, universalidade e equidade.

Outra recomendação é que os núcleos de convivência ofereçam espaços abertos para comunicação dialógica; necessários para efetivar a humanização dos atendimentos destinados a esse grupo. Essa interatividade dilui relações de poder, contribuindo para o surgimento de outras, mais democráticas e horizontais; sem que

as demandas das pessoas que lá estão passem por julgamento moral ou, ainda, pela imposição de qualquer tipo de ordenamento autoritário.

No que diz respeito ao atendimento psicossocial ofertado pelos profissionais da psicologia, uma escuta qualificada e acolhedora. Ela produz efeito terapêutico, de alívio; uma vez que foram levadas em consideração as singularidades de cada indivíduo. Aguça a reiteração da autonomia, que deve ser buscada no universo de representações produzido no contexto social e cultural no qual cada participante está inserido(a).

É necessário quebrar paradigmas antigos, como o da formação em Psicologia que ainda apresenta em suas bases fundantes o predomínio da cultura pautada no fazer analista clínico, do profissional detentor do poder e do conhecimento científico, que não se interessa e nem dialoga com os saberes das populações historicamente patologizadas e marginalizadas.

Portanto, pensar o sofrimento mental pela perspectiva da interseccionalidade, revelou-se como ferramenta analítica interessante para compreensão dos impactos desproporcionais que dificultam o pleno exercício da cidadania; tanto pelas alterações na arquitetura urbana, que visam higienizar os espaços onde essa população costuma permanecer, quanto pelos efeitos produzidos pelas micropolíticas cotidianas que afastam essa população do gozo efetivo dos direitos humanos ao essencializar particularidades em relação à orientação sexual e gênero. As demandas e dificuldades apresentadas na esfera das sociabilidades e da vida física e simbólica em si, têm revelado que “estar em uma metrópole como São Paulo não é garantia de um *status* de equidade no que se refere às identidades de gênero e às orientações sexuais; suas assimetrias, relações de poder e formas de discriminação são apenas reconfiguradas.” (THEODORO; COGO, 2019, p.67).

Neste cenário, é importante citar que um dos equipamentos mais importantes para o atendimento as demandas de saúde, é o trabalho realizado pelos Consultórios na Rua, fortemente voltados para o resgate da cidadania, principalmente, no que diz respeito ao cuidado em saúde mental, através da adoção de estratégias como a Redução de Danos (RD), voltadas para a população que faz uso de álcool e outras drogas, demanda muito encontrada no grupo das pessoas entrevistadas.

Se pensarmos pela perspectiva dos relatos dos participantes que apresentavam trajetórias de envolvimento com drogas, fica evidente ser este um

reflexo direto dos impactos decorrentes da violação de direitos, que de forma muito expressiva aparece associado ao desvio moral ou a conotações pejorativas, como a delinquência.

Conforme sinalizado, os projetos pessoais e sua concretização apresentam-se diretamente alinhados à necessidade de assegurar o acesso aos direitos humanos.

A partir de tudo que já li e estudei em psicologia, penso que, ainda que seja muito doloroso, acessar a realidade como ela é consiste na única forma de produzir estratégias de combate a tudo que nos desumaniza. Portanto, não deveria ser um assinalamento a ser feito. Diante de tantas expressões de descaso social e político, venho lembrar que nem toda pessoa LGBT em SR é usuária de drogas, fede ou é alienada politicamente e, embora a maioria não esteja em SR porque quer, existem aquelas que nela preferem estar. Sendo um grupo heterogêneo, as ações adotadas para sobrevivência não são as mesmas. Nem todos os LGBT mostraram sentimento crônico de vergonha, autoestima rebaixada ou uma relação de indiferença com a vida e com o futuro.

Apondo como alternativa diante da situação exposta, programas de qualificação e formação multiprofissional que abarquem conjuntos diversos de conteúdos sobre gênero, orientação sexual e assuntos entrelaçados com LGBTfobia e os aspectos subjetivos à violação de direitos humanos como efeitos produzidos a partir dela. Vale ressaltar que mesmo em condições insuficientes, atualmente os profissionais que trabalham nesses espaços oferecem o melhor que podem; fazem tudo o que está ao seu alcance.

Nesta sugestão, acrescento que a reflexão e a produção de conhecimentos sobre essa realidade ocorram através da participação popular ativa, partilha dos valores e dos conhecimentos produzidos no contexto dos usuários (as) do SUS e SUAS. É preciso que essa ordem hierárquica do conhecimento científico seja subvertida e retirada do lugar de quem se habituou a ser treinado a “fazer para” e assim, para outros modos de relações baseadas no “fazer com”.

Diante desta última sinalização, aponto que os processos formativos e de capacitação de trabalhadores dos núcleos de convivência dialoguem com as reflexões trazidas pelo educador brasileiro Paulo Freire (1980), que dentro de suas premissas preconiza a necessidade de que as mudanças sociais perpassem pelo protagonismo de populações marginalizadas e oprimidas socialmente, como é o

caso dos LGBT em SR no Brasil. Para isso, a autonomia dos indivíduos deve interagir de forma alinhada com o coletivo, via reciprocidade relacional, aspecto importante para suscitar a ruptura com a formação acadêmica, ainda tão conservadora nas ciências humanas, sociais e da saúde; sobretudo no processo formativo de psicólogos (as), que ainda têm se apresentado em muitas instituições de ensino superior, sob o enfoque conservador de uma psicologia de enfoque clínico, fortemente pautado no modelo biomédico tradicional, que tem reverberado no âmbito do atendimento psicossocial em compreensões fragmentadas da dinâmica individual e reducionismos taxativos em torno daquilo que supostamente é patológico, por não corresponder aos critérios de objetividade, apresentados nos manuais e diagnósticos que servem para tal finalidade.

Assevero que isso facilita e contribui para estigmatizar. Como resultado disso, violar os direitos dessa população que dentro da dinâmica estrutural de sociedade rompe de formas diversas com os modelos socialmente valorizados que costumam ser classificados como normais ou humanos, pondo de lado os dinamismos da PSR/ LGBT.

A formação em Psicologia precisa dispor de disciplinas que tratem da interseccionalidade, visto que demandas psicossociais — como as apresentadas pela população em questão — são de complexidade significativa e carecem de passar pelo olhar de profissionais que tenham competência para atuar em prol da emancipação destas. Para isso, o processo de formação acadêmica precisa ser politizado, ético e ter um olhar às demandas que são produtos da historicidade. Ao invés de práticas higienistas, é necessário legitimar a esse público o direito de serem respeitados e de terem a dignidade que todo cidadão brasileiro necessita para viver livremente e tomar suas próprias decisões.

Para além das situações deprimentes encontradas, tive a possibilidade de sorrir e aprender lições valiosas de como lidar com situações de frustração. Essas pessoas saem da esfera íntima para viverem a intimidade num espaço que é coletivo e assim construir elos de pertencimento.

Outro ponto que comprova essa afirmação é que, além da existência de históricos pessoais atravessados pela violência física e psicológica, a violação dos direitos de vidas trans ao ter relação com a submissão a hierarquia binária, estimula o afastamento do mercado de trabalho, entendido na perspectiva de Bendassolli

(2009) como elemento fundamental, não apenas para a satisfação de necessidades básicas, como também de evolução humana.

Dentro dessa perspectiva, a ausência de pesquisas sobre dissidências de gênero e sexualidade dificulta a compreensão das causas e, por conseguinte, inviabiliza a produção de práticas e organizações dos serviços destinados a essa população que consigam subverter as condições tão precárias e desumanas presentes no cotidiano dessas pessoas.

Por fim, apresento algumas falas dos participantes, sobre seus sonhos e projetos para o futuro:

**Ayrton:** O que eu pretendo alcançar? É a minha independência financeira, ter um trabalho, terminar os meus estudos... parei na oitava série, ensino fundamental incompleto... cuidar mais da minha saúde, porque precisa. Mas uma coisa de cada vez, né? Conseguindo metas... conseguindo metas, aos poucos, para chegar a esse objetivo.

**Maria:** Meu sonho é voltar para a minha casa. Meu maior sonho é voltar para minha casa, para perto da minha mãe. Pretendo voltar para minha cidade, voltar a estudar de novo, procurar um emprego digno e viver minha vida perto da minha mãe, do lado da pessoa que me criou.

**Ilídio:** arrumar um emprego, ter uma vida fixa, não ficar vagando por aí, igual um parasita. Arrumar um *trampo*, arrumar uma casa, um quarto, trabalhar, ir de casa para o trabalho e do trabalho para casa... e é isso. Para o futuro? Saúde, né? Claro! E estudar... voltar a estudar. Voltei a estudar ano passado; eu terminei o Ensino Médio ano passado. Fiz o curso e terminei o curso, fiz curso de cozinha, tem vários cursos... Agora, de hospedagem de hotel, porque aqui mesmo no albergue estou aproveitando as oportunidades que estão me dando; já estão querendo me colocar em outro curso no SENAC e eu vou agarrar oportunidade. Estou até pensando em enfermagem, fazer enfermagem... em fazer curso de enfermagem.

**Gília:** Meu sonho é ter minha casa, a minha liberdade, ter minha vida de volta, ter minhas coisas... o meu sonho é esse. Ah... eu queria um milagre, né? Na minha vida, sei lá, não sei explicar... O que eu queria que me acontecesse, é ter meu canto, né?

**Ângelo:** O meu sonho, assim, *cara*... são vários. Mas a gente tem que ir por etapas. Eu pretendo encontrar um bom emprego, depois ter a minha casa, o meu quarto, o que seja. Um dos meus maiores sonhos mesmo é montar uma confecção para mim.

**Douglas:** Ah, eu quero fazer mais cursos na área de barbearia, que é a que eu amo fazer mesmo, de coração. E me especializar mais e mais para *mim* sair dessa vida, porque eu tenho certeza *que* eu vou conseguir vencer com meu trabalho, e não tirando nada de ninguém... honestamente, entendeu? Com Deus do meu lado eu vou vencer as barreiras.

**Wilson:** Meu grande sonho é Deus abriu as portas, é me dar muito dinheiro, é eu ter o meu cantinho, poder ajudar o próximo, também. É isso. Eu não sonho muito alto, não.

**Silvia:** Redesignação sexual e ter sucesso na minha profissão. Eu acho que eu alcançar o significado total da palavra felicidade. Como São Paulo é uma cidade muito grande e *também* aberta para muitas coisas, eu pretendo estar, lá na frente, trabalhando na minha profissão da maneira que eu realmente me sinto bem. Sem ter nenhuma rejeição devido à aparência feminina ou qualquer coisa do gênero.

**Ronny:** O meu sonho é assim... no momento, arrumar um serviço, que hoje em dia o serviço está difícil para caramba. Arrumar um serviço registrado não é bico, não. Sei lá, alugar uma casa para mim e viver minha vida.

**Manoel:** Ter minha casinha, meu emprego, me estabilizar, só esse que é meu objetivo, estar aqui em São Paulo... é isso. Ter um emprego que eu consiga a minha casinha, montar uma família também, ter um parceiro para fazer companhia também... porque a gente sente falta. Sozinho a gente não vai viver, né?

**Luiz:** Meu sonho... voltar a ser o que eu era, impossível! Mas dar uns dois, três passos à frente, dar uma estabilizada na minha vida a ponto de ter meu cantinho; nem que seja um quarto do tamanho dessa sala aqui, está ótimo!

**Vanessa:** Ter minha independência como eu tinha e voltar a ser Ela.

**Benedito:** O meu sonho hoje é resgatar o meu benefício, ter meu benefício de volta ou se não arrumar meu emprego, né? E ter minha casinha e tocar minha vida para frente.

**Wanderley:** Construir família e atingir minha independência financeira.

Todas as aspirações dos participantes vão ao encontro dos direitos humanos. Sem um olhar que valorize essas vozes e seus clamores, os sonhos desses seres humanos estarão longe de ser realizados. É fundamental que a Psicologia se aproxime das necessidades desses indivíduos que, mesmo passando por situações inenarráveis; aviltamentos que ferem e matam (que arrancam pedaços e o pouco de dignidade que lhes resta), eles ainda esperam. Continuam a ter fé no futuro.

Estão ansiosos pelo devir.



## 7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Ilona Alex. No safe place to go-LGBTQ youth homelessness in Canada: Reviewing the literature. **Canadian Journal of Family and Youth/Le Journal Canadien de Famille et de la Jeunesse**, v. 4, n. 1, p. 29-51, 2012.
- ABREU, Deivid de; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Atenção à saúde da população em situação de rua: um desafio para o consultório na rua e para o sistema único de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 2, p. 1-3, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, n. 5, p. 9-16, 2005.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria "consciência". **Cadernos de Pesquisa**, p. 125-142, 2000.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- ALANO, Natassia D'Agostin. A biopolítica e o espaço: considerações sobre o Centro de Florianópolis. **Revista Rua**, v. 25, n. 2, p. 441-467, 2019.
- ALMEIDA, José Miguel Caldas de. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00129519, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2008.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. SciELO - Editora FIOCRUZ, 2007.
- ARAÚJO, Rogério da Costa. O Processo de Inserção em Psicologia Comunitária: Ultrapassando o nível dos papéis. In: ROCHA, Israel; CRUZ BOMFIN, Z. **Os Jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: UFC/ABRAPSO, 1999. p. 79-96.
- BARBOSA, José Carlos Gomes. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados**. Orientador: Luciana de Barros Jaccoud/ Marco Antônio Carvalho Natalino. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2018.
- BARROS, Raquel; LISBOA, Cristina Antunes. Vulnerabilidade, modelos de intervenção e busca de potencialidades. In: GARCIA, Marcos Roberto Vieira; FRANCO, Yoko Oshima (Org.). **Usuários de drogas: da invisibilidade ao acolhimento**. Sorocaba: Eduniso, 2013. p. 127 -141.
- BARROW, Steven K. **From Discarded Jigsaw Pieces to a Mismatched Mosaic: Queer Homeless Youth in Canada and the United States**. 2017
- BENDASSOLLI, Pedro F. **Psicologia e trabalho: apropriações e significados**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder**: Quem pode habitar o estado-nação? **Cadernos Pagu**, 2018.

BIAZUS, Camila Baldicera.; PETRI, Verli. Aproximações e contradições: movimentos entre ideologia e inconsciente. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, v. 6, p. 1-8, 2013.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. O conhecimento coletivo do cotidiano da cidade de Fortaleza. In: ROCHA, Israel; CRUZ BOMFIN, Z. **Os Jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: UFC/ABRAPSO, 1999. p. 191-200.

BORILLO, Daniel. Uma perspectiva crítica do Direito, do gênero e das sexualidades no mundo latino. In: SEFFNER, F.; RIOS, R.R. (Org.). **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2018. p. 119-134.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRAGA, Iara Falleiros *et al.* Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1220-1227, 2018.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar *et al.* Transitando por direitos: concepções de travestis do interior de São Paulo acerca de Direitos Humanos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 335-356, 2016.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**, 2. ed. rev., Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa**: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Brasília: SDH, 2013. Disponível em: [http://sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/publicacao\\_dialogos\\_sobre\\_a\\_populacao\\_em\\_situacao\\_de\\_rua\\_no\\_brasil\\_e\\_na\\_europa.pdf](http://sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/publicacao_dialogos_sobre_a_populacao_em_situacao_de_rua_no_brasil_e_na_europa.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009: **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em 10 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar-Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua, Brasília (DF), 2009. Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Secretaria de Justiça e Cidadania. **O racismo sutil por trás das palavras**. Distrito Federal, 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 672/2019**. Senador Weverton Rocha. 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7916960&ts=1567535186302&disposition=inline>. Acesso em 03 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília (DF), 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Brasília(DF), 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm). Acesso em: 20 janeiro 2021.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 09 jul. 2021.

BROIDE, Emília Estivalet; BROIDE, Jorge. Pesquisa participativa “construção de políticas públicas a partir de um novo olhar sobre a vida nas ruas na cidade de São Paulo”. In: BROIDE, Emília Estivalet; BROIDE, Jorge; SCHOR, Silvia Maria. (Org). **População de Rua - Pesquisa Social Participativa - Censo, Perfil Demográfico e Condições de Vida na Cidade de São Paulo**. Curitiba: Juruá, v. 1, 2018, p. 25-102.

BUTLER, Judith. **Corpos Que Importam: os limites discursivos do sexo**. n-1 Edições, 2019a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Autêntica Business, 2019b.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

CAMPOS, Dalvan Antônio de. **Os efeitos das relações de gênero nas trajetórias dos moradores de rua do município de Florianópolis (SC)**. 2016. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CAMPOS, Dalvan Antônio de; CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde debate**, v. 43, n.

especial 8, p. 79-90, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042019001300079&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042019001300079&script=sci_arttext). Acesso em: 14 dez. 2020.

CAMPOS, Dalvan Antônio de; MORETTI-PIRES, Otávio. *Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC)*, 2016. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1-16, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245995>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CAMPOS, Jéssica Lisboa; ALVES, Jéssica Luana da Silva. A invisibilidade da saúde da população LGBT: uma reflexão acerca da homofobia presente nos espaços institucionais de saúde. [**Anais da VII Jornada Internacional Políticas Públicas**] – São Luís, 2015.

CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; CAMPOS, Dalvan Antônio de. Gênero, sexualidade e saúde: mapeamento das exclusões de pessoas LGBT em Situação de Rua frente nos serviços de saúde no Município de Florianópolis, SC. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 54255-54266, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14339/11935>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CARVALHO, Claudio Oliveira de; MACEDO JUNIOR, Gilson Santiago. Ainda vão me matar numa rua: direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 143-164, maio/agosto, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18759/rdgf.v20i2.1018>. Acesso em 23 jul. 2020.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual**: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa, 2007.

CASTAÑEDA, Marina. **O Machismo Invisível**. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo, A Girafa Editora. 2006.

CASTILHO, Bruno de; Medinilla; BORGES, Paulo César Corrêa. Entre a criminalização da LGBTfobia e a responsabilização não-criminal. **Revista Vertentes Do Direito**, v. 8, n. 1, p. 410-445, 2021.

CEFAÏ, Daniel. **Provações corporais**: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Lua Nova*, v. 79, p. 71-110, 2010.

CLOT, Yves. A interfuncionalidade dos afetos, das emoções e dos sentimentos: o poder de ser afetado e o poder de ser afetado e o poder de agir. In: BANKS-LEITE, Luci; SMOLKA, Ana Luiza B.; ANJOS, Daniela Dias dos. **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**: interlocuções com a clínica da atividade. Campinas: Mercado de Letras, 2016. p. 87-95.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, agosto de 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

COELHO, Gilson Gomes; BARROS, João Henrique Oliveira. A homofobia familiar disfarçada de cuidado. **Perspectivas em Diálogo**: revista de educação e sociedade, v. 8, n. 17, p. 449-463, 2021.

COSTA, A. C. S.; PASCOAL, B. T. M.; SALGADO, F. M. M.; GARCIA, M. R. V. ; PAIVA, V. S. F. (2010) Trajetória de vida e sociabilidade entre a população LGBT em situação de rua de São Paulo. **[Anais do I Seminário Violar]**. Campinas: UNICAMP.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015.

COSTA, Rosiane Oliveira da; MAIOR, Nívea Maria Santos Souto da; SILVA, Alessandra Ximenes. A inflexão dos Direitos Humanos na Política de Saúde Mental. **Argumentum**, v. 12, n. 2, p. 75-90, 2020.

CRAY, Andrew; MILLER, Katie; DURSO, Laura E. **Seeking Shelter**: The Experiences and Unmet Needs of LGBT Homeless Youth, Center for American Progress, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, 171 – 189, 2002.

CROSSLEY, Shannon. Come out come out wherever you are: A content analysis of homeless transgender youth in social service literature. **PSU McNair Scholars Online Journal**, v. 9, n. 1, p. 4, 2015.

CUNNINGHAM, Mary; PERGAMIT, Michael; ASTONE, Nan; LUNA, Jessica. **Homeless LGBTQ youth**. Washington, DC: Urban Institute, 2014. pp. 1-4.

DE DERECHOS HUMANOS, Consejo. Promoción y protección de todos los derechos humanos, civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, incluido el derecho al desarrollo. **Informe del Relator Especial sobre el derecho de toda más alto nivel posible de salud física y mental, Dainius Pūras (A/HRC/29/33)**: 2014. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/HRC/29/33>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DELFIN, Lucas; ALMEIDA, Lara Aparecida Machado de; IMBRIZI, Jaqueline Maria. A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100226&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100226&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 dez. 2020.

DIAS, André Luiz Freitas, *et al...* À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 214-233, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202015000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200005). Acesso em: 06 dez. 2020.

ERNICA, Mauricio. Prescrição e desenvolvimento em situação de trabalho. In: BANKS-LEITE, Luci; SMOLKA, Ana Luiza B.; ANJOS, Daniela Dias dos. **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**: interlocuções com a clínica da atividade. Campinas: Mercado de Letras, 2016. p. 49-57.

ESTANISLAU, Maria Aparecida; XIMENES, Verônica Moraes. Vivências de humilhação e vergonha. In: XIMENES, Verônica Moraes; NEPOMUCENO, Barbara Barbosa; CIDADE, Elívia Camurça; MOURA JUNIOR, James Ferreira. (Org).

**Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, v. 1, 2016, p. 121-146.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAVERO, Sofia Ricardo. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2019. p.169-197.

FERNANDES, Cássio Péres *et al.* **Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!** Cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus - AM., 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias.** 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Guilherme Gomes. A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. *et al.* **Transfeminismo: teorias e práticas.** Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014, p.107-124.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cadernos Metrópole**. v. 21 n. 46, p. 975-1003, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4613>. Acesso em: 23 jul. 2020.

FORGE, Nicholas; REAM, Geoffrey L. **Homeless lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) youth in New York City: Insights from the field.** New York: Georgia State University, 2014. pp. 7-17.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 45280-1-PB.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.

FRANGELLA, Simone Miziara. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos Metrópole**, n. 13, p. 199-228, 2005.

FRANGELLA, Simone.; RUI, Taniele. Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. Política e trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, v. n. 47, p. 23-38, 2017.

FRASER, Brodie *et al.*. *LGBTIQ+ homelessness: A review of the literature*. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 15, p. 2677, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Trançando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)**. 2016. 371 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FROTA, Henrique Botelho. O Direito à Cidade (ainda) é hétero e cis. In: SANTOS, P. S. S. *et al.*. (org.). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. *A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade*. **Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual**. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 14, p. 106-11.

GARCEZ GHIRARDI, Maria Isabel *et al.*. *Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores*. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, p. 601-610, 2005.

GARCIA, M. R. V. (2013). *Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS*. **Temas em Psicologia**, 21 (3), 1005-1019. doi: 10.9788/TP2013.3-EE13PT.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira *et al.*. “Vida loka”: estilo de vida e vulnerabilidade à violência e ao abuso de drogas entre jovens LGBT em situação de rua. **[Anais do X Encontro Regional da ABRAPSO]** – São Paulo, 2012.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. *Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS*. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.3-EE17PT>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; FRANCO, Yoko Oshima (Org.). **Usuários de drogas: da invisibilidade ao acolhimento**. Sorocaba: Eduniso, 2013. p. 127 -141.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, Emerson André de; DOS SANTOS, Maycon Regis Nogueira dos. *Família e escola: a construção da homofobia no Brasil*. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-62, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93 p. 69-82, jan./jun. 1988.

GRANGEIRO, Alexandre *et al.*. Prevalência e vulnerabilidade à infecção pelo HIV de moradores de rua em São Paulo, SP. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, p. 674-684, 2012.

GREEN, James Naylor. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. Unesp, 2005.

GREGOLIN, Maria Do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. ALFA: **Revista de Linguística**, 1995.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. **Estigma e diversidade sexual nos discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT**. 2018. 148 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

HAMADA, Rafael Kenji Fonseca *et al.*. População em situação de rua: a questão da marginalização social e o papel do estado na garantia dos direitos humanos e do acesso aos serviços de saúde no Brasil. **Revista de APS**, v. 21, n. 3, 2018.

HOOKS, Bell. (trad. Marcelo Brandão Cipolla) **Ensinado a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 1.ed. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2013.

HYATT, Shahera. **Struggling to survive: Lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer/questioning homeless youth on the streets of California**. CA Homeless Youth Project, CA Research Bureau, CA State Library, New America Media, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – **Perfil dos municípios brasileiros**. 2020 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 23 jul. 2021.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 2, 2021. p. 566-583.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **Rebeh-Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura**, v. 1, n. 01, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, p. 42, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2011.



LEITE, Bruno Rodrigues. **A população em situação de rua e o mandado de segurança**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2017. 222 p.

LEITE, Nina. **Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.

LEOPOLDO, Rafael. **Teoria queer e micropolítica: questões para o ensino médio**. n. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

LI, Janny S.; URADA, Lianne A. Cycle of perpetual vulnerability for women facing homelessness near an urban library in a major US metropolitan area. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 16, 2020.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidade: políticas de subjetivação; textos reunidos**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

LIMA, N. P. M. **Movimento nacional da população em situação de rua do RN: formação política**. 2018. 198 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

LIMA, S. T. *et al.*. **RuAção: das epistemologias da rua à política da rua**. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACERATA, Ianã Machado. **Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua**. 2015. 293 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MACHADO, M. D. G. G. (2016). **Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência**. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás). Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6264>

MACHADO, Ricardo William Guimarães. **População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão**. Rev EDUC, v. 1, n. 3, p. 57-67, 2015

MARLEY, Luanna. A cidade para Katianes e Dandaras: retratos da LGBTFOBIA no cenário brasileiro. In: SANTOS, P. S. S. *et al.* (org.). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade. **Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual**. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 4, p. 34-43.

MATOS, Odilon Nogueira de. *A cidade de São Paulo no século XIX*. **Revista de História**, v. 10, n. 21/22, p. 89-125, 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v10i21-22p89-125>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MATTHEWS, Peter; POYNER, Christopher; KJELLGREN, Richard. Lesbian, gay, bisexual, transgender and queer experiences of homelessness and identity: insecurity and home (o) normativity. **International Journal of Housing Policy**, v. 19, n. 2, p. 232-253, 2019.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovari. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo**. Periodicus, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181/11338>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, p. 47-58, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1, 2018. 80p.

MCNAIR, Ruth *et al.* **LGBTQ homelessness: risks, resilience, and access to services** in: Victoria. 2017. Disponível em: <http://www.lgbtihomeless.com/>

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBT fóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1728>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MEDEIROS, Lis Paiva de; AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; NOBRE, Maria Teresa. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100007). Acesso em: 23 jul. 2020.

MENDES, Kíssila Teixeira; RONZANI, Telmo Mota; PAIVA, Fernando Santana de. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.

MENDES, Lindalva Guimarães; JORGE, Alzira Oliveira; PILECCO, Flávia Bulegon. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). **Saúde debate**, v. 43, n. especial 8, p. 107-119, 2019. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042019001300107](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300107). Acesso em: 14 dez. 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MORTON, M. H. *et al.*. Missed Opportunities: LGBTQ Youth Homelessness in America. **Chapin Hall at the University of Chicago**, 2018.

NAKAGAWA, Carolina Teixeira. **Vulnerabilidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil**: mitos e especificidades. XXI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 8-11, 2016. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2016/producao\\_cientifica/Chile/Vulnerabilidade\\_da\\_pop\\_rua.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2016/producao_cientifica/Chile/Vulnerabilidade_da_pop_rua.pdf). Acesso em: 17 jan.2018.

NASCIMENTO, José Ulisses do; MÁXIMO, Thaís Augusta de Oliveira. Análise do trabalho junto à população em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Ipea, 2016. p. 36. (Texto para Discussão, n. 2246).

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**, 2020. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7289>

NAVARRO - SWAIN, Tânia. Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação (UNB). In: **A construção dos corpos – Perspectivas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007. Disponível em: [http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos\\_construidos.pdf](http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos_construidos.pdf)

NEVES, Delma Pessanha. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, n. 30/31, p. 111-134, 1999.

NOBRE, Maria Teresa *et al.*. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade.; SOUSA, Patrícia Cristina Santana de. *Para ficar em casa é preciso ter casa*: desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 97-112. Rio de Janeiro, jul./out., 2020.

Jaqueline OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; DE CARVALHO, Henrique Rabello; JESUS, Gomes de. **LGBTQI+ em tempos de pandemia da Covid-19**, v.12 n1 jan./jul., 2020. Disponível em: <http://diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/313/0>

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Orgs.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Salvador: Editora

Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

OLIVEIRA, Roberta Gondim. Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 37-50, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Livro de recursos da OMS sobre saúde mental, direitos humanos e legislação**: cuidar, sim - excluir, não. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P.. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, p. 150-168, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Pontes, 2007...ta 2013 p. 2123, 2126; 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/2131522244/Downloads/23367->

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

PAGE, Michelle. *Forgotten Youth: Homeless LGBT Youth of Color and the Runaway and Homeless Youth Act*. **Northwestern journal of law and social policy**, v. 12, 2017.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs no Brasil**: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PEREIRA, Eliane Regina, *et al.*. Formação e transformação de modos de existir. In: TOASSA, Gisele; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; RODRIGUES; Divino de Jesus da Silva (Org). **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social**: do pensamento à práxis. [Ebook]. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p.268-285.

PEREIRA, Lídia Noronha.; SILVA, Telma Domingues da. Sentidos (tra)vestidos: a individuação e a constituição do sujeito travesti pelo Estado. **Revista Rua**, v. 21, n. 2, p. 321-339, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642474>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PEREIRA, Willian Jefferson. **Arenas discursivas em torno da LGBTfobia**: jogos de verdade nos jornais do Amazonas e no Parlamento Nacional. 2014. 148 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2014.

PERES, Wiliam. Psicologia e políticas queer. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando S.; PERES, Wiliam; SOUZA, Leonardo L.; RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea**. Cuiabá: Edufmt, 2013, p. 75-87.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens *lésbicas e gays*. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 67-76, 2014.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30905>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PINO, Angel. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. **Cadernos Cedes**, v. 24, p. 32-43, 1991.

PINTO, Régia Maria Prado. Entre ruas, praças e calçadas: a face feminina da população em situação de rua em Maracanaú/CE. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 8, n. 1, p. 71-86, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/4515/3432>. Acesso em: 23 jul. 2020.

POCAHY, Fernando. “Pesquisa-aquendação”: derivas de uma epistemologia libertina. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira; SOUZA, Leonardo Lemos; RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea**. Cuiabá: Edufmt, 2013, p. 213-234.

PRADOS, Nathália Carneiro da Cunha; BRANDÃO, Brune Coelho; PERUCCHI, Juliana. Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 5, 2019.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

QUALITEST INTELIGÊNCIA EM PESQUISA. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**: caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo: Qualitest, 2019.

RAMOS, Marcelo Maciel; BRENER, Paula Rocha Gouvêa; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **Gênero, sexualidade e direito**: uma introdução. Initia Via Editora, 2016.

REZENDE, Maria Aparecida. Existem indígenas nos espaços da rua? O (in)visível da invisibilidade. In: GUIMARÃES, S. T. L. *et al.* (Org.) **RuAção**: das epistemologias da rua à política da rua [Internet]. Cuiabá: EdUFMT, Editora Sustentável, 2014. p.233-252.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIOS, Roger Roupp. Direitos sexuais: orientação sexual e identidade de gênero no direito brasileiro. In: DESLANDES, K. (Org.). **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 133-171.

ROBINSON, Brandon Andrew. Child welfare systems and LGBTQ youth homelessness: Gender segregation, instability, and intersectionality. **Child Welfare**, v. 96, n. 2, p. 29-45, 2018.

ROBINSON, Brandon Andrew. Conditional families and lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer youth homelessness: Gender, sexuality, family instability, and rejection. **Journal of Marriage and Family**, v. 80, n. 2, p. 383-396, 2018.

RODRIGUES, Helmir Oliveira. Corpos, cidades e movimento. **Clínica & Cultura**, v. 3, n. 2, p. 3-17, jul/dez, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/3420>. Acesso em: 23 jul. 2020.

RODRIGUES, Lidia Valesca Bonfim Pimentel. Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 8, n. 20, p. 88-99, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1054>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ROMERO, Adam P.; GOLDBERG, Shoshana K.; VASQUEZ, Luis A. **LGBT people and housing affordability, discrimination, and Homelessness**, 2020.

RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea.** Cuiabá: Edufmt, 2013, p. 235-251

RONDINI, Carina Alexandra.; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva.; TOLEDO, Livia Gonsalves. Educação Sexual nas escolas: um desafio ao educador e à educação brasileira. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando S.; PERES, William; SOUZA, Leonardo L., cidade, editora, 2013, páginas

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 275-285, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832015000200275&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832015000200275&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 23 jul. 2020.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ROSOSTOLATO, Breno. Sexualidade e violência: as facetas da banalidade do mal. In: CANOSA, Ana Cristina; ZACHARIAS, Ronaldo; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira.

**Sexualidades e violências:** um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade. São Paulo: Ideias & Letras, 2019. p. 29-XX.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu, 2017.

RUIZ, Jéssica. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade. In: SANTOS, P. S. S. *et al.* (org.). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. **A libertação sexual de mulheres que amam mulheres:** um ensaio sobre o direito feminino à cidade. Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 3, p. 25-31.

SALGADO, Fernanda Maria Munhoz. **Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo.** 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SANTA MARIA, Diane M. *et al.* Gaps in sexual assault health care among homeless young adults. **American journal of preventive medicine**, v. 58, n. 2, p. 191-198, 2020.

SANTOS, Daniel Kerry dos; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Cartografias do Armário: estratégias do desejo em uma cidade do interior paulista. **Bagoas-Estudos gays:** gêneros e sexualidades, p. 177-210, 2014.

SANTOS, JESSIE FERREIRA. O público lgbt em situação de rua e seus direitos na cidade de belo horizonte. **[Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social]**, v. 16, n. 1, 2018.

SANTOS, Juliano Batista dos.; ABONIZIO, Juliana. Pessoas em situação de rua: uma análise do retrato censitário em Cuiabá no ano de 2017. **Revista Direitos, trabalho e política social**, v. 5, n. 8, p. 78-99, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8886>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SÃO PAULO (município). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo:** Sumário Executivo, 2015. Recuperado em 10 abril, 2018 de [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00publicacao\\_de\\_editais/0005.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00publicacao_de_editais/0005.pdf).

SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. (2015). **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua.** Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo. Recuperado em 31 agosto, 2016, de [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20)

SARMENTO, Isabella Viegas Moraes. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SAWAIA, Bader Burihan.; SILVA, Daniele, Nunes Henrique. A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. TOASSA, G.; SOUZA, TMC; RODRIGUES, D. de J. da S. **Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdade Social: do pensamento à práxis**, v. 1, p. 20-42, 2019.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In. SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

SCHOR, Silvia Maria; CAMPOS, Ana Maria Gambier; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; CARVALHO, Michiko Shiroma de; ARTES; Rinaldo. Censo, perfil demográfico e condições de vida da população em situação de rua na cidade de São Paulo, 2015. In: BROIDE, E.E.; BROIDE, J.; SCHOR, S. M. (Org). **População de Rua - Pesquisa Social Participativa - Censo, Perfil Demográfico e Condições de Vida na Cidade de São Paulo**. 1 ed. Curitiba: Juruá, v. 1, 2018, p. 105-230.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012.160f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo, 2012.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: *uma experiência em busca de reconhecimento*. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**. Brasília: SDH, 2013. Disponível em:

[http://sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/publicacao\\_dialogos\\_sobre\\_a\\_populacao\\_em\\_situacao\\_de\\_rua\\_no\\_brasil\\_e\\_na\\_europa.pdf](http://sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/publicacao_dialogos_sobre_a_populacao_em_situacao_de_rua_no_brasil_e_na_europa.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, p. 19-54, 2007.

SEFFNER, Fernando; RIOS, Roger Raupp (org.). **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2018. p. 25-42.

SHELTON, Jama *et al.*. Homelessness and Housing Experiences among LGBTQ Young Adults in Seven U.S. Cities. **Cityscape**, v. 20, n. 3, 2018.

SHELTON, Jama *et al.*. Reversing Erasure of Youth and Young Adults Who are LGBTQ and Access Homelessness Services: Asking about Sexual Orientation, Gender Identity, and Pronouns. **Child Welfare**, v. 96, n. 2, 2018.

SHELTON, Jama. **LGBT youth homelessness: what are you going to do about it?**, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10999922.2018.1441963>



SILVA JÚNIOR, Diogo Vaz da; BELLOC, Márcio Mariath Belloc. Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22 n. 67, p. 1065-1075, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1414-32832018005010102&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832018005010102&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2020.

SILVA, Andréa Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498-516, jul.-dez./2015

SILVA, Carla Regina et al. Arte e cultura para a promoção dos Direitos Humanos junto a usuários de saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 8, n. 20, p. 198-211, 2016.

SILVA, David Junior de Souza; ALMEIDA, Adriene Neves de. A construção histórica da cidadania ocidental: uma abordagem de gênero. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, n. 1, p. 115-126, 2020.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade**: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520, n. 28, 2009.

SILVA, Mônica Magrini de Lima *et al.*. Família e orientação sexual: Dificuldades na aceitação da homossexualidade masculina. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 677-692, 2015.

SILVA, Sergio Gomes da; FRANÇA, Alexandre Nabor. Vidas precárias: a performatividade na constituição das violências fóbicas em gêneros e sexualidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco Antonio Carvalho; PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. 2020.

SILVA, Thallis Sousa *et al.*. Sofrimento Psicossocial das Populações Transexuais e Travestis em Situação de Rua. **Journal of Gender and Interdisciplinarity**, v. 2, n. 03, 2021.

SILVA, Wanderson Nunes; HÜNING, Simone Maria. De morador de rua a criminoso. Athenea Digital. **Revista de pensamento e investigación**, v. 15, n. 2, p. 141-165, jul. 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMOLKA, A. L. B. Internalização: seu significado na dinâmica dialógica. **Educação & Sociedade**, n. 42, agosto, p. 328-335, 1992

SOLIVA, Thiago Barcelos; SILVA, João Batista da. Entre revelar e esconder: Pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, p. 124-148, 2014.

SOTERO, Marília. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. **Revista Bioética**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 779-817, 2011.

SOUSA, Adrielly Pereira; MACEDO, João Paulo. População em situação de rua: Expressão (im) pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, 2019.

SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero**: atualidades, temas, objetos. 1ed. Curitiba: IBDSEX, 2020.

TEIXEIRA FILHO *et al.*. Quando a violência se torna vergonha: a expressão da homofobia interiorizada em narrativas sobre o homoerotismo entre mulheres. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; PERES, William Siqueira; SOUZA, Leonardo Lemos; RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering**: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea. Cuiabá: EDufmt, 2013. p. 301-317.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva *et al.*. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 90-102, 2013.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa**, v. 37, p. 725-741, 2011.

TEODORO, Hadriel Geovani da Silva; COGO, Denise. Fluxos migratórios, comunicação e cidadania: vivências de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo. **Intexto**, n. 44, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/77817>. Acesso em: 23 jul. 2020.

TIENGO, Verônica Martins. A pandemia e seus impactos para a população em situação de rua. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 1, p. 46-62, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17332>

TIERNEY, William G.; WARD, James Dean. Coming out and leaving home: A policy and research agenda for LGBT homeless students. **Educational Researcher**, v. 46, n. 9, p. 498-507, 2017.

TOLEDO, Livia Gonsalves. Sexualidade e diversidade: reflexões sobre a exclusão no campo educacional. In: CANOSA, Ana Cristina; ZACHARIAS, Ronaldo; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Sexualidades e violências**: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade. São Paulo: Ideias & Letras, 2019. p. 115-128.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p. 137-163, 2012.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. As lesbianidades entre o estigma da promiscuidade e da ilegitimidade sexual. **Temáticas**, v. 20, n. 40, 2012.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário “entre quatro paredes”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013a.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 10, n. 3, p. 729-749, 2010.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. *Quando a violência se torna vergonha*: a expressão da homofobia interiorizada em narrativas sobre o homoerotismo entre mulheres. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; PERES, William Siqueira; SOUZA, Leonardo Lemos; RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering**: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea. Cuiabá: EDufmt, 2013b. p. 301-317.

VALADARES, Gustavo; ALMEIDA, João Paulo Rodrigues. Direito Constitucional: A LGBTfobia como resultado do discurso de ódio. In: DESLANDES, Keila (Coord.). **Homotransfobia e direitos sexuais**: debates e embates contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 53-66.

VECCHIATTI, Paulo Roberto. Apresentação. In: DESLANDES, K. (Org.). **Homotransfobia e direitos sexuais**: debates e embates contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 15-29.

VIEIRA, Denise Leite; PEREIRA, Mônica Saldanha. *Discriminação e violência contra diversidade de gênero e orientação sexual*. In: CANOSA, Ana Cristina; ZACHARIAS, Ronaldo; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Sexualidades e violências**: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade. São Paulo: Ideias & Letras, 2019. p. 101-113.

VILLA, E. A.; PEREIRA, M. O.; REINALDO, A. M. S.; NEVES, N. A. P.; VIANA, S. M. N. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de rua e a vulnerabilidade para o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Enfermagem- UFPE On Line**, Recife, v. 5, n. 11, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23367>

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, p. 26-54, 2007.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção e exclusão. In. SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 460-482, 2001.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Editora Appris, 2020.

## 8 ANEXOS

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUISA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa "**Vicissitudes da LGBTfobia: um estudo sobre o abandono e a situação de rua na cidade de São Paulo**", realizada pela psicólogo e estudante de Doutorado Gilson Gomes Coelho sob supervisão do Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho, ambos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Assis - SP.

O objetivo central da pesquisa é descrever como as construções relativas à expectativa de conduta de gênero e como as manifestações da LGBTfobia contribuem para os processos de realização, abandono e abrigo de pessoas LGBT que frequentam os centros de convivência da cidade de São Paulo. Acreditamos que este estudo seja importante porque visa contribuir para se pensar na elaboração de políticas públicas específicas direcionadas a inclusão do público investigado. Ademais, estudos que se propõem a compreender os processos de subjetivação destes seres humanos ainda são escassos, posto que a subjetividade dos mesmos é também invisível aos olhos da sociedade, inclusive nos levantamentos censitários.

Ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidado (a) a participar de uma entrevista com o pesquisador sobre o tema. A entrevista será realizada em local e horário definido pela coordenação dos Centros de Convivência e pelo (a) interlocutor (a) respeitando a sua conveniência e os critérios de privacidade, com duração aproximada de uma hora, sendo que se necessário será agendada nova entrevista para que o objetivo seja atingido.

A entrevista será gravada e o seu conteúdo transcrito e analisado, isto para que a transcrição do conteúdo seja exata e que não haja perda de nenhuma informação relevante. Após a transcrição da entrevista a gravação será destruída. Você tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

A pesquisa segue as exigências éticas legais para a realização de pesquisas com seres humanos. Você não terá nenhum ônus ou ganho financeiro por participar dela. Os gastos necessários para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores. Os benefícios que a pesquisa pode gerar dizem respeito a contribuições teórico-práticas para diferentes áreas de conhecimento, sobretudo os campos da saúde e das políticas sociais na sociedade.

Esta pesquisa não apresenta riscos previsíveis à sua saúde. No entanto, você poderá sentir algum desconforto em alguma pergunta, por se tratar de questões íntimas de sua história de vida e fazer referência a uma temática controversa como a orientação sexual e o gênero, diante de tal situação você está livre para se recusar a respondê-la sem que isso traga qualquer prejuízo para você ou para os pesquisadores.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assim você poderá entrar em contato com os pesquisadores em qualquer situação relacionada à sua participação ou quando julgar necessário pelo Endereço: Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Assis – UNESP. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Av. Dom Antônio, 2100. CEP: 19806-900. Parque Universitário - Assis – SP; e Telefone: (18) 3302-5800.

Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras, ao qual você pode consultar para qualquer esclarecimento sobre os aspectos éticos e legais da pesquisa, através da Seção Técnica Acadêmica (STA). Fone: (018) 3302-2607. E-mail: sta.assis@unesp.br.

As informações da pesquisa serão utilizadas apenas para fins relacionados à presente pesquisa e, sua identidade será sempre mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados.

**Termo de autorização do participante**

Esclarecido e concordando com o que foi colocado:

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar deste estudo, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido (a).

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Endereço para contato: \_\_\_\_\_

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pesquisador:** Gilson Gomes Coelho  
**Contato telefônico:** (63) 99227-0669 **e-mail:** gilsonpsico@gmail.com

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E LETRAS -  
CAMPUS DE ASSIS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** VICISSITUDES DA LGBTFOBIA: um estudo sobre o abandono e a situação de rua na cidade de São Paulo

**Pesquisador:** Gilson Gomes Coelho

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 17473019.4.0000.5401

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.689.764

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa "VICISSITUDES DA LGBTFOBIA: um estudo sobre o abandono e a situação de rua na cidade de São Paulo" do pesquisador Gilson Gomes Coelho. Segundo o pesquisador o objetivo central do trabalho é descrever como as construções relativas à expectativa de conduta de gênero e como as expressões da LGBTfobia contribuem para os processos de realização, abandono e abrigamento de pessoas LGBT da população que frequentam os centros de convivência da cidade de São Paulo. A metodologia utilizada será a pesquisa cartográfica que, tem como base a pesquisa- intervenção, de orientação não diretiva, mas com um percurso previamente pensado. Serão entrevistadas até 15 pessoas que se reconhecem como LGBT. A entrevista será gravada e o seu conteúdo transcrito e analisado, isto para que a transcrição do conteúdo seja exata e que não haja perda de nenhuma informação relevante. Após a transcrição da entrevista a gravação será destruída.

#### Objetivo da Pesquisa:

Descrever como as construções relativas à expectativa de conduta de gênero e como as expressões da LGBTfobia contribuem para os processos de realização, abandono e abrigamento de pessoas LGBT. Identificar os discursos e as materialidades envolvidas na construção dos efeitos de determinadas descrições, como por exemplo, as pessoas que aparecem como "sem identificação de sexo", como

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E LETRAS -  
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 3.689.764

mostram algumas pesquisas relacionadas a situação de rua no Brasil.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo o pesquisador os riscos da pesquisa são mínimos, apenas desconfortos em relação À algumas questões. Os benefícios que a pesquisa pode gerar dizem respeito a contribuições teórico-práticas para diferentes áreas de conhecimento, sobretudo os campos da saúde e das políticas na sociedade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto está bem delineado, com boa fundamentação teórica e trata de uma temática bastante atual e necessária aos pesquisadores.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as exigências legais.

**Recomendações:**

Nada a acrescentar.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Nihil.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. Os RELATÓRIOS deverão ser postados na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (<https://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/comites-de-etica/humanos/documentos-necessarios/>) em AGOSTO/2020 e MAIO/2021. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1366806.pdf	26/09/2019 14:37:16		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1366806.pdf	26/09/2019 14:25:41		Aceito
Projeto Detalhado	Projeto_detalhado_doutorado.docx	26/09/2019	Gilson Gomes	Aceito

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



Continuação do Parecer: 3.689.764

/ Brochura Investigador	Projeto_detalhado_doutorado.docx	14:24:58	Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_nova.jpeg	26/09/2019 14:09:26	Gilson Gomes Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_infraestrutura_sp.pdf	26/09/2019 14:05:45	Gilson Gomes Coelho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento_live_esclarecido.docx	26/09/2019 14:03:06	Gilson Gomes Coelho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	13/07/2019 01:54:16	Gilson Gomes Coelho	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.docx	13/07/2019 01:40:08	Gilson Gomes Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Parecer_prefeitura.pdf	13/07/2019 01:31:40	Gilson Gomes Coelho	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	13/07/2019 01:29:56	Gilson Gomes Coelho	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ASSIS, 07 de Novembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**CLAUDIO EDWARD DOS REIS**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br

## ANEXO C – PARECER DA ÁREA AFETA À SOLICITAÇÃO E DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DE PESQUISA OU FORMAÇÃO



### PARECER DA ÁREA AFETA À SOLICITAÇÃO E DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DE PESQUISA OU FORMAÇÃO

#### Dados do Projeto ou Proposta

**Título do Projeto ou Proposta:** “Expressões da LGBTfobia: um estudo sobre o abandono e a situação de rua na cidade de São Paulo”

**Responsável Solicitante:** Gilson Gomes Coelho

**Área Temática:** desigualdade social

**Resumo:** Estudo qualitativo da LGBTfobia e suas influências sobre os processos de exclusão e de inserção de pessoas em situação de rua ou de abrigo.

#### Dados do Parecer:

(Avaliar a temática em relação às frentes de trabalho em andamento na área afeta):

1. Ponderações sobre aspectos legais  Não      ( ) Sim, quais?
2. Ponderações sobre a metodologia:  Não      ( ) Sim, quais?
3. Outras:

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos       Não      ( ) Sim, quais?

Benefícios:      ( ) Não       Sim, quais?

*AKM*



Compreensão dos processos de vida inerentes às pessoas conceituadas enquanto pertencentes às expressões da LGBTfobia, cujas análises e resultados acadêmicos poderão desvendar aspectos inerentes a tais expressões, e que subsidiarão os/as profissionais dos Núcleos de Convivência para Adultos em Situação de Rua – “São Martinho de Lima I”, “São Martinho de Lima III” e “Casa Restaura-me”, tanto na convivência com tal população, bem como na qualificação da oferta de ações profissionais.

**Comentários e Considerações sobre o Projeto ou Proposta:**

Proposta de considerável relevância quanto à investigação acadêmica via doutoramento de Gilson Gomes Coelho. Pertinente enfatizar que com a finalização da defesa da tese de doutorado, que os resultados sejam apresentados/compartilhados aos referidos Núcleos, tanto para a população que pertence às expressões da LGBTfobia e demais pessoas que frequentam e convivem nesses espaços, quanto aos/às trabalhadores/as sociais dos respectivos serviços socioassistenciais.

**Recomendações (se houver):**

Compartilhamento dos resultados da tese aos referidos Núcleos, tanto para a população que pertence às expressões da LGBTfobia e demais pessoas que frequentam e convivem nesses espaços, quanto aos/às trabalhadores/as sociais dos respectivos serviços socioassistenciais.

**Parecer:**

Aprovado (x)

Não aprovado ( )

Condicionado às recomendações (x)



**André Katsuyoshi Misaka**

Analista de Assistência e Desenvolvimento Social

Centro POP Mooca

## ANEXO D – ENTREVISTAS

### 1ª ENTREVISTA – AYRTON

#### DIÁLOGO

GILSON: - Eu queria que você me falasse um pouco sobre sua trajetória de vida. Em que momento você teve que morar na rua, o que te levou a isso?

AYRTON: - O que me levou a morar na rua, na verdade, foi o uso de drogas mesmo. Porque o uso de drogas, muita balada, a falta de aceitação da família e da minha homossexualidade também foi muito forte, fui muito discriminado familiarmente nessa área. Então, eu me sentia muito depressivo dentro de casa, então a rua para mim era meu refúgio. Eu buscava na rua aquilo que eu não conseguia encontrar dentro de casa, quando, na verdade, muitas vezes era mais pelo meu orgulho de não enxergar o que minha família estava tentando fazer por mim, de me alertar, de me aconselhar.

GILSON: - Que idade você tinha quando foi morar na rua?

AYRTON - Eu estava com 32 anos.

GILSON: - Aqui na rua, por ser LGBT, você já sofreu homofobia?

AYRTON: - Muito.

GILSON: - Me conta um pouco a respeito disso.

AYRTON: - Por ser homossexual, muitas vezes, a gente lida com todo tipo de gente. Essa coisa do preconceito da nossa parte, eu vou falar por mim, pela minha parte, pra mim ela não existe. Por quê? Porque pra mim cada um tem o seu caráter, cada um tem a sua dignidade. Porém, às vezes, as pessoas não olham pra gente como um ser humano, às vezes olha como algo que precisa ser excluído mesmo de certos locais. Eu, graças a Deus, em uma certa parte, eu tenho tido uma boa sorte de ter acolhimentos, de ter sido acolhido, acredito eu pela minha postura. Acho que a postura e o respeito vindo primeiro da parte da gente é muito importante. Mas, acontece muito de, às vezes, a pessoa saber que você é homossexual e às vezes você está fazendo uma amizade e até mesmo a pessoa querer se afastar da gente. Isso muitas vezes é ruim porque eu mesmo sou de um tipo de pessoa que gosta de estar perto das pessoas, de conversar, de ter um bom diálogo, de às vezes quando acontece alguma coisa de errado deu me debandar um pouco 'pro' lado de uma coisa que não deve, é mais porque as pessoas não olham... As pessoas não se colocam no mesmo objetivo que a gente. Por exemplo, eu mesmo sou uma pessoa que gosto de estudar, quero voltar a estudar, eu tenho meus objetivos. E, muitas vezes, as pessoas que ficam perto da gente não olham por esse lado, olham por um

lado mais vingativo, então é onde elas se afastam. E, às vezes, saber que você é homossexual, às vezes, pra elas é algo que repugna.

GILSON: - O que você tem feito para se manter vinculado às pessoas e aos grupos?

AYRTON: - Sim. Eu acredito que é a questão de saber o que eu sou e que eu me sinto bem dessa forma, você entende? Mas, também, de uma forma que eu não prejudique os outros com a minha conduta, ou seja, acredito que uma postura mais séria, uma postura mais educada, eu acho que isso é o que leva a você criar vínculos com o outro. Eu acho que isso é o mais importante, porque às vezes você ser uma pessoa muito promíscua, assim... Não generalizando, jamais, mas tem muito! Às vezes o que leva muito ao preconceito é a promiscuidade que muitas vezes as pessoas têm do cenário LGBT, que afastam, que faz com que as pessoas se afastem. Eu acho que é isso.

GILSON: - Tem alguma situação específica que você tenha lembranças de ter passado por muito homofobia ou por alguma situação de violência por ser gay?

AYRTON: - Olha... Violência por ser homossexual eu nunca passei, graças a Deus, mas preconceito eu tive muito, inclusive dentro da minha própria casa, da família, do padrasto mesmo. É uma pessoa que não aceitava a minha homossexualidade, porém a filha dele, enfim... É lésbica também e ele aceitou ela e não me aceitava, então assim, eu me senti muito rejeitado familiarmente. Não pela minha mãe em si, mas pelo meu padrasto. Meu padrasto até hoje, graças a Deus, eu tenho o respeito por ele por ter me criado, mas em questão de preconceito ele foi muito preconceituoso comigo, acho que isso me machucou muito, porque eu não tive uma referência de pai, então dentro de casa eu queria ter ele como pai, queria ter tido um pai que sentasse e me orientasse, talvez pela falta de orientação, não só da parte dele comigo, por ele também, porque até então a criação dele foi diferente, então acho que isso que levou a ele ser preconceituoso em relação à homossexualidade também.

GILSON: - Você falou da diferença em relação à filha dele. Por que dessa diferença?

AYRTON: - Olha... Eu acredito que seja muito meio que machismo da parte, entende? Porque você imagina que sendo eu homossexual, a minha irmã também homossexual e ele aceitar ela e não eu. Sendo que eu sempre fui uma pessoa que procurei apoiar dentro de casa, nas dificuldades, em tudo e em todas as situações de precisão mesmo. Por exemplo, por ele ser uma pessoa leiga e os problemas de casa quem resolvia a maioria era eu, então, assim, ele não olhava por esse lado de ser uma pessoa que entende das coisas, que busca, que corre atrás, mas simplesmente por ser uma pessoa negativa, ele mantinha muito negativismo dentro de casa. E, aí, onde acho que por esses termos eu saia para a rua para usar drogas e a balada era algo que me atraía muito, e dentro de casa eu já não tinha isso... Não conseguia ter vínculo dentro de casa as brigas eram constantes e tudo mais.

GILSON: - Que tipo de drogas você usava?

AYRTON: - Cocaína.

GILSON: - Em relação a sua mãe, como que era?

AYRTON: - A minha mãe foi muito mãe pra mim, foi mãe de verdade. Quando ela descobriu que eu era homossexual, eu contei pra ela, eu sempre fui muito sincero tanto com ela quanto com qualquer um dentro da minha casa, eu nunca escondi nada. Eu acho que as primeiras pessoas a saberem tem que ser nossa família, que é as que a gente mais precisa contar, e ela simplesmente falou pra mim: “Olha, se eu já te amava porque você é meu filho, agora vou te amar mais ainda, só não quero que você sofra”. Infelizmente eu sofri, passo por coisas até hoje por estar em uma situação de rua, mas ela sofreu junto comigo, porque ela viu muita coisa, ela presenciou muita coisa, até brigas dentro de casa e suportou isso. Hoje eu estou nessa situação de rua, desse lado, porque eu não soube valorizar isso dela e não soube lidar com essa dificuldade do meu padrasto dentro da minha casa, entende? Eu não tive cabeça pra lidar com o preconceito, com essa rejeição dentro da família e isso foi muito difícil. Sozinho eu não consegui.

GILSON: - Se fosse hoje, quais estratégias você acredita que teria para lidar com essa situação?

AYRTON: - Olha, hoje eu consigo entender, consigo entender por que eu percebi que não é uma coisa pessoal dele comigo, mas é uma criação que ele teve e ele tentou passar isso pra mim e eu não sabia aceitar devido, também, a minha rebeldia, devido ao uso de drogas e tudo isso leva ao orgulho e o orgulho muitas vezes leva a gente a ser inflexível com as coisas. Então, eu aprendi muito com isso, e hoje eu tenho eles de volta, graças a Deus, tenho muito respeito e eles têm respeito por mim, hoje eu tenho isso. Só não tenho... Hoje eu estou abrigado, eu não tenho onde morar.

GILSON: - Você tem algum problema de saúde?

AYRTON: - Sim. Sou soro positivo.

GILSON: - E a dependência? Como que está?

AYRTON: - Eu parei!

GILSON: - Há quanto tempo?

AYRTON: - Já tem quatro meses. Faz quatro meses, porque eu fui pra uma casa de recuperação em Itanhaém na Baixada Santista e eu sou da Praia Grande e procurei ajuda. Fiquei algum tempo em outra unidade também onde eu procurei uma ajuda de verdade, tanto espiritual com Deus, quanto moral também, né? Eu acho que muita coisa que eu vivi, que eu passei, fez com que eu acordasse comigo mesmo também e hoje estar aqui ajudando essa casa que me acolhe, que é a Casa Restauro, que é algo que me preenche, é algo que me ajuda, é algo que me faz pensar, sabe? Em tudo que aconteceu, muito, muito mesmo.

GILSON: - O que você tem de sonho? O que você pretende alcançar no futuro?

AYRTON: - O que eu pretendo alcançar? É a minha independência financeira, ter um trabalho, terminar os meus estudos, parei na oitava série ensino fundamental

incompleto, cuidar mais da minha saúde porque precisa. Mas uma coisa de cada vez, né? Conseguindo metas, conseguindo metas aos poucos para chegar a esse objetivo.

GILSON: - Qual é a imagem que você tem em relação a você enquanto pessoa LGBT em situação de rua? Como você se vê hoje?

AYRTON: - Olha... Eu não me martirizo, por que que eu não me martirizo? Porque o fato de ser homossexual, isso não me abala em nada, mas pelo fato de estar em situação de rua muitas vezes é meio difícil. Por quê? Porque por muitas vezes, por exemplo, estando abrigado é difícil você arrumar um emprego estando com o endereço de um albergue. É uma forma de preconceito muitas vezes da sociedade em relação a isso. Porque nem todo mundo que estar albergado, nem todo mundo que está dentro de uma casa de acolhida é porque é, entende? Mau caráter. No meu caso, entende? Eu errei, cometi erros, mas hoje olhando para dentro de mim, vendo que eu errei e reconhecendo que eu errei, eu vou mudar isso dentro das minhas atitudes, dentro daquilo que eu quero fazer em relação aos meus objetivos, os objetivos que quero alcançar, que é minha independência. Mas, se dentro de tudo isso a gente também não tiver um apoio, fica meio difícil também de se conseguir esses objetivos. Então eu me vejo, assim... Claro que eu tenho fé, dentro de tudo isso eu tenho uma fé, porque, graças a Deus, Deus sempre colocou pessoas boas do meu lado que tem me ajudado. Mas, para agora, eu quero levar o tempo de Deus na minha vida e não o meu, porque do meu jeito não deu certo, então deixa Deus, para as coisas indo acontecendo naturalmente, um passo de cada vez e isso estar me fazendo bem. Porque eu só extrapolei, né? E o que me fez mal foi extrapolar nas minhas atitudes e em tudo que eu fiz. Então, hoje eu quero fazer as coisas com mais calma, e hoje eu me sinto bem, mesmo estando um pouco assim, mas estou me sentindo bem.

GILSON: - Qual que é a visão que você tem em relação ao cenário, agora de modo mais geral, de quem é LGBT e mora na rua? Como que você percebe ou sente isso?

AYRTON: - É aquilo que eu falei para você, eu acho que é uma questão, também da pessoa em si, você entende? Porque, assim, estar na rua é algo que talvez você mesmo buscou isso, mas se você souber... Porque assim, eu vejo da seguinte forma, eu mesmo já vi, no lugar onde eu me encontro, chega um irmão que era travesti, né? E ele não pôde ficar. Porque aquilo parece que meio que escandaliza, entende? Porque pelo simples fato da pessoa ser homossexual ou travesti em qualquer situação que seja, por estar em um círculo de homens, você imagina dessa forma, aquela pessoa vai querer fazer e acontecer, entende? E isso gera...

GILSON: - Como assim fazer e acontecer?

AYRTON: - Assim, porque muitas vezes por você ser homossexual, às vezes, por exemplo, você fazer uma amizade e de repente tem pessoas, no meio da gente, que vem dar em cima da gente e esse tipo de coisa... E aí acaba tendo um relacionamento com a pessoa, entende? E, às vezes nos lugares, nos abrigos que a gente fica muitas vezes não pode, tem lugares que tem regras que precisam ser seguidas e isso dentro da homossexualidade eu acredito que é algo muito difícil de

se conter. Por quê? Porque existe algo que atrai um ao outro ali, entender? E isso leva as pessoas à: “Ah, você não pode ficar aqui e tais”.

GILSON: - Aqui é permitido ter práticas sexuais?

AYRTON: - Não, eu acredito que não. Eu acho que é mais por uma questão de respeito também pela casa em si, por ser uma casa religiosa também, tem tudo isso. Eu acredito que a maioria dos lugares tem isso e se a pessoa LGBT tiver consciência que o lugar que ela mora é a casa dela, como que eu gostaria que fosse minha casa? Se eu fizer um ponto de interrogação nisso aí, entende? Eu mesmo, se eu tivesse, quando eu morava com minha família, por mais que eu era, eu nunca fui de levar ninguém pra dentro da minha casa e ter relação com ela dentro da minha casa. Por quê? Porque eu tinha minha mãe, eu tinha as minhas irmãs, eu tinha meu padrasto e já sabendo dessa dificuldade preconceituosa que eu tinha dentro de casa, é que eu jamais que iria levar mesmo. Agora você imagina você estando dentro de um lugar aonde existe umas regras que precisa ser seguida e isso acontece lá dentro? Fazem o que com você? Entende? É a tua casa! Quer queira, quer não é a tua casa. Meu, ‘cê’ quer fazer alguma coisa? Procura um motel, vai pra qualquer lugar, não faz na tua casa, é a tua casa! É o que te acolhe, é o que te abriga, entende? Acho que é mais por isso. Mas, tem pessoas que, infelizmente, não olham por esse lado. Eu acredito que é mais por uma falta... Existe muita pessoa também promíscua nessa área, e a promiscuidade não respeita, porque nem todo mundo que está dentro daquele local também, te respeita, mas não aceita aquilo que você faz, entende? Às vezes te respeita, por você ser a pessoa tal, mas aquilo que você faz, pra ela já é... Entende? Então, se você é pego fazendo algo, ‘cê’ imagina...

GILSON: - Você enquanto pessoa LGBT, você percebe alguma diferenciação em relação ao tratamento? Por exemplo, entre gays, lésbicas, travestis e transexuais. Tem algum grupo que sofre mais na rua? Que a vida na rua acaba sendo mais complicada?

AYRTON: - Ah! Eu acho que é mais o homossexual mesmo, os travestis. Não falo tanto o homossexualismo, mas acho que ser travesti acho que é o mais difícil. Eu acredito que seja o mais difícil, porque você imagina que essa pessoa, ela muitas vezes por ser travesti, ela *vivi* da prostituição e tudo mais, né? Pra ela já não é fácil está ali, entende? E ainda mais... Não é fácil assim, acho que é mais sofrido pro travesti.

GILSON: - Você já presenciou alguma cena de violência?

AYRTON: - Ai, já! Já, lá na Praia Grande mesmo, tinha um colega meu que a gente chama de Michele e uma vez agrediram ela com uma garrafa, ‘rancou’ dois dentes da boca com a garrafada que deu assim, foi bem difícil assim... E é claro que a revolta foi grande, tanto da minha parte, quanto da parte dos amigos que estavam com a gente, que a gente conhecia ela e gostava muito dela. Então, eu acho que nada justifica a violência, entende? Se você errou, não cabe a mim fazer justiça com minhas próprias mãos, entende? Mas, simplesmente tentar entender por que você errou e tentar te ajudar de alguma forma, e tentar ser compassivo com as coisas, né? Mas infelizmente a intolerância hoje é algo que estar muito... Deixa muito das

pessoas bloqueadas em querer entender, em querer ajudar muitas vezes, porque às vezes a pessoa que 'tá' ali que está cometendo um erro por ser LGBT, você vê que muitas vezes, muitas coisas que fazem, é pra chamar mais atenção. Você imagina que existe uma carência, que existe uma carência! Aquilo que eu estava te falando, às vezes você não tem um amigo, um amigo que você possa contar, que você possa desabafar o que tem dentro do teu coração, entende? Uma pessoa que você pode partilhar um pouco da tua vida, da tua história, isso é difícil. E, aí, é onde acaba querendo chamar atenção e acaba cometendo...

GILSON: - Mas ela te afetou em alguma coisa? Ao receber a garrafada?

AYRTON: - A gente estava bebendo, foi numa baladinha que a gente estava e aí, sabe como que é travesti, né? Deu aquela explorada no cara que estava perto, e não gostou e *bum*. E foi bem revoltante, porque a gente queria pegar ele de pau.

GILSON: - Você quer fazer alguma pergunta? Quer saber alguma coisa em relação à pesquisa? Quer fazer algum comentário? Quer trazer alguma informação que você não contou, que você acha relevante?

AYRTON: - Olha, eu vou falar assim, sobre a questão da saúde mesmo... Hoje eu sou homossexual e sou soro positivo, eu cometi erros dentro dessa área, né? Aonde, quando na época que eu descobri isso eu não tinha ninguém do meu lado, porque nessa época minha mãe, minha família, já tinha me largado de mão. Eu lembro que eu usava droga e tudo mais, mas eu queria deixar um recado bem conscientizante, bem consciente assim, de que meus irmãos LGBT's que eles se previnam mais, se cuidem mais. Cuidem de si e do outro, porque é uma responsabilidade nossa também, entende? Questão de saúde, questão de prevenção, se você for soro positivo hoje, que você não passe pro outro, que se cuide mais, cuide do outro também. Ter mais consciência em relação a isso, porque quando eu soube que eu era, a pessoa que tinha me passado fez por consciência. A pessoa que me passou HIV, ela me passou com consciência de que ela estava com a doença do HIV. E hoje, eu não sei por onde essa pessoa anda, não sei se está viva ou se estar morta, mas eu sei o que eu sofri psicologicamente, sentimentalmente, né? Rejeição dentro da família por causa disso, muito preconceito por causa disso também, e é bem difícil lidar com isso.

## 2ª ENTREVISTA – MARIA

### DIÁLOGO

GILSON: - [NOME VERDADEIRO], eu gostaria de saber um pouco da sua trajetória de vida e eu farei algumas perguntas nesse sentido. Em que momento da sua vida você teve que morar ou viver na rua?

MARIA: - Quando eu saí da casa da cafetina, porque ela foi presa, eu não tinha para onde ir, aí minha opção foi vim morar no albergue e depois do albergue, eu fui morar na rua.

GILSON: - Quanto tempo faz isso?

MARIA: - Tem um ano e meio

GILSON: - O que te levou, especificamente, a viver em condição de rua?

MARIA: - Porque eu não tenho família aqui em São Paulo, e não queria procurar emprego também, né?

GILSON: - Você é natural de qual cidade?

MARIA: - Eu sou de Aracajú, Sergipe.

GILSON: - Você está aqui em São Paulo há quanto tempo?

MARIA: - dez anos.

GILSON: - Qual foi o motivo principal que te levou a viver na rua?

MARIA: - Desemprego, falta de oportunidade na vida e é isso mesmo.

GILSON: - Você tem algum problema de saúde?

MARIA: - Não, nenhum, graças a Deus!

GILSON: - O fato de você ser uma pessoa LGBT te trouxe algum prejuízo específico na rua?

MARIA: - Sim.

GILSON: - Você poderia falar um pouquinho a respeito?

MARIA: - Principalmente no mercado de trabalho, tem muitas pessoas que tem preconceito pelo fato da gente ser LGBT, eles não aceitam, eles não querem um



'viado' trabalhando atrás de um balcão de uma loja, ou então circulando na loja deles, dessa forma.

GILSON: - Na própria rua, você já sofreu discriminação por ser LGBT?

MARIA: - Já, já sofri preconceito, através de alguns amigos meus, que diziam ser meus amigos, quando souberam que me tornei trans tiveram preconceito, alguns já quiseram me agredir, várias coisas.

GILSON: - Por algum motivo específico?

MARIA: - Eu não sei, por ser homossexual, né? Não aceitam...

GILSON: - Qual o seu sonho?

MARIA: - Meu sonho é voltar para minha casa. Meu maior sonho é voltar para minha casa para perto da minha mãe.

GILSON: - Quais são as expectativas que você tem em relação ao seu futuro profissional?

MARIA: - Pretendo voltar para minha cidade, voltar a estudar de novo, procurar um emprego digno e viver minha vida perto da minha mãe, do lado da pessoa que me criou.

GILSON: - Ela te apoia?

MARIA: - Sim. Bastante.

GILSON: - Qual que é a imagem que você tem de você mesma, sendo uma pessoa trans em situação de rua?

Maria: - Eu... Uma pessoa que não tem força de vontade de lutar...

GILSON: - Você não tem força de vontade?

MARIA: - Não tinha, mas agora estou tendo, mas, assim, eu já fiquei muito tempo parada no tempo sem querer fazer nada, sem querer correr atrás de trem, de nada. E agora eu estou acordando para vida.

GILSON: - Esse período que você disse que ficou desinteressada por lutar e tentar buscar uma melhoria na sua condição de vida está relacionado exatamente ao quê?

MARIA: - No tempo que eu fumava na rua, que eu fiquei, assim... Quando você chega em uma entrevista e te perguntam: "Você mora aonde? É na rua!", nunca que um estabelecimento vai aceitar uma pessoa que mora na rua trabalhando pra ele.

GILSON: - Pelo fato de ser LGBT, você acha que ainda aumenta?

MARIA: - Sim, bastante! Preconceito, né? O próprio pessoal fala: “Ah, eu não tenho preconceito”, mas sempre tem.

GILSON: - Você veio direto lá do Sergipe para trabalhar aqui?

MARIA: - Sim! Com prostituição. Primeiro fui para Belo Horizonte, Minas Gerais. Fiquei em Belo Horizonte dois anos, depois fui para Goiânia, fiquei lá em Goiânia durante um ano e meio e depois vim pra São Paulo.

GILSON: - O que te fez mudar de lugar assim?

MARIA: - Porque o movimento da rua quando caía. Quando a gente chega na rua a gente é estrela, começa a ganhar dinheiro, aí começa a ser conhecida, aí os clientes começa a enxergar outras ‘bichas’ nova, aí a gente tem que ir pra uma cidade nova.

GILSON: - Como é para você, uma mulher trans, frequentar um espaço como esse? Você se sente contemplada com relação à oferta de serviço? Você acha que falta alguma coisa específica para te atender ou dar suporte a população LGBT?

MARIA: - Não, quanto aqui, eu não tenho do que reclamar não. O pessoal aqui nos trata super bem, não trata a gente com diferença, trata a gente como mulher mesmo, não olha pra gente: “Ah, você é homem”, só porque eu estou de mulher. “Cê tem que ir para fila de homem e usar banheiro de homem”, não! Eles tratam a gente como mulher mesmo, então eu não tenho que reclamar de nada.

GILSON: - Qual a sua opinião sobre o cenário atual das pessoas LGBT’s em condição de rua? Você acha que tem alguma diferença em ser heterossexual morando na rua e ser uma pessoa LGBT?

MARIA: - Sim, tem.

GILSON:- Tem algum grupo que apresenta mais dificuldades?

MARIA: - A gente trans, a gente sofre mais.

MARIA: - Por quê?

MARIA: Porque todo mundo quer saber de agredir, “Ah, é que um ‘viado’ vai me matar! Isso e aquilo outro”. E a pessoa por ser heterossexual o pessoal vê a pose de machão, vê aquilo ali: “Ah, aquele ali é homem, é parceiro nosso!”. E, nunca que eles vão querer se acompanhar com uma trans ou com um homossexual.

GILSON: - Como assim? Acompanhar, que você fala?

MARIA: - Assim, ficar de conversa, se proteger. Quando a gente é casada ainda tem quem proteja a gente, quando a gente não é, a gente fica lá a Deus dará, só pela sorte mesmo, só Deus para livrar a gente.

GILSON: - Eu queria que você me falasse um pouquinho a respeito das suas relações sociais. Como é a sua relação, de mulher trans, com as pessoas da sua família.

MARIA: - Com a minha mãe é normal e com uns dois ou três irmãos meus. O restante, eles não me aceitam. Falam se minha mãe aceita minha aparência e aquilo outro. Uma metade é 100%, com a outra, nada, a outra metade da minha família.

GILSON: - Você pode me falar de situações de discriminação vivenciadas por pessoas da sua família?

MARIA: - Sim, um dia meu irmão. Eu fui lá, há cinco anos atrás, eu fui para minha cidade e eu ia fazer um curso de técnica de farmácia e meu irmão falou assim: "Ah, minha mãe, você vai pagar um curso para um 'viado', nem para ir para rua para se prostituir para pagar o curso dela". Ficou querendo agredir, queria me bater e minha mãe disse: "Do mesmo jeito que você é meu filho ela também é, se eu posso pagar uma coisa para você, eu vou pagar para ela também". Eu sofri preconceito, ali foi preconceito da parte do meu irmão, porque com certeza ele tinha que me apoiar mais e não ficar de preconceito comigo.

GILSON: - Você já sofreu muita violência?

MARIA: - Sim. Já fui agredida, já tentaram deformar meu rosto. Outro dia mesmo eu tive uma discussão com uma pessoa e a pessoa veio me morder. Eu sofri muita agressão na rua, sábado passado mesmo, tem oito dias hoje, eu e meu companheiro sofremos agressão na rua, a gente estava vindo lá da casa de uma amiga nossa e a gente vinha passando ali pelo centro, perto de uma república. Aí veio uns doze rapazes, vieram para cima da gente, agrediu a gente. Eu sofri um cortezinho nas costas, um arranhão. Meu marido foi quem ficou com a cara toda deformada e foi para Santa Casa e saiu no domingo, oito horas da noite.

GILSON: - Ele está aqui?

MARIA: - Sim, ele está lá fora.

GILSON: - Em relação aos seus amigos e com grupo de convivência como é ser LGBT?

MARIA: - Alguns amigos meus se afastaram, né? Depois que eu saí da minha cidade eu não sair totalmente trans, sair em fase ainda, estou me harmonizando ainda. Alguns, quando eu voltei se afastaram de mim totalmente, os outros não, pelo fato de eu ser trans continuaram sendo meus amigos. Aqui em São Paulo eu tenho muito amigo também, mas é mais LGBT, não muito hétero.

GILSON: - Houve mudanças significativas no relacionamento com a sua família pelo fato de vir morar na rua?

MARIA: - Eles não sabem. Minha família não sabe que eu moro na rua, não tenho coragem de falar para minha mãe não.

GILSON: - O que seria para você assumir para essas pessoas que você está morando na rua?

MARIA: - Ah, seria um choque, né? Porque toda vida eles me viram assim... agora eu não tenho orgulho, porque eu quis sair de casa, né? Eu falei para minha mãe que não ia voltar tão cedo, passei muito tempo, depois fui lá, vi ela uma vez e tudo, mas ligo para ela sempre. Aí ela pergunta, eu digo sempre que estou trabalhando. Nunca que eu vou falar a verdade, para ela não sofrer, né? Porque minha mãe já é idosa, tem bastante problemas de saúde. Então, eu acho que seria um choque imenso para ela.

GILSON: - Você sente medo de morar na rua?

MARIA: - Sim.

GILSON: - De morrer?

MARIA: Isso. Tenho medo de estar ali dormindo e alguém chegar e 'tacar' fogo na minha barraca, chegar e matar a gente do nada, passar dando tiro e é isso.

### 3ª ENTREVISTA – ILÍDIO

#### DIÁLOGO

GILSON: - [NOME VERDADEIRO], eu gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória de vida. Em que momento da sua vida você teve que viver na rua?

ILÍDIO: - A partir do momento que eu fui para o Paraná e para São Paulo. Eu tinha um relacionamento com uma pessoa e eu fiquei sete anos com essa pessoa. Aí, essa pessoa era usuária de drogas, já conhecia ela no serviço lá em Curitiba, essa pessoa é de lá, já faz dois anos que eu moro aqui.

GILSON: - De Curitiba?

ILÍDIO: - É, de Curitiba. Aí eu saí de lá, arrumei tudo lá e vim para cá ficar com ele. E... aí não deu certo mais, ele não queria saber nada com vida, ele só queria saber de gandaia e de drogas, e eu falei para ele que eu tinha vindo para São Paulo para trabalhar, para crescer, né? Não para ficar na rua largado, ficar na maloca.

GILSON: - Que droga ele usava?

ILÍDIO: - Tudo, tudo.

GILSON: - Você tem alguma questão de saúde?

ILÍDIO: - Não! Não! Também não, graças a Deus, hoje eu estou todo ok e é isso. Faz cinco meses que eu estou no albergue, mas é de boa lá, todo mundo me respeita. Meu pai me ensinou a ser sujeito homem, fui criado para ser sujeito homem, se for para mim brigar, 'nóis' briga, o terreno fica pequeno para mim e para a pessoa e é isso.

GILSON: - Que idade você estava quando foi morar na rua?

ILÍDIO: - Primeira vez, quando eu tinha 13 anos, lá em Curitiba.

GILSON: - Por qual motivo?

ILÍDIO: - Porque meu pai é usuário de drogas. Mas minha família sempre não aceitou. Apesar de que minha irmã é LGBT também, ela ficou casada oito anos com meu cunhado, e hoje ela só quer ficar com mulher, só. Ela se casou com mulher e está há um ano com a minha cunhada. Eu não posso reclamar não, a minha família me aceita, sempre me aceitou, mas nunca me ajudou na questão financeira. E, eu vou voltar agora, vou esperar essa sexta-feira que vem e vou para lá, ver minha vó, né? Porque ela está doente, deu um AVC nela e está há três meses já no hospital. Minha família... Minha família não, só os parentes, porque eu não tenho família,

estavam preocupados comigo, pedindo para mim voltar, para mim ver ela, para eu ver a minha avó porque foi ela que me criou, né? E ela está preocupada comigo.

GILSON: - Por ser uma pessoa LGBT, você já sofreu discriminação?

ILÍDIO: Já! Nossa! Vários tipos. Na hora de mandar currículo, na hora de... Se a pessoa tiver mal arrumada a pessoa já olha assim, "você é usuário de droga", coisa que eu não sou. É... Só que eu bato de frente também, bato de frente, já saí no soco no bairro Prates com um cara lá que queria me tirar...

GILSON: - Aonde?

ILÍDIO: - No Prates.

GILSON: O que que é Prates?

ILÍDIO: - Um centro de acolhida. E eu falei para ele que ia ficar pequeno para 'nóis' dois aqui nesse chão, e ele ficou, e 'nóis' brigou, 'nóis' brigou feio. E, aí, eles me mandaram para o Portal Futuro, e eu estou lá até hoje. E eu posso até ser gay, homossexual, mas meu pai me ensinou a ser sujeito homem, eu bato de frente, eu bato de frente mesmo.

GILSON: - O fato de você ser uma pessoa LGBT tem alguma relação com você morar na rua hoje?

ILÍDIO: - Não, nenhuma, nenhuma. Eu estou desempregado mesmo. Até ano passado eu estava trabalhando.

GILSON: - Qual o seu sonho?

ILÍDIO: - Para agora? De começo, arrumar um emprego, ter uma vida fixa, não ficar vagando por aí igual um parasita. Arrumar um trampo, arrumar uma casa, um quarto, trabalhar, ir de casa para o trabalho e do trabalho para casa e é isso.

GILSON: - Em relação ao futuro em longo prazo o que você deseja?

ILÍDIO: - Para o futuro? Saúde, né? Claro! E estudar, voltar a estudar. Voltei a estudar ano passado, eu terminei o ensino médio ano passado, fiz o curso e terminei o curso, fiz curso de cozinha, tem vários cursos. Agora de hospedagem de hotel, porque aqui mesmo no albergue estou aproveitando as oportunidades que estão me dando, já estão querendo me colocar em outro curso no Senac e eu vou agarrar oportunidade. Estou até pensando em enfermagem, fazer enfermagem, em fazer curso de enfermagem.

GILSON: - Como você se vê enquanto pessoa LGBT em situação de rua? Qual imagem você tem de você mesmo?

ILÍDIO: - Eu sou tranquilo, hoje eu consigo compreender as coisas. Na rua a gente aprende a ser um pouco mais maduro, a ser esperto, tem que ser muito esperto

mesmo, a vida é louca, que o filho chora e a mãe não vê, na rua. Ficar na rua da maloca tem que dormir com um olho aberto, ou acordado para ver se ninguém vai te furar a noite na covardia, 'tacar' fogo em você. Já aconteceu comigo já, quase me mataram na rua.

GILSON: - Como?

ILÍDIO: - Tacando fogo na barraca que eu estava, aí eu vi que ele ia tacar fogo e dei um jeito no cara e tal. E eu já pedi ajuda já dos outros homens das outras malocas do lado que já se apegou com o cara e já bateu nele. E... Uma vez, um homem tentou me matar com uma facada também, tentou me dar uma facada dormindo, só que eu acordei na hora.

GILSON: - Por que ele fez isso?

ILÍDIO: - Porque ele viu que eu era gay, preconceituoso mesmo. Começou me chamando de 'viado'. E eu disse: "Está me chamando de 'viado'? Acha que está me ofendendo me chamando de 'viado'? Está nada! Você é só mais um só, lixo da humanidade! Se quiser bater de frente, 'demorô...' é 'nóis'". Quem disse que bate, eu sou magro, alto e deixa ele cair na porrada para ele vê, e é isso. A gente pode fazer bastante coisa na rua, mas a gente tem que se dar ao respeito, se ela quer respeito tem que dar respeito, tem que respeitar o espaço dos outros, não interessa se é hétero ou se é travesti. Tem que respeitar a diferença do outro, tem que ter respeito, se quer respeito tem que se dar ao respeito.

GILSON: - De modo mais geral, que visão que você tem em relação ao atual cenário de quem é LGBT e que mora na rua?

ILÍDIO: - Bom, a maioria dos LGBT's, principalmente as travestis que é mais marginalizada, periférica, né? Porque a sociedade não dá nenhuma oportunidade de emprego para essas pessoas. Aí as meninas têm que ir para rua trabalhar na noite, né? Para poder ter o que comer, o que beber e tem que pagar o aluguel. E o hétero usa a gente como objeto de sexo, prazeroso, vai lá transa e tchau e bênção, não quer saber de nada e sem contar ainda bate, mata e ameaça de morte: "Vou te matar seu 'viado' se você falar para alguém".

GILSON: - Você já sofreu isso?

ILÍDIO: - Ah! Eu não, mas com convívio, né? Com a galera. E tem muito preconceito entre a gente mesmo, LGBT. "Ah! Não gosto de 'viado' porque ele é isso, isso e aquilo".

GILSON: - O que seria esse "isso, isso e aquilo"?

ILÍDIO: - Ah! "Tu fuma pedra, é muito magra, é muito gorda, é muito baixo." E... "Ah, essas pessoas aí, essas gays são mais bonitas do que vocês e tals", "quem é que é mais bonito?". Eu falei a verdade, isso acaba uma hora! Você pode ser bonita por fora, mas por dentro, um lixo do esgoto. E hoje em dia ser sincero é fatal, se você for sincero, se falar uma coisa para uma pessoa e ela não gostar, ela vai acabar te matando, porque a sinceridade incomoda, e eu sou sincero, eu vejo e já falo na hora que eu acho sobre a pessoa. Ah! Não vou com a tua cara porque você me

incomoda, não quero você perto de mim. Aí ela fala: “Por quê?” Porque eu não quero você perto de mim. Eu converso com essa pessoa e particularmente eu sou assim.

GILSON: - Mudou algum fato de aceitação da sua família ao longo do tempo?

ILÍDIO: - Nada, minha família sempre me aceitou. Desde sempre, antes mesmo de me assumir, e assumir com doze anos. Minha vó, meu pai... Meu pai é machista “tem que casar com mulher, não sei o que, não sei o que”. Já sabia já, eu falei pra ele: “Olha, sou assim, assim, assado! Vocês vão ter que gostar, querendo ou não. E também se não gostar foda-se vocês, vou ficar até melhor”. Foi complicado, “Já que você é assim, fazer o que, né? Desde criança você é assim”. Mas na minha infância e adolescência eu fazia tudo que um menino fazia, brincava de carrinho, jogar bola, subir em árvore, atentar as meninas. Eu não brincava de boneca não, essas coisas aí não, de boneca, de se vestir de mulher, nem sinto essa necessidade, né? De ser travesti. Fiz tudo que o menino normal fez, normal.

GILSON: - Muito interessante sua história. Tem alguma coisa você considera relevante que precisa ser dito e não te perguntei? Sobre ser LGBT, por estar na rua.

ILÍDIO: - Olha, Tem gente que quer mudar de vida e tem gente que não quer. Tem gente na rua é fácil, mas não é fácil, a vida lá fora é muito assim, é cruel. Já sofri já, comi o pão que o diabo amassou, passei fome já, fiquei um ano na rua. Não me envolvi com drogas, mas já experimentei, mas, graças a Deus, nunca tive esse vício de drogas, nem beber não bebo, só fumar um cigarro e um baseado só. Eu tenho uma cabeça forte, não vou estragar ela com a droga, nunca precisei de internamento, nem nada disso. Faz anos, em? Isso eu aprendi dentro de casa, a fumar maconha, a fumar cigarro, não foi na maloca não. Beber, foi meu pai e meus irmãos que me ensinaram, ensinaram não, eu fui vendo eles e eu mesmo que quis. Ninguém ensina ninguém a fazer o que não quer, faz porque quer. Você quer fumar cigarro? Vai lá e faz um cigarro. Você quer beber? Vai lá e vai beber. Ninguém te obriga: “Se você não fumar cigarro e não beber eu vou te matar, vou te dar uma facada”, Não! Faz porque quer. Mas, graças a Deus e dos meus irmãos, da minha família lá eu sou uns que tem mais cabeça, mesmo na rua.

GILSON: - Eles sabem que você está em situação de rua?

ILÍDIO: - Sabe, meus irmãos sabe. Eu tenho uma ótima convivência com meus irmãos. Meu irmão, ele é machista, ruim e chato, mas se eu encontrar com ele aqui agora ele vem conversar comigo, vai trocar uma ideia, vai: “Ah, vamos fumar um baseado?” Vamos! “vamos conversar, vamos saber como é que ‘tá’ minha avó, vamos lá nos parentes?” Vamos! Só que eu não tenho contato com eles não, eles lá e eu aqui. Só que minha família não sabe que eu estou na rua não, só meu irmão, meu irmão e minha irmã. Eu falei para eles lá: “Não fala nada, fica quieto”, aí eles disseram: “Vai dar certo, meu pai é violento quebra tudo aqui dentro de casa”.

GILSON: - Por conta da droga?



ILÍDIO: - É. Fuma craque. Ele é uma ótima pessoa quando estar são, mas quando estar virado, vira o Satanás.

#### 4ª ENTREVISTA – GÍLIA

##### DIÁLOGO

Gilson - Em que momento você teve que morar na rua?

Gília: - O preconceito da família.

Gilson: - O preconceito da família? Me conta um pouquinho das questões que você vivenciou. Você pode compartilhar comigo?

Gília: - Ah, assim, desde criança eu nunca gostei de homem, assim... De menino. Ah! Eu não sei explicar moço!

Gilson: Tudo bem, não precisa explicar! Eu estou entendendo o que você está falando.

Gília: - Ah, eu só sei que eu não gosto de homem, né? Porque depois que aconteceu uns negócios comigo, eu fui estuprada. Aí, eu já não gostava mesmo, aí depois que aconteceu isso... ah, eu não sei explicar, só sei que eu não gosto de falar nisso. Desculpa aí.

Gilson: - Não tem problema. O que te levou a viver na rua foi o fato de ser lésbica ou alguma outra questão?

Gília: - Não, eu já não gostava mesmo, entendeu? Depois que aconteceu isso, aí que eu não gosto mesmo, 'tá' entendendo?

Gilson: - Sim! Que idade você tinha quando foi morar na rua?

Gília: - Eu? Desde os quatorze.

Gilson: - Você é de qual cidade?

Gília: - Eu já morei na casa das minhas tias, já morei em Minas, já morei em Vista Alegre, fui criado em Vista Alegre.

Gilson: - Onde fica Vista Alegre?

Gília: - É lá perto do Cachoeirinha.

Gilson: - São Paulo mesmo?

Gília: - É.

Gilson: - Como que você chegou na rua? O que aconteceu que te levou para rua?

Gília: - Preconceito da minha família.

Gilson: - De quem especificamente?

Gília: - Da minha cunhada. Eu era usuário de droga, eu usava crack. Aí quando eu estava uns tempo limpa, uma palavrinha que ela falava de mim, começava a jogar na cara que eu não tinha vergonha na cara, eu tinha que começar a gostar de homem, que Deus fez... Aqueles mandamentos de Deus, né? Eu não gostava, aí eu já vivia para rua.

Gilson: - Com quatorze anos?

Gília: - Não, antes, mais antes.

Gilson: - Por que que você ia para rua?

Gília: - Ah, eu ia para rua mais pela abstinência, às vezes ela pela abstinência e às vezes era por causa dela também. Aí juntava abstinência e juntar o preconceito dela, aí eu ficava na rua. Eu voltava até para drogas por causa disso, às vezes eu não estava nem a fim, aí vou lá para usar hoje para passar um pouco a raiva, né? Porque senão eu vou fazer merda com ela, minha intenção era essa. E eu ainda tenho essa intenção de matar ela ainda, porque ela tem preconceito comigo até hoje, ela não tem que aceitar, a opinião é minha, não é?

Gilson: - E a sua família? Quem você considera a sua família?

Gília: - O meu irmão e o meu cunhado, que é pai ao mesmo tempo. É, é uma longa história aí, que eu nem acredito na minha família que ela mente demais, sabe? Eu não acredito, eu prefiro ficar sozinha no mundo aí. Melhor do que ter preconceito comigo e ficar mentindo, então eu fico nessa vida aí, mas um dia eu saio dela se Deus quiser.

Gilson: - Que tipo de discriminação você já sofreu fora da sua família?

Gília: Preconceito? Por exemplo, no serviço, uma vez eu estava lá em Suzano, em um Albergue lá em Suzano. E eu fui fazer uma entrevista, como eu fiz um curso de costureira e estavam pegando na empresa alta do Brasil, era uma empresa de costura. Aí eu peguei, fiz o currículo, mandei e aí tinha que ter entrevista, aí no dia não foi, porque eu falei que eu era do albergue e também eu acho que não era só por causa disso não. É porque eu era assim e com voz de mulher, e também porque eu era soropositivo, por causa do estupro. Sou soropositivo por causa do estupro que eu tive lá na Cracolândia.

Gilson: - Aqui em São Paulo?

Gília: - É.

Gilson: - Você morou na Cracolândia?

Gília: Fiquei, desde os 14, eu comecei com tudo com 14 anos. Comecei a conhecer maconha, cocaína, tudo! Só não injetei na veia. Mas, aí, juntou o preconceito da família, aí junta tudo. É prova, né? Ficar em albergue, tem horário para dormir, acordar, tomar banho, comer, lá é todo um processo para você viver.

Gilson: - Como é aqui no serviço? Que banheiro você usa?

Gília: - Ah! Eu uso os dos deficientes.

Gilson: - Por que você usa o dos deficientes?

Gília: - Eu estou banhando aqui e eles falam para eu tomar banho no debaixo. Eu não tomo banho lá em cima com as meninas.

Gilson: - Qual que é teu sonho?

Gília: - Meu sonho é ter minha casa, a minha liberdade, ter minha vida de volta, ter minhas coisas, o meu sonho é esse.

Gilson: - Qual a sua expectativa em relação ao futuro? O que você gostaria que acontecesse?

Gília: - Ah! Eu queria um milagre, né? Na minha vida, sei lá, não sei explicar. O que eu queria que me acontecesse, é ter meu canto, né?

Gilson: - Como é ser LGBT em situação de rua? Você percebe alguma diferença entre pessoas LGBT's?

Gília: - Onde eu moro, não indo muito longe. Tipo assim, eu trabalho em um negócio de reciclagem, reciclando, né? Lá no Parque Dom Pedro, de segunda a sexta. E tem uma mulher lá que não gosta de pessoas assim como eu e ela já falou na minha cara. Então assim, é dolorido, porque se eu quiser ferrar com ela eu posso ferrar, entendeu? Porque é preconceito, eu ainda estou passando preconceito com essa mulher aí também, porque ela não gosta.

Gilson: - E quem vive nos seus grupos da rua, você percebe que tem diferenças em relação à população LGBT?

Gília: - Quando a gente está de turminha não, porque se tiver com preconceito a gente vai junto com o outro.

Gilson: - Como é a sua relação hoje com a sua família? Como você percebe a sua relação com a família?

Gília: - Eu não tenho relação com a minha família, não tenho. Por causa dessa atitude que minha cunhada faz e meu irmão acata também, entendeu?

Gilson: - Sim! Como é sua relação com amigos?

Gília: - Amigos? Ah! Com amigos eu pego amizade com todo mundo, todos me respeitam, alguns dão caçoada, mas...

Gilson: - E nos grupos de convivência?

Gília: - Normal, é normal.

Gilson: - Tem pessoas do grupo LGBT que sofrem mais na rua? Entre gays lésbicas travestis transexuais. Tem alguma categoria que você acha que sofre mais dessas questões?

Gília: - Não, que eu saiba não.

Gilson: - Tem alguma questão que você acha relevante falar que eu não perguntei? A respeito da sua vida, de como é ser LGBT na rua.

Gília: - Para mim é normal, só não gosto quando tem pessoa que passa e olha assim, ou tem uns que vem e fala assim: “É homem ou mulher?”, ou quando vai lá comprar alguma coisa: “Ô mocinho! ou mocinha, você é o quê? Menino ou menina?”. Aí também é preconceito, eu não gosto, quando fala assim: É menino ou menina? No banheiro também direto, quando a pessoa vai entrar, vai lá e chama o segurança e fala: “Ai, entrou um menino dentro do banheiro”, quando chega, espera sair “É essa aqui ó, esse aqui”.

Gilson: - Na escola você já sofreu esse tipo de situação?

Gília: - Muito.

Gilson: - Como era?

Gília: - Ah, como eu vou te explicar... ah, eu não sei explicar muito não, eu só sei que eu não gostava muito de ficar perto de menina, eu gostava de ficar perto de menino. E o meu negócio não era ficar pulando corda, essas coisas, pular amarelinha. Meu negócio era jogar bola e aí as ‘minas’ ficavam me chamando de sapatão na escola. Aí eu falava que não era, porque na época eu tinha medo de assumir, aí teve uma época que não aguentei, fui e sair do armário. Aí eu vou aguentar esse preconceito até...

Gilson: - Você já sofreu violência por ser LGBT e está na rua?

Gília: - Não. Mas eu já fui estuprada.

Gilson: - Isso te marcou muito, né?

Gília: - É... Ele mexe comigo, né? Fazer uma coisa que você não gosta. “Você gosta de homem sim” e fazer uma coisa que você... “Nossa agora você gosta de homem”. Então...

Gilson: - Mas fizeram isso por quê?

Gília: - O cara estava lá, esperou eu dar um trago, não é porque eu estava fumando pedra, eu nunca vendi meu corpo assim. Eu já roubei e tudo, mas nunca vendi, né? Eu pedi dinheiro, olhava carro para ter o dinheiro para usar droga, mas vender meu corpo, nunca vendi. Aí, os cara não gostava, aí tinha uns cara ali que falava: “Essa menina aí não é sapatão não, você não é sapatão”, eles falavam direto. Mas eu não esperava que um dia iria acontecer isso, ele iria fazer essa maldade comigo, que foi o estupro.

## 5ª ENTREVISTA – ÂNGELO

### DIÁLOGO

Gilson: - Gostaria que você compartilhasse um pouco sobre sua trajetória de vida. Em que momento você teve que morar na rua?

Ângelo: - Então, assim, eu nunca cheguei a morar mesmo na rua, né? Eu venho de uma comunidade católica, onde eu passei um tempo de voluntariado e depois que eu saí dessa comunidade eu procurei um centro de acolhimento. Então, não posso dizer que vivi exatamente na rua.

Gilson: - Você veio de onde para cá?

Ângelo: - Então, eu vim de Suzano, né? Porque era lá que eu fazia o voluntariado, numa casa de idosos e, aí, foi quando eu decidi tentar alguma coisa aqui fora, no mercado de trabalho.

Gilson: - Você é natural de São Paulo?

Ângelo: - Não, sou baiano.

Gilson: - De qual cidade?

Ângelo: - Da cidade de Vereda.

Gilson: - O que te levou a condição de abrigo?

Ângelo: - Então, assim, o que me levou à condição de abrigo foi o recomeço, né? E esse recomeço, foi devido a vida desregrada que eu tive anteriormente.

Gilson: - Você pode falar um pouco sobre isso?

Ângelo: - Posso, posso sim! Essa vida desregrada era porque eu era muito baladeiro, tive também o conhecimento das drogas e isso fez com que eu perdesse muita coisa, muita coisa na minha vida.

Gilson: - Atualmente você faz uso de drogas?

Ângelo: - Atualmente, graças a Deus, não.

Gilson: - Está inserido em algum tipo de tratamento?

Ângelo: - Então, essa comunidade que eu te falei anteriormente, foi que me ajudou a esquecer totalmente essa parte e me fez despertar a vontade de um novo rumo na minha vida.

Gilson: - Qual era sua droga de escolha?

Ângelo: - Do caso que eu fazia uso? Cocaína.

Gilson: - Em relação à condição de abrigamento, você chegou a fazer uso de drogas na rua, a dormir alguns dias?

Ângelo: - Assim no caso quando eu ia para as baladas eu fazia uso, principalmente de álcool e dormir exatamente assim na rua eu nunca cheguei a dormir mesmo assim na rua, mas já virei noites, já cheguei a ficar indo de uma balada para outra, ficar virado e depois retornar para casa, porque nesse tempo de uso eu ainda morava com a minha família.

Gilson: - Aqui em São Paulo?

Ângelo: - Sim.

Gilson: - Você faz algum tratamento de saúde?

Ângelo: - Não, hoje não. hoje não faço, eu já iniciei o tratamento, assim, não era bem um tratamento, mas no caso um acompanhamento, mas eu desisti por causa da correria do dia a dia.

Gilson: - Em relação a questão de abrigamento ou mesmo nesse período que você costumava passar na rua, você se lembra de alguma situação onde você tenha passado conceito?

Ângelo: - Assim, eu não posso dizer que eu sofri assim diretamente. Que eu lembre, graças a Deus, não. Mas a gente sabe que talvez em um momento que eu não posso descrever exatamente, mas querendo ou não a gente sofre sim.

Gilson: - Quais são as expectativas em relação ao seu futuro? O que você tem de sonho?

Ângelo: - O meu sonho assim caro são vários, mas a gente tem que ir por etapas. Eu pretendo encontrar um bom emprego, depois ter a minha casa, o meu quarto, o que seja. Um dos meus maiores sonhos mesmo é montar uma confecção para mim.

Gilson: Qual é a imagem que você tem do Ângelo enquanto pessoa LGBT em situação de abrigamento? Como que você se vê?

Ângelo: Assim, eu acho que dentro de nós, sempre há alguma força positiva e quando a gente sonha não importa a situação que a gente se encontra. E o Ângelo é LGBT é o Ângelo que luta por aquilo que ele sonha, sem se diminuir em lugar nenhum, em frente de qualquer pessoa que seja.

Gilson: - Qual que é o olhar que você tem em relação ao grupo de LGBT em situação de rua? O que você nota que essas pessoas passam?



Ângelo: - Então, eu costumo dizer assim, que cada um tem a sua luta. Eu acho que claro, e querendo ou não há um sofrimento sim, porque se a pessoa tem um emprego, tem uma vida mais estabilizada, ela já sofre, querendo ou não, o preconceito, imagine em situação de rua. Então, é muito difícil isso, porque eu me coloco no lugar de cada uma delas, porque praticamente eu só estou no abrigo, mas praticamente eu não fico tão distante do que elas vivem, mas, assim, eu acho que deveria sim procurar lutar mais, procurar um centro de acolhida, é um primeiro passo, né? Para depois poder se organizar e ver o que realmente precisa. O que é importante também não esquecer, o que nos causou isso, o que nos levou a ter essa situação, nesse momento trazer para dentro de nós, não uma revolta do lado ruim, mas se revoltar com aquilo que o causou aquilo. Então, esse foi um dos princípios que também me fez parar de usar drogas. Porque o trato como se fosse uma pessoa que tivesse me feito um mal muito grande, quando uma pessoa me faz o mal eu fico querendo ou não, com ressentimento dela, então eu procurei ter ressentimento da droga que me tirou muita coisa, os sonhos e o amor que foi roubado de mim. Mas em relação à população LGBT de rua, eu diria assim, lutar mais, ser mais profundo naquilo que sonha e que queremos, porque eu acredito que cada um ali tem um sonho independente da vida que ela vive e eu acho que devemos procurar mostrar para as pessoas, porque as pessoas olham para a gente só no sentido da sexualidade, e não é isso, a gente também precisa ser abraçado, a gente também precisa de carinho, ter uma vida estabilizada, ter uma vida familiar e é isso que a gente precisa realmente.

Gilson: - Você já presenciou, na rua, algum tipo de violência contra LGBT's?

Ângelo: - Bom, eu já. Mas não de agressão, mas sim de agressão verbal. "Ah! Seu 'viadinho'!", esse tipo de palavras, mas já vi sim.

Gilson: - Como que é a sua relação com a família hoje? Pensando nessa questão LGBT, você sofreu preconceito por parte sua família?

Ângelo: - Por parte da minha família eu não posso afirmar com todas as palavras que foi exatamente um preconceito, né? Não! Foi assim, o modo de pensar deles de não aceitar e eu respeitei essa decisão deles. E esse foi um dos motivos também que me levou a ir para comunidade católica, que eu decidi ir por conta disso, porque minha família nunca me aceitou. E nisso de não me aceitar, eu me mascarei muito, e nisso de me mascarar eu nem vi uma pessoa que não tinha vida, não tinha uma verdadeira identidade, então eu vivi como uma pessoa falsificada vamos dizer assim, em respeito a minha família e por não querer magoar a minha família.

Gilson: - Me fala mais como era viver de forma mascarada? Como que você vivia?

Ângelo: Ah! Era difícil, porque eu queria botar para fora uma alegria, um momento de excitação e eu tinha que me preocupar de que forma que eu iria vibrar essa alegria.

Gilson: - Você tinha que ter cuidado na forma que você expressava os seus afetos?

Ângelo: - Sim.

Gilson: - Qual era a ideia central? O que que você imaginava que a sua expressão poderia gerar no outro? O que que esse outro poderia pensar a respeito de como você se expressavam?

Ângelo: - É porque assim, o que eu mais escutava da minha família é que havia um debate entre eles, tipo: "Ah, o Ângelo, ele é gay!". A minha avó, por exemplo, falava: "Não, ele não é, ele é uma pessoa mais carinhosa, é o jeito dele". Então, por ter essa discussão entre eles, eu já me preocupava nesse sentido. Porque se eu abrisse a boca diretamente para minha família e olha gente "eu sou gay!". As portas iriam se fechar também.

Gilson: - E quando eles souberam?

Ângelo: Na verdade, a minha família praticamente sempre soube. É que eles nunca quiseram enxergar isso e também da minha boca nunca foi citado.

Gilson: - Você nunca quis falar a respeito disso?

Ângelo: - Não, sempre fugir.

Gilson: - Por quê?

Ângelo: - Ah! Por conta da reação deles. Porque eu via também o jeito que eles comentavam e que nunca aceitariam. Então eu sempre tive medo de perder.

Gilson: - Eles sabem que você está abrigado?

Ângelo: - Não, não sabem. E eu prefiro que continuem sem saber.

Gilson: - Como é sua relação com seus amigos do centro de acolhimento? Você tem amigos lá?

Ângelo: - Não, não tenho. Eu tenho uns dois ou três conhecidos, mas, amigo, amigo mesmo, faz tempo que eu não sei o que é isso. Exatamente lá não, mas posso dizer que tenho umas duas pessoas fora de lá que eu vejo que realmente eu posso sem medo abrir a boca e dizer que é meu amigo.

Gilson: - O que você gostaria que fosse modificado, nesse atual cenário que a gente tem de políticas públicas, para melhorar a vida de quem é LGBT e mora na rua?

Ângelo: - Eu acho que um acompanhamento mais próximo, eu acho que se aproximar mais. Eu acho que para mim ajudar alguém eu primeiro tenho que me colocar no lugar dele, entender mais a história e a ferida de cada um, e a causa do que causou aquilo na vida dele, né? Eu penso assim, que para mim ajudar alguém eu tenho que primeiro me aproximar mais, me colocar realmente no lugar dele e para eu me colocar no lugar dele eu tenho que estar próximo. Então, eu acho que seria uma ajuda mais positiva e mais eficaz.

## 6ª ENTREVISTA – DOUGLAS

### DIÁLOGO

Gilson: - Eu queria saber um pouquinho sobre sua trajetória de vida. Em que momento você começou a morar na rua?

Douglas: - Então, eu vim do Rio para cá. Porque tipo, eu trabalho com barbearia, e lá tem muita concorrência e roubo. E você monta o estabelecimento e não vai muito, porque o aluguel é caro e essas coisas, aí eu falei: “vou para São Paulo”, e eu já conheci uma menina aqui, que morava aqui, e aí conversando um ano e pouco com ela pela internet e ela: “Vem, é legal e tal”. Aí, eu peguei e resolvi vim, na primeira vez eu fiquei meio assustado com o lugar e não sair nem da rodoviária, e aí beleza, voltei para o Rio de novo. Na segunda, eu já esperei sete dias e vou de novo. Aí vim, já saí, comecei a conhecer as coisas, só que eu dei um mole na rodoviária, né? Porque aí, quando eu cheguei, minha maleta com as máquinas e com as roupas foi todas roubadas, aí eu tive que ficar em condição de rua. Porque eu vi com pouco dinheiro e o dinheiro que eu tinha eu pagava hotel, comia, alimentação e essas coisas. Aí acabou o dinheiro e eu tive que ficar na rua, porque eu não conhecia ninguém e a pessoa que eu comunicava não atendeu o telefone mais, entendeu? Aí, eu estou aí agora nessa situação, porque eu também não quero voltar para o Rio e eu sempre vivi sozinho, a minha família não tem o contato e é isso.

Gilson: - Eles sabem que você está em condição de rua, Douglas?

Douglas: - Não, sabem não.

Gilson: - Há quanto tempo você está na rua?

Douglas: - Eu estou dois meses.

Gilson: - Por ser uma pessoa LGBT, você sofreu algum preconceito ao longo da vida?

Douglas: - Vários, vários.

Gilson: - Me conta um pouco.

Douglas: - Condições de trabalho, às vezes de ir em algum lugar as pessoas já ficam olhando, igual a situação do banheiro. Eu uso feminino, né? Porque tipo, passa um monte de coisa na minha mente, eu gosto de usar por enquanto ele, porque eu não fiz a cirurgia. Porque eu acho assim, depois que eu fizer minha cirurgia e mudar, eu vou usar o banheiro masculino. Mas tem vez que eu falo: “Eu sou mulher”, mas aí a pessoa fica olhando, “mas seu banheiro já não era para ser aqui que não sei o quê”, entendeu? Não tem especificação no banheiro. Para trabalho também é difícil, as pessoas julgam, ainda mais agora em condição de rua.

Ser negro, não ter muito estudo, mas por mais que você tenha talento e força de vontade de vencer na vida, tipo você coloca um emprego para mim e você vai falar: “Eu quero que você faça isso”, se eu souber fazer, eu vou falar eu sei fazer, mas nada me impede que eu possa correr atrás e executar o trabalho da melhor forma. Aí tem esse preconceito, porque a gente chega na loja às vezes para deixar currículo, eu sou um pouco tímido, entendeu? Aí eu chego às vezes para entregar assim: “Bom dia senhora, estão precisando de funcionário?”. Aí só pega o currículo e às vezes rasgam e vários preconceitos, né?

Gilson: - E na rua, o que você já sofreu?

Douglas: - Olha, eu já fiquei quatro dias sem comer e tomar banho, quando cheguei aqui, que tipo, acabou o dinheiro todo eu tive que ficar esses quatro dias assim. Mas, o que acontece é que eu fiquei meio chateado, porque as pessoas que têm condições de ajudar não ajuda, e quando você pede uma coisa para comer que você está com muita fome e as pessoas olham assim, tipo “É, tem saúde, tá forte vai trabalhar” que não sei o que, é complicado! Eles não entendem que a gente não está nessa situação por vontade própria, porque eu nunca morei na rua é a primeira vez. E isso, agora eu levo comigo como aprendizado, porque muitas das vezes a gente tem um monte de coisa dentro de casa do bom e do melhor, eu sempre trabalhei, sempre tive minha casa, sempre tive minhas coisas, eu sempre lutei. Tudo o que eu conquistei até hoje, a minha casa, as minhas coisas foi tudo Deus que me deu força para mim conseguir e eu fui lutando, mas eu vou falar, é complicado. Eu estou feliz porque eu estou aprendendo a dar valor nas pequenas coisas, porque antigamente eu tinha do bom e do melhor e não dava, entendeu? E é isso.

Gilson: - Você já sofreu alguma violência física na rua?

Douglas: - Não, graças a Deus. Eu me dou bem com todo mundo, eu converso, eu respeito para todo mundo me respeitar, essas coisas de violência, de xingamento, essas coisas ainda aconteceu comigo. E eu peço até a Deus para não acontecer porque é um pouco complicado, né? Porque toda ação tem uma reação.

Gilson: - Você acha que estar na rua tem alguma relação com fato de você ser um homem trans, ou não?

Douglas: - Ajuda bastante, porque desde nova eu sempre vivo perto, mais ou menos, da família, mas tendo que trabalhar, tendo o meu. A minha família já não apoiava, ninguém apoiava.

Gilson: - Quais são as suas expectativas em relação ao futuro? O que que você tem de sonhos, Douglas?

Douglas: - Ah, eu quero fazer mais cursos na área de barbearia, que é a que eu amo fazer mesmo de coração. E me especializar mais e mais para mim sair dessa vida, porque eu tenho certeza que eu vou conseguir vencer com meu trabalho e não tirando nada de ninguém, honestamente, entendeu? Com Deus do meu lado eu vou vencer as barreiras.

Gilson: - Você tem alguma questão de saúde?

Douglas: - Não, graças a Deus, sou tranquilo.

Gilson: - Como que você vê o atual cenário de quem é LGBT e está em situação de rua?

Douglas: - Nessa questão aí eu não tenho muita coisa a dizer, entendeu? Porque da nossa parte, tipo assim, que são os homens trans, eu não vejo muito preconceito. Eu vejo mais preconceito com os travestis, que trabalham na noite, na rua à noite, entendeu?

Gilson: - Como que você vê isso?

Douglas: - Pessoas que bate, mata, pouca coisa. Sendo que é eles que param carro, você para se você quiser, não é mesmo? E aí já gera a pancadaria e ele sofre muito preconceito. Eu vejo muitos trans machucados e ninguém dá assistência. E eles sempre vão ser errado, eles sempre vão ser a parte podre, entendeu? Vamos falar o português bem rasgado, da sociedade e não é assim, eles são seres humanos, né?

Gilson: - Como que é a sua relação hoje com a sua família? Você falou que se afastou um pouco.

Douglas: - Eu não tenho contato.

Gilson: - Nenhum contato?

Douglas: - Não. Igual aqui, eu cheguei aqui não estava trabalhando, mas agora já consegui um bico e tipo, eu vou para o farol quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, aí eu trabalho, ganho esse dinheiro, compro as minhas coisas que eu tenho que comprar. Porque eu gosto de me vestir bem, gosto de andar legal e também não é questão de dinheiro, eu não gosto de ficar pedindo nada para ninguém, então a gente tem que trabalhar e graças a Deus já saiu esse emprego, já estou...

Gilson: - Que bico você faz?

Douglas: - É tipo panfletagem, eu tenho como trabalho também, que é digno.

Gilson: - Aqui no grupo de convivência, como é sua relação com as pessoas sendo LGBT?

Douglas: - Ah, todo mundo gosta de mim, porque eu respeito e é "bom dia", quando eles precisam eu paro um pouco para ouvir. Eu não posso ajudar com muito, mas eu dou uma palavra amiga, eu tento confortar eles de alguma maneira para que eles saiam daquela zona, porque às vezes muita gente quer ficar na depressão, porque ninguém ouve, ninguém troca uma ideia. Eu não, eu já paro, eu faço serviço voluntário aqui, quando eu não estou fazendo eu já converso: "E aí? Tudo bem? Como é que foi seu dia? O que que está acontecendo?". E aí todo mundo vai falando comigo assim, gosta de mim, me respeita e eu gosto. Não tenho nada de ruim para falar, eu só às vezes acho que um pouco, na questão LGBT, tem várias situações que tipo assim, temos direito de receber várias coisas, tipo aquele

benefício de mil e cinquenta reais, mas tu vai no lugar para se cadastrar já é um pouco difícil. E eu acho que para os trans já é mais fácil e travesti já consegue mais rápido, e eu estou esperando, estou indo lá direto, mas não consigo. Aí tem questões que por um lado é legal, mas para outro não é.

Gilson: - E você acha que precisaria em termos de assistência para atender a sua categoria específica de homem trans?

Douglas: - Ah, assim, pessoas bem qualificadas, né? E dispostas a ver o que a gente passa, a sentir com a gente assim, na pele mesmo e se entregar, se jogar de coração com amor. Porque muitas das vezes a pessoa só chegam assim: "Ah, vou ter que trabalhar". Aí já chega, às vezes a gente vai perguntar alguma coisa e trata mal. Eu acho que se a pessoa vim com um coração limpo e com amor eu acho que tudo se torna mais fácil, entendeu?

## 7ª ENTREVISTA – WILSON

### DIÁLOGO

Gilson: - Eu queria que você falasse um pouquinho sobre sua trajetória de vida. Em que momento você começou a morar na rua? O que que aconteceu?

Wilson: - Eu vim da Bahia, já cheguei aqui em São Paulo nova, passei muita dificuldade, a primeira comunidade que eu vim morar foi Brasilândia. Eu sofri muito com relacionamento, de arrumar pessoas que enganava eu, tirava tudo de mim. Aí vivia na rua, voltava para dentro de casa, aí eu fui cansando com aquilo, aí o que me fez vir para o centro da cidade e eu vim conhecer o Albergue. Aí não é fácil para arrumar emprego para a gente, é muito preconceito, muita gente julga, “sapatona”. É muita coisa mesmo absurda que a gente sofre, aí eu vou e volto para casa da minha família e não dá certo, cai na rua de novo, entendeu? Eu sofro muito também com química.

Gilson: - Você faz o quê?

Wilson: - Cocaína e maconha.

Gilson: - Crack também?

Wilson: - Não, crack não. Isso aí, ainda não cheguei nesse ponto.

Gilson: - Você tem alguma questão de saúde?

Wilson: - Não! Não! No momento é só isso mesmo. e eu sofro muito com o desemprego com essa política agora, e não dá uma oportunidade, emprego mesmo. Porque se a gente não pedi a Deus mesmo para abrir a porta de emprego para a gente ter o nosso cantinho, não tem melhor coisa do que a gente estar na nossa casa, tudo à gente precisa de emprego. E não as pessoas julgarem a gente pela aparência. Ouvir mais, escutar um pouco a nossa história, aí já julga, aí fica um pouco difícil.

Gilson: - O que te levou viver na rua?

Wilson: - Revolta. A minha família é muito preconceituosa. Meu pai me batia muito, muito, muito. Bebia, chegava bêbado e aí eu fui crescendo com aquilo com a ‘cachaçaiada’, minha família nisso aí. Até que um dia eu conheci um hippie e caí no mundo com ele.

Gilson: - Mas assim, o que te levou sair de casa? A violência estava relacionada ao preconceito?

Wilson: - O preconceito; e meu pai não gostava, meu pai não gostava da minha pessoa.

Gilson: - Por quê? O que que tinha em você?

Wilson: - Bom, as minhas vestes, porque eu sou assim desde o berço, eu já vim desde o berço assim. Minha mãe botava roupa de mulher e eu se trancava e rasgava, queria roupa de homem, eu cresci assim. Então, ele não aceitava, foi o que me fez sair de casa, cai no mundo para tentar me sobreviver.

Gilson: - Quando você saiu de casa você já drogas?

Wilson: - É, quando eu saí de casa já fazia, mas era mais maconha. A cocaína eu conheci aqui quando cheguei em São Paulo.

Gilson: - Você é de que local da Bahia?

Wilson: - Itamaraju, perto de Teixeira.

Gilson: - Teixeira de Freitas, né? Como que você identifica a sua cor?

Wilson: - A minha é parda, eu sou a tendência de índio.

Gilson: - Quanto tempo você ficou em situação de rua?

Wilson: - Eu estou ainda, né? Já vai fazer uns quatro ou cinco anos, nessa enrolação.

Gilson: - Por ser LGBT você já sofreu algum tipo de preconceito na rua?

Wilson: - Já, muito.

Gilson: - Me conta um pouco a respeito disso.

Wilson: - Tem um amigo meu que mora lá próximo onde eu moro, ele conversa assim com a gente na falsidade, você olha assim dentro do olho dele que ele tem uma fobia. Porque a esposa dele trocou ele por uma... Ele tem uma grande revolta por causa disso, ele pensa que todas homens trans é igual. Nem todas é igual, nós temos nossos defeitos e tem nossas qualidades. Então, a gente sofre muito deles, quando a gente fica próximo a roda onde ele está, já começa o cochicho, falar da gente. Aí, a gente também já gosta de causar também, né? Arrumar confusão também, né? Que a gente não admite isso, o que vale é o respeito e desde que ele não querer botá a mão, é gente querendo botar a mão na gente. Aí a gente pede ajuda para os meninos lá da comunidade lá. Porque os meninos da comunidade lá, mora muitos meninos trans e os meninos não gosta o que eles faz com nós.

Gilson: - Você já sofreu violência na rua?

Wilson: - Quase que eu sofro tentativa de estupro, na Bahia, quando eu era de menor.

Gilson: - Você não estava na rua ainda?



Wilson: - Não, está não. Mas aqui em São Paulo quando eu cheguei, já tem uns quatro meses eu sofri agressão na porta do albergue.

Gilson: O que mais de preconceito você já sofreu que você pode me contar? Na vida que você lembra.

Wilson: - Eu sou né porque quando a gente arruma uma amizade que hétero, as pessoas julgam muito, fala que... ah, só porque a gente gosta de mulher, a gente não pode ter amizade com uma pessoa que gosta de homem? Normal! Desde que vá o respeito, o respeito vem da gente da pessoa. Aí as pessoas julgam, "Ah, já está tendo um caso". Aquelas indiretinhas, e não é assim, não é nada disso.

Gilson: - Qual é o teu grande sonho na vida?

Wilson: - Meu grande sonho é Deus abriu as portas, é me dar muito dinheiro, é eu ter o meu cantinho, poder ajudar o próximo também, é isso. Eu não sonho muito alto não.

Gilson: - Qual é a imagem que você tem de você mesmo? Quando você olha, quem é o Jackson, um LGBT em situação de rua. Como que você se vê?

Wilson: - Eu me olho assim no espelho, né? Lógico! E eu vejo o Jackson, que é a gente tem que se amar independente das críticas. E faz parte do LGBT.

Gilson: - Você acha que ser LGBT e está na rua dificulta mais a sua vida? Ou é igual para as outras pessoas?

Wilson: - É igual para as outras pessoas, é igual. Porque tem muitas pessoas também que sofrem, tanto homem trans, sofre muito. Os trans sofre mais.

Gilson: - Você acha isso por quê?

Wilson: - Acho. Porque eu escuto muitas coisas dentro do Abrigo os cara falando: "Ah, 'viado'. O que que esse 'viado' está fazendo no meio das mulheres?". Ele se vê como uma mulher, entendeu? Então, não tem que julgar nada, aí começa aquelas críticas, "tem que tirar esse cara daí, minha mulher está aí dentro". Uma coisa que deveria ter geral, em todos os abrigos, era pessoas trans independente, travestis, lésbica, entendeu? Se está dentro de uma casinha, colocar mais ordem, acabar mais com o preconceito, sem preconceito.

Gilson: - Como que é a tua relação com a tua família hoje?

Wilson: - Hoje em dia, eu tenho duas famílias. Eu tenho a de sangue que mora em Guarulhos, que eu vejo pouco tempo e minha família daqui ama eu, independente do jeito que eu sou, e tem a de criação, que mora na Vila Albertina, que é uma família que me acolhe, as portas está aberta para na hora que eu quiser voltar para lá, mas no momento e desempregada eu não... Eu tenho orgulho dentro de mim, eu não vou.

Gilson: E na Bahia? O pessoal da Bahia?

Wilson: - Na Bahia, eu nem gosto, me isolei. Minha família mesmo é os amigos, é o que sofre e está ali no dia a dia. Os de lá não, eu sofri muito a onde eu morei.

Gilson: - Você sofre preconceito nos grupos de convivência aqui? Como que é isso? O que você já passou?

Wilson: - Sofre, sofre, sofre. O pessoal olha, julga. Principalmente os homens casados, nem tanto os solteiros, mais os casados.

Gilson: - Você acha que teve mudanças significativas antes e depois que você foi morar na rua enquanto a família?

Wilson: - Teve. O mundo me ensinou mais, né? Eu tive que apanhar muito, no mundo. Eu vim acabar de viver, aprender mais coisas quando cheguei aqui em São Paulo, quando eu vim morar nesse lugar centro, o pessoal e a assistente social me ajudou, luto 'pra' caramba. Do que eu 'tá' em casa, porque em casa eu só passava nervoso, ninguém me apoiava e nem nada. E hoje em dia na rua, mesmo andando em situação de rua, morando em uma casinha eu tenho apoio da psicóloga, de amigos, do trans, entendeu? Tem muitos psicólogos trans também, então ajuda mais a gente, eles entende a gente.

## 8ª ENTREVISTA – SILVIA

### DIÁLOGO

Gilson: - Em que momento você começou a morar na rua? O que que aconteceu?

Silvia: - Assim, a minha profissão, eu cabeleireira, só que ultimamente devido à crise econômica e essas coisas, ficou muito difícil para mim me manter.

Gilson: - Você falou que você é do Ceará?

Silvia: - Isso, mas eu morava em Santos há seis anos. E lá a rejeição é muito grande, entendeu? Eles aceitam você no salão se você for assim... E a vida toda eu não fui assim, já tive cabelo grande, já tive a aparência bem mais feminina do que eu tenho hoje. Porque eu fazia tratamento hormonal e tudo, conforme a redesignação. Então, eles não aceitam você com aparência feminina, você tem que trabalhar com aparência masculina e isso é muito desconfortável para mim, se eu disser para você que estou feliz nessa situação eu não estou. Então, eu meio que cair em uma depressão de ter que viver de uma forma que eu não me sentia bem. E foi essa situação, devido a não aceitação que eu tive, eu acabei parando nessa situação que eu estou.

Gilson: - Mas assim, o que te levou? Você estava sem trabalho?

Silvia: - Não, eu estava trabalhando, só que eu estava trabalhando em um meio extremamente homofóbico, lidando com pessoas héteros que gosta de fazer piada, que gosta de fazer graça e eu não tinha o respaldo dos meus superiores e, para eles, é como se eu fosse apenas um nada, entendeu? Isso foi me sufocando, me sufocando e foi aí que eu caí nessa depressão e acabei perdendo tudo.

Gilson: - Você perdeu tudo como?

Silvia: - Devido à pressão, a gente vai perdendo o gosto, vai perdendo a graça em viver. E, automaticamente, a gente vai abandonando as coisas.

Gilson: - Você tinha alguma questão com a saúde? Uso de álcool ou de drogas?

Silvia: - Nunca tive, graças a Deus!

Gilson: - Sílvia, qual foi o motivo que te levou a morar na rua? De modo bem direto.

Silvia: - De modo bem direto? Rejeição!

Gilson: - Há quanto tempo você está na rua?

Silvia: - Vai fazer dois meses.

Gilson: - Por ser LGBT você já sofreu preconceito na rua?

Silvia: - A gente sofre preconceito em qualquer lugar, não tem essa de estar na rua, em uma situação melhor ou em uma situação pior. A diferença, vou ser bem sincera contigo, a gente recebe muito mais respeito dos moradores de rua do que das pessoas que atendem essa população, entendeu? Os moradores de rua em si, te respeitam, te tratam bem. Eles brincam? Brincam! Mas nada fora do respeito. Mas as pessoas que vão te atender, uma um assistente social aqui não sabe te atender. Ele quer te tratar da maneira que ele quer e não à maneira como você se sente bem. Não tem esse preparo, então, chega a ser muito desconfortável.

Gilson: - Aqui no centro, que tipo de situação desconfortável você já presenciou?

Silvia: - Nesse São Martinho não, mas no outro sim. Eu expliquei a minha situação para assistente social, eu mostrei tudo para ele e mesmo assim ele fazia questão de me tratar conforme ele via e não conforme eu queria, ele fazia questão de jogar, evidenciar, isso na minha cara. E isso é doloroso porque eu já tive bem, eu já tive como eu realmente queria estar. E hoje, me ver nessa situação não é bom para mim, então eu penso que uma pessoa que lida com as pessoas, lida com o público, ela tem que saber como falar, como se expressar ou então ela está na profissão errada.

Gilson: - Ela tem que entender o outro, né?

Silvia: - Exatamente!

Gilson: - O fato de você ser uma pessoa LGBT foi um motivo específico para você estar na rua.

Silvia: - Sim.

Gilson: - Qual que é o teu sonho? O que que você pretende alcançar na vida?

Silvia: - Redesignação sexual e ter sucesso na minha profissão.

Gilson: - O que isso mudaria para você?

Silvia: - Eu acho que eu alcançar o significado total da palavra felicidade.

Gilson: - Quais expectativas você tem em relação ao seu futuro profissional? O que você espera alcançar e como você espera estar daqui um tempo?

Silvia: - Como São Paulo é uma cidade muito grande e também aberta para muitas coisas, eu pretendo estar lá na frente, trabalhando na minha profissão da maneira que eu realmente me sinto bem. Sem ter nenhuma rejeição devido à aparência feminina ou qualquer coisa do gênero.

Gilson: - Sobre as suas relações sociais, como é à sua relação de pessoas LGBT com a sua família hoje?

Silvia: - Eu evito ao máximo. Eu mantenho contato somente com a minha mãe, porque é a única pessoa que não me rejeita, me rejeitou com dez anos, mas hoje em dia meio que aprendeu a lidar.

Gilson: - Você pode falar um pouco a respeito dessas rejeições sofridas? Vivenciadas no contexto da família.

Silvia: - Assim, pelo meu jeito, acho que a pessoa já percebe. Então, meio que vai rolando aquela opinião própria, a pessoa quer que você opinião dela, ela quer que você seja como ela quer e não como você realmente é. E isso te sufoca, você tenta mostrar para a pessoa que você não vai perder o caráter e a índole só porque você é assim. Só que a pessoa não entende e isso vai te sufocando, te sufocando e vai te afastando, causando briga e discussão, essas coisas.

Gilson: - Em relação aos seus amigos, você tem amigos que não são LGBT's?

Silvia: - Eu não diria amigos, eu não tenho amigos.

Gilson: - E nos grupos de convivência? Como que é a sua relação com o pessoal daqui?

Silvia: - Eu tento manter a política da boa vizinhança, eu trato todo mundo bem, conforme a pessoa me trata.

Gilson: - A sua família sabe que você está em situação de rua?

Silvia: - Não, não.

Gilson: - Você não pensou em buscar nenhum tipo de auxílio nesse sentido?

Silvia: - Da parte deles? Esse auxílio não existe da parte deles. Eu venho do interior do Ceará, onde as pessoas têm a mente completamente quadrada. E são extremamente, obcecadamente, religiosas. Tudo para eles é inferno, é Deus, é o fim do mundo, então não tem diálogo com esse tipo de pessoa, eles tiveram a educação diferente, mais jovem eu estudei, um pouco mais. Tem pessoas da minha família que nem a quinta série tem, então não adianta você entrar em debate tentar explicar a situação. No começo vai ser mil maravilhas, mas depois sempre gera aquele atrito, porque a pessoa vai se incomodar com seu jeito, com a sua personalidade, com a pessoa que você é. E querendo ou não você não pode falar nada porque você tá dentro da casa dela.

Gilson: - Você considera que dentro do grupo do LGBT tem alguém que sofre mais?

Silvia: - Pelo pouco que eu já vivi, convivi e já estudei. O pior preconceito parte dos próprios homossexuais, eu não sei se eles não se aceitam ou não aceita opinião do outro. Os gays padrões, que se vestem como homem, que agem "normalmente", digamos assim, abre aspas. Eles sempre rejeitam aquele que é mais feminino ou aquele que se veste como mulher. Há essa divisão dentro do próprio grupo, entendeu? É um ou outro que vai dialogar que vai ter amizade contigo. Do jeito que eu estou aqui, todos querem ser meu amigo porque estou no padrão da sociedade,

mas se eu tivesse como eu era antes, a rejeição era muito maior. Se dividem, se aglomeram dentro de grupos dentro de um grupo, entendeu?

## 10ª ENTREVISTA – RONNY

### DIÁLOGO

Gilson: - Em que momento você começou a morar na rua? O que que aconteceu?

Ronny - Gilson, é o seguinte, na verdade eu sempre morei com minha avó. E nesse período, nesse tempo, minha avó veio a falecer, por problemas de idade, essas coisas que acontece. Então, ela acabou falecendo e eu fui morar com uma colega minha. E com essa colega minha eu morei durante 20 anos, vi os filhos dela crescer e tudo. E assim, você sabe que morar com os outros não é fácil, morar de favor é uma coisa muito chata, muito complicada. Você tem que estar sempre fazendo favores, as coisas que as pessoas pedem para você e você não tem como falar não porque você está morando de favor, então você sabe como que é. Mas, chega uma hora que você tem que pensar em você, “poxa, eu estou morando na casa dos outros, eu preciso de um objetivo na minha vida, eu preciso sair daqui e garantir o meu futuro”. Então, o que aconteceu? Eu estava morando na casa dessa pessoa, ela arrumou um namorado, casou com esse cara, aí eu falei: “Não dá mais certo de ficar aqui”, porque é chato, né? Eu estou aqui com ela e com o marido dela. Então, eu vou para o abrigo e ficar lá até vê se consigo me estabilizar. Quando eu fui para esse abrigo eu pensei assim... Porque Gilson, eu não sou usuário de drogas, eu não bebo, eu não sou usuário de nada. Na verdade, eu sou uma pessoa que só tenho um vício, eu sou uma pessoa muito viciada em sexo. Porque todo mundo tem um vício, não é verdade? A pessoa falar para mim que não tem um vício, ela está mentindo, todos tem. Então assim, eu fui para este abrigo e pensei assim: “Meu Deus! Com mil e duzentas pessoas ali dentro”, ali dentro com tudo quanto é tipo de pessoa, não estou criticando, mas ali dentro tem homossexual, tem bandido, ali tem assassino, tem tudo quanto é tipo de gente. Mas, eu parei e pensei, “vou ter que usar a minha psicologia para tentar ser um cara forte para não ser vulnerável a eles”, porque uma pessoa sozinha lutando com mil e duzentas pessoas você sabe que não é fácil. A pressão ali dentro, a tentação é muito grande, você mora com um monte de gente, todo mundo é usuário e você não. Então, assim, eu estou me sentindo bem no momento, bem psicologicamente, estou legal. Mas, assim, falando um pouco sobre minha vida sexual, eu sempre fui um cara que namorei com mulheres, já tive namorada, já fui casado e tudo. Então, assim, só que eu acho que esse negócio de homossexualismo ou bissexualismo, para mim, muita gente acha que uns falam que é porque nasceu, outros falam que é opção sexual, muitos falam que é “sem-vergonhice” da pessoa, eu acho que não é nada disso. Eu acho que isso daí é uma tendência, que a pessoa com o passar do tempo adquire isso, e ela tem essa curiosidade de conhecer outro corpo. Eu sou casado com mulher, por exemplo, e olhar para aquele cara e querer ficar com ele. Quer dizer, é uma tendência que ele acabou adquirindo para a vida dele, entendeu? E ele acabou gostando disso daí e acabou praticando isso para a vida inteira, homem e mulher. Foi o que aconteceu no meu caso, entendeu? Eu sou bissexual, mas eu gosto mais de homem, mas se pintar uma mulher bacana, por que não ficar com ela? E isso é uma coisa muito minha e as pessoas têm que respeitar isso.

Gilson: - Qual a idade que você tinha quando você foi para a rua?

Ronny - A idade que eu fui para o albergue? Já tem três anos que eu estou nessa situação, 2016.

Gilson: - Você tem alguma questão de saúde?

Ronny: - Eu tenho hérnia. Já estou fazendo tratamento.

Gilson: - Você chegou a ficar em situação de rua ou foi direto para o albergue?

Ronny:- Não, eu fui direto para o albergue.

Gilson: - Por ser uma pessoa LGBT, você já sofreu preconceito?

Ronny:- Sim, várias vezes. Só que eu sempre fiquei na minha, deixa a pessoa pensar o que quiser de mim, o importante é o meu eu, o que está dentro de mim, o que as pessoas pensam de mim não importa, o importante sou eu.

Gilson: - O que que você sofreu de preconceito?

Ronny: - Eu já sofri até violência física. Já chegaram até a me bater por ser um cara homossexual. Então, eu já sofri até violência física.

Gilson: - Onde? Na rua?

Ronny: - Não, foi dentro de casa mesmo.

Gilson: - O fato de você ser uma pessoa LGBT contribuiu para você está em situação de abrigamento?

Ronny: - Olha, eu acho que sim. Porque minha família toda sabe de mim, mas você sabe que tem família que atura você, mas não aceita. Eu não sei por que as pessoas, seja família ou seja amigos, ou seja, colegas de trabalho ou amizades que você faz no meio da rua, não importa, eu fico pensando comigo, por que as pessoas na rua estão preocupadas com a sexualidade da gente? É isso que eu não entendo! Porque para mim, uma pessoa homossexual ou bissexual, ela não está prejudicando ninguém, isso é uma coisa sua. Então eu acho um absurdo isso, a pessoa ir lá e ficar falando que você é isso, que você é aquilo. Ficar te criticando, entendeu? Eu acho errado isso! Porque é uma coisa particular sua e que ninguém tem nada a ver com isso. Porque se você está fazendo esse tipo de coisa, você está prejudicando você mesmo, você não está prejudicando eu.

Gilson: - Você acha que é prejudicar ser LGBT?

Ronny: - Não. Prejudicar assim, a forma de pensar.

Gilson: - Qual que é seu o sonho, o seu projeto de vida?



Ronny: - O meu sonho é assim, no momento, arrumar um serviço, que hoje em dia o serviço está difícil para caramba, arrumar um serviço registrado, não é bico não. Sei lá, alugar uma casa para mim e viver minha vida.

Gilson: - Você acha que ser LGBT dificulta isso? O fato de arrumar um emprego registrado.

Ronny: - Olha, eu não sei. Porque nunca aconteceu pelo fato de ser bissexual, homossexual. Isso nunca aconteceu comigo, os empregos que eu sempre fui atrás eu sempre consegui, mas, com certeza tem muitos aí mesmo. Acho que atrapalha um pouco, por causa do preconceito.

Gilson: - Qual imagem você tem de você enquanto pessoa LGBT em situação de rua?

Ronny: - Eu acho que você tem que ser você. Eu me olho no espelho e sabe de uma coisa? Eu sou mais eu, ninguém paga as minhas contas, pouco importa o que as pessoas pensam de mim, não estou nem aí, o importante é eu viver a minha vida, é ir atrás dos meus sonhos e dos meus projetos. Porque se eu não for atrás dos meus sonhos e dos meus projetos, ninguém vai correr por mim. Se eu não for atrás dos meus objetivos, ficar de braços cruzados, eu nunca vou conseguir atingir o meu objetivo.

Gilson: - Como você vê de modo geral as pessoas LGBT em situação de rua?

Ronny: - Eu estou nessa situação de abrigo, por uma consequência da vida. Porque, assim, eu tive problemas familiares, com a minha família. Até esse negócio de ser homossexual também já ajuda, né? Isso na mente deles. Então, assim, eu acho que tem muitas pessoas que a gente não pode generalizar, porque tem muitas pessoas que estão na rua que são homossexuais, mas que não quer ficar no abrigo, porque elas gostam de ficar na rua, porque é uma opção delas. Eu não sei, pelo menos eu vejo assim, entendeu? Tem gente que quer ficar na rua, tem gente que quer ficar dentro do abrigo, isso daí vai da pessoa.

Gilson: - Como que é sua relação hoje com a família?

Ronny: - Olha, na verdade, eu não tenho contato com minha família.

Gilson: - Eles sabem que você está em condição de abrigamento?

Ronny: - Não. Só uma irmã minha que sabe. Eu procurei não falar, porque eu não tenho contato com minha família. Porque, assim, minha mãe já é falecida. Tem o meu pai, mas eu não falo com meu pai há mais de trinta anos, porque meu pai nunca me aceitou como filho.

Gilson: - Por ser gay?

Ronny: - Não, não. Não é por ser LGBT, desde criança mesmo. Meu pai nunca quis saber e me assumir como filho, mas tirando isso, a minha mãe, a minha família

inteira sabe de mim. Então, esse problema aí eu nunca tive, eu só sai de casa mesmo porque tive problemas com minha família e acabei indo para o abrigo.

Gilson: - Em relação aos amigos aqui do grupo de convivência, como é sua vida?

Ronny: - Normal, normal.

Gilson: - Se você pudesse alertar alguém que tem a sua orientação sexual que está chegando na rua, a partir da sua experiência, o que você falaria para essa pessoa?

Ronny: - Não sei. Eu falaria para essa pessoa assim: "Olha, o negócio é o seguinte, você está passando por essa situação também igual eu, então o que eu tenho para falar para você é o seguinte, vá atrás dos seus objetivos. Não cruze os braços, vê se você consegue arrumar um serviço aí, vá atrás dos seus objetivos, porque isso aqui não é vida para ninguém, filho!" Porque, na verdade, o abrigo que a gente está lá, aquilo não é uma casa, não é uma moradia, aquilo é apenas uma... Como eu posso dizer para você? Esse centro de abrigo, na verdade, eles te dão uma oportunidade de você não ficar na rua, porque você sabe que ficar na rua não é fácil. É perigoso, os outros mata você, então tem tudo isso, né? Então, assim, o abrigo não é uma casa, as pessoas têm que por isso na mente. Lá é um lugar transitório que você pode passar um tempo lá até você se estabilizar na vida, dependendo da pessoa, né? Porque tem pessoas ali dentro que se acomoda, então isso vai dá pessoa e eu falaria para ela não se acomodar e ir atrás dos objetivos dela.

## 10ª ENTREVISTA – MANOEL

### DIÁLOGO

Gilson: - Em que momento você começou a morar na rua? O que que aconteceu?

Manoel: - Eu vim para São Paulo para procurar emprego devido à dificuldade onde eu morava. Eu sou do interior de São Paulo, de Avaré. eu vim para São Paulo para procurar serviço, aí por enquanto estou por aqui, com essa dificuldade de arrumar emprego eu tive que procurar um albergue, até eu consegui me estabilizar e arrumar um emprego, está muito difícil.

Gilson: - O que te levou especificamente a morar na rua?

Manoel: - Desemprego.

Gilson: - Que idade você tinha?

Manoel: - Eu estou para cá já vai fazer seis anos já. Antigamente eu morava com os meus pais, então como eu mudei para São Paulo há quase seis anos ficou mais difícil para mim.

Gilson: - Por ser uma pessoa LGBT você já sofreu preconceito?

Manoel: - Já.

Gilson: - Você pode me falar um pouco disso?

Manoel: - Depende um pouco dos ambientes também, sempre tem aquele meio de preconceito. Você ser gay, a pessoa deixa você um pouco mais de lado, até você se soltar mais, aí fica mais complicado.

Gilson: - Na sua família você já sofreu preconceito?

Manoel: - Já, por parte de tios. Hoje eles estão mais cientes da minha opção, por eu estar aqui em São Paulo já deu um pouco mais de alívio para eles.

Gilson: - Alívio em que sentido?

Manoel: - Por vergonha também, né? Eles sentiam um pouco de vergonha por causa da opção. Principalmente da família dos meus tios que sentiam mais vergonha, porque “ah! Meu sobrinho é gay!”. Eles nunca ouviram da minha boca, mas eles ouviram da boca de outras pessoas. Aí eles ficaram meio com restrição, mas hoje eles estão mais cientes e eu estou um pouquinho mais longe dele também.

Gilson: - Como que eles manifestavam essa vergonha? O que que eles faziam que demonstrava?

Manoel: - Ficavam um pouco mais reservados no lado deles. E deixava a minha pessoa um pouquinho mais de lado, eu fingia que não observava, mas observava isso. Era o preconceito deles também, por aceitação. Também tem ideia dos outros.

Gilson: - O que que o povo falava?

Manoel: - Falava: "Ah! Seu sobrinho é gay!".

Gilson: - Você acha que o fato de você ser LGBT contribuiu de alguma maneira para que você estivesse na rua?

Manoel: - Não, foi o desemprego mesmo.

Gilson: - Qual que é o seu sonho? O que você pretende alcançar?

Manoel: Ter minha casinha, meu emprego, me estabilizar, só esse que é meu objetivo, estar aqui em São Paulo é isso. Tem um emprego que eu consiga a minha casinha, montar uma família também, ter um parceiro para fazer companhia também, porque a gente sente falta. Sozinho a gente não vai viver, né?

Gilson: Você acha que ser LGBT na rua dificulta as coisas para você?

Manoel: Às vezes.

Gilson: Você pode me falar um pouquinho a respeito?

Manoel: Tem lugar que não aceita. Hoje tem um pouquinho que aceita, mas antigamente quando eu vim para cá o pessoal tinha um pouquinho mais preconceito por você ser gay, depende do lugar onde você vai trabalhar.

Gilson: - Quais são as ferramentas que você vai utilizar para conseguir seus objetivos?

Manoel: - Primeiro eu gostaria de me estabilizar em algum lugar. Se você não tiver uma estabilidade, uma casa, é mais complicado para você ficar morando na rua, para você ficar morando em um albergue. Porque tem lugares que não aceitam, mas se você tiver uma estabilidade, uma casinha, alguma coisa, já facilita mais para a gente conseguir.

Gilson: - Você tem alguma questão de saúde?

Manoel: - Não.

Gilson: - Qual é a imagem que você tem de você mesmo sendo uma pessoa LGBT em situação de rua?

Manoel: - Hoje eu me vejo uma pessoa normal como as outras. Se eu ficar de preconceito comigo mesmo eu vou estar sendo como as outras pessoas. Então, eu tento me mostrar como se eu fosse uma pessoa normal, como uma pessoa hétero, bi. Não posso me mostrar com preconceito para outras pessoas, senão eu vou estar tendo preconceito comigo mesmo.

Gilson: - Como que você percebe a vida das pessoas LGBT em situação de rua?

Manoel: - Tem pessoas que sofrem muito com preconceito.

Gilson: - Quem sofre?

Manoel: - Algumas pessoas que eu conheci sofre mais preconceito acho que às vezes pela opção. Algumas pessoas relatam: "Ah, eu não consigo isso, eu não consigo isso". Então, eu não posso me ver por esse lado também, tenho que dar a volta. Tem muitas pessoas que: "Ah, não vou conseguir emprego por causa da minha opção". A maioria das transexuais não querem correr atrás de serviço, porque as pessoa não vai aceitar. Não, você tem que dar a cara para bater e correr atrás.

Gilson: - Mas você concorda com isso, que tem dificuldade para aceitar as trans?

Manoel: - Tem lugar que tem dificuldade para aceitar.

Gilson: - Você já sofreu algum tipo de violência por ser LGBT?

Manoel: - Já, de agressão.

Gilson: - De quem?

Manoel: - De moradores de rua às vezes, alguns moradores de rua. Tem pessoas que são preconceituosas desse lado. "Ah, é o 'viadinho', não sei o que lá". Ou principalmente aqui mesmo que as pessoas têm esse preconceito, quando antigamente não tinha um banheiro de LGBT, que depois a gente conseguiu colocar. A gente tinha que ir no banheiro de hétero e as pessoas já falavam: "Ah, estava no banheiro de hétero para ficar vendo homem". Aí já tinha esse preconceito também.

Gilson: - Você já chegou a sofrer violência física?

Manoel: - Não, só verbal mesmo.

Gilson: - E isso acontecia mais aqui dentro do serviço aonde? No banheiro?

Manoel: - Aqui no ambiente também, mas agora deu uma diminuída por causa de umas palestras que eles deram aí.

Gilson: - Como que é hoje a relação com as pessoas da sua família? Em relação a sua sexualidade.

Manoel: - Eles sabem, eles nunca chegaram a perguntar para mim e eu nunca cheguei a falar. Mas eles sabem e hoje eles são mais abertos, principalmente na parte de mãe, pai e irmãos.

Gilson: - Eles sabem que você está em situação de rua?

Manoel: - Sabem. Sabem por que eu vim para São Paulo.

Gilson: - Como é sua relação com eles hoje?

Manoel: - É normal, eu converso com eles quase toda a semana. Principalmente com minha mãe, com meus irmãos, com minha avó.

Gilson: - E a relação com seus amigos? Você tem amigos?

Manoel: - Amigos são poucos, tenho mais colegas.

Gilson: - Como é sua relação com as pessoas do cento de convivência?

Manoel: - É normal também, não tem nenhuma interferência não.

Gilson: - Houve mudanças significativas no relacionamento com sua família e com amigos no decorrer da sua vida? Antes ou depois de você ir para a rua?

Manoel: - Não, porque eu não escondi nada de ninguém. Eu estou aqui porque eu quero ter um objetivo para mim. Está difícil, são várias dificuldades, mas não tenho por que esconder deles o porquê de estar morado no CTA. Eu quero correr atrás, tenho o objetivo de arrumar uma casa, entendeu? Eu estou correndo atrás, eu sou garçom, mas às vezes faço um trampo diferenciado, eu trabalho com eventos também. Eu trabalho para ver se consigo um aluguel de uma casa. Devagarinho vou chegar lá.

Gilson: - Se você pudesse dar um conselho para uma pessoa gay que está chegando na rua, o que que você falaria?

Manoel: - Correr atrás dos seus objetivos. Porque dificuldade vai ter sim, vai ter muita dificuldade. Vai ter preconceito, principalmente da parte de pessoas héteros. Mas nunca desistir e abaixar a cabeça não, tem que dar a volta por cima, que a gente consegue sim.

## 11ª ENTREVISTA – VANESSA

### DIÁLOGO

Gilson: - Você é de onde?

Vanessa: - Eu sou natural do Nordeste, fui criado no Nordeste. Eu nasci no Maranhão e fui criado em Brasília.

Gilson: - Em que lugar do Maranhão?

Vanessa: - Caxias, Maranhão.

Gilson: - Me conta um pouco da sua trajetória de vida. Em que momento você teve que morar na rua?

Vanessa: - Desde criança eu vi que era diferente dos meus irmãos. Aí eu fui crescendo e teve uma hora que tive que me assumir, aí me assumir para a minha família e não fui bem aceito. E sabe como é que é, eu sempre me dediquei ao meu trabalho e com dezenove anos tive minha independência e fui morar só. E, mas mesmo assim, continuei tendo relação com minha família, nunca neguei nada para eles, quem eu era. E comecei ter dificuldade em Brasília, que por ser a capital do Brasil não deveria ter, mas a gente sofre muito mais que São Paulo. E, aí, comecei trabalhar na limpeza e tinha que ter postura, nessa época eu não era transexual, eu me considerava só como gay. Eu não era assumido, mas eles perceberam a diferença, aí que vinha as tribulações e tive muitos conflitos e dificuldade para arrumar emprego por sofrer bullying nessa época. E foi uma época que eu conheci um amigo que foi trabalhar lá, que entrou um funcionário de licença lá em Brasília e ele morava aqui e eu fui cobrir a licença desse funcionário lá que me fez esse convite para vim para São Paulo. E eu vim aqui buscando mais oportunidade, aqui é uma cidade maior que você tem mais oportunidade e sofre menos bullying por ter mais uma evolução, por ter pessoas de mente mais aberta também.

Gilson: - Como é sua relação com sua família hoje, sendo LGBT? Eles sabem que você está em situação de rua?

Vanessa: - Não, eu tento não falar muito sobre isso, eles sabem da minha independência desde cedo, eu fui independente. E eu tenho relação distante, muito perto eu acho que não favorece muito, eu acho que teria conflito. Quando foi 2014, eu cheguei aqui, trabalhei, tive as oportunidades que eu vim em busca, principalmente na minha transformação, porque eu sempre quis algo a mais. O meu corpo, eu queria modificar o meu corpo, até estava no CRT, eu peguei encaminhamento para o processo de transição no ambulatório da Santa Cruz, aí passando pelo clínico para começar o processo de transição para a harmonização. Aí estava indo tudo bem, aí quando foi em 2014 eu tive um acidente, fui atropelado. Eu já estava morando nessa época no Independência, eu estava com autonomia, não estava em situação de rua...

Gilson: - Autonomia é o centro de acolhimento?

Vanessa: - Não, autonomia é quando você sai do centro de acolhida já para ter sua independência. Eu trabalhava em um hospital, um hospital muito bom que me deu oportunidade e me fez crescer, me viu como pessoa, como profissional. Eu já estava como trans, eu já estava me vestindo com roupinha coladinha, meu cabelo eu colocava uma touca. Eles me viam muito com meu lado profissional, que eu sempre procurei ser um bom profissional e eu acho que a postura é importante também. E eu fui crescendo profissionalmente lá, eu entrei como faxineira e fui líder, eu comandava uma equipe de 12 funcionários, 8 mulheres e 4 homens, e sabia lidar muito bem com a situação, não tive problema com ninguém, nenhuma equipe do hospital, nenhum funcionário, foram todos ótimos, foi muito bom trabalhar com eles. Eu estava morando em Paraíso em uma pensão e foi aí que eu tive o acidente, tive traumatismo craniano, fiquei em coma, aí que minha vida teve que voltar tudo para trás, porque aí eu fiquei em coma uns 3 meses, foi preciso fazer uma cirurgia na cabeça para tirar o coágulo, se o coágulo entrasse no cérebro eu morreria. Teve que entrar em contato com a minha família, teve que vim aqui para fazer a cirurgia.

Gilson: - Você pode falar sobre esse acidente?

Vanessa: - Sim, posso. Eu estava com pressa, porque eu tinha ido com umas amigas no CREAS da Vila Mariana e tinha ficado até mais tarde, e eu morava no Paraíso. Eu morava só e tinha que fazer compras para fazer comida para levar para o hospital. E eu estava atrasado, estava com pressa, e como eu morava no bairro Paraíso, eu ia no Extra que fica na Avenida Brigadeiro e eu estava com pressa e iria passar em um sinal. Eu não olhei para o sinal e nem o carro me viu, e foi a época que fui atropelado e bati a cabeça, chega é um pouco oca a cabeça. Aí o acidente foi muito forte que eu bati a cabeça no meio fio e eu já cai em coma, eu fiquei em coma. E, graças a Deus, o hospital do servidor fica aqui perto e o atendimento foi rápido, e eu já fui pra UTI já em coma.

Gilson: - Você tem alguma questão de saúde hoje?

Vanessa: - Eu ainda tenho acompanhamento com o Neuro e o psiquiatra. E eu sempre preciso de remédios controlados, carbamazepina, carbolitium, serotonina, porque dói um pouco a cabeça e os olhos, e clonazepam, sem clonazepam eu não durmo e fico tremula. Então, eu fico dependente desses remédios, e foi muito difícil para mim, porque demorou muito para a recuperação, foi quase 3 anos, eu tive que voltar para minha família. E os pelos foram crescendo e eu não aceitava, eu já estava modificando meu corpo...

Gilson: - E eles não entendiam isso?

Vanessa: - Não, não entendia. Eu não me importava muito com as roupas, mas meus pelos foram crescendo e eu não queria ver os pelos. Foi muito difícil para mim aceitar a mudança, aceitar ter que voltar, ou seja, você já deu um passo e você ter que voltar. Então foi muito difícil, eu tentei até suicídio e eu não parei mais de ser atendido por psicólogos e psiquiatras, eu participo ainda do saúde mental. Então para mim foi muito difícil, porque eu já tinha muitos planos, eu iria fazer a cirurgia do gogó, tenho aula com a fonoaudióloga para a mudança de voz, harmonização, os



seios, já estava com 4 anos me harmonizando pelo TAN para ter pele para colocar a prótese. Então, foi muito difícil para mim, ainda é um pouco difícil, eu me sinto frustrada, porque era o que eu queria para mim.

Gilson: - Qual o seu sonho?

Vanessa: - Ter minha independência como eu tinha e voltar Vanessa. Eu acho que eu não me vejo nenhum momento como Francisco, eu me vejo como a Vanessa, eu tenho perucas, eu não posso me montar porque sofri muito bullying. Morar em centro de acolhida é bom e não é bom, porque ninguém quer ser acolhida, mas a gente dar graças a Deus de não ficar na rua, mas é muito difícil, a gente está com pessoas que a gente até compreende, porque é difícil para uma pessoa que é hétero entender que ser homossexual, transexual é difícil. Aqui é muito bom, tem o seu banheiro LGBT. Eu acho que deveria ter mais centro de acolhida para LGBT's também, para pessoas que necessitam, para não fica aquela mistura, né? Porque você vai tomar banho e tem que usar o mesmo banheiro que os homens usam, aí o cara o não entender, "Eu estou vendo uma mulher com seios aqui". É meio constrangedor!

Gilson: - Qual a imagem você tem da Vanessa, quando você vê a Vanessa no espelho?

Vanessa: - Eu me vejo bem, eu me sinto bem. Eu olho para mim, olho para o meu corpo. Eu sou espírita também e meu espírito em nenhum momento é masculino, meu espírito é de uma mulher. Não sou mulher, eu me sinto um homem trans, porque eu não posso dizer que sou uma mulher, porque eu não tenho o que uma mulher tem. Mas eu gosto das mesmas coisas que mulher, na hora que eu vejo um vestido eu adoro um vestido. Maquiagem eu nunca usei quando eu trabalhava, eu era homem, eu só era gay, homossexual não, mas depois de Vanessa sim. Adoro cosméticos, propaganda de maquiagem, acho maquiagem tudo para mim, andar arrumada, o cabelo... O cabelo eu não me importo tanto, porque eu corto o cabelo, mas eu me monto, uso peruca.

Gilson: - Me conta um pouco dos preconceitos da sua família que você já sofreu.

Vanessa: - Minha família, quando eu não era assumido, eles achavam até normal, só que a cobrança vinha da minha mãe, porque ela queria um neto. Mas, meu Deus! Como eu vou dar um neto para a minha mãe? Sendo que eu sou diferente, eu sou um gay! Não tem como eu dar um filho. Porque meus irmãos todos já tinham filhos e eu não, aí que veio a diferença. Quando eu fui falar para a minha mãe, ela ficou muito triste e eu fiquei triste por ela, mas ela não me julgou...

Gilson: - Mudou a relação de vocês?

Vanessa: - Mudou. Muda um pouco, você ser excluído, isso magoa muito. Não tenho raiva, eu compreendo, mas em um momento eu me magoei tanto que depois que eu me assumi com 3 meses eu saí de casa. Porque muda tudo, não só na família, mas seu lado profissional, essas experiências que você tem. Tudo muda, parece que a pessoa não vê mais você como um profissional, as suas profissões, suas qualidades, parece que tudo, quando você se assume, a sociedade já vê você

diferente. Parece que tudo muda e isso é muito difícil, dói um pouco, mas ao mesmo tempo você compreende. E eu não deixei nenhum momento de lutar pelos meus sonhos, porque eu acho que temos que ter sonhos. Quando eu vim para São Paulo, não foi em busca das minhas oportunidades, mas de ser a Vanessa porque era algo que eu já queria, era algo que eu já sentia, algo a mais. E os meus relacionamentos, meus companheiros que eu também tive me viam como mulher, tanto é que ele trabalhava e eu era quem cuidava da casa, era eu que lavava, passava, cozinhava e fazia faxina.

Gilson: - Você gostava disso?

Vanessa: - Adoro! Adoro cozinhar, adoro lavar, eu adoro passar. Eu já trabalhei de doméstica uma época, mas ainda tem esse preconceito também. Sempre sofri bullying, mas eu gosto, eu adoro cozinhar, adoro fazer salada, adoro lavar, adoro passar, adoro limpar. Quando eu tinha a minha... Nunca tive, porque sempre morei de aluguel, adorava arrumar minha casa, adorava colocar cortina, adorava fazer decoração e de como iria ficar. Então, é uma coisa que sempre gostei, amo jogo de futebol, amo ver jogador, torço muito pela seleção do Brasil, mas nunca me vi assim, jogando futebol.

Gilson: - Como que é ser LGBT em situação de rua?

Vanessa: - Antes eu nem sabia o que era morar na rua, ficar em situação de rua. Quando eu vim para cá, eu vejo que é muito diferente, a gente passa muitas dificuldades, eu tive que ficar... Eu sou Vanessa, mas tenho que ficar de Francisco, porque se eu chegar de Vanessa, eu vou ter que dormir na rua. Porque no centro de apoio são pouquíssimos que aceitam uma transexual, entendeu? Ainda não tem no centro de acolhida preparo para aceitar uma transexual. Então, é muito difícil você ser obrigado a ser uma coisa que você não é para você não ter que dormir na rua, porque eu já cheguei a dormir uma semana e foi muito difícil, você não dorme, é deprimente, é muito deprimente.

Gilson: - Você sofreu violência?

Vanessa - Não. Não, porque geralmente tem muitas pessoas assim como eu, trans que estão em situação de rua. Eu acho que você mantendo a postura, se dando ao respeito, eu acho que as pessoas não gostam muito de te ver assim, mas não mexem. Mas você mantendo a postura e se dando ao respeito, mas que passa uma dificuldade muito forte. Já tem que ser forte sendo um gay, mas tem que ser uma transexual bem mais forte.

## 12ª ENTREVISTA – LUIZ

### DIÁLOGO

Gilson: - Me conta um pouco da sua trajetória de vida. Começando pela sua relação social com sua família.

Luiz: - Eu sou filho adotivo de dois Portugueses, que eram para ser meus padrinhos e viraram meus pais.

Gilson: - Você é de qual lugar?

Luiz: - Daqui de São Paulo. E eles eram portugueses, eu era afilhado, só que minha mãe estava na nona gestação, eu digo a mãe que me criou, porque ela é minha mãe. E era o nono aborto, aí nasceram duas meninas, uma morta e a outra ficou meia hora e morreu, dois dias após entrou a minha mãe biológica em trabalho de parto, ficaram no mesmo hospital e no mesmo quarto. Aí minha mãe falou que ela não sairia do hospital sem uma criança, poderia sem qualquer cor, aí minha mãe falou: “Para você não educar o filho de um estranho, adota o teu afilhado, porque eu não posso criar mais um”. Eu era o sexto filho, nós somos em onze irmãos, depois de mim veio mais cinco, mas ela só pode criar eu.

Gilson: - Como que é sua relação com eles hoje?

Luiz: - Hoje eu não tenho mais, porque agora em dezembro faz dezenove anos que perdi os dois. Nós sofremos um acidente.

Gilson: - Como era a relação de vocês sendo Luiz?

Luiz: - Maravilhosa, sempre souberam, eu nunca escondi. Com 14 anos eles ficaram sabendo, eu me assumi por conta própria. Eu não tivesse esse negócio de ir no psicólogos não, eu só cheguei e falei que eu era diferente. Minha mãe perguntou o porquê, e eu disse que tem uns meninos bonitinhos na escola, quando eu falei isso minha mãe já pulou, “eu e seu pai já desconfiávamos de alguma coisa, mas a gente não tinha certeza”. E de lá para cá foi uma convivência normal. Sempre trabalhei, sempre me aceitaram, pelo contrário, brigavam por minha causa, se alguém falasse alguma coisa: “Ah, seu filho...”, eles eram os primeiros a comprar a briga. Então, para mim foi a convivência normal.

Gilson: - E os outros membros da família, você tem contato hoje?

Luiz: - Não, porque a família toda mora em Portugal. E quando eu sofri esse acidente, eu fiquei oito meses internado, todo quebrado e eles já estavam mortos, e eu não sabia. Então, o consulado entrou em contato com o consulado de lá e descobriram a família, mandaram um procurador lá, ele desfez tudo o que meus pais

tinha, enterrou os dois e voltou para Portugal. E quando eu saí do hospital eu não tinha mais nada, nem meus pais.

Gilson: - Como você veio parar na rua, Luiz?

Luiz: - Burrice, burrice. Trabalhar eu sei, só não sei administrar, financeiramente eu sou péssimo para isso.

Gilson: - Você pode falar um pouquinho a respeito?

Luiz: - posso sim, sem nenhum problema. Eu há oito anos atrás, tinha um ateliê, eu trabalho com carnaval também entre outras coisas. E eu tinha um ateliê que foi passado uma carga de clientes para mim, de um amigo meu que já estava velho com esclerose, essas coisas. E eu fui trabalhando e aquilo foi progredindo, aí eu recebi um convite da Estácio de Sá do Rio de Janeiro para desenhar o palco e as fantasias das mulatas que seriam escolhidas para rainha da bateria e o presidente da escola não queria cada uma com uma fantasia, queria que todas usassem uma fantasia igual, para não ter aquele problema de: "Ah, fulana ganhou porque estava com um faisão, fulana ganhou porque estava mais isso e aquilo". Então, foram todas padrão, cores iguais e eu desenhei o palco. Só que quando eu cheguei com o projeto no Rio, o palco era muito detalhe e ele falou que estava com medo de não conseguir, de não dar conta de fazer e perguntou quanto que eu cobraria para executar o projeto e quanto tempo demoraria, que era uns 15 dias, e ele falou: "Quanto você cobraria?". Eu falei que ia me basear pelo que eu ganho em São Paulo diariamente, se eu vender um biquíni por dia é mil reais. Então, ele: "Você quer quinze mil?" E eu disse: "É, você pode me pagar em duas vezes" e ele fez um cheque de quinze mil e me deu. Foi o que me salvou, porque o restante, quando eu cheguei não tinha mais nada. Tinha uma menina que trabalhava comigo, uma boa profissional, uma pilantra também, ela falou que eu tinha mudado para o Rio, demitiu meus funcionários, porque eu tinha 36 funcionários, limpou a minha casa que era um sobrado e o ateliê todinho. Aí quando eu cheguei do Rio o vizinho "mas você não mudou? Já está de volta?" Não gente, se eu tivesse mudado eu teria dado uma festa, alguma coisa, um jantar. E foi um choque.

Gilson: - E quanto tempo você está assim na rua?

Luiz: - Oito anos. Já dei uma saída, cai de novo. Fiquei doente, peguei tuberculose seis anos atrás.

Gilson: - Você tem alguma questão de saúde?

Luiz: - Só hipertensão, graças a Deus.

Gilson: - Você é atendido por algum equipamento?

Luiz: - A UBS do Patriarca. Na verdade, a UBS república.

Gilson: - Por ser uma pessoa LGBT e estar em situação de rua, você já sofreu preconceito?

Luiz: - Algumas vezes, mas foi uma coisa muito ínfima, sabe? Coisa que não chegou a atingir. Porque eu sou uma pessoa decidida de cabeça, eu não ligo para “Ah, fulano está te olhando com cara feia”. Eu me privo dessas coisas e acho que um dos maiores erros hoje em dia do meio LGBT que você acaba se ferrando. As pessoas são preconceituosas? São! Mas os gays são mais reino contra eles mesmos.

Gilson: - Em que aspecto?

Luiz: - De se privar, de se esconder. “Ai! Eu não vou porque sou gay, porque vão falar que eu sou gay. Eu não estou nem aí! Eu sou gay, mas sou um ser humano como outro qualquer, eu trabalho, eu como, eu durmo, tenho meus sonhos, tenho minha vida, tenho meu respeito.

Gilson: - Qual o seu sonho?

Luiz: - Meu sonho... Voltar a ser o que eu era, impossível! Mas dar uns dois, três passos à frente, dar uma estabilizada na minha vida, a ponto de ter meu cantinho, nem que seja um quarto do tamanho dessa sala aqui, está ótimo! Para que casa grande? Para que luxo? Para que tudo isso? Já tive tudo isso e hoje em dia não tenho nada. Acostumei a dormir na rua, acostumei àquele negócio de “ah! Vai na boca de rango, tem comida ali” é difícil? É! No começo eu me escondia, tinha vergonha, mudava meu nome. Mas hoje em dia para mim... Não vou dizer que é normal, não vou dizer que eu me sinto bem, mas eu encaro com um pouco mais de tranquilidade, porque no começo foi muito duro. Eu saí de um meio, eu fui no aniversário de Vera Loyola, desenhava para Livia Gonçalves, chegou uma época que eu fazia todos os uniformes da Rede Biroksa, fui no aniversário de Vera Loyola. “Olha, vai ser o aniversário da Vera lá no restaurante, você vai? Eu queria te apresentar para ela.” Na hora, eu falei sem pensar, vou! Depois que eu me dei conta falei para o Carlos que costurava na loja que eu trabalhava, “Carlos, como é o aniversário dessa mulher que é socialite? Eu sou um zé ninguém, o que eu vou levar de presente para essa mulher?”

Nós batemos o recorde dos recordes da parada gay, foi a maior de todos os tempos, quando nós batemos o recorde, esse ano foi maior que as outras. Até ao ponto das famílias descerem com criança, com tudo acompanhando. Isso saiu na imprensa todinha e nós vimos, presenciamos. Ficou muito mais acessível agora, por quê? Porque nós estamos começando a quebrar esse tabu sobre nós mesmos, porque o maior preconceito existe entre a gente. “Ah, eu não vou falar com fulana, porque é bichinha pobre” Não, nós somos todos gays, não importa a cor, não importa se é ativo ou passivo, se é pintosa, se você é discreta. A gente tem que se aceitar primeiro, para aí haver uma aceitação da sociedade. Porque o que acontece é que nós não nos aceitamos, então se a gente começar a se aceitar, aceitar os outros no nosso meio, a sociedade vai ter outra visão disso. Aqui temos o grupo LGBT, como o Daniel falou, na primeira reunião tinham vinte, na segunda tinham dez, a última agora tinha três, eu, Itana e mais um outro rapaz. Então, quando foi dito ali embaixo que iria ter uma reunião LGBT lá em cima, “ah, que eu vou na câmara, que eu vou não sei o que, não sei o que”. Não se unem, aí depois não adianta reclamar, se a gente se unisse e fechasse um grupo completo como já teve aqui outras vezes, inclusive a reunião era feita nessa sala, era uma coisa muito unida, teve uma aceitação muito legal. Tanto que esse banheiro que é exclusivo para gays não tinha,

foi uma imposição nossa na época junto com o Fábio para poder montar esse banheiro. A outra coisa principal é o espelho, como eu estou de barba, porque se você entra no banheiro dos homens... Eu entro, eu não estou nem vendo, no albergue eles dormem junto com a gente, entra no mesmo banheiro, as vezes a gente estar tomando banho peladão. Aqui dá B.O se quiser, porque tem a parede que limita, no albergue tem uns que fecha porta, tem uns que não, tem uns que estão excitado e faz questão que você veja. Aí vai de você ficar encarando, eu dou uma olhadinha assim e saio, já tem uns que fica lá pousado, aí o que acontece? Vem o preconceito, porque o outro vê, as vezes você não tá afim, mas vem o outro preconceituoso e fala: “E, olha lá, fulano estava com um ‘viado’ lá no banheiro”.

## 13ª ENTREVISTA – BENEDITO

### DIÁLOGO

Gilson: - Eu gostaria de saber um pouquinho da sua história de vida. Vamos começar falando um pouco a respeito da família, como é a sua relação sendo uma pessoa LGBT em situação de rua com a sua família?

Benedito: - Da minha família eu não tenho muito o que falar, porque eu não tenho relação com a família. Eu fui embora de casa com 16 anos e estou com 59 anos e nunca voltei. Não sei nem se estar vivo se estar morto.

Gilson: - De onde você é?

Benedito: - Bahia, Salvador. Então, eu não tenho nada para falar da família, porque não sei se estão vivos. Se meu pai está vivo, se minha mãe está viva.

Gilson: - O que te fez buscar São Paulo?

Benedito: - Praticamente, eu abandonei eles, eu que abandonei eles! Porque eles me aceitavam como homossexual, mas era aquela coisa, me aceitavam de fachada, porque na minha frente era uma coisa por trás era outra. E eu decidir ir viver minha vida, decidir vim embora para São Paulo viver minha vida. Porque praticamente... É como uma irmã minha falou para mim, "Se eu fosse você eu sumia". Porque a gente tem vergonha de você, aí a gente ouvir uma coisa dessas, a gente some, eu sumi e não voltei mais.

O mundo evoluiu, principalmente os psicólogos e as assistentes sociais me falam isso, até psiquiatra. Eu faço tratamento psiquiátrico devido à idade e da depressão, essas coisas. Aí eles querem que eu me aproxime da família, mas eu não quero, eu não deixo. Querem entrar em contato, querem procurar. Eu só sei que é Salvador, Bahia, Salvador, não sei direito onde está, onde encontrar, aí eu me afastei é como se eu não tivesse família, não tenho saudade. Eu sei que eu tenho, e se uma pessoa dissesse que minha mãe está no metrô Bresser, se eu iria lá ver? Eu iria. Eu iria vê de longe, mas não iria me aproximar dela. E eu me afastei por isso, porque eu não era aceito, eu não era aceito por eles. Eles podem até ter evoluído, mas...

Gilson: - Quando você fala "eles" você fala exatamente de quem?

Benedito: - Eles, que eu digo. É pai, mãe e irmãos.

Gilson: - Que tipo de preconceito você sofreu por parte da sua família.

Benedito: - Porque meu pai queria que eu fosse homem, né? Ele não aceitava quando eu cheguei para ele e disse que era homossexual, ele não aceitava. Eu não disse para ele isso, não cheguei a dizer para ele isso.

Gilson: - Você estava com quantos anos?

Benedito: - Com 16. Eu saí de casa com 16 anos, comecei a morar sozinho, a viver só e com essa idade eu já trabalhava.

Gilson: - Isso em Salvador?

Benedito: - Eu por mim, fui evoluindo, fui evoluindo, fui evoluindo... Comecei a tomar hormônio, aquela coisa toda. Aí eu vim para São Paulo, aqui em São Paulo eu virei totalmente travesti, aqui eu coloquei silicone no corpo, eu tenho oito litros de silicone no corpo, eu tinha prótese, mas tirei a prótese. Eu viajei para Europa, fiquei seis anos na Itália, devido a prostituição. E teve uma época que eu vim da Itália e aí fui direto para Salvador, fiquei na casa de uma irmã como travesti, ela me aceitou porque eu estava com dinheiro. Porque família é muito interessada, você sabe disso! Eu estava com dinheiro, tinha chegado da Europa, aquela coisa toda. Aí cheguei na casa dela e já levei ela para o mercado, fiz aquela compra, comprei um sonzão bonito para ela, aquela coisa. Ela viu que eu estava com dinheiro e já se interessou me deu acolhida, e era meu irmão para cá, meu irmão para lá, aquela coisa toda. Mas meu pai não, meu pai não veio, ele ficou sabendo que eu estava no Brasil, ficou sabendo que eu estava lá na casa dela e não foi lá um dia.

Gilson: - E como você se sentiu?

Benedito: - Ah, eu não liguei para ele não, ligue não. Se eu disser que eu fiquei sentido... Simplesmente eu falei: "Ah, não quer me ver, não me aceita assim". Mas eu fiquei sabendo... Esse bairro é um bairro que eu fui praticamente criado, eu não fui nascido naquele bairro, fui criado. E eu passei em um ponto de ônibus que ficava bem em frente de um bar e aí eu fui pegar o ônibus, eu e um amigo que tinha levado de São Paulo, não era caso, era amigo, um "gayzinho" bem novinho colega meu, Wagner, hoje ele é travesti e está na Itália. E aí o dono do bar me chamou, "Vem cá" e eu digo "oi", "Sabe quem estava aqui dentro do bar? Na hora que você estava no ponto para pegar ônibus? Outro dia que você veio aqui para pegar o ônibus o seu pai estava aqui dentro do bar! Seu pai estava aqui e ele ficou escondido te olhando". Ele nunca tinha me visto travesti, eu nunca tinha ficado frente a frente com ele, entendeu? E aí ele fez assim: "E não é que o miserável está parecendo com a mãe, parece toda a mãe". Aí eu ri para caramba, foi mesmo? "kkkkk" eu ri. Quando chegou em casa eu falei para a minha irmã, "meu pai estava escondido quando eu passei, meu pai estava escondido no bar me olhando, aí o cara do bar me contou que ele disse que eu estava parecido com minha mãe". Quando eu cheguei lá de cabelo comprido, eu era magrinho, novo, era bem-produtivo porque viajava para a Europa, eu tinha condição, aquela coisa. Aí mesmo assim ele não aceitou e eu tinha dois irmãos que não falavam comigo, uma irmã que não falava comigo e um irmão que também não falava comigo. Uma vez eu encontrei ele na rua quando eu estava lá, aí ele estava com três filhos pequenos, aí ele "vai dar benção para o seu tio" e os meninos correram, me abraçaram e "benção meu tio, benção meu tio" e eu "Deus abençoe". Mas ele não veio, esse irmão meu, Roberto, que eu praticamente criei porque eu sou o mais velho da família, quando ele nasceu eu já estava grande, com os meus 10 ou 12 anos, eu posso dizer que eu criei ele, e assim sucessivamente. Por isso eu não procuro eles, prefiro viver minha vida sozinho...



Gilson: - Eles sabem que você está em condição de rua?

Benedito: - Não. Não sabem que eu estou em condição de rua, não sabe que eu desvirei travesti, eles pensam que eu sou travesti ainda. Eles não sabem nada sobre mim, eu tenho praticamente 25 anos sem nenhum contato, foi a última vez que eu fui lá, foi essa vez que estou contando aqui, foi a última vez que eu fui lá. Aí eu vim para São Paulo e não voltei mais.

Gilson: - Como que é a sua relação aqui com o pessoal? Você tem amigos?

Benedito: - Tenho.

Gilson: - Quem é?

Benedito: - Ah, lá no abrigo eu tenho uns três amigos. As pessoas estão diferentes, as pessoas não são mais muito amigas de ninguém, antigamente as pessoas eram mais amigas, viviam mais aquela vida de amizade. Então, hoje em dia as pessoas estão muito egoístas, só pensam nelas e então eu tenho poucas amizades, só três ou quatro amigos assim que andam comigo, a gente conversa, entendeu? Mas tenho uma boa relação.

Gilson: - E aqui no centro?

Benedito: - Aqui? Aqui a geralmente o pessoal que frequenta é o pessoal de lá, do centro de acolhida, que frequenta aqui. Eu tenho um bom relacionamento aqui com os funcionários, que são muito prestativos e atenciosos, o que a gente precisa eles dão a assistência, se tiver qualquer problema a assistente social conversa, a Cláudia, né? É Cláudia o nome dela? Andréia?

Gilson: - A psicóloga?

Benedito: - É, a psicóloga. Eu estou inscrito no curso de costura, aí eu estou sempre conversando com ela, porque eu não estou trabalhando porque eu estou com um processo na justiça, porque eu tinha benefício, eu era encostado pelo INSS por artrose, incontinência fecal e o HIV. Essas três coisas juntas me deu um auxílio-doença, aí eu fiquei durante um ano e meio encostado e de uma hora para a outra o INSS veio e cortou. Aí tive que vender minha casa, vendi tudo e tive que viver de acolhida.

Gilson: - Mas qual foi o motivo específico de vim morar na rua? Foi perder o benefício?

Benedito: - É, perder o benefício.

Gilson: - E há quanto tempo você está em situação de rua?

Benedito: - Dessa vez agora, eu entreguei meu quarto já tem dois anos.

Gilson: - Por que dessa vez? Você já ficou mais tempo?

Benedito: - Já, já. Na rua mesmo, de dormir no papelão.

Gilson: - Quanto tempo?

Benedito: - Eu fiquei uns três anos, quatro anos, porque eu não queria saber de albergue, entendeu? Aí eu fui levado para uma casa de recuperação, né? Porque eu também me envolvi com as drogas.

Gilson: - Dependência química em quê? Alguma específica?

Benedito: - Cocaína. Então, eu era envolvido com as drogas, eu não queria saber de abrigo, preferia rua.

Gilson: - Era a forma facilitadora de obter a droga.

Benedito: - De obter a droga, arrumar dinheiro, pedir, aquela coisa toda. Aí eu fui levado para uma casa de recuperação, me convidaram na rua na missão Belém, aí eu fui para essa casa de recuperação e lá eu tirei meus documentos, melhorei bastante, me afastei das drogas e aí comecei a trabalhar.

Gilson: - Você acha que ser uma pessoa LGBT contribuiu para que você tivesse na atual condição em que você se encontra?

Benedito: - Sim, eu acho que sim. Porque se eu não fosse homossexual eu estaria em casa, estaria lá na minha cidade, teria uma família. E se eu não tivesse uma família, eu estaria perto dos meus pais, perto dos meus irmãos, era aceito por todo mundo, ninguém teria preconceito comigo, ninguém iria me chamar de falsa bandeira, meu pai me chamava de falsa bandeira.

Gilson: - Qual o significado de falsa bandeira?

Benedito: - Falsa bandeira para ele, eu não sei dizer, mas eu acho que para ele falsa bandeira era que eu teria que ser homem e como eu era uma coisa ao contrário, aí eu era a falsa bandeira.

Gilson: - E ele te chamava assim?

Benedito: - Ele me chamava de falsa bandeira. E não sabe o que aconteceu, ele era tão homem, tão macho... Meu pai tem duas famílias, né? Duas mulheres, e ele não sabe o que aconteceu porque ele era tão homem, tão macho, tão coisa e o primeiro filho dele, da primeira família, veio com esse problema, que não sabe aonde ele errou.

Gilson: - Qual o seu sonho?

Benedito: - O meu sonho hoje é resgatar o meu benefício, ter meu benefício de volta ou se não arrumar meu emprego, né? E ter minha casinha e tocar minha vida para frente.

Gilson: - Qual é a imagem que você tem de você mesmo quando se olha no espelho?

Benedito: - A imagem que eu tenho de mim mesmo? Olha, apesar dos pesares, eu gosto de mim mesmo, eu me olho no espelho eu me sinto bem, sou feliz comigo mesmo. O problema de depressão que eu tenho não é por eu ser homossexual não, não é por isso, é pelo fato de estar desempregado, pelo fato de estar nessa situação de albergue, ter que ir para lugares para almoçar como aqui. E isso me faz ficar depressivo, eu tomo remédios psiquiátricos, tenho sempre que estar conversando com o psicólogo da onde eu me trato, consulto com o psiquiatra também, por causa disso, não pelo fato de ser homossexual, porque eu sou super bem com isso, aceito o que sou, eu me aceito como eu sou, eu gosto de mim como eu sou.

Gilson: - Como você vê o atual cenário de quem é LGBT e estar em situação de rua? Como que é a vida de uma travesti em situação de rua?

Benedito: - Olha, por sinal eu tenho uma amiga, a Jack, ela mora na Sé. Dorme na Sé na rua e eu tento colocar na cabeça dela procurar o centro de acolhida, entendeu? É muito sofrida a vida na rua, só não passa fome, mas passa humilhação, aquela coisa toda lá jogada. Não toma banho, tem alguns espaços como o Chá do Padre que tem lugar para tomar banho, a pessoa fica jogada e ninguém liga para aquela pessoa. Eu tento conversar com meus amigos, que eu tenho muitos amigos que moram na rua ainda, eles não gostam de abrigo, porque diz que lá é rígido.

Gilson: - E quem é LGBT enfrenta dificuldade diferente de quem é hétero e estar na rua?

Benedito: - Tem.

Gilson: - Você pode me falar um pouco?

Benedito: - Sobre isso? A dificuldade de quem é LGBT e estar na rua é que outro dia uma amiga minha levou um murro na Sé, essa amiga minha a Jack, parou um carro para dar almoço meio-dia, foi domingo e aí ela estava na fila para pegar o almoço e começou aquele tumulto e o cara veio e deu um murro no olho dela, só porque ela tombou com o cara. É uma vida muito arriscada, muito perigosa para o LGBT, vira e volta some um, matam um, porque a gente já vive uma vida arriscada, de risco fora da rua, imagine na rua. Expostos para os homofóbicos, eu conheço "bichas" que já tacaram fogo, eu conheço "bichas" que já bateram. A mim mesmo já aconteceu, eu estava deitado na rua, ali no Lago São Francisco, parou um carro com quatro boys, vieram com uns tacos de madeira para cima de mim, certo? Em cima de mim e de todos que estava ali. E batendo, batendo e eles não estavam batendo só em mim, eles estavam batendo em todos porque eram moradores de rua, não era eu especificamente. E, aí nesse meio só tinha eu e eles pensaram que eu era mulher, "ah, mulher, mulher, mulher está bom, mulher está bom, deixa a mulher ir embora, a mulher está bom". "Vamos quebrar os vagabundos, um bando de 'nóias'" e não sei o que, e aí os caras correram, entendeu? E pelo fato deles acharem que eu era mulher, eles pararam de me bater, eu ainda levei umas pauladinhas, quebrei a boca.

Eu tenho o nariz feito, então eu virava muito assim, com medo, porque quem tem um nariz feito, se bater qualquer coisa entorta, não sei se você sabe disso, fez plástica no nariz, se bater qualquer coisa entorta e deforma, aí eu fiquei com medo assim do pau, de levar um murro na cara, alguma coisa assim. Mas eu digo que não é vida, eu se eu pudesse não tinha nenhuma travesti na rua, mas muitas das vezes elas são culpadas porque elas não querem regras. Porque abrigo tem! São Paulo está de parabéns nesse ponto, porque tem abrigos e o único abrigo que não aceita travesti é o que eu estou, eu estou lá porque estou vestido de homem, se eu me vestir de mulher aqui, eles me mandam embora. Mas tem muitos, tem o Florescer que é só para travesti, tem o Boraceia que tem travesti também, nos abrigos tudo tem travesti. Tem o Alcântara Machado, perto do parque Dom Pedro, tem espaço eles que não querem, preferem ficar na rua sofrendo do que ir para o lugar. Tudo bem que quando eu era travesti, eu cheguei ao ponto de também não querer isso daí, mas chegou uma hora que eu parei e pensei, “não, isso não é vida para mim, vou sair daqui, vou resgatar minha autoestima, minha vida de volta” e estou aqui até hoje. Tem dez anos que eu não volto a dormir na rua, mais de dez anos que eu não durmo na rua, passei a trabalhar, arrumei o meu quartinho, depois ganhei o benefício, agora que eu voltei para o abrigo de novo por causa do benefício. Eu entrei na justiça, dia 28 de agosto é a perícia, vamos ver no que vai dar.

## 14ª ENTREVISTA – WANDERLEY

### DIÁLOGO

Gilson: - De onde você é?

Wanderley: - Rio de Janeiro.

Gilson: - Me fale um pouco da sua relação enquanto pessoa LGBT com a sua família.

Wanderley: - É, na verdade, eu vim de um berço evangélico, um berço cristão, mas de uma família bastante diluída, dissolvida. Eu não fui criado com aquele vínculo familiar normal, que todo mundo costuma ter, eu não tive raízes familiares. Quando minha mãe engravidou de mim, os pais da minha mãe queriam que ela me abortasse, minha mãe não me abortou, minha mãe fugiu de casa e depois apareceu gestante. Quando ela retornou gestante, meu avô, o pai dela tentou me matar dentro da barriga dela, tentou esfaquear ela. E ela teve que correr, então ela sumiu comigo no mundo, foi para o mundo e pegou a estrada comigo. E eu fui crescendo com uma infância muito picotada, porque minha mãe ia na casa de um parente e me deixava lá uns meses, voltava e me pegava, ia para casa de uma amiga deixava eu lá uns meses, voltava e me pegava, ia para casa de um parente fazia um trabalho, dava uma faxina e me deixava lá. Entre família e desconhecido, minha vida sempre foi mesclada, eu não tive uma base familiar, uma raiz familiar, uma orientação familiar sólida, então eu cresci sem informação familiar e isso foi muito difícil para mim. E nessas idas e vindas, nesse desatino familiar eu sofri muitos abusos, sabe? Mas os abusos sexuais que eu sofri na infância, eu não culpo a minha orientação sexual devido esses abusos, porque, na verdade, desde quando eu me entendo por gente a minha preferência sempre foi o masculino. Eu sempre me identifiquei mais com o sexo masculino, eu nunca tive aptidão por mulheres, então eu acho que as pessoas viam isso em mim, esse lado afeminado em mim, esse lado sexual em mim muito aguçado e me abusavam por eu ser criança, ser vulnerável, incapaz. E assim que eu me tornei pré-adolescente eu retornei para casa dos meus avós, os pais da minha mãe, e lá eu tive uma infância muito, muito difícil, porque eles não me aceitavam de forma alguma. Tinha bastante crianças lá, meus parentes, meus primos, os meus irmãos e eu era o mais cobrado de todos, eles me espancavam muito, me batiam por tudo.

Gilson: - Tinha relação direta com o fato deles jugarem você um cara mais afeminado?

Wanderley: - Também, né? Mas junta um mix que coisas, que me levou a ser o patinho feio da família, talvez por eu ser afeminado, talvez por eu não ter sido bem-visto na gestação, talvez por eles não quererem me criar, mas eu fui para lá, por causa da sociedade criticar eles, tanto a igreja, tanto os vizinhos e de ter me aceitado contra a vontade deles e um monte de coisinhas assim. Eu nunca tive Dia

das Crianças, eu nunca tive aniversário, nunca tive natal, nunca tive ano novo, nunca tive parabéns para você, bolo, nunca tive presente, cuidados, nunca tive carinho, nunca tive cuidados. Eu criança, eu saía para as ruas e voltava uma semana depois e ninguém perguntava onde eu estava, enquanto os meus irmãos, meus parentes, os meus primos. Eu via aquela diferença de tratamento, então complicado, né? Aí depois que eu virei pré-jovem, depois que eu saí da adolescência, eu comecei a trabalhar, já estudava. Aí eu sair, fui viver minha vida, caí no mundo para poder viver minha história e estou aí tentando até hoje.

Gilson: - Que idade você estava quando mudou para a rua?

Wanderley: - Eu fui para as ruas com 15 anos para 16. Com 13 eu já estava saindo para a rua, com 13 eu já estava conhecendo o mundo, com 15 para 16 eu já assumi minha autonomia.

Gilson: - Se eu falasse assim, Wanderley, qual foi o motivo principal que te levou à condição de rua?

Wanderley: - A ausência de estrutura familiar.

Gilson: - Por ser uma pessoa LGBT em situação de rua, você já sofreu preconceito na rua?

Wanderley: - Sim, sempre, a todo o momento. Todos os dias e a todo o momento, não pela grande maioria, mas a todo o momento tem uma minoria que discrimina.

Gilson: - Você pode me falar algumas situações?

Wanderley: - Ah, os olhares, as piadas. Às vezes a gente senta ao lado de uma pessoa em um lugar público e a pessoa levanta. Às vezes você vai cumprimentar uma pessoa apertando a mão e a pessoa não estende a mão para você. Aí você vê a pessoa fazendo a mesma coisa com outra, só que com atitude diferente.

Gilson: - Qual que é seu sonho?

Wanderley: - Construir família e atingir minha independência financeira.

Gilson: - Você tem uma vida afetiva hoje?

Wanderley: - Não.

Gilson: - Como que é isso para uma pessoa LGBT que está na rua?

Wanderley:: - Olha, tem dois lados. Na verdade, a rua não é boa para ninguém, porque nós não existimos para viver nas ruas. As ruas foram feitas para os carros, para a gente passar, caminhar, ir para o trabalho, voltar, ir ao mercado. A rua é uma ferramenta, a rua não é uma condição de vida, a rua não é casa, a rua não é lar, a rua não é abrigo. Você quando está na rua está vulnerável a todo tipo de risco, tanto saúde, estado de insalubridade, como de periculosidade, como de homofobia, como de morte, de tudo enquanto. Então, é complicado as ruas, a rua para mim, ela tem

um lado bom que me dá liberdade de eu poder estar sempre tentando mudar da forma que eu quero. A rua me dar liberdade de eu ter opção de escolha de como fazer, de como seguir a hora que eu quiser, quando eu quiser. A rua me dar a opção de maquiar um problema, de maquiar meus traumas, de maquiar uma depressão, de maquiar uma angústia, porque se eu estiver mal aqui, de cabeça, eu desabo minha barraca, ponho nas costas e mudo de lugar, aí eu começo uma nova história nesse lugar, novas amizades, crio um novo ambiente para mim, esse é o bom da rua.

Gilson: - Qual é a imagem que você tem de si mesmo, enquanto pessoa LGBT em situação de rua?

Wanderley: - Na verdade, quando eu me olho... Na verdade, eu tenho muito amor-próprio. Eu me curto bastante, eu me curto muito, eu me acho um cara hiper, superinteligente, sabe? Eu reconheço minhas aptidões, meus dotes, meus talentos, sou muito talentoso, tenho muito bom gosto, mas a rua baixa muito minha estima, né? Minha autoestima. Às vezes eu estou meio depressivo, às vezes eu estou legal, mas isso é tudo consequência das ruas, não de mim. É um reflexo da rua, um reflexo das drogas, um reflexo do perigo, um reflexo do frio, é um reflexo da minha situação. Na verdade, eu sempre fui capaz, como eu já fui capaz várias vezes de mudar meu quadro. Eu estou nesse caminho, de reconstruir, de recomeçar e aí já me inscrevi em um curso de corte e costura e enfim. Eu me vejo como um cara hiper, mega, super pronto para poder recomeçar, para viver uma nova história, para poder conquistar, para poder vencer na vida. Porém eu acho que não chegou a minha hora ainda, eu acho que eu tenho que ser paciente, porque eu acho que nada é por acaso e o que não mata fortalece, o que não te mata te deixa mais forte. Tudo que eu passo nas ruas, tudo que acontece eu tiro proveito, eu tiro experiência, eu peneiro, filtro e coo o que não presta e jogo fora. Então a gente fica mais experiente mais maduro, mais vivido, mais mundano, então eu me curto bastante, sou meu fã, tenho muitos fãs, pessoas que gostam de estar perto de mim, a maioria héteros, gostam de estar perto de mim, querem estar perto de mim, faz questão de estar perto de mim, me dão presentes, me defendem, me protegem. E são héteros, muitos falam que não curtem, mas que gostam de mim, então isso me faz bem, isso faz eu acreditar que eu sou do bem, que eu sou uma pessoa boa, que eu mereço o melhor.

Gilson: - Como você percebe o atual cenário de quem é LGBT e estar em situação de rua? Você acha ser LGBT pode potencializar algum tipo de violência específica?

Wanderley: - Não, não. O que acontece é que são casos isolados, né? Existe a violência, a homofobia contra LGBT's. A homofobia não é caso isolado, a homofobia ela existe em toda parte do Brasil, falar em nível de Brasil, porque em muitos países por aí não existe isso, em países de pessoas desenvolvidas de mente aberta, que tem cultura, que tem educação não existe isso. Mas no Brasil, o Brasil está muito atrasado nesse quesito, porque a homofobia existe sim, mas a agressão são fatos isolados. Porque, na verdade, os LGBT's, os gays que se encontram em situação de rua são pessoas bastante agressivas também, pela sua condição, pelos seus traumas, pelas suas revoltas, pelas suas angústias. Eles acabam se tornando umas pessoas agressivas também, pessoas ignorantes também. Se olhar para eles, "O que que 'tá' olhando?", entendeu? São pessoas destemidas, pessoas que não tem medo de nada, são pessoas que não estão nem aí, se viver ou morrer, não está nem

aí para o perigo, entendeu? Muitas das vezes o gay que está morando na rua mexe com o cara, o cara fica quieto e agride verbalmente o cara, xinga o cara, as vezes até rouba o cara e tem um dia que o cara volta, e pega esse LGBT dormindo, pega esse LGBT embriagado, pega esse LGBT sozinho e se vinga. Então, seria muito prematuro da minha parte dizer que “a não, fui agredido nas ruas, a gente sofre muita agressão”, não, muito pelo contrário, as pessoas vê que somos gays e até dá um desconto, deixa passar. Mas existem uns LGBT’s, principalmente os travestis, que são uma galera mais áspera, mais dura na convivência.